

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

DISCURSO E REFORMA DO ESTADO NO GOVERNO COLLOR

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor, sob a orientação da profa Celi Regina Jardim Pinto.

Gustavo Biasoli Alves

Porto Alegre, 8 março de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

FOLHA DE APROVAÇÃO:

Aos oito dias do mês de março de 2004 reuniu-se a Banca Examinadora abaixo especificada aprovando a Tese de Doutorado DISCURSO E REFORMA DO ESTADO NO GOVERNO COLLOR de Gustavo Biasoli Alves, tendo sido dada à mesma o conceito _____.

Prof. Dr. Carlos S. Arturi
PPG em Ciência Política – UFRGS

Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto (orientadora)
PPG em Ciência Política – UFRGS

Profa. Dra. Maria Teresa Micelli Kerbauy
UNESP – Araraquara

Prof. Dr. Reginaldo Peres
UFSM

Porto Alegre, 08 de março de 2004

**SELMA E GABI,
ESTA TESE É PARA VOCÊS, PELO MUITO QUE
ME DERAM NÃO SÓ AO LONGO DA ELABORAÇÃO
DESTE TRABALHO, MAS PRINCIPALMENTE POR
TUDO QUE VOCÊS REPRESENTAM NA MINHA
VIDA....**

AGRADECIMENTOS:

“Fica sempre um pouco de perfume nas mãos que oferecem rosas, nas mãos que sabem ser generosas”

É difícil encontrar palavras para dizer a todas as pessoas que me acompanharam ao longo da elaboração desta tese o quanto foram significativas. Muito do esforço e do carinho delas está aqui representado. Há aqui mais do que papel e tinta há incentivos e críticas, há conversas, há momentos de descontração, há medos compartilhados, há enfim, tudo o que cerca a vida. É a todas as pessoas que participaram que agradeço do fundo do coração, e não poderia deixar de fazer algumas menções especiais:

A Deus e à minha família por terem me dado força, proteção, estímulo e inspiração nos momentos que mais precisei.

A Profa. Céli Pinto que orientou este trabalho, e a quem devo uma tomada de rumos segura, gentil e firme que muito contribuiu para a qualidade dele;

Meus pais, irmãos, sogros, cunhados, e sobrinhos que me ofertaram muito do que melhor têm;

Também devo fazer uma menção especial aos colegas e ao pessoal da Secretaria do PPG em Ciência Política da Ufrgs, e aos funcionários da UFRGS (Campus do Vale) pela simpatia e pela presteza com que me atenderam sempre que deles precisei.

Aos colegas e aos meus alunos do Curso de Ciências Sociais da UNIOESTE deixo aqui um abraço muito especial, pois eles muito ouviram e também debateram as primeiras versões do que ora é aqui apresentado. Como bem coloca Przeworsky, “Quem sobrevive a essa provação perde todo o medo”. Agradeço também todo o incentivo que deles recebi e a compreensão por minhas ausências e faltas.

A Cristina da Biblioteca Central da UFRGS e a Clarice da Unioeste pelas dicas e pela ajuda com as normas da ABNT, e ao Célio Escher pela revisão de Português, e à profa. Cláudia Sardo pela de Inglês.

A CAPES que através do auxílio de uma bolsa permitiu o início deste trabalho.

A Joana que cuidou da Gabi enquanto eu trabalhava.

PEÇO PERDÃO SE POR ACASO ESQUECI ALGUÉM, E GOSTARIA QUE TODOS VOCÊS TIVESSEM A CERTEZA QUE ESTARÃO SEMPRE NO MEU CORAÇÃO.

SUMÁRIO

RESUMO	x
ABSTRACT	xi
PREFÁCIO	xiii
INTRODUÇÃO	17
A. PARTE I	
A BASE TEÓRICA DA REFORMA DO ESTADO NO BRASIL	38
CAPÍTULO I – O NEOLIBERALISMO	42
CAPÍTULO II – GÊNESE DO ESTADO BRASILEIRO	47
2.1 O período 30-45	50
2.2 O governo de Dutra e o governo Vargas	61
2.3 O governo Kubitschek	71
2.4 O regime militar	73
CAPÍTULO III – A CRISE DO ESTADO NO BRASIL DOS ANOS 70, 80 E 90: O ESGOTAMENTO DO MODELO SEGUIDO ATÉ ENTÃO	85
B. PARTE II	
A REFORMA DO ESTADO NOS PRONUNCIAMENTOS DE COLLOR DE MELLO	96
CAPÍTULO IV – O PRONUNCIAMENTO DE POSSE: REFORMA DO ESTADO, MODERNIZAÇÃO E PROJETO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL.....	97
4.1 A mensagem: Reforma do Estado, modernização e reconstrução nacional	98
4.2 Os apoiadores, propositores, implementadores, e opositores da reforma	107
4.2.1 <i>O emissor no discurso</i>	113
4.3 Algumas considerações	118
CAPÍTULO V – A REFORMA DO ESTADO: AS MUDANÇAS APÓS UM ANO DA POSSE	121
5.1 As principais medidas e fatos	124
5.2 A Reforma do Estado um ano após 15 de março de 1998	129

5.3 A construção dos sujeitos	144
5.3.1 <i>O governo</i>	144
5.3.2 <i>A construção da oposição</i>	159
5.4 Algumas considerações	165
CAPÍTULO VI – UMA “AGENDA PARA O CONSENSO”: A REFORMA DO ESTADO NO APAGAR DAS LUZES DO GOVERNO COLLOR	169
6.1 Os acontecimentos dos anos 1991 e 1992	171
6.1.1 <i>O ano de 1992: denúncias de corrupção, alteração no ministério e o processo de Impeachment</i>	174
6.2 Em torno de que se deve consensar: a Reforma do Estado	186
6.3 O governo, equipe de governo e nação no discurso final de 1991	194
6.4 Opositores e aliados	207
6.5 Os fatos do ano de 1992: a Reforma do Estado, os sujeitos e o impeachment “a visão de quem viveu o fato”	213
6.6 Algumas considerações	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	240
ANEXO A – DISCURSOS PRESIDENCIAIS	254

LISTA DE ABREVIATURAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ACESITA – Aços Especiais Itabira
ACRINOR – Acrilonitrila do Nordeste
ALALC – Área Latino-Americana de Livre-Comércio
BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BTN – Bônus do Tesouro Nacional
CACEX – Carteira de Comércio Exterior
CFCE – Conselho Federal do Comércio Exterior
CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial
CEIMA – Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico
CEIME – Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico
CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe
CEXIM – Carteira de Exportação e Importação
CFP – Companhia de Financiamento da Produção
CIACS – Centro Integrado de Atenção à Criança
CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazéns
CME – Comissão de Mobilização Econômica
CNA – Companhia Nacional de Álcalis
CNA – Companhia Nacional de Alimentação
CNBE – Comissão Nacional de Bem-Estar
CNE – Conselho Nacional de Economia
CNP – Conselho Nacional do Petróleo
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas
CPC – Companhia Petroquímica de Camaçari
COBAL – Companhia Brasileira de Abastecimento
COFAP – Comissão Federal de Abastecimento e Preços
COPENE – Companhia Petroquímica do Nordeste
COPESUL – Companhia Petroquímica do Sul

CPA – Conselho de Política Aduaneira
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão
CTEF – Conselho Técnico de Economia e Finanças
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DASP – Departamento de Administração do Serviço Público
DNC – Departamento Nacional do Café
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras
EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica
ESCELSA – Espírito Santo Centrais Elétricas Sociedade Anônima
FENIT – Feira Nacional da Indústria Textil
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desestatização
FMI – Fundo Monetário Internacional
FINAME – Financiadora de Máquinas e Equipamentos
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
GATT – General Agreement on Trade and Taxes
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística
ICC – Indústria Carboquímica Catarinense
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras
IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados
LTN – Letras Reajustáveis do Tesouro Nacional
LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social
MP – Medida Provisória
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONU – Organização das Nações Unidas
ORTN – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade

PC/PC Farias – Paulo César Cavalcanti Farias
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
PDS – Partido da Democracia Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SENAC – Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Sistema Nacional de Aprendizagem Rural
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal do Governo Federal
TR – Taxa Referencial
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais
VASP – Viação Aérea de São Paulo

RESUMO

Este trabalho aborda a Reforma do Estado dentro do período Collor e tem como material os pronunciamentos proferidos por ele, sob o foco da Análise do Discurso. A preocupação foi verificar como o discurso estrutura um campo de disputas em torno da Reforma do Estado. Foram abordados os principais aspectos e teorias deste tema, quer no mundo, quer no Brasil em especial. A Tese inicia com um detalhamento do pilar ideológico da Reforma do Estado no período Collor: o neoliberalismo; a seguir apresenta-se uma gênese do Estado brasileiro da década de 30 à de 70 do século XX definindo contra o que a proposta de Reforma do Estado de Collor de Mello veio. Após, o texto traz uma caracterização da Crise do Estado brasileiro nos anos 80. O estudo permitiu ver que era premente a solução de problemas fiscais, a melhoria dos serviços públicos e o resgate da dívida social. A Reforma do Estado iniciada neste governo teve um importante papel, muito embora feita sob o uso excessivo de Medidas Provisórias. Entretanto, não é dito como os atores políticos se posicionaram quer frente ao quadro externo (realidade econômica e teorias), quer frente às questões internas de cada país, o que constitui uma lacuna. Com intuito de preenche-la, faz-se uma descrição do conteúdo da Reforma do Estado no período, e se apresentam os resultados com os pronunciamentos mostrando a visão do presidente sobre processo e atores nele envolvidos. As hipóteses foram: 1) que a Reforma do Estado esteve presente nos pronunciamentos desqualificando o Estado precedente, relacionando essa desqualificação com os problemas enfrentados durante a transição; 2) que, junto com a resolução deles, impor-se-ia também a necessidade de combater a corrupção e a urgência em implementar uma nova matriz de Estado (neoliberal), para que se pudesse chegar a um futuro de justiça social, associando as reformas com o desenvolvimento e a modernização. Os estudos realizados apontam para a confirmação delas. Destaca-se sobretudo a presença constante da idéia de que um Estado esbanjador, ineficiente, em crise é responsável em grande parte pelos males que a população vivia, por um clima de imoralidade, falta de democracia, cidadania e direitos e também é o resultado da atuação de uma elite anacrônica e antipatriótica (opositores). A isto o presidente quis opor um projeto modernizador, calcado no que conceitua por democracia, resgate da cidadania e dos direitos, economia de livre-mercado e Reforma do Estado. Tudo isto é entendido como parte de um projeto de modernização e de reconstrução nacional, tendo sido o governo entendido como o implementador destas reformas por estar agindo em consonância e em nome da Nação, sobretudo da classe trabalhadora. Neste sentido suas ações foram tidas como positivas e como passos dados para romper com o passado e implementar um futuro promissor. Os poderes Legislativo e Judiciário, quando não identificados como aliados naturais foram conclamados a juntarem-se ao Executivo. As oposições foram entendidas como elites anacrônicas, antidemocráticas, imorais e antipatrióticas. O processo de Impeachment foi passado como uma reversão.

PALAVRAS-CHAVE: 1) Governo Collor; 2) Reforma do Estado; 3) Neoliberalismo; 4) Análise do Discurso; 5) Atores Políticos; 6) Transição Democrática.

ABSTRACT

This research approaches the Brazilian State Reform in the Collor period and it has as object the speeches delivered by him under the focus of Discourse Analysis. The main worry was to verify how they build a fight field concerning State Reform. The thesis began detailing the doctrinal pillars of State Reform in the Collor period: new liberalism. After it that brings a short presentation of the constitution of the Brazilian State during the decades of 1930 and 1970 defining against what the proposal of a State Reform came. The text also brings a characterization of Brazilian State Crises in the 80's. This study allowed to detect that the solution of fiscal problems, improve public services and the rescue of the social debt were urgent. The State Reform that Collor began had an important role although it was made under the abusive use of Medidas Provisórias*. However it is not said position the politicians took in front of the internal questions of external scenery (theories and economic reality) or in front of the internal questions of the country presenting this way a gap. In order to fill it we have made a description of the contents of State Reform in the Collor period and we show the results based on the Discourse Analysis, bringing up how the president saw the whole process ones involved in it. The hypothesis were: 1) that the State Reform appeared in the speeches disqualifying the former state model and making a relation of this disqualification with the social, economic and political problems present at the time of democratic transition (former period); 2) that besides solving these problems, it would come the need to fight against corruption and urgently implement a new state model (new liberal) to come to a future of welfare, development and modernization. Points analyzed in this study confirm these hypothesis. It is present with detach the idea that an inefficient and misspend State is responsible for the bad social conditions, for an atmosphere of immorality, lack of democracy, citizenship and rights and also was the result of the actuation of an anachronic and antipatriotic elite (oppositors). The presidente aimed to oppose to this a modernizations project based on what he defines as democracy, citizenship, rights, free market economy and State Reform. All of this is understood as part of a project of modernization and rebuild of the nation and the government was seen as responsible for implementing all those reforms acting in the name of the Nation overall in the name of the working class. In this sense its actions received a positive sign and were seen as steps given in the direction of breaking with the past and implement a good future. The Congress and the Magistrates were called to join the Executive. The oppositors were understood as anachronical elites, antidemocratic, immoral and antipatriotic. The Impeachment process was understood as a reversion

KEYWORDS: 1) Collor Government; 2) State Reform; 3) New Liberalism; 4) Speech Analysis; 5) Political Actors; 6) Democratic Transition

* A legal measure that has the power to be immediately applied almost with no discussion with the Congress that has a short time to study and discuss it.

ERRATA

Página	Linha	Onde se lê	Lê-se
22	14	Estado Desenvolvimentista	Estado precedente
36	11	espírito precedente	espírito desenvolvimentista
60	6	parte precedente	parte desenvolvimentista
106	10	o emissor diz	O presidente diz
153	3	o presidente do discurso	o presidente no discurso

ALVES, GB, - Discurso e Reforma do Estado no Governo Collor. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - UFRGS

PREFÁCIO

Esta Tese de doutoramento nasceu de um grande interesse pelo estudo do que diz respeito ao Estado no Brasil, tema a que venho me dedicando há algum tempo. Ainda estudante de graduação, na UNESP em Araraquara/SP, fui direcionando minha formação para este tema, fazendo todas as disciplinas optativas oferecidas. Após a graduação, o fascínio continuou, e, assim, quando da realização do Mestrado, fui estudar como a grande imprensa paulista significou o quadro e os principais agentes de políticas públicas e as ações destes no período Collor. Defendi, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da UNESP em Araraquara, a Dissertação “Jornais de São Paulo: a crise das políticas públicas no Brasil vista por seus editoriais (1989-1993)”.

Este trabalho foi realizado com base na Análise de Conteúdo dos editoriais dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, e nele se buscou verificar, através do estudo de sentenças presentes nesses editoriais, a opinião de dois importantes representantes da imprensa nacional sobre a situação das políticas públicas no Brasil durante a gestão do Presidente Collor.

Os resultados apontaram que os dois jornais criticaram veementemente tanto o quadro das políticas públicas como os agentes por ele responsáveis. A crítica se fazia em três sentidos: a) a situação de penúria e miséria em que a maioria da população vivia; b) qualificando como calamitosa a realidade dos serviços públicos, que só piorava as condições de vida dos mais pobres; c) vendo a raiz disto na existência de um Estado burocrático, deficitário, que gastava mal e estava pouco ligado aos interesses da Nação, constituindo-se um entrave ao desenvolvimento econômico. Por outro lado, as ações dos agentes (Poderes Executivo, Legislativo e

Judiciário, OAB, Sindicatos e demais organizações da sociedade civil) que visavam modificar esta situação de acordo com o projeto político e social dos dois jornais foram elogiadas, enquanto que as que visavam mantê-la, reprovadas.

Os periódicos insistiram sempre que era preciso romper com a situação vivida, saneando as contas do Estado, bem como reduzindo sua atuação na economia. Também se priorizava melhorar os serviços públicos, terceirizando-os e privatizando-os sempre que cabível e necessário, com o intuito de tornar a economia brasileira mais competitiva interna e externamente. Por essas razões, foram muito maiores as críticas que os elogios à atuação dos agentes e os jornais utilizaram seus editoriais para propagandear sua ideologia sobre o Estado, e colocar propostas de alterações no seu organograma e funções.

Diz a Folha de São Paulo em editorial do mês de março de 1990:

É preciso a completa reversão do perfil de atuação do Estado, de tal forma que ele passe a valorizar e fortalecer os mecanismos de justiça social e de promoção do desenvolvimento humano, abandonando decididamente seu papel direto na atividade econômica que cumpre determinar com urgência. (FOLHA DE SÃO PAULO, 03/90, p. 2)¹.

Ao não caminhar para isto ou por apenas atingir aspectos superficiais desta questão, as Reformas Administrativa e Tributária no Governo Collor, bem como a condução das políticas econômica e social e as privatizações foram veementemente criticadas. Exemplo disto é quando o Estado de São Paulo diz o seguinte:

Para o próximo ano, o brasileiro mantém o direito de adoecer, no máximo, até setembro. Isso se tudo correr bem e se as fontes alternativas de recursos permanecerem ativas. Segundo cálculo da Secretaria Geral do Ministério da Saúde, a proposta orçamentária preparada pelo Ministério da Economia prevê uma redução de pelo menos 20% em relação ao orçamento da área para este ano. Os Cr\$ 24 trilhões (preços de abril) pedidos pelo ministro Adib Jatene, para atender ao minimamente necessário na Saúde, foram

¹ A qualidade do material reprográfico não permitiu verificar com precisão a data.

reduzidos, dado o realismo que presidiu a elaboração da lei de meios, a apenas Cr\$ 18,5 trilhões. Esses trilhões mal darão para cobrir as internações e o atendimento ambulatorial do último trimestre de 1993.

Com isso todo o atendimento fica comprometido.

Ninguém nega que as dificuldades orçamentárias são terríveis. Porém alguma sensibilidade com a questão da Saúde pode esperar-se daqueles que têm a responsabilidade pelas contas nacionais. Até mesmo por mero exercício do bom senso (O ESTADO DE SÃO PAULO, 03/09/91, p. 32).

Criticou-se, por outro lado, o escopo das privatizações, mas não a existência destas:

Cumpra levar em conta, porém, que a retomada do crescimento econômico exige, prioritariamente, a solução do problema representado pelo gigantismo sufocante desse mesmo Estado que pára em todos os serviços. Bem - argumenta-se então - se é assim, em vez de concentrar força na venda da Usiminas e da Companhia Siderúrgica de Tubarão, que estão em boas condições financeiras, abre-se o leque, acrescentando-se, "construtivamente", duas empresas em má situação, a Açominas e a CSN. Decididamente não se vê nenhuma lógica, a menos que se tenha como objetivo a formulação de um esquema que impeça a privatização. Enquanto isso vão de vento em popa, no México, Chile e na Argentina, as vendas das empresas governamentais deficitárias (O ESTADO DE SÃO PAULO)².

Ao comparar a atuação dos dois jornais no período Collor com a história que eles vieram fazendo desde a sua criação (final do século XIX/início do século XX), observou-se que seguem uma linha-mestra: tanto a Folha quanto O Estado de São Paulo sempre pautaram sua atuação pela defesa de princípios liberais. No período Collor isto se traduziu em uma campanha favorável a ele enquanto candidato³ e no apoio inicial às medidas tomadas nos primeiros tempos de seu governo⁴, seguido pelo rompimento moral e não ideológico na época do Impeachment.

Como a mídia é uma formadora de opinião e usou seus Editoriais para cotidianamente combater o que o governo fazia, colaborou para que se formasse no

² Novamente, a qualidade do material reprográfico impediu o estabelecimento da data precisa.

³ Ver Lattman-Weltmann, Carneiro e Ramos (1994) e também Conti (1999) para detalhes de como isto ocorreu.

⁴ Ambos os jornais, porém com maior intensidade, o *Estado* que a *Folha de São Paulo*, criticaram o confisco da poupança, mas apoiaram, na sua quase totalidade, o Plano Brasil Novo. A questão pode ser vista em detalhes em Alves (1997).

seio da opinião pública a idéia de que o que o governo estava fazendo não estava adequado. A maneira como os jornais exprimiram suas opiniões e seu possível impacto na forma como foi sendo implementada uma Reforma do Estado de tipo neoliberal no Brasil despertou nossa curiosidade para as relações existentes entre produções de sentido sobre a questão do Estado e o que na realidade acontece em especial num contexto de Crise e Reforma do Estado, como é o do final dos anos 80 e início dos anos 90 no Brasil do século XX.

Dando prosseguimento ao estudo do tema, nesta Tese de Doutorado discute-se como a Reforma do Estado apareceu nos discursos do presidente Collor de Mello. Contudo, o objetivo desta Tese não é verificar se há relações diretas entre o que aparece nos pronunciamentos e o que foi feito, mas, sim, como o discurso estrutura um campo de disputas em torno do tema da Reforma do Estado.

O tema proposto insere-se dentro de uma linha geral de pesquisa que é a de análise do discurso político. A produção nesta área já é bastante significativa, tendo destaque os estudos sobre as campanhas eleitorais, sobre a influência da mídia na política⁵, e também sobre o discurso parlamentar. Há diversos estudos sobre a Reforma do Estado, no entanto a investigação dele através do olhar do cientista social e com o viés proposto é algo ainda inédito.

⁵ Para os primeiros temas, ver Moritz (1997 e 1998) e, para o segundo, Schulz (2003)

INTRODUÇÃO

O Estado passou por uma séria crise a partir do final da década de 1970 e nos seguintes anos 80 e 90. Esta tem, conforme destacado por Anderson (1995), Bresser Pereira (1998), Brunhoff (1991), Cruz (1998) e diversos outros autores, um sério componente fiscal, e caracteriza-se por ser a Crise do Welfare State no Primeiro Mundo e do Estado Desenvolvimentista no Terceiro Mundo, além da Crise do Estado Soviético nos países socialistas.

A origem do problema fiscal está na profunda crise econômica causada pelos problemas enfrentados com o petróleo em 1973, que fizeram com que os recursos que financiavam o desenvolvimento dos países em desenvolvimento e os aparatos de bem-estar social nos desenvolvidos migrassem para a compra de combustível e para a crescente financeirização do mercado internacional. O Estado entra em crise fiscal.

No caso dos países em desenvolvimento, a crise fiscal é devida ao aumento progressivo do peso dos juros da dívida externa nas contas do governo, o que carrou recursos antes destinados a investimentos na área social e no desenvolvimento econômico para o pagamento destas dívidas.

Estes países viram então caírem abrupta e subitamente os níveis de vida de sua população, ao mesmo tempo em que a inflação atingiu níveis bastante altos e em que todos os indicadores econômicos e sociais mostraram deterioração⁶.

Paralelamente, a maioria dos países em desenvolvimento, e a América Latina em especial, passaram neste período por processos de redemocratização, com o

⁶ A este respeito, ver o *Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial*, de 1995, publicado pelo Banco Mundial.

surgimento de novos atores sociais e a colocação de novas demandas para o Estado. Tanto pela razão fiscal, quanto pela redemocratização, a Reforma do Estado será um dos principais tópicos da agenda política nestes países, e entende-se por *Reforma do Estado* transformações em sua estrutura, na forma de oferta de bens e serviços públicos e do contrato social que a suporta, assim como modificações na forma de assentamento do Estado na sociedade⁷.

Há uma discussão sobre o teor das reformas adotadas nos Estados Unidos, na Europa, na América Latina e no Sudeste Asiático nos anos 80 e 90. Pensadores ligados à tradição marxista, tais como Suzanne Brunhoff (1991), em *A hora do mercado* e Adam Przeworsky (1994), em *Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina*, bem como os pesquisadores reunidos por Emir Sader e Pablo Gentili (1995), em *Pós-neoliberalismo*, afirmam que as reformas são neoliberais. Por outro lado, a tradição liberal coloca que esta afirmação é um reducionismo.

Entende-se, nesta tese, que as reformas ditas neoliberais incluem, em variados graus, a diminuição do déficit público, as privatizações, e o desmanche do aparato burocrático do Estado, isto no plano econômico. No social, as ações visam à desmantelamento do poder dos sindicatos, à substituição da proteção social estatal por programas de distribuição de renda, à focalização, à descentralização, e à privatização das políticas sociais. Entende-se o neoliberalismo como sendo então a aplicação desta “receita”, como sugere Draibe (1993).

Como bem afirma Sola (1993 e 1994), as décadas de 80 e 90 foram marcadas na América Latina e, em especial no Brasil, por uma transição lenta e gradual entre

⁷ A definição é bastante ampla. No entanto, esta posição parece ser a mais consensual, estando presente em Cunill Grau (1998), Bresser Pereira (1998) e Azevedo (1999).

neoliberalismo e democracia, e também por uma implementação lenta e indeterminada quanto aos resultados de reformas neoliberais.

Como essa autora mesma coloca, um dos fatores que seria crucial para a implementação da ideologia neoliberal (e conseqüentemente de seu modelo de Reforma do Estado) é a mudança intelectual, o que, segundo ela, é essencial para que qualquer governante venha a atingir boas condições de governabilidade e possa implementar as medidas propostas durante a campanha.

Santos (1995) aponta que o problema da governabilidade foi mais ou menos crônico nas últimas décadas no Brasil, podendo ser entendido como a herança mais nefasta do período militar, pois sua origem está na Crise Fiscal do Estado e na incapacidade crônica do sistema político-representativo e do Estado de se livrarem de crônicos vícios. Ainda, de acordo com esta autora, a questão passa a ser como formar, como operar as políticas propostas, o que envolve então a criação de um *mix* entre público/privado nas políticas, participação e descentralização, e mecanismos de financiamento e alcance global dos programas, ou seja, em como sair do Quadro de Escassez Total⁸. A mais, no caso do Brasil, registre-se a falta de mecanismos de controle, essenciais para que se possa garantir a vigência plena de um Estado de Direito e do pleno equilíbrio entre os Três Poderes. São estes então os pontos de vista sob os quais a questão da governabilidade no Brasil deve ser enfocada.

Como coloca Sola (1994), a pressão por reformas de peso, aliada a uma baixa institucionalização das instituições políticas, fez com que os governantes de turno as adiassem *ad infinitum* enquanto pudessem. A questão central da governabilidade trata-se, na verdade, da seguinte: Qual a forma ideal de equacionar os novos

interesses políticos e sociais surgidos da década de 60 em diante? O problema central consiste em encontrar uma forma específica de articulação entre Estado e sociedade, forma “na qual se reconheça que o problema da administração eficiente não pode ser dissociado do problema de garantir também a operação democrática do Estado” (REIS, 1995, p. 41). Continuando, o autor afirma: “assim, a indagação subjacente à questão geral da governabilidade é, em última análise, a de como resolver a tensão contida na busca simultânea de eficiência e de democracia” (idem).

A questão é se pensar que tipo de Estado se quer montar, se é o Estado como agente autônomo do processo de Reforma, ou se ele é a arena da Reforma. A questão da governabilidade vem a ser então algo cuja solução é essencialmente política, e deve caminhar para dois lados: 1) Eficiência Administrativa; 2) Eficiência Política. Em outras palavras, isto é tornar novamente o Estado como expressor dos conflitos sociais. Era premente resolver a questão fiscal para que o Estado pudesse recuperar sua capacidade de investimento, e pudesse, então, por este lado, capitanear uma política econômica que estimulasse o desenvolvimento e contivesse a inflação. Era também necessário dar vazão de forma democrática aos novos interesses que começavam a entrar na arena política.

É flagrante o sentido neoliberal das medidas tomadas por Collor de Mello⁹: as privatizações, a introdução da livre-negociação salarial, a extinção e a criação de órgãos estatais, a colocação de funcionários em disponibilidade, a criação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade e a filiação do setor público a este, a abertura de mercado, a quebra do monopólio das estatais, a redução da quantidade

⁸ A definição é de Santos (1979). Segundo este autor, o quadro caracteriza-se por uma ausência tal de recursos que, em face das demandas da sociedade, o poder público tem apenas a capacidade de atendê-las pontualmente.

⁹ Esta é a posição de Diniz (1998), Oliveira (1995a), Preworsky (1994), Sola (1993) e diversos outros autores.

de moeda em circulação, a maneira como os programas sociais são encarados, etc., expressam a aplicação de medidas visando obter o que se convencionou chamar de “ajuste estrutural”, reduzindo o tamanho do Estado, tentando controlar o *déficit* público. Contudo, os políticos de maneira geral refutam a qualificação de neoliberal, como se ela contivesse em si algo de desabonador, preferindo dizer que estão promovendo reformas modernizantes e que levarão ao desenvolvimento.

De alguma forma os conceitos de Collor de Mello sobre o Estado, a realidade do país e do mundo, etc., tiveram de encontrar materialidade. Um destes “corpos” foi o discurso do presidente.

Em sendo assim, parte-se do pressuposto de que, vindo no contexto da Crise do Estado e da implantação de políticas neoliberais em todo o mundo, o presidente Collor de Mello incorporou em seus pronunciamentos uma série de elementos da realidade da época e organizou-os de uma tal forma a fazê-los compor um todo que permitiu a ele obter sucesso em passar para a maioria da população a idéia de que o modelo de Estado vigente até então era arcaico e inadequado, ao contrário do modelo que se estava propondo, tido como novo, bom e ajustado às necessidades e exigências do momento.

Isto se fez através do aporte de novos significados para o Estado, ligando uma visão desestatizante, já presente no mundo, com a realidade do país, estabelecendo vínculos entre seu projeto político, o passado e o presente da sociedade brasileira e uma perspectiva de futuro. Está-se, portanto, diante de um processo de elaboração, transmissão e tentativa de fixação de idéias e de um projeto político.

Como então materializar o estudo de como o discurso estrutura um campo de disputas em torno do tema da Reforma do Estado e qual a importância deste?

É Cruz (1998) quem dá um início de resposta. Estudando as razões da penetração da ideologia neoliberal na América Latina, e em especial no Brasil, afirma que a maioria das análises que a justificam tem como matriz de explicação ou a conjuntura econômica internacional ou a pressão de organismos internacionais, como o Banco Mundial, o BID e o FMI, e que nenhuma análise se preocupou em avaliar como os atores políticos internos se posicionaram quer frente ao quadro externo (realidade econômica e teorias), quer frente às questões internas de cada país, ou seja, no caso brasileiro, como procuraram equacionar as questões envolvidas na transição democrática e na Crise do Estado nos anos 80.

Para superar estas limitações seria necessário combinar duas abordagens: a histórico-cultural e a estratégica. Seria preciso especificar a maneira pela qual as propriedades emergentes – por exemplo, a globalização dos mercados financeiros, ou os novos regimes delineados na Rodada Uruguai do GATT – comparecem no processo político estruturando os espaços onde se travam as lutas, condicionando os recursos mobilizáveis pelos contendores e delimitando, em cada momento, o âmbito de suas alternativas. Sem por isso desconhecer que esses elementos, ditos objetivos, são resultados cristalizados de lutas passadas. E que, no presente, eles são mediados pela percepção dos atores, cujas escolhas são irredutíveis às condições subjacentes e têm o dom de criar, por si mesmas, novas realidades (CRUZ, 1998, p. 10).

O estudo de como a Rodada Uruguai do GATT, bem como o da forma que a Reforma do Estado apareceu no processo político construindo espaços onde se travam as lutas e se condiciona o recurso mobilizável pelos contendores, teve de encontrar corpo, materialidade. Entende-se que um destes corpos foram os pronunciamentos oficiais sobre a Reforma do Estado, e o que se faz nesta Tese é reconstruir este corpo, trazendo a informação de como a Reforma do Estado esteve presente nos pronunciamentos de Collor de Mello.

Levantam-se, como questionamentos: Como o contexto histórico no qual se deu a Reforma neoliberal do Estado aparece no discurso? E as realizações? Como

se justifica a implementação das medidas? Que papel o Estado teve e deveria passar a ter? Quais foram os aliados e opositores deste projeto e em nome de quem e de que ele deveria ser implementado? Através de que estratégias discursivas isto foi passado para a população? Que relações tudo isto guarda com o Estado precedente?

Levantam-se, como hipóteses: a) que a Reforma do Estado esteve presente nos pronunciamentos do presidente Collor de Mello desqualificando o Estado precedente, relacionando essa desqualificação com os principais problemas enfrentados durante a transição; b) que, junto com a resolução dos problemas da transição, impõe-se também a necessidade de combater a corrupção e a urgência de implementar uma nova matriz de Estado (neoliberal), para que se possa chegar a um futuro de justiça social, associando as reformas com o desenvolvimento e a modernização.

Optou-se por utilizar, como material de análise, os pronunciamentos feitos por Collor de Mello abrangendo o período 1990-1992, separando-se destes os que efetivamente abordavam a Reforma do Estado, quais sejam, os que, de alguma forma, tocassem nas privatizações, nas reformas administrativa e tributária, ou em temas como cidadania, política econômica, política social, política cultural, democracia, liberdade e direitos.

É necessário marcar agora a perspectiva metodológica que orienta a análise do material empírico, deixando claro que não se pretende discorrer sobre o estado da arte da Análise do Discurso. Neste sentido, Michel Foucault (1971, 1993, 1996 e 2000), Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985) são autores que dão uma contribuição importante à Análise do Discurso no sentido de pensá-lo não como um

fenômeno exclusivamente lingüístico, mas sobretudo como fenômeno social. Com base nestes autores, busca-se a definição do que seja discurso.

Foucault marca que os discursos "tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e palavras", definindo sua busca como sendo: "não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representação), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam" (FOUCAULT, 2000, p. 56). Então, para este autor, os discursos formam sistematicamente os objetos sobre os quais falam.

Laclau e Mouffe (1985) contribuem com a noção de práticas articulatórias:

We will call articulation any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice. The structured totality resulting from that articulatory practice we will call discourse (1985, p. 105).

Para o analista, discurso é, portanto, um texto, que deve ser entendido em seu contexto, e que expressa uma ou mais relações sociais. Assim, não existe discurso sem a participação do sujeito na linguagem, pois o sujeito emissor e os demais componentes do discurso são históricos e sociais.

Ou seja, o discurso pressupõe um sujeito que o emite usando uma linguagem historicamente dada, e que assim procura interpelar um ou mais sujeitos que o recebem com o fim de construir ou desconstruir uma realidade histórica e discursiva. Estabelecer um discurso é, portanto, uma prática constante e sempre apenas parcialmente bem sucedida de fixar significados através da articulação de elementos presentes em outros discursos e na vida da sociedade em geral.

Discurso é, então, um texto onde estão impressas relações sociais e produções de sentido. “O discurso, portanto, nada mais é do que o local onde estas práticas são materializadas na linguagem. Em vista disso, o seu estudo não pode ser entendido como um ramo da Lingüística, mas como um estudo das formas que sujeitos históricos significam suas condições de existência” (PINTO, 1989, p. 19).

É importante ainda destacar as relações entre práticas discursivas e não-discursivas, onde se destacam que o discurso e o local onde está sendo enunciado não existem um sem o outro e ambos modificam-se mutuamente também. O discurso político não existe sem o ato político, a campanha, a inauguração, a reunião ministerial, a proposta de reformas. Mas, como destaca Pinto (1989, p. 24), “se, por um lado, o discurso necessita de um aparato não discursivo para ser enunciado, por outro ele renova este aparato no seu próprio interior”.

Então, importa a capacidade da prática discursiva de articular, de dar o significado, de variadas formas, de uma prática não-discursiva. Exemplo: Em resposta à suposta ameaça de um ataque terrorista externo, o presidente de uma nação desenvolvida decide depor o presidente de uma outra, identificando aí ameaça à segurança de seu país. Pela ótica do governante agressor, o foco está na segurança nacional. O outro, por sua vez, alega em sua defesa a não-existência da ameaça, qualificando a invasão como uma agressão que merecerá ser dura e imediatamente rechaçada em nome da soberania nacional ameaçada. Pacifistas gritarão contra o absurdo da violência.

Portanto, um mesmo fato pode ter várias visões, dependendo de quem é o emissor do discurso e da posição social e discursiva tencionada por este. Conseqüentemente, outro ponto a ser destacado é o poder do discurso, ou seja, até que ponto o emissor é capaz de conseguir um eco do receptor. Ou, como melhor

coloca Pinto (1989, p. 36), até que ponto um discurso tem “capacidade de responder a demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade, reconstruindo posições e sujeitos”, enfim, de dar o sentido àquela sociedade como um todo.

Em decorrência destas definições, uma noção central é a de hegemonia. Conforme Laclau e Mouffe (1985), a hegemonia se dá no campo da ideologia¹⁰. Assim, como pensar a permanência do discurso?

Céli Pinto (1989), discutindo a questão de como o discurso pode exercer poder, explica que o discurso exerce sua condição de poder quando tem capacidade de transformar suas condições de emergência em condições de existência e de construir estas últimas em seu próprio interior, em suma, de institucionalizar-se, sendo esta a forma como um discurso encontra seu lugar na pluridiscursividade do social.

A permanência de um discurso - isto é, sua condição de poder - está altamente relacionada com sua capacidade de, por um lado, transformar as condições de emergência em condições de existência e, por outro, construir no seu interior suas próprias condições de existência. Tais operações permitem ao discurso encontrar seu lugar na pluralidade discursiva, em outras palavras, institucionalizar-se (PINTO, 1989, p. 39).

Deve-se apontar então para esta pluridiscursividade, isto é, para a existência de vários discursos que buscam significar um mesmo tema e interpelar um mesmo sujeito. Essa dinâmica faz com que os significados dos termos mudem constantemente, havendo uma contínua apropriação e re-significação de termos de um discurso por outro.

¹⁰ O autor estabelece uma longa discussão sobre este conceito que pode ser visto em *The death and resurrection of the theory of ideology* (LACLAU, mimeo). Visões semelhantes e contraditórias estão expressas em *Hegemony and ideology in Gramsci* (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Conseqüentemente, estabelecer um discurso é fazê-lo hegemônico, fazê-lo ouvido e repetido, construindo-se enquanto um sujeito que pode falar sobre algo a outrem. Significa recriar as condições de existência de tal forma a poder responder: Quem pode falar? O quê? Para quem? Em que lugar?

Como se colocam estas questões especificamente para o discurso político? Este é entendido como aquele que “reivindica o poder público (o Estado) através da construção de uma visão de mundo que se apresenta como a visão dos interesses gerais da sociedade” (PINTO, 1989, p. 51).

Em sendo assim, é um discurso onde o sujeito se coloca plenamente, e seu local de enunciação é a luta política, sendo seu objetivo vencê-la através da desconstrução e reconstrução de significados, da articulação de uma visão de mundo, sabendo-se que o “o discurso político vive de sua capacidade de interpelar, pois seu êxito depende de sua capacidade de construir sujeitos com a mesma visão de mundo” (PINTO, 1989, p. 52).

É necessário então destacar duas perspectivas analíticas: a) a de quem fala: o discurso possuiu um enunciador muito claro que se destaca do conjunto de sujeitos da sociedade. Quem fala tem centralidade, e os locais mais tradicionais da prática política, tais como os postos governamentais, os partidos e o Poder Legislativo são locais privilegiados de enunciação deste tipo de discurso.

Vale ressaltar ainda que, conforme Pinto destaca, “o discurso político não se forma apenas buscando sujeitos já presentes na pluridiscursividade do social, ele constrói no interior do próprio discurso sua nova posicionalidade e disto depende em grande parte seu êxito” (1989, p. 52-53).

Desta forma, o primeiro passo na luta do discurso político é instaurar os sujeitos que o enunciam. O mesmo vale para os sujeitos que são enunciados, e,

então, o processo de interpelação se dá entre os sujeitos enunciadore e a necessidade de enunciar e interpelar novos sujeitos dentro da pluridiscursividade do social, o que envolve desprover o discurso do outro de sentido. O discurso político almeja a hegemonia e, em sendo assim, cada discurso constrói a sua visão de mundo buscando construir antagonismos com a visão de mundo inimiga e a luta é um jogo de significados.

O presidente, então, em seus pronunciamentos, dá um significado à realidade social e procura interpelar vários sujeitos tentando compor um complexo quadro onde monta um discurso sobre a Reforma do Estado envolvendo o papel anterior do Estado e a redefinição deste, os aspectos contidos na transição democrática, a luta por cidadania, liberdade e direitos, a economia de mercado, as realizações do governo e uma projeção de futuro, e também o posicionamento adotado por estes sujeitos frente à Crise e à Reforma do Estado e frente às ações do governo.

Postas estas definições, cabe explicitar melhor agora como operacionalizar o estudo. Tomando como ponto de partida que se quer investigar como a Reforma do Estado apareceu nos pronunciamentos do Governo Collor de Mello, um primeiro passo é definir a construção do corpo discursivo.

A determinação do período dá as primeiras pistas e justifica a opção por pronunciamentos proferidos no ou sobre o período 1990-1992. Por outro lado, a definição de que se vivia nesta época ainda uma “transição dual” nos obriga a encontrar, dentre os vários discursos presentes na sociedade, aqueles que abranjam este tema.

Por este aspecto, qualquer discurso político poderia ser abordado. No entanto, a preocupação aqui é investigar a maneira como a Reforma do Estado apareceu nos

pronunciamentos de Collor de Mello. Conclui-se então não haver outra escolha que analisar a fala do presidente, tal como foi feita. Definido isto, há uma observação importante a ser feita. Tendo em vista as noções de práticas discursivas e não-discursivas acima desenvolvidas, tem-se que:

tratando-se de governo onde o centro é uma concepção não-intervencionista do Estado, o discurso pode ter diferentes condições de emergência, como, por exemplo, ao nível da pluralidade discursiva, uma tradição de discurso liberal, o discurso quase do senso-comum que associa o governo à ineficácia e a iniciativa privada à eficiência; um outro discurso estatizante de tendência socialista, etc. Ou seja, a indagação a responder é a seguinte: que significações existentes na sociedade constroem espaço para emergência de tal discurso? (PINTO, 1989, p. 60).

No caso específico desta Tese, é possível apontar sim que a existência de uma tradição de discurso liberal é uma das condições. No entanto, as hipóteses levantadas levam a discussão para um outro rumo – o pressuposto aqui é o de que as condições são dadas num contexto de crise e Reforma do Estado.

Para empreender a discussão proposta, procedeu-se à seleção dos pronunciamentos mais significativos. Estes foram encontrados numa página que o presidente disponibilizou por um certo tempo na Internet (www.collor.com.br).

Obtivemos: a) dezenove pronunciamentos; b) nove coletâneas com trechos de pronunciamentos, selecionados pelo próprio presidente, abrangendo as Relações Internacionais, Ecologia, Problemas Sociais, Ciência e Tecnologia, e a Reforma Administrativa; c) quatorze artigos¹¹; d) uma biografia, sete palestras, dois

¹¹ Os quatorze artigos abarcam os mais diversos temas, mas, centram-se em discutir a ideologia que, segundo Collor de Mello, embasou seu governo, e que ele chama de *social-liberalismo*. Numa outra oportunidade será interessante explorar bem como o presidente o define. Por ora, limitamo-nos a destacar que, de acordo com Collor de Mello, esta é uma corrente de pensamento que entende que o mercado não é o mais perfeito alocador de recursos e que, portanto, sua ação deve ser complementada pelo Estado, principalmente para reduzir as mazelas sociais. Fica patente, pela

apanhados de opiniões e oito documentos com as principais atribuições constitucionais e realizações dos principais ministérios¹².

O passo seguinte consistiu na leitura de todo o material, separando-se, como pertinentes ao projeto, apenas os pronunciamentos e parte das coletâneas que abrangiam o tema da Reforma do Estado que foram então classificados, segundo o tema principal neles abordado, chegando-se à seguinte distribuição:

- a) Pronunciamento de posse;
- b) Reforma Tributária (dois pronunciamentos);
- c) Meio Ambiente (três pronunciamentos);
- d) Mercosul (três pronunciamentos);
- e) Posses de ministros e reuniões de balanço ao final de um ano de governo (três pronunciamentos);
- f) Educação e Cultura (quatro pronunciamentos);
- g) Economia (três pronunciamentos);
- h) Privatizações (extratos das coletâneas).

Verificou-se que já se estava de posse de um material que expressava a maneira como o governo demarcava sua posição na história do país e do mundo, a forma como a situação mundial influía na sua percepção de como deveria ser a tomada de posição frente à Reforma do Estado, as continuidades e rompimentos que pretendia fazer, e, também, em nome de quem. É ainda neles e em seus extratos que se vê a quem o governo conclama para que venha juntar-se à sua luta e os

leitura dos artigos, a influência das idéias e da visão de mundo de José Guilherme Merquior sobre o então presidente.

¹² Se os artigos têm a função de mostrar qual é o tom da ideologia que, segundo o presidente, embasa seu governo, já nas palestras e pronunciamentos proferidos por ocasião de homenagens pós-*Impeachment*, a fala expressa certo rancor com a incompreensão e a ingratidão do povo, ou, então, com o revanchismo das elites que ele combateu ao colocar o País na rota da modernidade e do desenvolvimento.

significados que são dados à atuação de diversos atores políticos ao longo de dois anos e meio de governo. Também é possível identificar a maneira como foram significadas as medidas tomadas com relação à Reforma do Estado frente à situação anteriormente vivida pelo país, e ao modelo de Estado então vigente.

Isto posto, é preciso definir melhor o procedimento analítico. Uma organização lógica do material é separá-lo por períodos, pois desta forma se poderão observar variações na composição dos sujeitos e nas mensagens, bem como extrair como as realizações do governo e os fatos ocorridos entre 1990 e 1992 apareceram nos pronunciamentos. Assim foi feito e destacou-se, para análise, cinco deles: o de Posse, um pronunciado numa reunião ministerial ao final do primeiro ano de governo, outro ao segundo, e um pronunciado quando da comemoração do primeiro ano de vigência das principais medidas adotadas com relação à Reforma do Estado.

Houve dificuldade de encontrar na página da Internet um pronunciamento do presidente que abordasse os últimos momentos de seu governo, que contivesse análises das realizações do ano de 1992 e dos problemas vividos durante o *Impeachment*. Entretanto, estes aspectos foram tratados diversas vezes em palestras, artigos e seminários após a saída da Presidência da República, portanto quando já presidente.

A análise deste material é importante, pois ele não só aborda os fatos do ano de 1992, como mostra a visão *ex post* de Collor de Mello sobre seu governo. Além disto, por sua natureza, contém mais bem definida a ideologia que o embasou. Neste sentido, sua análise permitirá uma melhor compreensão, discussão e análise dos temas, objetivos e hipóteses da tese. Em sendo assim, e por sua completude, selecionou-se para estudo o artigo *A visão de quem viveu o fato*.

A investigação foi feita adotando o procedimento de identificar quem fala, para quem fala e o que fala. Além disto, partiu-se para uma análise que percebesse a construção de relações de equivalência e diferença e também o estabelecimento de relações antagônicas.

O exemplo a seguir pode tornar um pouco mais claro o que se pretende. Tomem-se por base as seguintes hipotéticas frases de um pronunciamento presidencial:

Tenho dialogado com minha equipe e sentido a firme disposição de trabalhar em direção àquilo que a Nação referendou nas urnas, ou seja, a democracia, a justiça social, o Estado que respeita o contribuinte e o cidadão.

Neste sentido, a intempestiva ação do governo empreendendo a Reforma do Estado atende aos interesses da classe trabalhadora e dos despossuídos que não suportam mais ver seus parques rendimentos corroídos pela inflação flageladora.

Prometo que o governo assim continuará a agir a despeito do protesto e das ações de setores elitistas e anacrônicos da sociedade.

Nele temos que:

QUADRO 1 – EXEMPLO DE ANÁLISE

<i>Sujeito Enunciador</i>	<i>Sujeito a quem se fala</i>	<i>Enunciado</i>
Eu Equipe de Governo	Classe trabalhadora/despossuídos/ governo/Nação/contribuinte/ cidadão/elites/setores anacrônicos da sociedade	Que as ações do governo, em especial no que diz respeito à Reforma do Estado, vão ao encontro dos interesses destes/ que são referenciadas pelo processo democrático, e que, então, em nome dos primeiros, continuarão.

Há uma relação de ambigüidade entre o presidente e o governo: eu ≠ equipe de governo, já que ele dialoga com ela, e faz isto colocando uma promessa no sentido da ação desta.

O governo é definido de uma forma extremamente genérica e vaga, pois não se define quem o compõe e apóia – ele apenas age e discute. Por outro lado, os outros sujeitos são claramente definidos – a classe trabalhadora, os contribuintes, os despossuídos, os cidadãos, a Nação, – que não suportam mais conviver com o flagelo da inflação.

É possível também neste fragmento imaginário trabalhar com as noções de não-classe trabalhadora, não-cidadãos, não-contribuintes, não-despossuídos, não-Nação. São os que não são atingidos pela inflação – as elites e os setores anacrônicos da sociedade e que, portanto, opõem-se à Reforma do Estado.

Estas operações básicas permitem ao analista comparar as diversas posições de sujeito dentro de um conjunto de documentos que compõem um corpo discursivo. É uma primeira fase desta construção. No entanto, o trabalho não deve parar aí.

O analista deve avançar no sentido de identificar a relação estabelecida no interior do discurso com a pluralidade e com as práticas não-discursivas. Em outros termos, deve estabelecer como o discurso constrói no seu interior suas próprias condições de existência. Três indagações podem servir como guia que abre boas perspectivas: que discursos da pluridiscursividade do social são incorporados; que discursos são nomeados; que elementos não-discursivos são nomeados e ganham sentido próprio no discurso. Dentro deste procedimento deve-se encontrar a própria historicidade que cada discurso reivindica para si (PINTO, 1989, p. 64).

A questão da dinâmica gramatical da língua e da linguagem ganha importância. A colocação de um verbo no passado é indicativa dos rompimentos temporais que o sujeito emissor quis construir, o que denota como ele se posiciona

na história. Por outro lado, o uso da voz passiva também é uma contribuição interessante, pois indica o acobertamento do sujeito. É diferente dizer “eu tomei esta decisão” de dizer “esta decisão foi tomada”. Assim também ocultar ou dar uma visão positiva de fatos do passado (através de adjetivos) e desqualificar a posição dos opositores também trabalha.

Como já foi dito anteriormente, o objetivo aqui não é o de discorrer sobre a Análise do Discurso em si, mas, sim, definir a metodologia que dá suporte ao procedimento analítico. Em sendo assim, tendo marcado a maneira como se enfoca a Análise do Discurso, com base nela é preciso delimitar o olhar que será lançado sobre o objeto.

Um primeiro passo será definir os temas presentes nos pronunciamentos, e como e se estes estão articulados em torno da Reforma do Estado. Feito isto, deve-se mostrar quem são os sujeitos enunciadore e enunciados e o que é dito a eles sobre a Reforma do Estado, bem como o que é dito sobre sua atuação com relação às políticas de Reforma do Estado proposta pelo Governo Collor de Mello. É preciso marcar também quem é constituído como não-sujeito, enfim, proceder à análise dos pronunciamentos tendo como foco a questão dos significados dados ao Estado precedente e sua crise, aos problemas existentes durante o processo de transição dual, ao neoliberalismo e às ações do governo para a solução dos problemas e implementação de um novo modelo de Estado.

Neles Collor de Mello faz uma associação onde seu governo aparece como sendo o ápice da Transição Democrática que não se completará sem que a maioria da população brasileira tenha condições mínimas de vida digna (o que se dará com crescimento econômico e redistribuição de renda), e que não pode haver num ambiente inflacionário porque a inflação corrói os salários e os valores morais, e que

um dos mecanismos fundamentais para que se consiga crescimento econômico, fim da inflação e justiça social é a Reforma do Estado que vise não só adequar seu tamanho e seu gasto, mas também circunscrever suas funções, diminuindo suas atividades econômicas, mas entendendo que o Estado é melhor distribuidor de riquezas que o mercado.

O presidente identifica também pronunciamentos que a situação de uma economia inflacionada, de estagnação do desenvolvimento econômico e de injustiça social foi causada por um crescimento distorcido e exagerado do Estado feito por elites clientelistas e individualistas que hoje, por se oporem a seu projeto, são anacrônicas e antipatrióticas. Contra elas, e a favor do seu projeto, a classe trabalhadora e a Nação, o Congresso Nacional e os que querem e clamam por justiça social são chamados a juntar forças com o governo e apoiar a Reforma do Estado por este proposta.

Um estudo aprofundado das relações entre Reforma do Estado e discurso no Governo de Collor de Mello requer identificar como as condições não-discursivas influenciaram nas discursivas, e vice-versa.

Em sendo assim, optou-se por, ao longo dos capítulos analíticos, apresentar um pequeno resumo das principais medidas e fatos do governo de acordo com uma série temporal. Estabelecido isto, verificou-se os sujeitos enunciados e o que é dito sobre eles e sobre a Reforma do Estado, quando da posse, que é o marco-zero do governo, no início e ao final do segundo ano de mandato e após o *Impeachment*. Ao mesmo tempo, como quem fala tem centralidade, a construção daquele que busca poder falar, e que tem uma proposta e um discurso sobre a Reforma do Estado, também foi feita, ou seja, mostrou-se a construção do governo.

Cada subdivisão temporal é apresentada num capítulo. Contudo, a tese está dividida em duas partes. A primeira traz a fundamentação teórica do estudo, e a segunda apresenta os resultados obtidos.

A primeira parte está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo é abordado o tema do neoliberalismo, conceituando os pilares ideológicos da Reforma do Estado no Governo Collor de Mello. O segundo capítulo contém uma gênese histórica da constituição do Estado no Brasil, mostrando como se formou o alvo da Reforma. Finalizando a formação dos conceitos, no terceiro capítulo há uma discussão teórica que dá embasamento, através da discussão da origem e da Crise do Estado no Brasil, à análise do material.

A segunda parte contém a análise do material empírico, obedecendo a uma subdivisão temporal. No capítulo IV analisamos o pronunciamento de Posse, mostrando como esta relação é originalmente montada, que relações são feitas com o panorama mundial, com as ideologias e propostas de Reforma do Estado em voga na época, identificando os sujeitos que são originalmente interpelados pelo discurso, bem como o que diz a eles e que antagonismos, equivalências e diferenças são estabelecidos.

Este assunto é ampliado no capítulo V com a apresentação e a discussão dos pronunciamentos alusivos ao primeiro ano de governo e ao primeiro ano de vigência dos principais programas implementados. Fixa-se o foco sobretudo na maneira como o social e o político apareceram através do significado da Reforma do Estado; bem como no leque de sujeitos que são interpelados pelo discurso, buscando diagnosticar e analisar as variações ocorridas, quer nos sujeitos que são interpelados pelo discurso, quer na construção da mensagem.

O sexto e último capítulo expande esta discussão para o pronunciamento realizado ao final do segundo ano de governo e para o artigo A visão de quem viveu o fato. Finalizada a apresentação e discussão dos resultados, parte-se para as considerações finais. Acompanhando o corpo da Tese, têm-se as referências bibliográficas e um anexo com a íntegra dos principais pronunciamentos estudados.

PARTE I – A BASE TEÓRICA DA REFORMA DO ESTADO NO BRASIL

Esta parte tem como objetivo fundamentar conceitualmente o principal assunto a abordar na pesquisa: a Reforma do Estado no Governo Collor. É amplamente corrente na literatura¹³ que esse governo possuiu um cunho neoliberal e presidente foi eleito numa condição muito especial: a de culminar o processo de transição democrática brasileira¹⁴. Além disto, Collor foi eleito tendo por base uma campanha onde combateu fortemente o modelo de Estado vigente, personificado na figura do “marajá”, relacionando-o com os problemas da transição democrática e vindo com uma proposta que propunha na Reforma do Estado um encaminhamento para a solução destes, colocando a necessidade de resolver estes problemas através da implantação de uma nova matriz de Estado e da moralização.

Neste momento do trabalho é preciso estabelecer então alguns pilares conceituais para a análise dos dados e a discussão destas hipóteses, e o primeiro deles é o de Reforma do Estado.

Este é um tema da agenda política que é bastante discutido, quer pela academia, quer pela imprensa, pelos partidos, etc., assim é que temas pontuais dela, como a Reforma da Previdência, são alvo de debates freqüentes.

Sérgio Azevedo, após discorrer sobre o conceito de Reforma do Estado, conclui que:

¹³ Cruz (1998), Oliveira (1995), Przeworsky (1994) são alguns exemplos.

¹⁴ A idéia de que a eleição de 1989, da qual Collor saiu vencedor, representa o ápice da transição para a democracia está presente em Lamounier (1991).

se deve reservar a denominação de “reforma do Estado” para as ocasiões de mudança do pacto social, ou seja, quando ocorra uma redefinição qualitativa do escopo do que se considera “bem público” (amplitude ou redução) e/ou mudanças significativas na forma de produção e oferta desses bens (AZEVEDO, 1999a, p. 115).

Seguindo este raciocínio, três seriam os momentos em que se poderia afirmar que ocorreram reformas do Estado brasileiro, e que são, então, épocas que marcam diferentes momentos da estruturação de nosso Leviatã: a Revolução de 1930, o Regime Militar, e, mais recentemente, o período Collor, que inicia um processo que foi continuado nos governos subseqüentes. Detalhamos então a constituição do Estado no período 1930-70, e a seguir discorre-se sobre a Reforma do Estado no Governo Collor, o que se faz através da investigação e sistematização da literatura diagnosticando o que vem a ser a Crise do Estado nos anos 80 e 90, com destaque para os problemas fiscais e também para as discussões sobre a Reforma do Estado no Governo Collor. Contudo, com relação a este segundo tema, é necessário frisar que a definição presente aqui é apenas conceitual, sendo que a descrição e a análise das medidas adotadas faz parte dos capítulos IV, V e VI. Por outro lado, deve-se conceituar o que se entende por neoliberalismo.

Este procedimento será feito em três etapas, presentes em três capítulos. O primeiro contém a caracterização do *neoliberalismo*, e, para tanto, utilizou-se de Adam Przeworsky a obra *O capitalismo democrático na encruzilhada*, escrito em parceria com Immanuel Wallerstein (Przeworsky; Wallerstein, 1988), publicado no nº 22 da revista *Novos Estudos Cebrap* e utilizou-se também sua obra *Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina*, de 1994. De Perry Anderson (1995), utilizou-se o artigo *Balanço do neoliberalismo*, publicado na coletânea *Pós-neoliberalismo*, organizada por Emir Sader e Pablo Gentili. Foi lido também o artigo O

neoliberalismo é um integrismo, de Rolf Kuntz (1993), publicado no nº 17 da Revista USP. Da mesma revista utilizou-se o artigo de Sônia Draibe (1993), *As políticas sociais e o neoliberalismo* e finalizando, Suzanne de Brunhoff (1991) contribuiu com as colocações de *A hora do mercado*.

O segundo capítulo abrange o período 1930 e 1970, caracterizando a formação do Estado. A centralidade está em alguns estudos clássicos da constituição do Estado brasileiro. Valemo-nos principalmente de Sônia Draibe (1985), em *Rumos e metamorfoses*, de Maria Vitória Mesquita Benevides (1976), em *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*, e de Luciano Martins (1985), em *Estado capitalista e burocracia no Brasil Pós-64*. A proposta é, a partir destes estudos, definir o que foi o Estado contra o qual Collor de Mello colocou sua proposta. Para melhor clareza na exposição, dividiu-se este capítulo em quatro itens: o primeiro abrangendo o período 1930-45; o segundo o Governo Dutra e o governo democrático de Vargas; o terceiro o período Kubitschek e o quarto e último, o Regime Militar.

Concluindo a apresentação desta parte da tese, o terceiro capítulo aborda uma investigação e uma caracterização da Crise do Estado no Brasil no final dos anos 1970, nos anos 1980 e 1990, enfocando sobretudo o aspecto fiscal.

Nesta parte, utilizamo-nos principalmente dos textos de Adam Przeworsky (1994), de Alkimar Ribeiro Moura (1990), *Rumo à entropia: a política econômica de Geisel a Collor*, publicado no livro *De Geisel a Collor: Também O balanço da transição*, organizado por Bolívar Lamounier. Outra contribuição foi a de Carlos Antônio Rocca (1992), *O impasse do setor público no Brasil e a retomada do*

desenvolvimento econômico, presente no livro *A crise do Estado e a retomada do desenvolvimento*, organizado por ele e outros autores.

Além destas obras, foram utilizados os livros *Os moedeiros falsos*, de José Luís Fiori (Fiori 1997), e, deste mesmo autor, valemo-nos também dos artigos *Sobre a crise do Estado brasileiro*, publicado na Revista de Economia e Política (Fiori 1989) e *Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal*, na mesma revista (Fiori 1992).

Lourdes Sola (1993) dá uma contribuição teórica destacada em *Estado, reformas estruturais e democratização no Brasil*, publicado na Revista USP nº 17, e de Luís Carlos Bresser Pereira (1998a) utilizou-se *A Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle*, publicado na Revista Lua Nova nº 45. Finalizando, é necessário marcar que outra contribuição de relevo vem de Sebastião Cruz (1998), em *Alguns apontamentos sobre reformas orientadas para o mercado*, presente na mesma revista. Os conceitos desenvolvidos nestes três capítulos servem de substrato para a discussão do objeto da tese.

CAPÍTULO I – O NEOLIBERALISMO

*O neoliberalismo é um integrismo
(Rolf Kuntz)*

A frase acima é o título de um artigo que o autor publicou na Revista da USP nº 17. Nele Kuntz desenvolve uma idéia bastante comum entre os analistas do neoliberalismo: este fenômeno não se trata de uma recuperação das idéias ou dos princípios liberais clássicos, mas, ao contrário, de “uma forma de integrismo traduzível em cartilhas” (KUNTZ, 1993, p. 57), entendendo-se por *integrismo* um apanhado de idéias e, por cartilhas, livros tais como *O Estado Mínimo* de Guy Sorman (1988), com receitas para que os governos procedessem ao que se convencionou chamar de “ajuste estrutural”, saneando suas contas, idolatrando a política de Ronald Reagan nos Estados Unidos e a de Margareth Thatcher na Inglaterra.

O governo Collor de Mello teve um cunho neoliberal. Então é preciso, dentro do limite exposto acima, que se defina o que vem a ser o neoliberalismo e quais suas propostas para a crise do Estado nos anos 70, 80 e 90. É o que se faz neste capítulo, tendo por base a literatura a ele referida na introdução desta primeira parte, iniciando a discussão sobre a Reforma do Estado no Governo Collor de Mello por marcar os pilares ideológicos dela.

De acordo com Brunhoff (1991), o neoliberalismo é um fenômeno político e ideológico característico dos anos 80 e 90 que é marcado pela recuperação das idéias monetaristas de Milton Friedman e pelos princípios político-ideológicos de Friederich Hayek, ou seja, da economia neoclássica.

O pensamento destes autores pode ser colocado como: a) o mercado é um agente econômico perfeito, imune a crises; b) toda crise econômica deve-se a um

desequilíbrio na oferta e na procura que, pelo mercado, é rapidamente sanado; c) toda forma de intervenção estatal (a não ser nos casos de defesa da liberdade, e da segurança) é uma agressão à liberdade do indivíduo, e pode levar até a governos totalitários¹⁵.

Ainda de acordo com Friedman e Hayek¹⁶, o gasto público na área social, especialmente na previdenciária, é fonte de déficit público, e também da criação de indivíduos moralmente fracos e pouco afeitos ao trabalho, além de dar muito poder à burocracia, e ser fonte de uma injusta distribuição de renda.

Nas palavras de Przeworsky e Wallerstein:

A ideologia que orienta a atual ofensiva de direita (neoliberal) é em vários pontos um fantasma dos anos 20: antiestatista, enfatizando a hegemonia empresarial, na racionalidade do mercado e na importância autônoma da moeda (1988, p. 29).

Em sendo assim, uma Reforma do Estado em moldes neoliberais contempla:

manter um Estado forte, sim, mas em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas pouco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis para incentivar os agentes econômicos (ANDERSON, 1995, p. 11).

Tem-se convencionado chamar de neoliberais as políticas que foram implementadas nos países da América Latina e do Leste Europeu nas décadas de 80 e 90 do século passado. Ao examinar a questão de como se poderia definir o

¹⁵ O nazi-facismo e o comunismo foram formas de governo que Hayek combateu vigorosamente.

¹⁶ Para um estudo em detalhes, ver Friedman (1984), e Hayek (1987). Além de Bellamy (1994), Brunhoff (1991) apresenta um estudo bastante abrangente das idéias liberais e neoliberais.

neoliberalismo tendo em vista estas considerações, Draibe (1993) define que a aplicação de políticas neoliberais é uma “receita”¹⁷ que inclui a eliminação do déficit público, as privatizações e o desmantelamento da máquina burocrática do Estado no plano econômico. No social, dois são os eixos das propostas: a) a desmantelamento do poder dos sindicatos, substituindo a rigidez da negociação trabalhista pela flexibilidade das leis do Mercado; b) a substituição da proteção social estatal (serviços públicos de saúde, por exemplo) por programas de Renda Mínima¹⁸, a focalização, a descentralização, e a privatização das políticas sociais.

Focalização significa redirecionar os gastos públicos para programas selecionados de acordo com sua urgência e necessidade. Descentralizar é aumentar a eficiência do próprio gasto, aproximando-o da gestão, e privatizar é deslocar a produção de bens e serviços públicos para o setor privado. Como razão destas propostas, é colocado pelos neoliberais que o Estado não tem condições financeiras de manter um amplo leque de programas sociais. O panorama por eles tecido é semelhante àquilo que Santos (1979) chamou de “quadro de escassez total”¹⁹.

¹⁷ A argumentação da autora é: “O neoliberalismo com que convivemos dificilmente se encarna em obras intelectuais de reconhecida competência. Mereceu mesmo, até agora, pouco esforço de exposição sistemática, com algumas exceções que podem ser encontradas no campo da economia. É antes um *discurso* e um conjunto de regras práticas de ação (ou de recomendações), particularmente referidas a governos e reformas do Estado e das suas políticas. É essa sua característica que conduz Thérét a qualificá-lo como “sistema de receitas práticas para a gestão pública (Thérét, 1990)” (DRAIBE, 1993, p. 88).

¹⁸ Draibe (1993) mostra que os programas de Renda Mínima não são exclusivos de propostas neoliberais, mas são a forma de política social por excelência de governos com esta proposta.

¹⁹ Nesta obra o autor traça um quadro de referência para analisar as possibilidades financeiras da atuação estatal. A cada conjunto de variáveis, ele chamou de “nível de escassez”. São quatro os identificados por ele:

- 1-MODERADA: há abundância de recursos financeiros, criam-se programas de longo prazo sem analisar muito bem sua relação custo/benefício.
- 2-CRÔNICA: os recursos são suficientes apenas para uma expansão limitada dos programas. Existem cortes no aparato burocrático planejador do Estado, porque não há o que planejar.
- 3-AGUDA: os recursos financeiros não cobrem o aumento dos programas sociais, há cortes nas áreas culturais e administrativas, e as atividades futuras são planejadas com cuidado.
- 4-TOTAL: o governo não tem dinheiro para mais nada, adotando estratégias escapistas de atendimento pontual a necessidades isoladas.

É com base neste nível de “escassez” que as políticas neoliberais devem ser entendidas, pois cumprir a receita é diretriz da Reforma do Estado e a razão da adoção destas políticas é creditada à crise econômica dos anos 70. Conforme destaca Anderson, “a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinado pela primeira vez, com baixas taxas de crescimento e com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno” (1995, p. 10).

Advêm então os governos de Margaret Thatcher na Inglaterra, de Helmut Kohl na Alemanha, de Ronald Reagan nos Estados Unidos, e, progressivamente, governos com a ideologia neoliberal vão sendo eleitos em todas as partes do mundo²⁰.

Contudo,

O que fizeram, na prática, os governos neoliberais deste período? O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos de Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, alastraram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia, – se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água” (ANDERSON, 1995, p. 12).

Há uma diferença a comentar aqui: como quase não havia Estado de Bem-Estar Social a combater, a prioridade neoliberal nos Estados Unidos tornou-se a

²⁰ Poder-se-ia entender como uma reação inicial a este fenômeno a eleição de governos socialistas e social-democratas na Europa, como, por exemplo, o de Mitterrand na França e o de Felipe Gonzáles na Espanha. Contudo, conforme Anderson aponta: “o neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma

corrida armamentista, que teve duas conseqüências fundamentais: levou à quebra do regime soviético e o massivo déficit público que ela causou fez com que a economia americana atraísse a maior parte dos investimentos produtivos do mundo²¹.

Com isto, os países centrais conseguiram sair da crise financeira, tornando-se, em especial no caso dos Estados Unidos, centros de atração do capital produtivo internacional. No entanto, a situação não foi a mesma nos países do Terceiro Mundo. Ao contrário, o peso dos juros da dívida externa sobre suas economias tornou-as instáveis, aprofundando a crise fiscal do Estado e diminuindo o poder de cura das políticas adotadas. Os Estados desses países vêm a passar então por uma

hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar as políticas neoliberais” (1995, p. 14).

²¹ Há diversos dados presentes às páginas 16 e 17 de Anderson (1995) que comprovam isto. Analisando estritamente a relação da aplicação e da imposição de teorias neoliberais com a política externa norte-americana, Maria da Conceição Tavares e Luiz Eduardo Melin concluem que esta política esteve vinculada a uma estratégia de recuperação do dólar como moeda-padrão internacional e do estabelecimento dos Estados Unidos como única potência econômica e militar mundial. A este respeito ver *A retomada da hegemonia norte-americana* (TAVARES, 1997) e *Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana* (TAVARES e MELIN, 1997). Relacionando com a corrente neoliberal, Kuntz afirma que o não estudo do déficit público norte-americano é sua grande lacuna. A idéia é passada através do seguinte comentário às teorias de Guy Sorman: “Curiosamente, Guy Sorman reconhece que o déficit federal americano, ao invés de encolher, cresceu durante a administração Reagan. Mais curiosamente, ainda, ele não estabelece um vínculo entre esse déficit – atribuível tanto à renúncia fiscal quanto aos gastos militares – e o crescimento econômico. Reconhecer esse vínculo seria, talvez, incorrer em grave pecado ideológico, o keynesianismo” (KUNTZ, 1993, p. 57-58).

severa crise, e, como proposta de solução a esta, o neoliberalismo aparece com força.

CAPÍTULO II – GÊNESE DO ESTADO BRASILEIRO

Uma vez tendo conceituado o neoliberalismo, a discussão deve tomar agora um outro rumo. Como se supôs que a Reforma do Estado no Governo Collor de Mello veio colocando com sinal negativo as características do Estado precedente, é preciso marcá-las. É o que se faz agora, neste segundo capítulo, tendo por base a literatura a ele referenciada na introdução desta primeira parte da tese.

A discussão da origem do Estado, no caso brasileiro, confunde-se com a nossa como Nação. Sob a ótica estrita da estruturação do poder, pode-se afirmar, com base em Martins (1985), que este processo de conformação da estrutura do Estado foi acompanhado do surgimento de uma burocracia patrimonialista que mesclou interesses públicos com laços de compadrio, admissões por concurso com indicações, e um desvelado espírito desenvolvimentista com uma preservação a todo custo de sua capacidade de influência.

De fato o Estado que emerge no Brasil a partir da Revolução de 30, e se consolida no curso do processo de industrialização é um Estado que não se limita a garantir a ordem capitalista (quer dizer: manter as condições sociais externas necessárias à produção capitalista), mas que passa a atuar *internamente* ao sistema de produção para organizar a acumulação, tornando-se ao mesmo tempo promotor e ator da industrialização. Essa ação do Estado, que se anuncia ainda de forma mais ou menos incipiente nos anos 30-40 (as iniciativas no campo da siderurgia e do petróleo sob o primeiro Governo Vargas, por exemplo), tornar-se-á cada vez mais importante e cada vez mais evidente, a partir da década de 50, pelo papel por ele desempenhado na efetiva constituição (porque gerando seu próprio mercado) de um sistema industrial no país. Mas esse Estado que assim atua já é também um Estado que cria e reproduz uma burocracia dotada de interesses próprios e que se realizam através da ampliação do intervencionismo estatal (MARTINS, 1985, p. 33-34).

Esta burocracia foi a principal responsável pela ascensão à máquina do Estado, e, portanto, ao poder, de uma classe média urbana (SAES, 1985), que se transforma numa elite decisória e cosmopolita que controla o Estado, ao passo que se constituía no País um outro bloco, composto da imensa maioria de pessoas que estava à margem deste processo.

O Estado brasileiro expressará então, em sua “ossatura”, os conflitos sociais existentes, basicamente aqueles entre indústria e agricultura, e planificação e não-planificação.

Tratava-se, portanto, de uma estrutura social já diferenciada e *heterogênea* tanto a nível das classes dominantes quanto das classes e frações subalternas. Esta estrutura heterogênea fundamentava-se em um certo grau de avanço das forças produtivas que, apesar de limitado pela subordinação ao capital mercantil, desenvolveu uma potencialidade virtual de reordenação do padrão da acumulação capitalista. Com efeito, a crise da economia cafeeira, que atingiu seu clímax com a depressão dos anos 30, representou a possibilidade de ruptura da sua forma de inserção no âmbito da economia mundial capitalista, atrelada que estava aos tempos e contratempos da demanda proveniente dos mercados dos países centrais” (DRAIBE, 1985, p. 32).

O Estado brasileiro vai então se estruturando como o agente da síntese de uma sociedade heterogênea. No entanto, ele possui uma autonomia que não deve ser entendida como resultante da fraqueza da sociedade, mas, sim, como o resultado da vontade de certos setores dela. Nas palavras de Martins (1985, p. 25), “o que se afirma, em síntese, é que o relacionamento Estado-sociedade é marcado, nos países de industrialização recente, pela desarticulação social que neles prevalece”.

Por causa disto, o Estado tem que desempenhar seus papéis tradicionais, e também controlar as relações com o capital estrangeiro – e ainda assim legitimar o

exercício desenvolto que desses novos poderes de intervenção faz a burocracia estatal em benefício próprio.

Martins (1985, p. 34) adiciona que “este Estado que assim atua é também um Estado que cria e reproduz uma burocracia dotada de interesses próprios e que se realizam através da ampliação do intervencionismo estatal”.

Há então um permanente conflito entre os interesses da burocracia, de setores sociais que ela representa e os dos demais que estão distantes dela. Assim, a análise do aparato estatal constitui-se num objeto essencial para o estudo da constituição do Estado no Brasil, pois, ao controlar a sociedade e a economia, ele acabou gerando padrões de comportamento político que vieram a refletir-se nas expectativas que se tinha a respeito de sua atuação, expectativas estas que eram principalmente a de que ele desse continuidade ao que vinha fazendo – intervir de forma autoritária na sociedade para organizá-la e promover a estruturação de uma sociedade capitalista plenamente constituída.

Conforme definimos anteriormente, três são os períodos em que houve processos de Reforma do Estado no Brasil: a) o período 30-45, b) o governo de Juscelino Kubstichek, c) o Regime Militar, e, até onde esta Tese abrange, o Governo Collor de Mello. Passa-se, agora, a conceituar a gênese do Estado brasileiro no século XX, indo até o final do período militar, para que se possam ter mais fundamentos para a discussão da Reforma do Estado no Governo Collor de Mello.

Para efeito de melhor sistematização e clareza na exposição, o capítulo foi dividido em quatro subitens, sendo que o primeiro abarca de 1930 a 1945, o segundo os governos de Dutra e Vargas, o terceiro a época de Juscelino Kubistchek, e o quarto e último, o período militar.

2.1 O período 30–45

Foi neste período que começou a estruturar-se o modelo de Estado que Collor de Mello veio a combater, como precedente. Este foi um Estado que alavancou o desenvolvimento capitalista no país. Como Draibe (1985) aponta, este processo não se caracterizou pela destruição total de formas sociais e políticas pretéritas, mas, sim, por uma sobreposição e incorporação de estruturas arcaicas às modernas, um ir para frente com extremo medo do futuro²².

De início, considera-se que três grandes classes de problemas podem ser encontradas na constituição e gerência do Estado, no Brasil, nesse período:

- a) a questão agrária, porque era necessário ter uma estrutura fundiária que garantisse mão-de-obra, alimentos e matérias-primas;
- b) as relações entre os diversos setores da burguesia;
- c) o futuro do processo de desenvolvimento, compondo proletariado e justiça social.

Mas, no caso das industrializações tardias, há ainda um outro problema a ser detidamente considerado, que é o próprio Estado, pois a forma como se dá a estruturação de seu aparato, bem como a função que os organismos criados terão

²² “Em poucas décadas, o Estado incorporou a estruturas pretéritas outras novas, respondendo sempre à “modernidade” do presente. A própria rapidez e simultaneidade do desenvolvimento econômico e social, que recobre permanentemente, e em grande velocidade, as velhas estruturas com novas, as novas com novíssimas, criando um quadro de profunda heterogeneidade estrutural, transporá essa heterogeneidade estatal para a forma do Estado.

Essa forma estatal de “transição” é ágil, moderna, capitalista, nos seus aparelhos econômico, repressivo e social, e ao mesmo tempo tradicional, atrasada e frágil, especialmente em suas bases econômicas. O Estado é, de um lado, centralizado e poderoso; de outro, desarticulado e fraco. Na historiografia, seu retrato aparece como um híbrido paradoxal. Os analistas ora o apresentam como cartorial, conservador, ossificado, burocratizado; ora como um Estado burguês moderno, monopolista, flexível. No plano do aparelho econômico – a que nos restringimos – e sob a perspectiva da modalidade da relação com o processo de industrialização, essas características se manifestaram no próprio movimento desigual e descontínuo de formação das estruturas estatais centralizadas” (DRAIBE, 1985, p. 256).

ao longo do tempo, expressarão as marchas e contramarchas do próprio processo de revolução e os conflitos sociais característicos do período.

Retomando a linha da evolução histórica e focalizando bem detidamente os primórdios da nossa industrialização, verifica-se que ela começou com o café e, portanto, data do final do século XIX, podendo a economia cafeeira, de acordo com Cardoso de Mello, ser assim resumida:

a produção cafeeira é, simultaneamente, demanda por terras, meios de produção e força de trabalho, pelo lado da acumulação e, pelo lado de gasto corrente, demanda por alimentos, bens de consumo assalariado, e bens de consumo capitalista. A acumulação de meios de produção e o consumo capitalista se financiam com a capacidade para importar gerada pelo próprio complexo exportador cafeeiro. Somente a demanda de alimentos e bens manufaturados de consumo assalariado, uma vez constituídos, a agricultura mercantil de alimentos e o setor industrial são atendidos por produção interna, com o que se internaliza a reprodução da força de trabalho (CARDOSO DE MELLO, 1989, p. 105).

Comparando esta forma de organização econômica com as preteritamente vigentes no Brasil, Furtado (1989), Cardoso de Mello (1989), e Draibe (1985)²³ apontam que ela foi a única que permitiu a reprodução ampliada dos capitais que circulavam internamente, pois, os investimentos em café eram ao mesmo tempo inversões em bancos, transportes, seguros, indústrias, serviços e salários.

²³ Conclui Furtado que: “vejamos como se propaga o fluxo de renda criado pelas exportações. Os gastos de consumo – compra de alimentos, roupas, serviços, etc. – vêm a constituir a renda dos pequenos produtores, comerciantes, etc. Estes últimos também transformam grande parte de sua própria renda em gastos de consumo. (...) Quando convergem certos fatores, a que nos referiremos mais adiante, o mercado interno se encontra em condições de crescer mais intensamente que a economia exportadora, se bem que o impulso de crescimento tenha origem nesta última” (FURTADO, 1989, p. 152). Draibe complementa: “com a constituição da economia capitalista exportadora no Brasil, abre-se um período de transição capitalista. Conforma-se uma estrutura econômica na qual aparecem diversas formas de capital: o comercial, o bancário, o produtivo, ligado às atividades de exportação, o capital estrangeiro com suas inversões em sistemas de transporte, serviços públicos, etc. e, finalmente, o capital industrial” (DRAIBE, 1985, p. 11-12).

Estava, assim, formada a matriz para uma estrutura social composta por burguesia industrial e comercial, por empregados do setor de serviços urbanos e por proletariado urbano e rural.

Da força política de cada um destes setores dependerá a evolução do processo de desenvolvimento, e desta evolução, dentro do aspecto que aqui interessa, a constituição do Estado.

Como Cardoso de Mello (1989) marca, dado o volume de investimento que era requerido, a industrialização só poderia ser feita com um apoio substancial do Estado, sendo esta a necessidade maior de sua intervenção. No entanto, este mesmo Estado precisava aparelhar-se para dar conta dessa exigência, considerando-se a frágil articulação dos interesses favoráveis à industrialização no país, pois,

O que o período não mostra, ao nível das forças políticas atuantes, é uma forma orgânica de articulação de interesses em torno do conjunto das questões maiores da industrialização. Nesse sentido, as alianças e articulações que se estabeleceram no período, à medida que aquelas questões se atualizaram, foram fugazes, instáveis, respondendo a um campo sempre heterogêneo de interesses fragilmente aliados em torno de objetivos específicos (DRAIBE, 1985, p. 42).

O raciocínio acima expresso permite concluir que o Estado tinha uma autonomia ampla, e, ao mesmo tempo, muito restrita, para agir. Se, de um lado, a ausência de um setor hegemônico abre o leque de opções, de outro percebe-se que o apoio às ações do Estado vinha de forças sociais e políticas em disputa, que, portanto, acabam por limitar as possibilidades de uma ação mais livre de delimitações.

Duas são, então, as maneiras de se poder observar esta autonomia: a) na expansão do próprio Estado e de sua capacidade regulatória e intervencionista; b) na sua habilidade ao lidar, dentro de suas estruturas, com interesses sociais díspares e, até mesmo, conflitantes.

Dando continuidade à argumentação, Draibe coloca que:

Com isto estamos querendo dizer que é indispensável que os interesses e conflitos particulares sejam filtrados a partir dos “interesses do Estado”. Os interesses econômicos do Estado, bem entendido, são constituídos pelo conjunto dos conflitos particulares transformados politicamente, isto é, sujeitos a uma hierarquização imprimida pela direção política do Estado (1985, p. 51).

E que “é inegável que nesta fase os setores tecnoburocráticos da área econômica estatal ocuparam uma posição estratégica na formulação de políticas e nos processos decisórios” (DRAIBE, 1985, p. 52).

Analisando o que se passa de 1930 a 1945, o que se destaca é que o Estado inicia a sua formação/reforma pela construção de aparelhos coercitivo-repressivos (reaparelhamento das Forças Armadas e subordinação de algumas forças de segurança estaduais a estas), de proteção social (Consolidação das Leis do Trabalho, Justiça do Trabalho, Caixas e Institutos de Pensão) e de planejamento econômico, todos eles centralizados.

Quanto à Educação, há estudos mostrando que desde a década de 1920 havia pressões para que se tivesse um sistema educacional mais unificado, com um currículo comum, tendo em vista uma escola “pública, gratuita, e de qualidade”. E a isto vinha juntar-se o interesse do Estado em criar um mecanismo que fosse eficaz no formar bons trabalhadores, bons cidadãos e bons profissionais, com o objetivo de moldar a Força de Trabalho às necessidades dos novos tempos.

Um levantamento das medidas tomadas pelo Estado nesse período mostra sua ação tanto na direção da Educação quanto da Saúde, tanto assim que foram criados:

- a) O Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, seguindo-se a este o Conselho Nacional de Educação Popular e o Conselho Consultivo do Ensino Comercial.
- b) O sistema SENAI e SENAC de Ensino Profissionalizante de 1941 a 1943²⁴.

A atuação do Ministério da Educação e Saúde Pública, na área da saúde, fez-se procurando subordinar os departamentos de controle de endemias estaduais, que se coloca como sendo a principal, senão a única política de saúde da época.

Draibe coloca que:

o Estado brasileiro só poderia completar o seu processo de formação de Estado nacional, centralizado, unificado e unificador (gestando, portanto, políticas nacionais), ao estruturar-se também como aparelho social de envergadura. Respondendo minimamente às injunções de “modernidade”, complexidade e diversidade da estrutura social - e, pois, às características da luta de classe em curso - como Estado capitalista, inscreve no seu próprio aparelho as contradições de classe, enquanto edifica um conjunto de organismos que se abrem simultaneamente como área de jurisdição pública, campo de regulação das relações sociais e espaço de valorização do capital, na forma que já foi sugerida (DRAIBE, 1985, p. 78).

Mas, talvez seja na área do planejamento econômico que o Estado mostre melhor as suas características de Estado capitalista, que se formam junto e liderando uma industrialização que ocorreu tardiamente.

Uma possível justificativa para a evolução ter ocorrido desta forma está na presença de interesses contrários de oligarquias da sociedade obstaculizando a

²⁴ Apenas para que não se perca a seqüência, no que diz respeito à legislação da Educação, assinala-se que, de 1946 a 1961, houve a promulgação de uma série de Leis Orgânicas do Ensino que irão resultar, em 1961, numa Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

implementação de um aparato burocrático-planejador (econômico) de forma unidirecional e constante no período 1930-60. Assim, dir-se-ia que foi muito mais pela raiz, do que pelas bordas, que o Estado passou a coordenar o processo de Revolução Burguesa, o que se deu porque cumprir esta tarefa significou ter que transformar a defesa da industrialização no grande interesse nacional, e lidar com motivações nem sempre hegemônicas, de duas frações de classe – a aristocracia cafeeira, empenhada em defender obstinadamente o apoio a seu setor, e a nascente burguesia industrial.

Por estes motivos, um corpo enorme de aparelhos econômicos teve que ser criado, envolvendo as áreas de:

- Geografia e Estatística (IBGE, fundado em 1938).
- Regulação de câmbio, crédito, seguros e comércio exterior – atuação do Banco do Brasil e de suas diversas carteiras e criação da SUMOC²⁵ em 1945.
- Expansão e regulamentação da agricultura – Banco de Crédito da Borracha (1942), Comissões de Financiamento da Produção (1943), Departamento Nacional do Café (1933), Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool²⁶ (1933), Instituto Nacional do Mate (1938), Institutos Nacionais do Sal e do Pinho (1941), Instituto do Cacao da Bahia (1931) e Comissão de Financiamento e Investimento (1944).
- Atuação também na área de extração de minérios, com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, de 1934) e vários conselhos, como o Conselho Nacional de Petróleo (CNP, de 1938).

²⁵ Superintendência da Moeda e do Crédito.

²⁶ IAA.

- Criação de comissões para o desenvolvimento do setor industrial, com a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (1941), Comissão Vale do Rio Doce (1942) e Comissão da Indústria de Material Elétrico (1944).

- Atuação na supervisão e no planejamento da economia, com a Lei das Sociedades por Ações e Conselho Técnico de Economia e Finanças.

- Regulamentação das áreas de telecomunicações e de proteção ambiental.

Portanto, a construção do aparato do Estado foi feita objetivando controlar o processo de desenvolvimento econômico em sua essência e totalidade. Além da ação regulatória, o Poder Executivo empreendeu, à época, um esforço bastante grande no sentido de dar à administração pública um caráter técnico e racional, imune às relações paternalistas e clientelistas da República Velha, ou seja, tentou criar ao mesmo tempo o veneno e o antídoto.

Vale dizer que o Estado esforçou-se também em ter um órgão central de planejamento da economia e possibilitar condições para que fosse implementada a industrialização pesada. Destaca-se a criação, em 1938, do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), órgão responsável pela realização de concursos, elaboração de planos de carreira para o funcionalismo público e outras tarefas ligadas à organização estatal.

No aspecto do planejamento econômico, o DASP foi responsável pela feitura do Orçamento e de uma série de projetos, dentre eles o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939), e o Plano de Obras e Equipamentos (1943).

No entanto, muito mais do que planejamentos, o que se teve, segundo afirma Draibe (1985, p. 107), foram divisões eqüitativas do Orçamento por algumas áreas.

O Plano Especial e o de Obras e Equipamentos permaneceram na estreiteza de uma resposta orçamentária que, embora relativamente flexível, não pode efetivamente garantir as bases financeiras requeridas para a execução plena de suas metas e muito menos conferir caráter coordenado à ação econômica do Estado.

Continuando, a autora diz que ainda faltou a estes dois planos um caráter complementar, ou seja, definir investimentos na área agrícola e social, e um papel para a iniciativa privada. Concorda-se inteiramente com ela quando comenta que:

Esses limites deram margem ao surgimento de uma proposta mais abrangente no interior do próprio aparelho de Estado, refletindo ao mesmo tempo os requisitos reais para efetivar a ação planejadora e o caráter autoritário do regime. Ao Estado caberia: estimular a produção nacional, intervir nela, dirigi-la, tornar-se empreendedor e comerciante, absorver iniciativas particulares, regular seus investimentos em função dos ciclos econômicos (DRAIBE, 1985, p. 108).

Com vistas a cumprir estas funções, sob o auspício e sugestão do DASP para a supressão dos limites do planejamento, havia a necessidade de se ter um coordenador central para a economia, razão por que foram criados vários órgãos, tais como o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), além da Comissão de Mobilização Econômica (CME), e da Missão Cooke.

Contudo, por não controlarem os mecanismos de política econômica, embora fossem chamados a opinar e a elaborar estudos sobre importantes áreas do desenvolvimento, esses conselhos acima citados não passaram de órgãos consultivos. E a Missão Cooke, até por sua natureza, seguiu o mesmo caminho,

muito embora tenha feito, na opinião de Draibe (1985), o mais completo relatório da situação econômica do País, e traçado rumos precisos para a industrialização pesada.

Somente a CME conseguiu, timidamente, instituir-se como órgão planejador central e as razões para tal são de natureza diversa. Mas, como é bem apontado pela literatura (DINIZ, 1978; DRAIBE, 1985), o motivo maior seria certa rejeição que os termos planificação e plano provocavam, uma vez que estava presente nessa época uma ideologia liberal no seio da burguesia brasileira, e esta era politicamente atuante²⁷. E, tanto isto é verdade, que nem mesmo no interior dos conselhos (CTEF e CFCE) e das comissões a necessidade de planificar a economia era uma unanimidade, pelo menos não em força e intensidade. É conhecida, no período, a polêmica (planejar ou não planejar) entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín. Ou seja, paradoxalmente, se a exigência do desenvolvimento econômico apontava para o planejamento e para a coordenação central, ainda não havia bases sociais e políticas para tal.

Sumarizando, o descompasso entre as forças políticas e sociais e as necessidades da economia parecem ter sido um traço característico de todo o período.

²⁷ Veja-se, como exemplo, o seguinte comentário de Draibe sobre a Constituinte de 1946: “as divergências *maiores* entre os constituintes não estavam centradas no dilema da intervenção econômica do Estado ou não; as poucas vozes do que Faracco chamava ‘anacrônico liberalismo manchesteriano’ foram suplantadas por todos aqueles que, mesmo criticando a ineficácia dos órgãos criados pelo regime anterior, propugnavam racionalização e controle da ação inevitável do Estado. O que dividia os parlamentares, na verdade, eram divergências quanto ao *grau de intervenção e às formas de controle*” (DRAIBE, 1985, p. 309). A autora refere-se a uma proposta do Deputado Federal Daniel Faracco que previa que o Conselho Nacional de Economia se transformasse em órgão de assessoramento da Presidência da República e do Congresso Nacional, entendendo ser esta a posição dos industriais. A este respeito, Diniz complementa ressaltando a posição desta classe: “a intervenção direta na economia, no domínio da produção propriamente dita, só era admitida no caso da necessidade de preencher lacunas” (1978, p. 91). Ao longo de *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*, esta mostra como esta linha-mestra se refletiu na atuação política deste,

A força do Estado, nesse período, relaciona-se com a ausência de interesses hegemônicos numa estrutura de poder marcada por diferenciação crescente. Ao mesmo tempo, a ótica dos interesses privados, insinuando-se nos níveis decisórios inferiores, contribuiria ora para o reforço da autonomia estatal, ora para estimular novas combinações na relação de forças conduzindo à redefinição das condições de equilíbrio do sistema (DINIZ, 1978, p. 289-290).

Tem-se, então, que o aparato do Estado se constituiu numa tendência dúplice e colidente: Ele incorpora os conflitos presentes na sociedade, mas, para planejar o desenvolvimento econômico e social, ele deveria afastar-se deles.

Portanto, o alargamento da esfera de ação do Estado e consolidação do setor privado da economia não seriam percebidos como objetivos contraditórios, senão que solidários na construção de um novo tipo de sociedade, cuja base seria a industrialização. Não obstante a congruência desses dois objetivos, na visão do empresariado, estaria subordinada ao grau de controle que as classes interessadas pudessem exercer sobre os rumos do intervencionismo estatal. Sob o comando exclusivo da elite burocrática, a intervenção poderia assumir dimensões indesejáveis, e eventualmente transgredir a regra básica de que a produção deveria constituir o domínio da iniciativa privada (DINIZ, 1978, p. 291).

Esta tendência será marcante, e expressará os conflitos que ocorrerão nos períodos subseqüentes, e que demarcaram o que se pensou e o que se fez em termos de Reforma do Estado. É interessante observar o que relata Draibe (1985) ao focalizar a questão da industrialização vinculada ao aspecto fiscal:

Para enfrentar o formidável volume de recursos que esses investimentos impunham e, em particular, o montante de divisas necessário para cobrir as inevitáveis importações que exigiram, o Estado brasileiro estava bastante desaparelhado; em primeiro lugar, devido à estrutura tributária rígida que sustentava seus recursos fiscais; em segundo lugar, pela inexistência de um mercado de capitais que pudesse valorar adequadamente os títulos públicos; e finalmente para superar a rigidez da

havendo uma frase que a sintetiza: “defende-se, enfim, a intervenção do Estado na economia como regulador, mas não como produtor” (idem, p. 92).

pauta de importação ou comprometer parcelas crescentes do já escasso volume disponível de divisas (DRAIBE, 1985, p. 125).

Para resolver a situação, três foram os caminhos tentados: a) os empréstimos externos, como no caso da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda; b) a criação de impostos, como o Imposto Único sobre Combustíveis, Lubrificantes, Minerais, e Energia Elétrica²⁸; c) a criação de empresas estatais mistas. Esta terceira forma teria sido a preferida pelo empresariado nacional, que apoiou as iniciativas (como também o fizeram os trabalhadores) dentro do que se convencionou chamar de nacional-desenvolvimentismo, ficando este como o único caminho consensual.

Razões para justificar a posição favorável às estatais não faltaram. A criação destas empresas, nucleando e monopolizando um determinado setor da atividade econômica, era extremamente vantajosa para o empresariado nacional, já que o protegia da concorrência externa, propunha um setor da economia até então inexistente internamente e que não teria condições de ser feito com base única e exclusivamente em suas forças – ao mesmo tempo em que lhe dava a chance de crescer conjunta e complementarmente com o setor estatal.

As críticas mais contundentes a qualquer processo de industrialização feita sob o beneplácito estatal vieram da oligarquia cafeeira. O presidente Vargas foi acusado de proteger injustamente a indústria nacional. No entanto, nem mesmo os cafeicultores paulistas estavam contra a industrialização, apenas queriam que o apoio a ela não prejudicasse o incentivo à cafeicultura.

²⁸ Um grande número de impostos deste tipo foi criado, com vistas a angariar recursos para o desenvolvimento de um setor específico. Tavares (1972) apresenta um levantamento detalhado, discutindo também seu impacto. A estrutura fiscal brasileira, sua história e evolução são também a preocupação de Fabrício de Oliveira (OLIVEIRA, 1995b).

Tendo por base este espectro ideológico, é legítimo afirmar que a opção por uma forma de desenvolvimento calcada no planejamento e na atuação estatal, e principalmente nas empresas estatais, foi uma solução de consenso.

O processo de desenvolvimento se entranha, então, no aparelho do Estado, e, desta forma, os conflitos inerentes a ele vão assumindo progressivamente a forma de intraburocráticos. E o que se observa é que cada vez mais a disputa pela hegemonia no processo será caracterizada como uma luta pelo acesso à burocracia no que diz respeito à sociedade em geral, ou a um conflito intraburocrático.

É exatamente por isto que a presença de uma solução consensual não evitou o estabelecimento das contendas. Com alterações no campo de forças políticas, ocorrerão modificações no planejamento e na forma de se pensar a industrialização. Conseqüentemente, também a maneira como o Estado se irá constituindo será afetada, tanto quanto suas relações com a sociedade.

Estas alterações e seus resultados compõem os assuntos dos itens subseqüentes, em que se estará abordando o Governo Dutra e o Segundo Governo Vargas.

2.2 O governo Dutra e o segundo governo Vargas

O governo do general Eurico Gaspar Dutra foi marcado por uma aparente estagnação do processo de industrialização. Quando comparado com o período anterior, o ímpeto industrialista deste governo pareceu significativamente menor, na medida em que não avançou na criação de organismos centrais de planejamento econômico e de industrialização pesada. Na verdade, o que, de fato, ocorreu foi

uma descentralização progressiva dos organismos criados durante o Estado Novo, caracterizando uma adaptação destes à democracia.

No entanto, como Tavares (1972) mostra, o Processo de Substituição de Importações continuou avançando e, agindo deste modo, a economia acumulou energia para o salto industrializante dos dois governos subseqüentes.

Na realidade, como a burocracia tinha adquirido certa autonomia para ir tocando o processo por conta própria, o mais significativo está nas alterações no âmbito dos aparelhos de planejamento. Pode-se, a partir daí, enumerar a ocorrência de um conjunto de mudanças.

a) O CFCE, a CME e o CTEF foram substituídos pelo Conselho Nacional de Economia (CNE)²⁹.

b) O DASP passou por uma séria remodelação

Houve manutenção do número de Estatais e de suas funções, mas ampliou-se a quantidade de institutos que geriam setores específicos da economia, com a criação de seis comissões e de um conselho, na seguinte ordem cronológica:

— 1946: Comissão Central de Preços, e substituição do DNC pela Divisão da Economia Cafeeira.

— 1947: Comissão Executiva da Defesa da Borracha, e da Comissão Consultiva de Intercâmbio Comercial com o Exterior.

— 1951: Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

O aparecimento destes organismos e a remodelação dos já existentes mostram que se continuou, neste período, a tendência já esboçada no anterior, que

²⁹ A criação deste órgão estava prevista pela Constituição do Estado Novo, e, também, pela de 1946. Este deveria funcionar como órgão máximo de planejamento econômico. Mas, sua implementação tardia no Governo Dutra mostra que havia fortes resistências à criação de um órgão central de planejamento da economia.

é a de o Estado ir aos poucos controlando toda a vida econômica nacional, mas sem intervir diretamente na produção, e de fazer isto atendendo a interesses específicos.

Além dessas tendências, outro aspecto importante e conhecido da administração Dutra foi o Plano Salte³⁰, que merece uma análise detalhada, porque a maneira como foi proposto e implementado, junto com a manutenção e criação dos institutos e comissões, revela os limites do planejamento e da atuação estatal.

O plano foi elaborado sem uma dotação orçamentária definida, exatamente 3% da renda nacional, mas, conforme assinala Levinshon (apud DRAIBE, 1985), não se sabia “exatamente o montante e a composição da renda nacional. As estimativas mais prudentes vão apenas até 100 bilhões e as mais otimistas, até 150 bilhões de cruzeiros por ano, sendo a média entre estes dois algarismos considerada como a mais provável” (1949, p. 149).

Quanto à distribuição, 57% do total destinado ao plano foram para a área de transportes, 16% para energia, 14% dados à alimentação, e 13% à saúde. Não obstante isto, o investimento foi feito de forma um tanto quanto desconexa, sendo a área de transportes priorizada mais por se encontrar em situação calamitosa do que por se pensar num projeto de integração nacional e de facilidade de escoamento de safras. Provas cabais disto estão no fato de que não foi pensada a unificação das bitolas dos trens, e, na área de energia, apenas 2% dos recursos acabaram destinados ao carvão e à lenha, principais combustíveis das locomotivas à época.

Ainda no setor de transportes, o desenvolvimento de indústrias de cimento e asfalto, essenciais para qualquer projeto de expansão rodoviária, recebeu poucos recursos. E grande parte dos investimentos em energia (48%) foi para área de

combustíveis e empregada na importação de refinarias e petroleiros, sem dotar o País de uma matriz energética alternativa ao petróleo, como álcool anidro ou gasogênio, nem em avançar significativamente a pesquisa e a prospecção do óleo em território nacional. Na área da saúde, avançou-se do simples controle de endemias, como malária, febre amarela e cólera, para doenças mais complexas, como tracoma e câncer.

É de se ressaltar que o Plano Salte foi elaborado pelo DASP, e, de acordo com Draibe (1985)³¹, ele é tido como, verdadeiramente, o primeiro plano econômico feito no Brasil. Isto não impediu a autora de redigir uma crítica a ele bastante pertinente, pois, segundo ela, face à reformulação sofrida pelo órgão, e o não progredir do aparelho centralizador/planejador do Estado, tão necessário ao avanço da industrialização, a elaboração do plano foi uma estratégia desesperada de sobrevivência da burocracia do DASP, pois

Os limites do Plano Salte, porém, ultrapassaram muito os de ordem formal. Suas restrições efetivas dizem respeito ao conteúdo do projeto de desenvolvimento econômico que expressava, pois, não foi concebido visando a uma transformação de peso dos parâmetros industriais do país. É verdade que estabelecia metas de expansão e diversificação industrial; é verdade que identificava e buscava superar os entraves mais dramáticos que então se colocavam ao processo de desenvolvimento econômico — a precária infra-estrutura de energia e transporte. Mas não é menos verdade que, seguindo a tônica do governo Dutra, definia uma forma lenta e conservadora de desenvolvimento, suprimindo de seu horizonte as metas mais avançadas que marcaram o projeto econômico do Estado Novo e que emergiram, transfiguradas, nos anos 50 (DRAIBE, 1985, p. 149).

Exatamente por isto, o plano deixou de contemplar questões infra-estruturais, procurando atender mais a imperativos de ordem política que às prioridades

³⁰ Salte (Saúde, alimentação, transportes, energia).

³¹ De onde se obtiveram todos os dados relativos a ele. A afirmação que nos permitiu a conclusão acima é: “esse plano tem sido insistentemente considerado o primeiro grande esforço de racionalização e planejamento do desenvolvimento econômico do Brasil” (DRAIBE, 1985, p. 147).

econômicas e sociais, omitindo-se este também de estabelecer uma ordem hierárquica da execução do que fora planejado.

Estes limites refletem o quadro social e político da época, que não era nem antiindustrializante, nem totalmente industrializante. Portanto, não se elegia a agricultura como atividade central para o País, mas também não se fazia isto com a indústria, permanecendo no meio termo.

Outro ponto de destaque no Governo Dutra foi a existência da Missão Abbink. Foi constituída em 1948 com o nome de Comissão Técnica Mista Brasileiro-Americana e chefiada por Otávio Gouvêa de Bulhões e John Abbink. O estudo por ela empreendido é tido pela literatura como o mais completo diagnóstico dos problemas estruturais que abrangiam o desenvolvimento brasileiro – a escassez de energia e recursos minerais, a pouca atração de capitais externos, e falhas no sistema bancário e creditício.

Portanto, marca o Governo Dutra a presença de um diagnóstico claro da situação da economia brasileira. Entretanto, este não se fez acompanhar de medidas efetivas para a correção dos problemas encontrados, e a principal razão disto está no crescente conflito intraburocrático, ou entre os interesses de uma burocracia que queria subsistir e industrializar o Brasil, e uma sociedade que desejava que isto fosse feito de forma mais lenta. Assim, também neste período, o descompasso entre as forças políticas e sociais e as necessidades da economia parecem ser um traço característico.

Postas as coisas para o Governo Dutra, tem-se que o período seguinte, de 1951-54, é, sob a ótica que se está analisando, o da formação do Estado, considerado como bastante significativo, pois foi nele que se armaram as bases

institucionais (burocráticas e partidárias) para o salto industrializante do Segundo Governo Vargas e do subsequente.

No Segundo Governo Vargas, chama a atenção dos estudiosos a ausência de um plano devidamente denominado, tal como Salte, ou de Metas, contudo, como salienta Draibe, nele

se traçou pela primeira vez, de forma abrangente e incisiva, uma alternativa global de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, integrando seus aspectos mais substanciais num grau de harmonia e compatibilidade. Definiram-se, ao mesmo tempo, um programa de desenvolvimento capitalista da agricultura, um bloco integrado de inversões visando à industrialização pesada, um projeto de desenvolvimento urbano e de vinculações orgânicas entre o campo e as cidades e, finalmente, a concepção de “integração” das massas trabalhadoras urbanas no processo de desenvolvimento, através de políticas específicas de bem-estar social (DRAIBE, 1985, p. 182).

Para se ter uma idéia da magnitude do projeto varguista, ele pretendia: a) aumentar em 2 vezes a produção da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD); b) ampliar em 50% a capacidade de consumo elétrico da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e, pela primeira vez, se estimularam siderúrgicas não-estatais, como a Acesita e a Manessmann; c) dar recursos à Cia. Nacional de Álcalis, que recebeu investimentos da ordem de CR\$ 100 milhões para aumentar a produção de barrilha e soda cáustica, e iniciar a de componentes para fertilizantes, como enxofre e ácido sulfúrico; d) no setor de transportes, elaborar um plano global que incluísse, de um lado, a integração rodo-ferroviária de todo o território nacional e, de outro, o desenvolvimento da aviação comercial, atingindo a produção de jatos; e) além disso, o País não estaria completamente desenvolvido se não contasse com um eficiente sistema de comunicações, e com potentes fontes de energia. Assim, fez parte do projeto do governo a atuação nestas áreas, que implicou em edificar um

gigantesco Plano de Eletrificação Nacional, que previa a padronização da rede elétrica, a construção de usinas geradoras de energia, a revisão dos contratos de concessão, e a criação de uma *holding* (a Eletrobrás)³².

Importante destacar também que o Plano Nacional de Eletrificação previa o investimento do capital nacional no setor de material elétrico pesado, em associação com o estrangeiro de origem privada. A geração de energia ficaria a cargo de empresas estatais, tendo-se a intenção de angariar recursos junto a bancos internacionais (BIRD e Eximbank) para o financiamento deste e de outros setores.

Um projeto desta envergadura teve impacto profundo no aparelho estatal, o que veio a exigir a reordenação da forma de inserção, expressão e materialização dos interesses sociais na ossatura e dinâmica do Estado.

De modo geral, partiu-se do diagnóstico que a estrutura administrativa não mais correspondia aos interesses da acumulação de capital. A literatura (Draibe, 1985)³³, por sua vez, aponta como motivos desta inadequação a superposição de esferas de atuação entre diversos departamentos e comissões, além do surgimento de um espírito tradicional no seio de várias instituições. Aparece, então, uma nova organização burocrática que entrará em conflito com a já existente³⁴.

Em outras palavras, a infra-estrutura armada em 1930 havia atingido seu limite, e a continuidade do processo demandava que este fosse superado. Para isto, os argumentos usados eram de que a burocracia era “pouco ágil”, ou, desadaptada às necessidades que o tempo colocava.

³² Este plano só foi terminado, parcialmente, pelos governos militares.

³³ “Inevitavelmente o projeto de aceleração do desenvolvimento capitalista brasileiro, com as características apontadas, produziria impactos de monta na estrutura econômica do Estado, exigindo reordenação da forma de inserção, expressão e materialização dos interesses sociais na ossatura e dinâmica estatal” (DRAIBE, 1985, p. 213).

³⁴ Ver a entrevista de Jesus Soares Pereira em Lima (1976), para uma boa descrição do que foi este conflito.

As reformas do Segundo Governo de Vargas tiveram, assim, por intento adaptar o Estado às novas necessidades, e, como diretriz geral, segundo Draibe, buscou-se dotá-lo de:

agências de atuação em âmbito nacional, destinadas a gerar políticas globais de racionalização e financiamento da produção para setores econômicos considerados agora como áreas concretas da atividade econômica nacional – superando, pois, a forma anterior de concebê-los como conjunto de produtos discretos, sobre os quais atuavam os velhos institutos de regulação e controle dos ministérios ou os controles políticos tradicionais (DRAIBE, 1985, p. 215).

Ou seja, para continuar avançando com o processo de desenvolvimento, foi necessário quebrar a estrutura burocrática vigente. Em sua composição, tais agências revelam a preocupação oficial de agrupar os diversos órgãos federais responsáveis por um determinado setor, e também de trazer, para estas, representantes da iniciativa privada, criando novas formas de relacionamento e de equacionamento do poder dentro da burocracia, e entre Estado e Sociedade – esta situação terá continuidade depois nos *Grupos de Trabalho*, de Juscelino Kubitschek, e sob os “anéis burocráticos” do Regime Militar.

A partir daqui, é importante que se arroleem quais as agências que foram criadas, que setores abrangiam e como funcionavam. No que diz respeito à industrialização pesada, o foco ficou centrado no setor automobilístico, com a criação da Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico (CEIMA). Já o setor energético foi agraciado com a Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico (CEIME) e com a Petrobrás.

A área rural recebeu especial atenção, principalmente no que diz respeito a seguros (Companhia Nacional de Seguros Agrícolas), crédito (Banco Nacional de Crédito Cooperativo)³⁵, e extensão de serviços (Serviço Social Rural)³⁶.

A área social foi contemplada com a Comissão Nacional de Bem-Estar (CNBE), responsável, dentre outras coisas, pela elaboração de um anteprojeto de Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS).

A criação de todas estas comissões mostra, de acordo com Vargas (1952, apud DRAIBE, 1985):

A preocupação do governo de encarar, com método e segurança, o exame e estudo de todos os ramos da atividade nacional, o que, nas suas palavras, “traduziu-se pela criação de outros órgãos técnicos, incumbidos de levar um espírito de previsão racional onde até hoje imperavam as soluções de ordem imediatista” (p. 217).

O setor financeiro foi ainda bastante beneficiado com a criação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), com o Banco do Nordeste e o Banco de Crédito do Amazonas. Além destes, o BNDE passou a ter um papel de destaque e a SUMOC sofreu alterações, com a ampliação das funções de seu conselho para a supervisão do intercâmbio comercial do País, e para orientar o estudo e o registro de prioridades cambiais e de capitais estrangeiros aqui aplicados.

No âmbito do Banco do Brasil, a extinção da Carteira de Exportação e Importação (CEXIM) e a criação da CACEX³⁷, além das modificações na Carteira de Redesconto e na Caixa de Mobilização Bancária, o governo pôde aumentar o

³⁵ BNCC.

³⁶ SENAR. Atuava à semelhança do SESI e do SENAI.

³⁷ Carteira de Administração do Comércio Exterior. Dada a sua importância no Regime Militar, a CACEX será objeto de um estudo mais aprofundado quando este período estiver em foco.

controle oficial sobre as políticas monetária e cambial, observando de perto a importação e exportação de mercadorias.

Essas alterações, e mais a reestruturação do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), levaram o governo a um controle maior sobre a economia.

Na área educacional, é importante destacar a criação da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado de Nível Superior (CAPES), com uma atuação em todo o território nacional e cumprindo diferentes objetivos, que irão colocá-la como o motor da pós-graduação no país.

O governo nomeou também uma série de comissões de sentido regulatório, estabelecendo e reformulando códigos. Vale citar, como trabalhos de maior destaque, a reformulação do Código de Contabilidade, do Código Tributário Nacional, da Lei Nacional do Orçamento, da Lei Orgânica do Crédito Público, e da Lei Orgânica das Finanças Públicas.

As empresas estatais continuaram seu funcionamento a pleno vapor e, algumas vezes, entraram em conflito com outros organismos do Estado. No entanto, houve uma mudança qualitativa enorme na burocracia no Segundo Governo Vargas. De institutos e departamentos, o Estado passou a ter bancos e comissões, que são muito mais complexos. Os bancos são organizações quase autônomas e podem ter políticas de fomento a um determinado setor da economia, e para tanto captar recursos no exterior. Além disso, contam com um pessoal, de modo geral, bem formado, diferentemente do da burocracia tradicional. E todas essas coisas são também válidas para as empresas estatais, pois, como os bancos, estão na ponta do setor mais dinâmico da burocracia.

Por seu turno, as comissões possuem um poder planejador extremamente alto, o que as localiza numa área também das mais dinâmicas. Contudo,

contrariamente aos bancos, elas pertencem ao que Martins (1985) chama de “setor governo”, ou seja, com a função de exercer a governabilidade e a governança, fiscalizando e regulamentando o que os demais setores fazem.

Concluindo, o Segundo Governo Vargas se distingue por um reforço grande em todos esses aspectos, mas destaca uma característica marcante do desenvolvimento estatal no país: o crescimento da periferia, que representa a parte desenvolvimentista, moderna, em detrimento do centro, que será, então, identificado com o arcaico.

2.3 O governo Kubitschek

Sob o aspecto aqui em análise, o período 1956-61 pode ser considerado o “ponto ótimo”, pois, elevando à capacidade máxima o Processo de Substituição de Importações, colocou a economia brasileira rumo à industrialização pesada, ou seja, à implementação final do processo de desenvolvimento capitalista, sendo inclusive a ideologia que embasou este governo conhecida como “desenvolvimentismo”, simbolizada no *slogan* “50 anos em 5”.

Para tanto, foi necessário também maximizar as possibilidades do organograma estatal desenhado no Segundo Governo de Vargas, já exaurido ao final deste período³⁸.

O fato de o Governo Kubitschek ser considerado o “ponto ótimo” está diretamente relacionado a que ele conseguiu levar adiante um plano de desenvolvimento econômico que superou os “pontos de estrangulamento” do

³⁸Da mesma forma, o organograma do período Kubitschek também terá de ser reformulado no período subsequente, que é o governo militar.

Processo de Substituição de Importações. Assim, qualquer análise que se faça sobre este período precisa considerar o Plano de Metas, pois, a eficiência deste deve ser creditada diretamente à da estrutura burocrática criada para implementá-lo.

Desta forma, o que importa apresentar aqui é como se elaborou um organograma estatal para a implementação de tal plano, ou seja, o assunto em pauta são os Grupos Executivos e de Trabalho.

Benevides (1976) enfatiza que a formação destes grupos concentrou boa parte do poder decisório na Presidência da República, pois eles criaram um governo paralelo que conseguiu romper com “pontos de estrangulamento” e com a política clientelista e assim impulsionar o desenvolvimento.

Assim, o que aparece é uma nova forma de resposta ao dilema de planejar o desenvolvimento econômico com aparatos burocráticos nem sempre afetos ao desenvolvimento ou capacitados para tal.

A solução veio na forma do fortalecimento dos setores que eram mais favoráveis à planificação, evitando assim confrontos mais declarados com os mais conservadores da sociedade, representados pelo Congresso Nacional. Benevides (1976) explica:

Segundo esse autor [Celso Laffer], numa tese que vem ao encontro de nossa hipótese sobre a “habilidade” do Executivo para contornar os problemas de “empreguismo fisiológico crônico”, o que Kubitschek tentou e conseguiu foi aumentar o grau de eficiência e controle da economia dentro do aparato já existente – além de criar a administração paralela -, pois uma reforma administrativa global levaria a uma confrontação direta com os interesses e preocupações (amplamente representados no Congresso) da ainda florescente política de clientela” (p. 214)

Em que consistia, então, a administração paralela? Nos termos anteriormente propostos – o desempenho do sistema político e, principalmente, a eficácia de seu

output – a administração paralela foi a melhor resposta do governo Kubitschek, numa combinação adequada entre a percepção dos recursos disponíveis e as escolhas efetivamente feitas, dados os recursos e os meios disponíveis e a relação de forças políticas atuantes que exigia um estilo conciliatório. Em termos concretos, a administração paralela era constituída por órgãos já existentes, como a CACEX (ligada ao Banco do Brasil), o BNDE, e a SUMOC, mais os novos órgãos executivos ou de assessoria, os Grupos Executivos e de Trabalho e o CPA (Conselho de Política Aduaneira).

A administração paralela era, portanto, um esquema racional, dentro da lógica do sistema, evitando o imobilismo do sistema sem ter que contestá-lo radicalmente – uma vez que os novos órgãos funcionavam como centros de assessoria e execução, enquanto que os antigos continuavam a corresponder aos interesses da política de clientela vigente (BENEVIDES, 1976, p. 224-225).

O que se fez, então, foi arregimentar pessoas oriundas dos órgãos acima, citados nos grupos Executivos e de Trabalho, dando à atuação da burocracia um altíssimo grau de coesão. Por serem oriundos de um corpo técnico, “os projetos dos Grupos de Trabalho constituíam eficientes propostas teoricamente apolíticas e apartidárias” (BENEVIDES, 1976, p. 228), e, por isto, quando transformados em projetos de lei, o governo conseguia que elas tivessem uma tramitação favorável no Congresso.

2.4 O Regime Militar

O que caracteriza a expansão do Estado neste período não é a criação de novas estruturas, mas, sim, a remodelação ou a mudança na maneira de atuar no

que já existia, caracterizando um processo de sedimentação. Ocorreram entradas e saídas dentro da burocracia, mas Martins (1985) afirma que os novos quadros se foram adaptando aos primeiros, o que mostra uma capacidade bastante grande da elite burocrática brasileira de se acomodar, evidenciando o quanto era uniformizador de mentalidades o aparato do Estado.

Um dos mais persistentes padrões na história do país, a partir de 1930, tem sido o de uma estabilidade relativamente grande dos quadros da administração (em contraste, por exemplo, com a precária “esperança de vida” verificada pelo setor empresarial), independentemente das crises políticas pelas quais o país tem passado desde então. Esse padrão nunca chegou a constituir um obstáculo à ascensão das sucessivas levas de novos “técnicos” que emergiram nas diferentes etapas do desenvolvimento, em grande parte porque o crescimento da burocracia se fazia através de um processo de sedimentação. Não apenas os antigos quadros tendiam a adaptar-se às novas situações políticas, como se abria no Estado o espaço necessário à emergência de novos estratos. Essa adaptação podia ser conflitiva, mas em geral novos quadros e quadros antigos – e neste particular, o processo de evolução do BNDE é um bom exemplo – estabeleciam entre si formas simbióticas de interação (MARTINS, 1985, p. 196-197).

O autor frisa ainda que o maior responsável por esta integração e pela uniformização das mentalidades é o próprio Estado, sendo importante a mobilidade dos quadros devido a fatores políticos, mas sendo fundamental o recrutamento de pessoas devido aos contatos pessoais quer na iniciativa privada, quer no próprio governo.

Durante o período do Regime Militar foi intensificado o recrutamento de pessoas do setor privado, principalmente para as empresas estatais, prevalecendo, no entanto, a cooptação sobre outras formas de admissão, que não o concurso público, sem que isto caracterize o clientelismo propriamente dito, mas, sim, um reconhecimento das lealdades pessoais, o que sugere a formação de uma identidade social comum no seio de vários organismos burocráticos. O Estado torna-

se a maior fonte de recrutamento – a personalidade dos chefes influencia e dá o tom da eficiência nos organismos que comandam.

Esta burocracia não concorda com o modelo de desenvolvimento que fora adotado até então. A consequência disto é que a maioria dos diretores de estatais, ou de bancos estaduais, se autotransforma como executivo, em razão do *status*, pois o setor público já perdia qualificação – a burocracia assumia, nesse momento, um *ethos* empresarial privado e a Nação estava sendo substituída pelo Mercado.

A partir de 1965, a expansão da tecnoburocracia foi tal que ela chegou a ser apontada como a classe social dominante, porque a característica mais marcante do período, no que diz respeito à máquina do Estado, é que ele será dotado de uma base própria de acumulação. E isto trará mudanças profundas na maneira como diversos organismos estatais irão atuar.

No entanto, destaca-se que esta expansão foi acompanhada da propaganda da ideologia contrária. Conforme aponta Martins (1985), o próprio Estado que se expande faz a apologia da iniciativa privada, devido à presença de forças centrípetas (concentração de recursos financeiros e de decisões normativas no Governo Federal) e centrífugas (agências independentes, ou dotadas de relativa independência quanto à alocação de recursos).

Intensifica-se aí então a propaganda anti-estatal, principalmente através da atuação do BNDE. Segundo Martins (1985), quando a burocracia do banco viu frustrada sua pretensão de transformar este no principal controlador das holdings estatais, devido à criação de holdings setoriais (como a Eletrobrás, por exemplo),

ocorrida durante o Regime Militar, este passa a apoiar maciçamente o setor privado como forma de manter seu poder³⁹.

Com a Reforma Tributária de 1966, a União passou a centralizar a maior parte dos recursos, indicando uma reorganização do sistema financeiro nacional, feita através da criação de uma série de recursos orçamentários, representados pelo PIS-PASEP e FGTS, pela arrecadação do Imposto de Renda, por títulos da Dívida Pública (ORTN e LTN) e de jogos, como as Loterias. Para administrar estes fundos, o Estado aumentou sua capacidade empresarial, isto é, o número de estatais, e a emergência de uma *intelligentsia* modernizante que teve seu lócus de atuação nele mesmo.

Importante, então, para fundamentar e dar continuidade à argumentação que se pretende neste trabalho, que se discuta como aconteceu o desenvolvimento e a atuação desta *intelligentsia*.

O discurso oficial para esta expansão era que o Estado deveria ocupar as áreas-chave, mas também permitir o avanço da iniciativa privada. No entanto, o crescimento dele se fez de forma tanto vertical quanto horizontal, com as empresas dando conta de significativos setores da atividade econômica nacional, o que incomodava a alguns núcleos da burguesia, pela maneira como atuam as estatais,

³⁹ “Concretamente, tudo isso se traduziu numa progressiva perda do controle político do BNDE sobre o setor produtivo do Estado ao qual estava historicamente vinculado e, em consequência, na liquidação da possibilidade de poder o Banco evoluir para o desempenho de um papel semelhante ao do IRI na Itália. (...) Mas a observação feita é um dado importante, a nosso ver, para explicar, em termos da necessidade de substituir zonas de influência pela busca de novos tipos de aliança, o empenho com que o BNDE passou a se outorgar, então, o papel de protetor e defensor do setor privado nacional. Essa sua transformação numa espécie de muleta da perna mais fraca do ‘tripé’ passa, de resto, a assumir claras conotações de uma tomada de posição antiestatizante, atitude esta dramatizada, em 1976, pela proposta ‘confidencial’, e logo tornada pública, do Presidente do BNDE ao Governo, no sentido da transferência de empresas governamentais a grupos privados selecionados. Embora essa proposta refletisse uma ‘atitude pessoal’ do Presidente do Banco, o *animus* prevalecente na instituição já parece ser a essa altura o do fortalecimento, a todo custo, do setor privado nacional: em face da expansão das atividades empresariais do Estado e (mais veladamente) em face das multinacionais” (MARTINS, 1985, p. 109-110).

que seguem os parâmetros de empresas capitalistas, sendo a sua expansão independente de qualquer ideologia ou orientação política.

É importante destacar isto, pois, segundo Martins (1985), o controle do governo sobre as estatais é insuficiente devido a: a) falta de pessoal; b) presença de *lobbies*; c) falta de regulação legal; d) uso da cooptação como forma de recrutamento de pessoal. São essas dificuldades que geram uma descompensação, e, como assinala Martins:

Todos estes fatores conjugados tendem a gerar tensões intra e interburocráticas que podem configurar, no limite, uma situação de diferenciação de interesses entre o setor produtivo do Estado e o setor Governo, o primeiro vendo o segundo como algo estranho - quando não inibitório e hostil - aos objetivos empresariais específicos que identifica como seus e face aos quais sua natureza de *res publica* tende cada vez a se diluir. A conseqüência é a acentuação da tendência para que o setor produtivo do Estado passe a desenvolver suas próprias políticas, a partir de critérios tipicamente empresariais, que nem sempre se enquadram ou se compatibilizam com a política do Governo (1985, p. 80).

O maior problema, segundo este autor, é que houve uma expansão alucinada do Estado, que não se fez acompanhar de uma mesma medida do setor governo, ou seja, ela aconteceu sem qualquer mecanismo de controle.

Assim, é através dessa dinâmica da ampliação de seu escopo de atuação e da redefinição de suas políticas que tais agências originam um arquipélago de órgãos que vão se formando e fortalecendo, de modo incremental, na trilha maior da expansão do Estado.

Na época do Regime Militar, esta expansão será bastante marcante, o que pode ser bem verificado com o estudo do que ocorreu com três organismos, o BNDE, o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e a CACEX.

Assinala-se que é de extrema importância o estudo destes três órgãos, ao mesmo tempo que didático, pois o BNDE é uma organização autônoma, o CDI é um organismo burocrático de controle e a CACEX, uma mistura dos dois. Assim, torna-se possível fazer um retrato fiel do que acontece com a burocracia do setor “governo”, com a das “empresas”, e com uma mista.

O BNDE

Como já foi exposto antes, o BNDE aparece como resultado dos estudos e exigências da Missão Abbink, sendo constituído e pensado como um banco de investimentos. Desta maneira, sua forma de administração visava ao lucro. No entanto, o banco acumulou conhecimentos e a informação foi sua principal arma.

Através do convênio com a CEPAL⁴⁰, a burocracia do BNDE formulou uma idéia global do subdesenvolvimento. Tanto é que, durante o Regime Militar, quando o Governo Federal e o Congresso Nacional tentaram secar sua fonte de recursos, tirando dele a administração de vários fundos, o banco buscou empréstimos externos para continuar gerindo suas políticas.

Cabe aqui a observação de Martins:

agora, vejamos: se tivesse sido omitida a identidade do órgão – objeto desse breve relato histórico, seria perfeitamente cabível indagar se não estaríamos por acaso descrevendo a evolução mais de um partido político do que de um órgão da administração burocrática. De fato, os compromissos táticos em benefício de uma estratégia; a luta interna entre facções em torno de concepções distintas de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a formação de um *esprit de corps* capaz de manter a unidade básica do organismo para efeitos externos; a procura de afirmação de sua personalidade própria e autônoma; a confrontação com o Governo sempre que aquela personalidade era percebida como ameaçada; o estabelecimento de alianças políticas ao nível do Estado e da sociedade para garantir a existência e o crescimento da organização; a articulação e a agregação de interesses tanto do setor público como do setor privado; a ação criadora na formulação de políticas de desenvolvimento - tudo isto

⁴⁰ CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

torna extremamente longínqua a imagem clássica de uma burocracia puramente instrumental, com pautas rotineiras de ação, consagrada por toda uma tradição sociológica das organizações burocráticas (1985, p. 93-94).

Assim é que o BNDE passa de administrador de fundos a administrador de empresas, como a Financiadora de Máquinas e Equipamentos (FINAME) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)⁴¹. Em 1974, mais 18 fundos foram passados à administração do BNDE, trazendo como conseqüência que a sua burocracia se pensasse “superior” à do setor “governo” que deveria controlá-la.

Martins (1985) aponta ainda que o banco tinha a intenção de se transformar numa *holding* que controlasse as demais empresas estatais, mas esta tendência estava em descompasso com o que vinha ocorrendo no seio do setor produtivo do Estado, que era o estabelecimento de *holdings* setoriais.

Estas mudanças levaram a que o BNDE se transformasse no demiurgo do empresariado nacional, apoiando desbragadamente políticas que o favorecessem, mesmo que estas fossem desestatizantes.

O CDI

O CDI é uma espécie de ponto de convergência da política industrializante no País. Sendo um local por onde passam as tendências centrípetas e centrífugas da expansão do Estado. Seu estudo permite ver: a) o processo adaptativo vivenciado pelo setor governo; b) a precariedade dos recursos materiais deste; e c) a intensa negociação interburocrática que houve.

A origem do CDI está nos Grupos Executivos do Governo Kubitschek, mas, na verdade, com ele tais grupos passam de executivos a executantes, o que se constitui numa descaracterização, uma vez que ao CDI caberia ser órgão de coordenação da

política industrial, mas o BNDE, e as outras empresas estatais, o transformaram num elefante branco, porque cada uma delas possuía suas políticas industriais próprias.

Além disto, o CDI falhou porque: a) sua instância máxima não se reunia, b) como consequência, o Secretário Geral do CDI deteve um poder enorme, e c) o altíssimo volume de projetos a serem avaliados, impedindo o exame minucioso de cada um deles.

Isto tem como consequência a personalização do poder burocrático, que aumentou a importância do “2º escalão”. A causa explicativa para tal parece estar na falta de controles políticos por parte da sociedade, o que marca um esvaziamento da administração central.

O que aconteceu com o CDI é fruto de um processo que já foi elencado anteriormente, ou seja, a superposição de lógicas e de competências no seio da burocracia estatal. É preciso destacar, no entanto, que “esses desacordos intramuros se realizavam, entretanto, muito mais ao nível de pessoas do que propriamente das instituições” (MARTINS, 1985, p. 138), o que nos leva a intuir que o rumo que as políticas tomaram tem muito mais a ver com o prestígio dos líderes das instituições do que com o poder delas propriamente dito.

Como decorrências importantes da atuação do CDI, tem-se que o índice de importação de equipamentos cai de 57% para 33% no setor de bens de consumo, matérias-primas e automotivo. No entanto, embora as empresas nacionais tenham aumentado sua participação nos investimentos de 3% para 38%, e de 25% para 135% o número de projetos aprovados, as empresas estrangeiras até 1974 são privilegiadas, pois, no que tange ao volume de recursos, sua apropriação é o dobro do da nacional.

⁴¹ Na verdade, estas empresas são fundos que foram transformados em tal.

A CACEX

A CACEX, substituta da antiga Cexim, serviu como secretaria geral do Concec (Conselho do Comércio Exterior), órgão colegiado criado para dirimir conflitos interburocráticos na sua área de atuação, oriundos da superposição de competências.

A CACEX é uma espécie de “esquina estratégica” de várias agências governamentais, e de interesses privados, pois tudo que envolve importação e exportação desemboca ou passa por ela. Desta forma, ela concentra poder e recursos operacionais, e foge ao controle do setor governo.

Por se situar na confluência de órgãos que atuam no comércio exterior, a CACEX conseguiu passar por cima de diversas competências, e controlar efetivamente as exportações e importações, o que deu à sua burocracia um poder imenso, uma vez que ela conhecia e manipulava as informações, exercendo um papel de arbitragem entre os interesses do setor público e do setor privado.

Pode-se descrever o seu funcionamento da seguinte forma:

- O DEXPO (Departamento de Exportações) criava um comitê para estudar a situação de determinado produto, a soja, por exemplo. Depois de delimitado o mercado consumidor potencial, as taxas vigentes, os embargos, etc., a CACEX iniciava então o rastreamento do mercado interno, verificando quem tinha condições de produzir para exportar, e passava suas informações aos exportadores.

A partir daí, o órgão atuava diretamente junto ao mercado consumidor participando de feiras, como Brasil Export, Fenit, instruindo o exportador a como atuar nelas, e promovendo o contato direto entre consumidores e produtores. O instrumento de maior poder que estava na sua mão era o Cadastro Geral de

Exportadores, pois com ele, além das feiras, o órgão atuou firmemente junto ao GATT e à ALALC⁴².

Também, através das informações geradas em seus comitês, integrados por representantes de sindicatos e associações de produtores, a CACEX sugeria ao governo medidas adequadas para o fortalecimento de um setor específico, e, desta forma, estreitava o diálogo entre ele e a iniciativa privada. O objetivo era traçar políticas setoriais de comércio exterior, tanto no que se referia às importações quanto às exportações. Embora sem poder de decisão, o trabalho dos comitês podia funcionar como mecanismo de pressão governamental e da contrapressão empresarial, estabelecendo composições de interesse e se constituindo em verdadeiras arenas políticas, nas quais o setor privado apresentava suas perspectivas e a CACEX assumia o papel de interlocutor privilegiado do governo.

A CACEX atuou nos principais ramos da atividade econômica brasileira, inclusive nos setores de ponta, como eletro-eletrônicos, com a justificativa de que todo importador é um grande exportador, e vice-versa, e também, que o industrial brasileiro não tinha “tradição de exportador”. A sua atuação foi de tal monta que conseguiu superpor-se aos Grupos Setoriais e ao CDI no comando da substituição de importações.

É Martins quem diz que:

Através de uma sábia manipulação da justaposição de competências, de uma evidente destreza para ocupar “espaços vazios” na administração e da capacidade que demonstrou de assimilar práticas empresariais sem perder a vocação de governo, a CACEX representa um caso extremamente singular. E essa singularidade é o exemplo mais eloqüente da diversidade existente no interior do aparelho do Estado (MARTINS, 1985, p. 156).

⁴² General Agreement on Trades and Taxes e Associação Latino-Americana de Livre-Comércio respectivamente.

Assim, dadas as condições políticas do Regime Militar, a CACEX desempenhou o papel de um importante elo do Estado com a sociedade, mostrando que o governo também estava forte, e buscava agir.

A CACEX sobrepôs-se ainda ao Conselho de Política Aduaneira (CPA), visto por ela e investidores como muito liberal, pois ela controlava, além do cadastro dos exportadores, o *drawback*, a similaridade e os impostos. Está-se, então, diante de uma situação relativamente confusa, que adviria do fato de o Estado corporificar os conflitos presentes na sociedade, o que concorda com a colocação seguinte de Martins:

Se a legislação em vigor dá margem a estes desencontros, foi certamente a existência de interesses privados conflitantes e “lógicas” distintas no interior do aparelho do Estado, sobre as “prioridades nacionais”, que fez com que se tornasse inevitável a criação de um sistema de negociação. Este foi institucionalizado através da prática dos chamados “acordos de participação nacional”. Sendo que nacional no caso é considerado o produto fabricado no país, por empresa brasileira ou estrangeira (1985, p. 173-174).

O que fica como conclusão da Estruturação e Reforma do Estado no período militar é que a inserção de cada agência (BNDE, CDI e CACEX) no aparelho do Estado (periferia, fronteira, ou setor governo) marca de maneira decisiva seu funcionamento, e também a natureza e o volume dos recursos à sua disposição.

Assim, é o poder que eles reúnem, e não o que lhes é atribuído, que tem importância. É o que cada órgão consegue fazer que lhe dá poder, e, conseqüentemente, recursos financeiros ou políticos para dispor.

Entretanto, situar-se fora do setor governo permite mais autonomia e, não se pode negar, também existiram características negativas nesse período (sobreposição de funções, e conflitos) que se intensificaram por causa da falta de

controle político da sociedade sobre o Estado. Mas, ele não esteve paralisado. Ao contrário, foi bastante legiferante e atuante.

Uma característica importante deste período, é que todas as agências criadas acabaram por 'substituir' os partidos políticos, como mecanismos de expressão e gerenciamento de demandas e por esta razão o Estado é visto como parceiro ideal por parte da iniciativa privada.

Mas, o que se observa então, é que o Estado cresceu à semelhança de um tronco de árvore: a periferia é dinâmica, viva, e o centro é morto, com uma pequena faixa de transição no meio; ocorre progressivamente a passagem de setores da burocracia de uma área para outra, no sentido periferia \Rightarrow centro.

Todo este processo chegará a um limite estrutural, financeiro e de sustentação social ao findar dos anos 70. Tem-se instaurada aí então a Crise do Estado, e ela será a plataforma que Collor de Mello usará para compor seu discurso sobre o Estado, portanto, deverá ser esta a próxima discussão a ser feita.

CAPÍTULO III – A CRISE DO ESTADO NO BRASIL DOS ANOS 70, 80 E 90: O ESGOTAMENTO DO MODELO SEGUIDO ATÉ ENTÃO

Este terceiro e último capítulo finaliza a construção dos pilares teóricos da tese. É tratada então a Crise do Estado no Brasil nos anos 70, 80 e 90 destacando seus principais aspectos, mostrando como se deu o esgotamento do modelo de Estado que se tivera até então.

As mesmas razões que justificam a adoção de políticas neoliberais nos países centrais o fazem para os países da América Latina. Contudo, dado o seu impacto e sua correlação com o tema da pesquisa, o estudo deverá ser mais aprofundado, e sobretudo, deverão ser destacadas com ênfase as relações entre crise fiscal, Reforma do Estado e Governo Collor.

Conforme já foi salientado, a crise do Estado no Brasil neste período tem um forte componente fiscal. Este pode ser assim definido:

O Estado entra em crise fiscal, perde em graus variados o crédito público, ao mesmo tempo, vê sua capacidade de gerar poupança forçada a diminuir, senão a desaparecer, à medida que a poupança pública, que era positiva, vai se tornando negativa. Em consequência, a capacidade de intervenção do Estado diminui dramaticamente. O Estado se imobiliza (BRESSER PEREIRA, 1998a, p. 54).

A razão desta imobilização, a origem, e o principal componente da crise fiscal, está no progressivo aumento do peso dos juros da dívida externa no balanço de pagamentos dos países em desenvolvimento que levou a uma reversão no papel que o Estado vinha desempenhando. Detalhando esta reversão, Conforme destaca Rocca, tem-se que: “na década de 1980, e especialmente nos últimos anos, o setor

público passou a ser considerado um sério obstáculo à retomada do desenvolvimento acelerado” (1992, p. 8).

O autor aponta como razões desta reversão uma política econômica instável que não contemplava uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, o crônico déficit público, e também o nível e natureza da intervenção do Estado na economia, pois, segundo ele:

A crise pode ser explicada de várias maneiras. Está bem clara sua relação com a dívida externa. A crise fiscal que se desenvolveu a partir da dívida está, obviamente, no centro da estagnação econômica.

A própria natureza da intervenção tem se alterado, com aumento da proporção de mecanismos que não atuam através do sistema de preços, caracterizados principalmente por controles administrativos. No período mais recente, marcado pela intensificação de políticas populistas, essa característica se estendeu ao comércio exterior, política industrial e tecnológica, preços, salários e outras variáveis ou setores relevantes. Além de distorcer preços e gerar incerteza, essa intervenção contribuiu para a inibição de investimentos e alocação ineficiente de recursos. Paradoxalmente, embora adotadas freqüentemente com base em argumentos distributivistas, muitas dessas políticas contribuem para ampliar as desigualdades (ROCCA, 1992, p. 8-9).

Neste ponto, Bresser Pereira apresenta uma opinião um pouco divergente, mas que contribui para que se situe melhor o problema da Crise Fiscal do Estado. Segundo este autor, também é nítida a associação crise fiscal do Estado X dívida externa X estagnação econômica, contudo, este complementa:

A aceleração da inflação que se verificou durante os anos 80 pode ser parcialmente explicada pela crise fiscal, mas já era certamente o conflito distributivo, que caracteriza uma economia em que a renda é tão desigualmente distribuída como a brasileira, a causa fundamental da inflação e sua aceleração. A dívida externa, à medida que agiu agravando direta ou indiretamente o conflito distributivo, desempenhou obviamente, um papel importante na aceleração da inflação. Esta, por sua vez, realimenta a crise no setor real da economia na medida em que o *déficit* público afasta os investimentos e diminui a produtividade do capital. A inflação é tão danosa e perturba de tal forma a atividade econômica que, entre 1984 e 1986, quando se alcançou o equilíbrio na conta corrente, tornou-se popular no Brasil a crença de que a crise da dívida havia sido superada, de que o *déficit* orçamentário estava sob controle e de que a

única causa dos problemas do país era a inflação (BRESSER PEREIRA, 1992 p. 71-72).

Estas duas conceituações permitem então diagnosticar com precisão o que caracteriza a Crise do Estado na região: a) paralisia fiscal; b) paralisia do desenvolvimento, e em consequência disto, crise econômica, política e social, pois, a pressão da dívida levou à adoção de políticas de contenção do crescimento, de recessão e ao diagnóstico de que o modelo de Estado vigente apresentava sérios problemas.

Focalizando diretamente o caso brasileiro, Moura (1990), Bresser Pereira (1992), Rocca (1992) e muitos outros autores colocam que um dos fatores da dívida externa ter atingido as proporções a que chegou, foi o erro de estratégia de insistir em continuar com uma política de desenvolvimento, quando isto já não era mais possível devido à escassez de recursos internacionais⁴³.

Moura (1990) diz que: “é patente que os *policy-makers* não quiseram ou não puderam adotar políticas que significassem uma desaceleração mais substancial do crescimento” (p.40), o que não teria sido feito porque as condições políticas não eram ideais para o governo. Então:

A questão crucial que deveria ter sido enfrentada pelo governo dizia respeito à velocidade e composição do processo de ajustamento a que a economia deveria se submeter, em resposta aos choques externos. Ao escolher um ritmo e padrão de ajustamento que mantinha o crescimento econômico, às custas de maiores desequilíbrios internos e externos, os

⁴³ Segundo Rocca (1992) os erros da política econômica no período militar foram os seguintes: 1 - Taxa de retorno dos projetos incompatível com a necessidade de pagar os empréstimos que os financiaram; 2 - A redução das importações, ou o aumento das exportações deveria gerar lucros em moeda estrangeira; 3 - Retardo no início da operação e atrasos no cronograma dos projetos (usinas nucleares, por exemplo); 4 - Elevação do custo dos investimentos; 5 - Além disso, o preço dos produtos fornecidos pelas estatais foi reajustado abaixo do crescimento do custo destes serviços ou produtos. Como consequência disto, a dívida se tornou tão grande que teve de ser assumida integralmente pelo Tesouro Nacional em 1982.

formuladores da política econômica simplesmente transferiram para o futuro o momento de enfrentar os encargos crescentes das obrigações internacionais.

Em outras palavras, uma vez que se postergou o problema do ajustamento econômico externo, não se poderia esperar que a Administração implementasse políticas de restrição de demanda (MOURA, 1990, p. 41).

No entanto, na década de 80, para manter o fluxo de capitais externos, o governo se viu obrigado a impor uma severa desaceleração do crescimento econômico, que levou a um índice altíssimo de desemprego, que atingiu principalmente as áreas mais urbanizadas do país, trazendo também uma acentuada redução na atividade econômica.

A Nova República (1985/1989) manteve a mesma política e princípios, gerando um agravamento da Crise Fiscal do Estado, e de todos os problemas sociais dela decorrentes.

O Plano Cruzado (1986) seria o tiro que feriria de morte a inflação, no entanto, como Cardoso (1989) mostra, ele não passou do banho que diminuiu a febre, mas não tratou a infecção. Exatamente por isto, ao congelamento de preços, salários e câmbio, seguiu-se uma explosão de demandas, uma redução das exportações, um aumento das importações, e a prática de ágios e sobre-preços. Desta forma, a consequência deste plano foi o agigantamento da inflação, um violento desajuste nas contas externas, e o fim do pouco de credibilidade que o governo Sarney tinha. Seu saldo negativo foi ainda ampliado pelos Planos Bresser e Verão.

Esta crise leva a uma reversão, uma “reviravolta” (nas palavras de Cruz, 1998) no modelo de desenvolvimento econômico e de intervenção estatal seguido desde a década de 30.

Reviravolta. De fato, a extensão e a profundidade da mudança dificilmente poderiam ser exageradas (...) No que tange aos países do Terceiro Mundo, eles haviam abandonado suas antigas veleidades e, tendo aceitado terapias penosas para estabilizar economias, buscavam o caminho da prosperidade através da “opção pelo mercado”. Com efeito, a época da intervenção estatal direta para fortalecer a economia e guiá-la de acordo com concepções bem definidas do interesse nacional parecia definitivamente ultrapassada. No presente, os imperativos são outros: cortar gastos, eliminar subsídios, privatizar, abrir a economia, criar ambientes favoráveis aos investidores externos, na esperança de ganhar, com isso, acesso ao capital e aos mercados globais (CRUZ, 1998, p, 5-7).

Esta reviravolta mostra os limites, e ao mesmo tempo a implosão dos conflitos e das contradições do Estado brasileiro até então, revelando assim os limites estruturais deste, mostrando que haviam chegado à sua fadiga. Cabe aqui, agora, um outro questionamento. Como estas reformas chegaram à região?

Segundo Przeworsky (1994) e Cruz (1998)⁴⁴ as reformas adotadas pelos países da região variaram nas políticas de salários, ajuste da moeda e do crédito, formas de competição, intervenção do Estado, e inserção na economia internacional. No entanto, conforme estes autores diagnosticam, há uma seqüência cumprida pelos países da América Latina rumo às “reformas orientadas para o mercado”: a) ajustamento externo; b) estabilização da economia; c) liberalização econômica.

A idéia que norteou as políticas adotadas era a de que o déficit fiscal do Estado seria a causa maior da inflação e dos desajustes econômicos e sociais; portanto, este deveria ser o alvo inicial de uma Reforma do Estado.

⁴⁴ “Racionalização do processo de investimento por meio (a) da autonomia e responsabilidade financeira das empresas e (b) do ajuste de preços dos bens de capital, o que, na prática, significa uma diminuição do protecionismo. 2 – Ajustamento dos mercados de bens de consumo por intermédio (a) da retirada do controle sobre a maioria dos preços e (b) da eliminação ou redução dos preços subsidiados. 3 – Criação de mecanismos destinados à eliminação das empresas e dos processos ineficientes por meio (a) da permissão de falência de empresas e demissão de empregados, (b) da organização de mercados financeiros, (c) da organização de mercados de trabalho e programas de treinamento de mão-de-obra e (d) da adoção de medidas de combate aos monopólios, inclusive estatais. 4 – Redução dos déficits orçamentários por meio (a) da diminuição das despesas ou (b) aumento das receitas e (c) da venda de empresas estatais. 5 - Reestruturação do sistema de

Cruz (1998) conclui que estas estiveram bastante associadas ao que o Fundo Monetário Internacional propôs como política para os Países do Terceiro Mundo. Fiori (1997) afirma que as propostas de Reforma do Estado vindas destas duas instituições estiveram embutidas na renegociação das dívidas externas⁴⁵.

Bresser Pereira (1998), Fiori (1997) e Cruz (1998) diagnosticam que as propostas do Banco Mundial e do FMI estavam baseadas na análise de que a crise do Estado nos países do Terceiro Mundo era fruto de um crescimento excessivo do Estado, e também, da existência de políticos populistas em seus parlamentos.

No caso da América Latina, tais caracterizações salientam o papel central desempenhado pelo Estado; a crise seria, assim, essencialmente, a crise desse Estado doente de gigantismo (CRUZ, 1998, p. 13).

Ainda de acordo com estes autores, por “crescimento excessivo” se deve entender o financiamento do processo de substituição de importações além do que permitiam as contas públicas, e por seu lado, a existência de políticos populistas foi tanto um freio à redução deste processo quando do diagnóstico de sua inviabilidade nos anos 70, quanto uma fonte de desperdício de dinheiro devido a gastos desnecessários.

Como proposta para a resolução da questão fiscal vêm então uma readequação do gasto público à realidade da arrecadação, o chamado “ajuste estrutural”, a quebra dos monopólios estatais em setores-chave da economia,

previdência social e dos instrumentos de garantia de renda mínima, inclusive seguro-desemprego” (PRZEWORSKY, 1994, p. 199). A opinião de Cruz está detalhada na citação anterior deste autor.

⁴⁵ “Mais tarde – desde meados da década passada – estes foram instados a realizar reformas de grande envergadura em suas economias sob as condicionalidades cruzadas do par FMI/Banco Mundial e violenta pressão exercida pelos Estados Unidos, seja através da ameaça de sanções unilaterais, seja pela ação de sua diplomacia econômica na arena das negociações sobre o comércio global – a Rodada Uruguai do GATT” (CRUZ, 1998, p. 11-12).

principalmente telecomunicações, energia e combustíveis, privatizações e uma reforma tributária, em resumo, vem o neoliberalismo, e a seqüência cumprida pelos países da América Latina rumo às “reformas orientadas para o mercado” foi: a) ajustamento externo; b) estabilização; c) liberalização econômica.

Assim,

Por isso, se a crise atual representa, em nosso entender, um momento de máxima condensação dos conflitos que moveram um longo ciclo político-econômico de nossa história, ela também concentra em si, como anúncio e como impasse, as contradições que fizeram nosso desenvolvimento tão iníquo e politicamente instável. E é porque elas continuam vigentes que acreditamos que o desdobramento da crise será lento e doloroso, passando pela reestruturação de relações sociais inscritas na estrutura constitutiva do capitalismo industrial brasileiro, e envolvendo a necessidade imperiosa de reorganizar os próprios compromissos políticos que sustentaram o sucesso e a entropia do ciclo precedente (FIORI, 1989, p. 105-106).

Neste momento de fadiga vem e se implanta o neoliberalismo, e este aparece não só como uma proposta de Reforma do Estado, mas também como uma nova forma de pacto social. Desta forma:

O que parece certo é que a crise atual tem uma profundidade e complexidade até aqui desconhecidas, e que o projeto desestatizante apresenta-se hoje com uma força que não teve, em 1945, 55 ou 65, momentos anteriores em que foi proposta pelas frações penalizadas e, logo depois abandonada quando vitoriosas, já controlavam o poder que haviam criticado. E se o projeto desestatizante apresenta-se com esta força é porque, também, a centralização estatizante alcançou uma dimensão insuspeitável, levando a um limite máximo o perigo representado pelo seu poder discricionário (FIORI, 1989, p. 110-111).

Em sendo assim, a superação da crise envolve o realinhamento dos compromissos que embasaram o Estado precedente e a viabilização de uma nova forma de desenvolvimento, portanto, a reestruturação das relações sociais e econômicas.

a superação da crise, neste sentido, aponta para o inevitável e radical realinhamento dos velhos compromissos, de forma a viabilizar uma nova estratégia de desenvolvimento, o que envolve uma reestruturação das relações sociais e econômicas, uma redefinição do espaço da cidadania e uma recomposição do Estado, tão ou mais radical que nos anos 30, mas agora na forma de um regime democrático (FIORI, 1992, p. 85).

Adquire importância então a Reforma do Estado como afirmação de uma nova estratégia de desenvolvimento, com um novo pacto social que a suporte. Portanto, a Reforma do Estado em moldes neoliberais envolve custos sociais e que a adoção de uma estratégia para implementar as reformas, seja esta estratégia radical ou gradual depende de como os atores envolvidos interpretam suas perdas e ganhos.

Este argumento carece de uma análise mais detida. Normalmente, conforme Przeworsky (1994) observa, se tende a iniciar, ou ao menos o governante eleito tende a propor, uma estratégia radical, passando a idéia de que esta é a menos traumática. Este autor observa que, com o passar do tempo, conforme as perdas vão sendo sentidas, existe uma forte tendência a que a sociedade comece a demandar uma estratégia gradual.

Adquirem importância então, três questões: a) os custos econômicos das transformações; b) que condições políticas permitem tolerar melhor estes custos?; c) qual o impacto das transformações sobre as instituições democráticas? Na determinação da estratégia a ser seguida tem importância a maneira como a Crise do Estado será entendida pelos atores sociais e políticos.

Estas condicionantes tendem então a dar o ritmo da implementação da Reforma do Estado e, como bem afirma Sola (1993), a mudança para o liberalismo e para a democracia faz com que a América Latina, e em especial o Brasil, se

constituam em casos paradigmáticos de implementação de políticas neoliberais, ainda mais que deve ser levado em conta que:

Sob esse aspecto, as crises de 1970 e 1980 na ordem internacional, e seus desdobramentos na América Latina e no Leste Europeu, ampliaram enormemente o campo de observação no sentido de abrir espaço para novos experimentos de liberalização econômica com democratização. Essa combinação, como é arqui-sabido, é inédita entre nós. O continente latino-americano foi o paladino desse novo ciclo de experimentos, agora em escala global, em que se combinam as incertezas inerentes à transformação do regime econômico àquelas que caracterizam a institucionalização de um novo regime político. O Brasil representa um caso típico dessa modalidade de 'transição dual' (NELSON, 1993). Ao mesmo tempo, entre os países semi-industrializados do continente é aquele que menos avançou no que se refere à reforma do Estado e à reestruturação das relações com a sociedade. Em que medida isso tem a ver com a democratização que, afinal, apesar dos solavancos, revelou ser um processo bem menos vulnerável ao stress econômico do que se costumava antecipar na década passada (SOLA, 1993, p. 159).

O Brasil vem a ser assim, o que se pode chamar de caso de *muddling through* entre neoliberalismo e democracia, porque combinou uma transição extremamente gradual para a segunda com um ajustamento estrutural lento, tardio, e indeterminado para o primeiro.

Em uma perspectiva regional, o Brasil se destaca como um dos casos em que se tornou mais visível a existência de uma correlação entre sérios desequilíbrios macroeconômicos, lentidão ou mesmo postergação de reformas estruturais, e instabilidade política. O país representa um caso extremo de ajustamento estrutural que além de tardio, é ainda indeterminando quanto aos resultados (SOLA, 1993, p. 159).

Ainda assim, “as reformas econômicas iniciadas por Collor exerceram por isso, uma função catalisadora poderosa” (SOLA, 1993, p. 163).

Função esta que, sob o ponto de vista da autora, traduziu-se na necessidade de formar um arcabouço tanto teórico quanto jurídico-político que legitimasse as reformas. Argumenta ela que a formação de tal arcabouço, no que tange ao aspecto

político, seria a incorporação real das elites políticas e econômicas que apoiaram o candidato em 1989 ao programa neoliberal. Isto significou: a) ter que reestruturar os recursos, tanto de poder decisório quanto financeiros, dentro dos órgãos tecnoburocráticos; b) recrutar pessoas vinculadas à ideologia do governo e conseguir alçá-las a postos-chaves da administração federal; e principalmente c) criar um campo ideológico favorável para que não houvesse uma oposição sistemática e eficaz por parte do Congresso Nacional, e da sociedade.

A transição política, no que diz respeito a seu aspecto formal ao menos, consolidou-se com a eleição de 89. Faltava, portanto, para resolver o caso de “*muddling trough*” encaminhando a questão do Estado, implementando as Reformas, solidificando a democracia e resolvendo as demandas que estavam colocadas à época, propondo um novo modelo de Estado e um novo pacto social para o suportar, deixando claros os rompimentos com o passado.

Para caminhar no sentido da resolução dos entraves encontrados seria necessário montar uma coalizão governamental estável, controlar a burocracia e empreender uma reforma fiscal de tal forma a dar ao Estado novamente a capacidade de gerir conflitos sociais de ordem distributiva.

Tendo obtido uma vitória apertada, Collor tem então pela frente duas tarefas: legitimar e consolidar seu governo e dar início ao processo de Reforma do Estado. Para isto, e para resolver o caso de *muddling trough*, o governo terá de lidar com os problemas políticos da época (deslegitimação da classe política, com as esperanças depositadas na democracia e na transição democrática, com a fragmentação partidária, com a eleição polarizada)⁴⁶, mas fundamentalmente, terá de encaminhar

⁴⁶ A este respeito ver Arturi (1995), Baquero (1995), Lamounier (1991), Lima Júnior (1993) e Przeworsky (1994).

a questão da Reforma do Estado e formar o arcabouço teórico e jurídico-político envolverá formar o conceito de que a Reforma do Estado nos moldes propostos pelo governo é boa e justa, ou vai a direção ao bom e ao justo, tendo em vista o conceito acima descrito, incorporando os atores políticos e sociais do período da transição, em especial os demais Poderes, e boa parte dos que estavam do outro lado da eleição polarizada ao que o governo pretendia, o que significa construir um discurso onde as ações deste e de seus aliados apareçam como boas, adequadas e envolverá também desqualificar as ações da oposição, bem como a visão desta sobre governantes e aliados como um todo.

Em sendo assim, tendo definido a formação e a Crise do Estado brasileiro, cabe agora seguir adiante com o estudo proposto investigando como a Reforma do Estado apareceu nos discurso do presidente Collor de Mello.

Os conceitos e noções destacados na literatura acima sobre os temas Reforma do Estado e neoliberalismo constituem um dos pilares para embasar a análise do material empírico, a saber os pronunciamentos do presidente Collor de Mello, com o fito de apreender o discurso sobre a Reforma do Estado e de discutir mais profundamente os questionamentos e hipóteses apresentados.

PARTE II – A REFORMA DO ESTADO NOS PRONUNCIAMENTOS DE COLLOR DE MELLO

Na primeira parte desta tese objetivou-se dar fundamento teórico à análise da Reforma do Estado no governo Collor de Mello, tendo estudado seu embasamento ideológico, o neoliberalismo, tendo feito uma gênese do Estado brasileiro até a década de 70 e discutido a Crise do Estado no Brasil nos anos 80 e 90.

Dando continuidade ao estudo, é necessário mostrar agora os resultados da pesquisa, ou seja, como a Reforma do Estado apareceu nos pronunciamentos selecionados tendo em vista a perspectiva metodológica, as hipóteses e os questionamentos detalhados na introdução.

Este é o tema desta segunda parte da tese que está dividida em três capítulos de acordo com o período abordado. O primeiro, capítulo IV, mostra como a Reforma do Estado apareceu no momento inicial do governo, a posse, e para tanto, o Pronunciamento de Posse foi analisado.

O capítulo V aborda o ano de 1990 e as perspectivas para o ano de 1991, com destaque para a análise de um pronunciamento feito para uma reunião ministerial no início do ano de 1991 (18/02/91), e acessoriamente de alguns outros que abordaram temas da Reforma do Estado, da modernização e da reconstrução nacional.

Finalizando, o capítulo VI apresenta os fatos dos anos de 1991 e 1992 trazendo a análise de um pronunciamento feito também numa reunião ministerial, só que no dia 23 de dezembro de 1991 e de um artigo escrito após as investigações da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) e a renúncia.

CAPÍTULO IV - O PRONUNCIAMENTO DE POSSE: REFORMA DO ESTADO, MODERNIZAÇÃO E PROJETO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

A escolha do Pronunciamento de Posse justifica-se, pois, exceto a assinatura do termo de posse e o juramento à Constituição, a fala perante o Congresso Nacional é o primeiro ato oficial do governo, e é a primeira vez que o presidente se expressa publicamente não mais como candidato ou presidente eleito, mas sim como chefe de Estado, sendo a primeira vez que coloca o projeto de governo nestes termos.

O pronunciamento foi feito no dia 15 de março de 1990 e contém então uma explanação oficial do que é este projeto e permitirá ver como as condições não-discursivas aparecem pela primeira vez bem como a maneira como os sujeitos nele são colocados, estruturando então as condições discursivas.

Assim, será necessário mostrar não só a posição dos sujeitos, mas sobretudo delimitar que diagnóstico foi feito sobre o Estado e sobre os demais temas da transição democrática, mostrando a que a Reforma do Estado estaria vindo, o que a justificaria.

O capítulo está organizado de forma a mostrar primeiro a construção da mensagem principal, ou seja, a Reforma do Estado e aí também se discute os conceitos de modernização e reconstrução nacional. O próximo passo é apresentar a posição dos sujeitos a saber: Congresso Nacional, partidos, classe trabalhadora e povo brasileiro, que são aqueles que se busca edificar como apoiadores do governo. A seguir vem a construção do emissor, e por último, a dos opositores: as elites.

4.1 A mensagem: Reforma do Estado, modernização e reconstrução nacional

A tônica da mensagem é a edificação de algo novo que vem para romper com estruturas velhas e colocar o País no rumo da modernidade. Observe-se que o próprio subtítulo do pronunciamento indica isto através das palavras reconstrução, projeto e modernização. Por isto, segundo o próprio presidente, o pronunciamento contém “em linhas gerais, meu projeto de reconstrução nacional”, ou seja, algo que está “corporificando” a visão e a “estratégia de modernização do Brasil, de reforma do Estado, de recriação das bases do nosso desenvolvimento econômico e social” (MELLO, 1998a).

A reforma do Estado aparece então como componente de um processo de reconstrução e modernização, portanto de remodelação e modificação de estruturas antigas, com vistas a torná-las mais atuais, adaptadas a novos tempos⁴⁷, num processo de rompimento com o passado e da instauração do desenvolvimento e da Nação em novas bases (modernização e reconstrução nacional).

A análise do material empírico permitiu concluir que a Reforma do Estado e o projeto de reconstrução nacional do qual ela faz parte apareceram neste pronunciamento presidencial através de uma série de equivalências e diferenças envolvendo os termos inflação, democracia, liberdade, cidadania. O estudo destas permite que o discurso sobre a Reforma do Estado apareça mais claramente, detalhando também as novas bases propostas para o desenvolvimento.

“A cultura da inflação se nutre do egoísmo, do individualismo vicioso, do imediatismo descarado” (MELLO, 1998a). Ela é também definida como “o imposto

mais cruel” (idem): o que é uma memória discursiva com o governo Sarney⁴⁸, mas, ao associá-la a devassidão (vícios/descaramento) ela se torna um ponto unificador que abarca toda a gama de problemas que se vivia então.

Vale ressaltar que o período anterior foi qualificado por Collor de Mello como o da imoralidade e do atraso. Para romper com ele e reconstruir a Nação este convocou os eleitores durante a campanha eleitoral e também buscou construir-se como um “cruzado” da moralidade e como operador da modernização.

Este, definitivamente, não é o país que nós queremos. Este não é o Brasil dos nossos sonhos mas nós vamos reconstruir este Brasil, nós vamos fazê-lo melhor. E eu convoco você que estava me ouvindo neste momento para participar conosco deste trabalho de reconstrução nacional para acabar com essa sem-vergonhice para acabar com essa corrupção, para acabar com essa impunidade. Colocando os responsáveis por esses absurdos, por esses crimes na cadeia. E, fazendo para este Brasil uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais solidária (...) (19/9/89) (MELLO, apud MORITZ, 1998, p. 45).

Definindo a inflação como definiu e recuperando a construção de si mesmo feita durante a campanha, Collor de Mello constrói um princípio para nortear as ações do governo, e conseqüentemente, o projeto de reconstrução nacional: derrotar a inflação e acabar com a imoralidade.

O propósito imediato de meu, governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la. Concentrarei todas as energias do Executivo, pedirei todo o apoio do Congresso para erradicar definitivamente da economia brasileira a erva

⁴⁷ Modernizar, segundo o dicionário Aurélio é um verbo transitivo direto cujo significado é: “adaptar(-se) aos usos e necessidades modernas” (p. 467). Reconstruir significa construir, armar, arquitetar, estruturar novamente.

⁴⁸ Ao analisar os significados dados ao termo inflação no discurso de Sarney, Pinto (1989) mostra que a inflação foi significada como O MAL, não havendo portanto nenhum outro, e representando ela todas as mazelas daquele governo.

daninha da inflação, nossa velha indulgência com a fúria emissionista e o déficit público. Minha presidência jogará tudo na vitória contra esse câncer social, esse obstáculo intolerável à retomada decisiva do nosso desenvolvimento econômico e humano (MELLO, 1998a).

A modernização, conforme se verá abaixo, a implementação da economia de livre-mercado, o acesso a investimentos internacionais, a privatização e a abertura da economia, e o fim da inflação, associado ao fim da “fúria emissionista” e ao *déficit* público aparecem então como o objetivo do governo. O rompimento com estas características negativas da política econômica e do Estado no período precedente é traduzido como o fim da desmoralização (acabar com um câncer, uma doença), do imposto cruel que assolava a classe trabalhadora e como chave para o desenvolvimento (modernização).

É feita uma referência ao governo Sarney⁴⁹ e são conclamados os soldados para a batalha:

Outros já se propuseram lutar contra a inflação, mas fizeram desse combate um objetivo condicional. Comigo não será assim. A guerra contra a inflação será uma luta incondicional, porque, justamente, se trata de um combate condicionante de tudo mais: da retomada do investimento, da consolidação do crescimento, da conquista de melhores níveis sociais, do fortalecimento da democracia. Durante a campanha, no combate da campanha, pude perceber a fundo até que ponto o povo brasileiro deseja eliminar o carnaval dos gastos, das emissões e dos preços. Sei que, para eliminá-lo, terei de contrariar vários interesses poderosos. Mas não transigirei na perseguição desse fim, que sozinho justificaria, por seu significado histórico e seu sentido social, qualquer governo e qualquer presidência. Vencerei ou falharei na medida em que esse desafio for enfrentado, sem demora e sem trégua. Mas tenho certeza de que, com o apoio resolutivo do povo e do Congresso, ainda este ano haveremos de ferir de morte, de destruir na fonte, a inflação no Brasil. (MELLO, 1998a).

⁴⁹ Governo contra o qual Collor de Mello direcionou toda a sua campanha presidencial qualificando-o como imoral, corrupto e contrário aos interesses dos trabalhadores, contra o qual ele, Collor de Mello seria um “cruzado”, buscando estabelecer com este governo uma ruptura. Para detalhes ver Moritz (1996 e 1998).

Observa-se na citação acima que se quis estabelecer um rompimento ao se colocar o combate como incondicional, marcando diferenças com relação aos períodos anteriores, exatamente porque a vitória aí vem como a mola mestra do processo de reconstrução nacional e de “retomada” do desenvolvimento, palavra que indica que houve períodos de desenvolvimento no passado, mas que este foi interrompido.

Estabelece-se também uma relação entre fim da inflação, remoralização (fim do carnaval dos gastos e das emissões) com melhorias nas condições sociais e fortalecimento da democracia. Então, o combate à inflação aparece como um ponto centralizador de todo o processo de reconstrução nacional.

A inflação também é definida também desta forma:

É uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo. Estimula a ganância ao mesmo tempo em que desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva.

A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou seja, à maioria da nossa gente. (MELLO, 1998a)

Acabar com a inflação é uma prova de amor à pátria (civismo, o que é tido como uma nova cultura), e também a obrigação de quem se propõe a moralizador, como Collor de Mello o faz⁵⁰. A origem da inflação é o gasto público (fúria emissionista, déficit público), isto permite que se defina o papel da Reforma do Estado na erradicação da inflação, e na instauração do processo de reconstrução nacional e de modernização.

⁵⁰ Este raciocínio será melhor desenvolvido à frente, quando se discorrer sobre o governo.

Conhecem Vossas Excelências a agenda de medidas básicas com que encetarei nossa estratégia de extermínio da praga inflacionária. Não poderemos edificar a estabilização financeira sem sanear, antes de tudo, as finanças do Estado. É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado. No momento em que logramos esse equilíbrio - o que ocorrerá com certeza - teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública (MELLO, 1998a).

O fim dos benefícios e dos privilégios (“marajás”) aparece então como instrumento para o equilíbrio fiscal e para o fim da inflação, mas, além disto, a Reforma do Estado tem outros pressupostos:

Tudo isso, Senhores Congressistas⁵¹, possui como premissa maior uma estratégia global de reforma do Estado. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa. A dura verdade é que, no Brasil dos anos oitenta, o Estado não só comprometeu suas atribuições, mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor⁵² complementar. O Estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais grave, por seu comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro (MELLO, 1998a).

Observe-se que a Reforma do Estado, tal como definida nos trechos acima, é idêntica à “receita” neoliberal, tal como Draibe (1993) a define⁵³. Além disto, coloca-se que a capacidade histórica do Estado de promotor do desenvolvimento foi perdida durante a década de 80, portanto, a Crise Fiscal aparece como um dos motivos para a reforma, e também são feitas críticas ao período anterior através da qualificação de seu comportamento, o que também vem a justificar a Reforma do

⁵¹ Grifo meu apenas para destacar a enunciação do sujeito.

⁵² Grifos meus.

⁵³ A definição do que se entende por neoliberalismo foi feita no capítulo I. Recupera-se os pontos principais da “receita”: diminuição do déficit público, privatizações, reforma administrativa substituição

Estado (moral, fiscal, patrimonial e administrativa), que vem então como ferramenta para o fim da inflação e da desmoralização, para o desenvolvimento econômico através da recuperação dos investimentos.

Tendo articulado estes elementos desta forma foi possível também a Collor de Mello contrapor a eficiência da iniciativa privada ao papel e a uma certa inércia do setor público, redefinindo o papel do Estado:

Essa perversão das funções estatais - agravada por singular recuo na capacidade extrativa do Estado - exige que se redefina, com toda a urgência, o papel do aparelho estatal entre nós. Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre iniciativa - não ao Estado - criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades - pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos (MELLO, 1998a)⁵⁴.

A ineficiência do Estado é contraposta à eficiência da iniciativa privada.

Olvida-se o presidente da eficiência do setor público em planejar o desenvolvimento

da proteção social estatal por programas de distribuição de renda, focalização, descentralização, e a privatização das políticas sociais.

⁵⁴ Grifos meus. Observe-se a semelhança que há entre a proposição contida no pronunciamento e a formulação de Guy Sorman: A solução liberal não consiste em proclamar: abaixo o Estado, a política, os funcionários públicos e os impostos! Muito pelo contrário, uma sociedade liberal não pode funcionar, se nela não se reconhece claramente o lugar que corresponde ao Estado. O liberalismo é o regime do Estado de direito, separado da sociedade civil por uma fronteira clara e estável, de natureza constitucional. É função desse Estado de direito garantir a ordem e a segurança, enquanto cabe à sociedade civil tomar a iniciativa da mudança. Nesse sentido, existe uma grande quantidade de países, sobretudo na América Latina, que carece de Estado. A verdade é que as máfias se apoderam do aparato coercitivo e pretendem representar o Estado, sem, no entanto, nem mesmo merecerem ser chamadas de governo. Esses falsos Estados geram insegurança, porque são imprevisíveis e destroem os estímulos para investir; perpetuam a escassez" (SORMAN, 1988, p. 13).

econômico e social entre as décadas de 30 e 70⁵⁵. Há então o aparecimento da idéia de que havia uma “perversão”, uma imoralidade nas funções estatais que exige que se “redefina o papel do Estado entre nós” (MELLO, 1998a).

Assim, promover a Reforma do Estado é não só atender ao chamamento da Pátria (dever cívico de acabar com a inflação), como é também recuperar a moral, promover o desenvolvimento econômico, recuperar a liberdade e a justiça, enfim, resolver todos os problemas sociais e econômicos que se colocavam durante a transição democrática, portanto, é consolidar a democracia. A Reforma do Estado torna-se assim um ponto central, bem como a inflação, esta assume agora, em conjunto com o fim inflação, o papel de pressuposto para o desenvolvimento.

Continuando a conceituar a Reforma do Estado, há uma articulação entre as questões da redemocratização, do papel e da importância do governo nela, da conquista das liberdades políticas, da democracia, dos direitos e da cidadania com a Reforma do Estado onde esta última, em especial as privatizações e a economia de mercado aparecem claramente como complemento das primeiras.

Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado.(...)

Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica.

A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta antiinflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição (MELLO, 1998a).

⁵⁵ Olvida-se ele também de colocar que havia uma corrente teórica não tão radical quanto a neoliberal que não partia a princípio da ineficiência do Estado, mas colocava que o déficit público, a Crise Fiscal era um fenômeno que precisava ser contornado para que o Estado voltasse a desempenhar suas funções. Trata-se da Abordagem da Crise Fiscal, corrente teórica desenvolvida por James O'Connor nos Estados Unidos, cuja aplicação para o estudo da realidade brasileira das décadas de 80 e 90 foi desenvolvida por Luís Carlos Bresser Pereira, em especial em Bresser Pereira (1992).

O jogo de palavras entre corrupção e competição é proposital aqui. Corrupção, segundo o dicionário Aurélio é “ato ou efeito de corromper. Decomposição. Devassidão. Depravação. Suborno”, o que remete a “perversão” das funções estatais a que Collor de Mello fez referência. Corrupção é também uma palavra comumente associada à má-conduta dos funcionários públicos e dos políticos, à mamata, ao dinheiro ganho desonestamente, aos períodos anteriores da história. Colocando a competição como sua antítese, se constrói a idéia de que a liberdade de mercado é boa, é a saída para o desenvolvimento, para o fim da inflação, para a erradicação da miséria, devendo ser, portanto, um dos princípios a nortear a Reforma do Estado, e a modernização, o desenvolvimento. Em sendo assim, é necessário definir melhor como a liberdade aparece nos pronunciamentos.

Há uma frase presente no Pronunciamento de Posse que é emblemática no sentido de conceituar liberdade e de estabelecer as relações entre esta e democracia. Ela é: “minha eleição retrata e confirma as liberdades cívicas” (MELLO, 1998a).

O que são liberdades cívicas? São liberdades que não funcionam sem as instituições políticas. São liberdades que não estão garantidas se a transição não estiver firme, consolidada, assim como o discurso constrói que ela está, o que então leva à possibilidade de construir um novo conceito de cidadania:

Hoje, mais do que nunca, o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania. Assistimos ao triunfo da idéia republicana em pleno ocaso da política de tipo messiânico. Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado. (...). Mas a idéia republicana, o apego ao civismo⁵⁶ e à cidadania, esta perdura no coração

⁵⁶ Volta aqui novamente a idéia de amor à Pátria.

dos democratas. Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade cívica, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa a confundir o conflito social legítimo – inevitável na sociedade moderna, heterogênea e complexa como é – com o caos predatório das ambições sem grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo (MELLO, 1998a).

Princípio democrático, civismo e cidadania são então conceitos que nos remetem a liberdade, mas a libertação que se pretende é a libertação do homem dos grilhões do Estado, idéia que nos é transmitida pela expressão “hipertrofia voluntarista de suas funções”, que aponta para uma distorção da função do Estado. Portanto, a ideologia que embasa o discurso e que interpela os sujeitos está expressa na reformulação do conceito de liberdade e na crítica ao socialismo real (política de tipo messiânico). Nada também mais próximo ao diagnóstico e às propostas do FMI e do Banco Mundial, pois, hipertrofia lembra crescimento distorcido e exagerado.

Esta linha de raciocínio continua ainda quando no pronunciamento se coloca que:

A cidadania é o direito do indivíduo na convivência republicana, na liberdade como diálogo e na justiça como respeito mútuo entre as pessoas e os grupos. Por isso me esforçarei por governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão. Entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o Estado. É hora de exercê-lo para fortalecer a nação, como coletivo da cidadania. Não basta governar para o povo - é preciso aproximar o governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da nação. É um compromisso sagrado de minha parte. Certo é, porém, que a virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõem determinado clima moral. Requerem determinado capital de confiança e de estabilidade. Essa confiança, essa estabilidade, inexistem na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos (MELLO, 1998a).

O parágrafo é rico em significados, e vale a pena destacar que cidadania é entendida como sinônimo de liberdade. Posto isto, é feita uma crítica aos governos

anteriores, e é colocado que o objetivo deste é criar um novo conceito, é criar uma cidadania baseada num governo democrático (aproximar Estado e Nação, governo e povo), e é feita a associação disto com a inflação, colocando esta última como o antônimo das primeiras.

A inflação foi tida como a desmoralização e seu combate um dos alvos principais da reforma do Estado, donde se conclui que esta última é então passo fundamental para a instauração de novas formas de cidadania, pois, na articulação tencionada por Collor de Mello, Estado imoral e inflação inibem o investimento produtivo e levam à miséria, à falta de cidadania e a uma lacuna na democracia.

Isto é a “perversão” das funções estatais à qual ele fez referência, vem portanto disto e da Crise Fiscal o mote para a Reforma do Estado e sua inserção no Projeto de Reconstrução Nacional e na modernização.

Têm-se então como princípios norteadores para a Reforma do Estado o combate ao déficit público, à inflação e à desmoralização, o que deve implicar na redução do tamanho do Estado e na readequação de suas atividades, centrando-se estas últimas na promoção da justiça, em especial na redistribuição de renda e no acesso universal, mas em especial das camadas menos favorecidas a bons serviços públicos. Por outro lado, as relações entre Estado e Sociedade devem ter por base os conceitos de liberdade, cidadania e democracia expressos acima. Foi com base nisto que se propôs reconstruir a Nação e estabelecer entre Estado e sociedade novas formas de relação e também definir para o primeiro novos papéis.

4.2 Os apoiadores, propositores, implementadores e opositores da reforma

Tendo mostrado como se deu a composição da mensagem, torna-se necessário agora mostrar como o mesmo ocorreu com aqueles que foram construídos como apoiadores, propositores e também com os opositores. Aborda-se primeiro os propositores e os apoiadores para posteriormente discorrer sobre os opositores.

O presidente tenta, com destaque, construir o Congresso Nacional como apoiador. Seguidas vezes no Pronunciamento de Posse o presidente enuncia: “Senhores Congressistas” e a seguir discorre sobre seu projeto. O Congresso é entendido como “penhor da liberdade, evidência da democracia” e também, “berço da lei e espelho da opinião” (MELLO, 1998a). Colocando-o como “espelho da opinião” o presidente coloca na verdade, toda a Nação, e significando-o como “berço da lei” a idéia que se quis construir é de que o que o Congresso tem respaldo, não é arbitrário, está em consonância com a democracia e com o estado de direito. Em sendo assim, o que obtiver o seu aval também o terá e estará.

Esta construção coloca o Congresso Nacional como um dos suportes do governo, já que ele foi fundamental no processo de transição democrática, ao fim do qual Collor de Mello foi eleito.

Outra não poderia ser a construção, já que se vivia o final do período da redemocratização e a idéia ao colocar este conceito logo no início do pronunciamento é destacar a posição do Congresso Nacional, sujeito a quem o discurso busca interpelar, na vida política nacional, por isto este merece “meu apreço e minha homenagem” (MELLO, 1998a), e:

É meu dever apresentar-lhes, resumindo minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente eleito, as diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional. Procurarei cingir-me a tópicos essenciais, para que

tenham diante de si, com nitidez, os grandes temas de meu programa, consagrados pelos votos majoritários de novembro e dezembro de 1989. São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo (idem).

A idéia de apresentar o projeto de reconstrução nacional, e dentro dele a proposta de Reforma do Estado e de modernização perante o Congresso é referendá-los frente à democracia.

Por isto se traz essencialmente, perante este sujeito as “diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional” (MELLO, 1998a), que, conforme o presidente afirma foram consagradas “pelos votos majoritários de novembro e dezembro de 1989” (idem). Ou seja, todo o passado legitima o rompimento que se pretende instalar no presente, e todos devem sujeitar-se a elas em nome da democracia. Em outras palavras, isto é colocar para o sujeito enunciado (deputados e senadores) a obrigatoriedade de continuar agindo como se colocou que este vinha agindo. No entanto, que quebra é pretendida?

A resposta é mais bem dada pelo próprio presidente. Afirma ele que o que foi referendado nos pleitos foi, conforme já explicitado: “democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo” (MELLO, 1998a).

A quebra que se pretende é construir novamente a Nação (reconstruir) nos moldes explicitados quando se falou da Reforma do Estado e da modernização. Tendo então definido desta forma o Congresso Nacional e o interpelado a juntar-se ao arco de forças favorável ao Projeto de Reconstrução Nacional, e

conseqüentemente à proposta de Reforma do Estado nele implícita, Collor de Mello tenta ampliar este arco constituindo como sujeitos de seu discurso os partidos e a classe trabalhadora.

Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público. Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto preciso da crítica que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponha. Tenho certeza de que o apoio e a crítica serão balizados sempre pela determinação patriótica de colaborar na construção coletiva de nosso futuro. Assim é nas grandes democracias. Assim há de ser no Brasil. Que a competição eleitoral não seja uma fábrica de cisões e rancores insuperáveis. A própria idéia da legitimidade do processo induz não apenas ao acatamento legal do resultado, mas também à apreensão íntima, pelos cidadãos e, em especial, pelas lideranças políticas, de que as eleições não podem terminar com a celebração dos vencedores e o desânimo dos vencidos, mas com a renovação da confiança de todos, irmanados pela vontade de construir um País melhor, mais justo e mais feliz. (MELLO, 1998a)

Collor de Mello não define quais partidos devem apoiá-lo. A construção é proposital: para um governo que se inicia, quanto maior o arco de apoio melhor. Contudo, esta não é a principal causa⁵⁷.

Observemos então que a idéia de colaboração na reconstrução tem um forte tom nacionalista e ufanista dado pelas expressões “determinação patriótica de colaborar” na edificação de um país mais feliz, ou seja, devem-se anular as posições em contrário que não reflitam posicionamentos pensados e com determinação patriótica.

⁵⁷ Moritz (1998) diagnosticou que, durante a campanha, os partidos apareceram muito pouco no discurso de Collor de Mello, e que isto foi fundamental para que este se constituísse enquanto um *outsider* da política tradicional, ou seja, enquanto alguém que não estava vinculado ao *status quo*, e que portanto, podia combatê-lo. As ações de Collor de Mello apareceram então de uma maneira personificada. “O fato dele se apresentar como o único autor de suas ações, cujas decisões solitárias levariam ao fim dos problemas do país, tem três razões: a) evita apresentar um projeto de governo que aponte soluções para a grave crise brasileira; b) camufla a sua candidatura respaldada em siglas de aluguel; e c) reforça sua imagem de novo no cenário político nacional. Esta última adquire importância na medida que, em 1989, a atividade política estava desgastada e os políticos eram os campeões da rejeição pela opinião pública” (MORITZ, 1998, p. 6).

Este raciocínio completa-se com a constituição do arco de apoio, o que se dá com a construção dos sujeitos Classe Trabalhadora e Povo Brasileiro. O último é um sujeito construído de uma forma extremamente vaga. Ele é composto por pessoas de “norte a sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais” (MELLO, 1998a), que se revoltam “contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada, com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar” (idem), ou seja, todos os que são contrários à desmoralização e ao que ela representa.

Os outros sujeitos constituídos são a classe trabalhadora e sua geração. Assim estes aparecem:

Pertenço à geração que lançou um grito de alerta contra um modelo de crescimento que caminhava às cegas para o extermínio da vida sobre a Terra. A urgência que meu governo dará a essa questão reflete um sentimento cada vez mais vivo na sociedade, e particularmente na juventude brasileira, que por isso mesmo converti numa das pedras angulares de minha campanha presidencial. (MELLO, 1998a).

E também:

Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade. Não concebemos a modernidade sem sua componente de justiça, nem o progresso sem que todos possam beneficiar-se de seus frutos. A finalidade maior de meu governo é libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça. Mas como sou um democrata moderno e não um demagogo populista, tenho consciência de que, aqui também, impõe-se a estabilização financeira para que o Investimento volte a irrigar nosso

aparelho produtivo. Impõe-se também que o Estado recupere sua capacidade de executar políticas públicas. Só assim geraremos a renda e o emprego que, ao lado de boa política social, arrancarão nossa gente marginalizada das garras da carência e da miséria.(MELLO, 1998a).

Sua geração, sujeito que até então não havia aparecido vem agora então colocada para ser um dos sustentáculos do governo. Collor de Mello vem trazer perante a Nação o projeto político de sua geração; é aquele que usa de sua tradição política para se tornar, ante esta última o porta-voz legítimo dela e faz isto estabelecendo uma interface com os temas da democracia, do meio-ambiente e da exclusão social, que de acordo com o que o presidente coloca, são as preocupações de sua geração.

Em que, segundo Collor de Mello, este projeto está calcado? Na modernidade, na justiça e na distribuição de renda, que têm como requisitos a estabilização financeira, e a capacidade do Estado de formular e executar políticas públicas, em especial na área social. O projeto de sua geração está, portanto, calcado na Reforma do Estado, e esta é colocada como um dos requisitos para que o País adentre na modernidade.

Além disto, este projeto está calcado também numa superação dos períodos anteriores: “do binômio de Juscelino – democracia e desenvolvimento – queremos passar ao trinômio do Brasil moderno: democracia, desenvolvimento e justiça Social” (MELLO, 1998a). Conclui-se pela análise da frase que a modernidade pressupõe acrescentar a justiça social às características do passado, ao desenvolvimentismo, aqui representado na figura de Kubitschek.

Collor de Mello procura também construir o conceito de que estes são os anseios da classe trabalhadora, que aparece como constituída por aqueles que têm

seus salários corroídos pela inflação, a maioria de nossa gente, os mais pobres, e que é também entendida como membro direto da equipe de governo:

E foi nessa mesma intenção⁵⁸ que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder. Meu avô, Lindolfo Collor, foi o autor da primeira Carta de direitos sociais do Brasil, como fundador e primeiro titular do Ministério do Trabalho. Coube a mim estender aos assalariados, aos trabalhadores o convite à participação política, no próprio nível de governo⁵⁹. Sei que, ao proceder assim, contei com a mais viva simpatia da sociedade e, particularmente, da juventude brasileira, sensibilizada como é para o esforço de integração social do país (MELLO, 1998a).

É importante ressaltar que durante a campanha eleitoral, Collor de Mello procurou construir-se como representante dos mais humildes, edificando a figura do “descamisado”, e contra ela contrapôs o governo da época (Sarney) e o estado esbanjador (“marajás”).

A centralidade da classe trabalhadora no Pronunciamento de Posse, e o papel que se diz que esta terá no governo marcam então a recuperação da posição descrita no parágrafo acima, e acrescenta a isto a idéia de que a participação por ele proposta é um passo na direção da “integração social”, é, portanto, o início do resgate da dívida social, que vem através da proposição de uma identificação governo ⇔ Classe Trabalhadora; governo ⇔ geração de Collor; enfim, governo ⇔ povo, através do que se entende e propõe como sendo cidadania e modernidade.

Uma vez tendo abordado a constituição dos sujeitos que deveriam apoiar, cabe mostrar agora como é construído discursivamente a quem eles deveriam apoiar, o governo Collor de Mello.

⁵⁸ Como se verá mais adiante, de romper com o governo das elites.

4.2.1 O emissor no discurso

À maneira que nos fala Foucault (1999), o discurso não tem uma ordem datada cronologicamente, mas sim, uma ordem que é dada pelas possibilidades de falar e não-falar e também pelo reconhecimento de uma posição de autoridade para falar.

Tendo discorrido sobre a mensagem e sobre seus (definidos como) apoiadores, cabe agora demonstrar como Collor de Mello buscou inicialmente constituir-se enquanto emissor de um discurso sobre a Reforma do Estado.

Se durante a campanha Collor de Mello buscou construir sua imagem como moralizador, e o período que se vivia como o da iniquidade, agora, à época da posse, torna-se necessário não só continuar com este estabelecimento, mas também, aprofundar a ruptura iniciada, marcando quem é o governo, e porque este se justifica, e também, porque (e se) pode colocar um projeto de reforma do Estado, de reconstrução nacional e de modernização.

Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver da política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e **sintonizado com os valores de minha geração**⁶⁰ (MELLO, 1998a).

A invocação dos Três Poderes, o diálogo aberto com as autoridades, a referência ao Congresso, já vistos acima e também uma referência ao passado de Collor como “caçador de marajás” e representante de sua geração, expressam a

⁵⁹ Provavelmente, o emissor refere-se à nomeação de Antônio Rogério Magri, ex-presidente da Força Sindical para o Ministério do Trabalho.

⁶⁰ Grifo meu.

maneira como este buscou romper com o passado e projetar o futuro (modernização).

A eleição e a posse são entendidas como os dois momentos nos quais se dá a ruptura com o passado. “**Minha**⁶¹ eleição retrata e confirma as liberdades cívicas” (MELLO, 1998a) Há um personalismo extremado nestas frases. Ele, o presidente é quem levará a Canaã, à terra prometida, pois, a eleição marca o rompimento ⁶² com o passado ruim e autoritário.

E faz isto em nome de uma perspectiva geracional, como o fato dele se colocar como sintonizado com os valores de sua geração dá prova. Assim, ao invocar sua geração, além de enunciar um novo sujeito estabelece um corte com o tempo com o qual se relaciona: ele não fala mais do passado; vem agora falar de um presente, sendo ele o representante dela, vem para instaurar o novo, o moderno.

A expressão “volto a esta casa onde vivi período de intenso aprendizado político para receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar: a presidência do Brasil por delegação do povo” (MELLO, 1998a), visa deslegitimar aqueles que afirmavam ser o presidente por sua juventude e inexperiência alguém pouco capacitado para assumir os destinos da Nação.

É também uma referência ao Congresso Nacional e ao processo de redemocratização que coloca a ambos como esteio do governo. Esta mesma construção é repetida nas frases: “orgulho-me de ter pertencido à Câmara dos Deputados, onde meu avô, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada. Envaideço-me

⁶¹ Grifo meu.

⁶² Esta é uma característica do discurso popular e de ruptura que é mantida.

da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal” (MELLO, 1998a).

Então, busca-se no passado também uma referência moral e ética para justificar o governo, do que dá também prova a frase: “a política como nobre forma de servir à comunidade” (idem). O discurso constrói a imagem do presidente como alguém moralmente correto, ímpoluto.

Lastreando-se na significação dada à sua vida política e também ao pleito, o eixo central da constituição do governo é um rompimento temporal e de significado do Estado com os períodos anteriores.

Neste sentido vem então a seguinte construção: “meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia” (ibidem) (isto transformando as “propostas de candidato” em “profissão de fé de presidente eleito”).

Sendo assim, aparece que a restauração da democracia no Brasil (leia-se sua eleição) representa que: “reatamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça” (MELLO, 1998a).

Se durante a campanha a estratégia discursiva de rompimento foi atacar frontalmente o governo Sarney, identificando-o com a desmoralização e construindo, como diagnostica Moritz (1998) a “metáfora da solidão”, a moralidade e a modernidade adquirem agora mais marcadamente o caráter de mudança nas funções estatais.

Busca-se no passado, através do referenciamento tanto à “caça aos marajás” (moralização) quanto às péssimas condições e econômicas enfrentadas pelo país a justificativa para que se possa vir a implementar um novo modelo de Estado.

Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha. E assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada, com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar (MELLLO, 1998).

O governo é entendido então como implementador da Reforma do Estado. Discursivamente isto aparece com uma proposta de futuro. Há duas frases que expressam isto bem: “conduzirei um governo que fará da austeridade, ao lado da eficiência, a marca constante da atuação do Estado” e “**Farei** da estabilização monetária e financeira a prioridade absoluta de todos os primeiros passos deste governo” (MELLO, 1998a). Portanto, é o presidente quem no futuro fará com que seja operada a solução para a crise enfrentada pelo Estado.

Se assim o governo se definiu e definiu seu projeto, falta falar agora dos opositores, as elites. Há muito pouca referência a eles. Num único parágrafo o presidente diz:

E há elites anacrônicas, atrasadas, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro particularismo. Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil (MELLO, 1998).

Se antes, conforme Pinto (1994) e Moritz (1996 e 1998) diagnosticam, a ruptura se dava entre Collor + Povo X Sarney, identificado como O MAL, a corrupção, etc., esta ganha novas cores agora.

O governo das elites representa o passado, a doença, a devassidão, o particularismo, o cartorialismo e a identificação tênue do opositor ELITES e a construção dos demais sujeitos permite identificar que agora a ruptura que se propõe é: COLLOR + POVO X ELITES, devendo, de acordo com o que está presente no discurso, o Congresso Nacional juntar-se aos primeiros no rompimento com o passado e no estabelecimento de um futuro promissor (reconstrução).

Colocando o que está acima num quadro sinótico tem-se:

QUADRO 2 – QUADRO SINÓTICO

COLLOR + POVO	X	ELITES
MORAL	X	IMORAL
Fim da inflação = neoliberalismo = direitos = liberdade = cidadania = tudo o que se aspirava com a Transição Democrática = Reforma do Estado	X	Períodos anteriores = Estado que perdeu suas capacidades e funções = injustiça = falta de liberdade, cidadania e direito

4.3 Algumas considerações

O discurso inicia-se com um diálogo aberto com o período da transição democrática. Esta e a Reforma do Estado são os principais aspectos colocados em contenda pelo emissor. A partir da edificação de rupturas com o passado, de uma definição deste como ruim, como o período do estado esbanjador, da inflação, da injustiça, da miséria, da falta de liberdade, direitos e cidadania, este busca fixar o sentido de que traz consigo os signos do novo, do bom, do moderno tanto com relação a um aspecto como com relação ao outro.

A busca de fixação parcial deste sentido é não só a maneira de fazer passar a ideologia que o emissor quer ver hegemônica, como revela também a forma como ele buscou a hegemonia discursiva, e também aponta, sobretudo, para uma primeira confirmação das hipóteses presentes na Introdução.

A construção dos sujeitos, em especial a do governo como operador e fiador das conquistas da transição democrática e da oposição como uma elite oposta a isto revela a maneira como Collor de Mello buscou estabelecer relações entre o que é não-discursivo (o Estado precedente e os problemas enfrentados durante a transição dual) e o que é discursivo. Construindo o governo e a oposição da maneira como construiu, este se coloca como agente da mudança, sendo esta a posicionalidade que busca na pluridiscursividade do social.

É neste sentido também que vem a proposta de Reforma do Estado através do colocar as características do Estado anterior com sinal negativo e associa-las aos problemas vividos durante a Transição Democrática que norteia a edificação de um raciocínio sobre a Reforma do Estado, e é esta articulação que permite ao presidente constituir a si mesmo como sujeito social e discursivo portador do novo e do moral, estabelecendo a ruptura e assim interpelar os demais sujeitos enunciados, buscando fazer deles sujeitos sociais assujeitados ao seu discurso, à ideologia.

Aparecendo então sob o princípio do reconstruir, do fazer de novo a Nação, combinado com as idéias de modernização e libertação, de uma transformação que deverá ser operada pelo presidente, pelo Congresso Nacional, por todos aqueles que são contrários às “elites”, e principalmente por sua geração e pela classe trabalhadora, é que, através da proposta de que há um marco zero na história do

país, que é o dia 15 de março de 1989 onde deve ter início um processo de Reforma do Estado e de reconstrução nacional.

Collor de Mello apresenta então neste ponto um raciocínio extremamente sincrético onde constrói os princípios norteadores da Reforma do Estado de tal forma a fazer com que ela componha um todo que dá conta de abarcar a complexidade, de envolver todos os temas em voga na Transição Democrática.

Aparece então a Reforma do Estado como o corolário de todo este processo. As várias tentativas de fixação parcial de sentidos e a interpelação de diversos sujeitos que está presente no Pronunciamento de Posse revelam que a estratégia discursiva adotada por Collor de Mello se constituiu numa das armas para que as reformas por ele iniciadas exercessem o papel de um potente acelerador no processo de “transição dual” (SOLA, 1994), entre liberalismo e democracia no Brasil, catalisando o processo de *muddling trough*.

Na verdade, este discurso revela que a intenção do presidente não é “empurrar com a barriga”, que seria a tradução mais próxima para *muddling troguh*, mas exatamente o contrário, tentando romper as amarras de uma base parlamentar instável e convocada *ad hoc* através da interpelação do sujeito Congresso Nacional, o que lhe deveria permitir então quebrar os impedimentos advindos das baixas condições de governabilidade que seu governo encontrou. O mesmo pode-se afirmar sobre a interpelação dos demais sujeitos. A idéia então é fazer do país um reformador rápido, tal como Sola (1994) conceitua que estes são e como Przeworsky (1994) coloca que os governantes escolhidos após os períodos de ditadura e economias planificadas preferem fazer.

CAPÍTULO V – A REFORMA DO ESTADO: AS MUDANÇAS APÓS UM ANO DA POSSE

Conforme colocado na introdução à segunda parte da tese, a base para a construção deste capítulo foi um pronunciamento feito numa reunião ministerial do dia 18 de fevereiro de 1991. Na medida do necessário para complementar a colocação do raciocínio seguido por Collor de Mello na elaboração do discurso sobre a Reforma do Estado, somou-se a este a análise de outros pronunciamentos feitos ao longo dos anos de 1990 e 1991⁶³. Por estar distante quase exatamente um ano da Posse, o pronunciamento para a reunião ministerial que inicia o ano de 1991 oferece um contraponto interessante ao pronunciamento de Posse que é suplementado pela análise dos outros pronunciamentos.

Na grande maioria deles⁶⁴, estão presentes balanços do primeiro ano do mandato, e também, perspectivas para o segundo ou alusões específicas aos sucessos, fracassos e obstáculos encontrados ao longo do primeiro ano de vigência das medidas adotadas no início do Projeto de Reconstrução Nacional. Sendo assim, sua análise permitirá identificar mudanças, continuidades e rupturas na enunciação da mensagem e dos sujeitos, vindo a complementar a busca de respostas aos questionamentos e hipóteses levantados.

⁶³ Cabe aqui reforçar a explicação sobre a escolha do material empírico. À primeira vista pode causar estranheza o fato de comparar um pronunciamento amplamente divulgado, como foi o de Posse, com alguns de divulgação muito mais restrita. Isso importa menos para o analista de discurso que o conteúdo destes. Além disto, como Pinto (1994) coloca, os pronunciamentos realizados em reuniões ministeriais são o governo falando para si, o que pode oferecer comparações interessantes com pronunciamentos mais abertos. Além disto, sempre que necessário foram complementados por pronunciamentos nas mais diversas situações.

⁶⁴ Cabe aqui uma observação importante. Os pronunciamentos utilizados foram: Pronunciamento no TST por ocasião do dia do Trabalho em 01/05/90 (Mello b), Palestra na Universidade de Yale no dia 28/09/90 (Mello c), Pronunciamento em reunião ministerial do dia 18/02/91 (Mello d), Pronunciamento por ocasião do encerramento do 11º Seminário da Semi-Comissão Empresarial de Competitividade

Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje, e nos que deverei pronunciar aqui, talvez durante anos. Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo, e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível (FOUCAULT, 1999, p. 5-6).

Com estas palavras, o pensador francês quis marcar que o discurso não tem um autor definido, claro, que sua autoria é dada muito mais por condições de produção e enunciação que realmente por quem toma da pena ou do microfone e escreve ou pronuncia palavras.

Isto se revelou bastante presente na análise dos textos que serviram de base para este capítulo. Muito embora o enunciador seja claro, Collor de Mello quem perante diversos atores sociais faz um balanço de governo coloca perspectivas para o futuro seja, através de um pronunciamento escrito de próprio punho, pelo Gabinete da Presidência, ou por um de seus assessores pessoais, onde a referência ao passado é uma constante para buscar autoridade para colocar perspectivas para o futuro, seja edificando novas perspectivas para a Reforma do Estado, a modernização e a reconstrução nacional ou interpelando sujeitos.

Neste sentido, as realizações do governo e os entraves encontrados ao longo do primeiro ano de implantação do Projeto de Reconstrução Nacional aparecem como pano de fundo para as proposições, para que se identifique os opositores e os obstáculos, para que se proponha a ideologia mais claramente e para que os

sujeitos sejam enunciados e interpelados, enfim, para que o discurso sobre a Reforma do Estado seja construído.

Assim, a análise dos pronunciamentos deverá permitir ver as alterações feitas na significação das condições extradiscursivas e discursivas, também aquelas que se processaram na enunciação e interpelação dos sujeitos, portanto, na formação de um discurso sobre a Reforma do Estado.

Com este olhar nos lançamos novamente a investigar a constituição da mensagem e dos sujeitos. Alguns são os mesmos do pronunciamento anterior: Governo, Povo, Congresso Nacional e partidos, as oposições e aparece também a colocação da vontade nacional, mas há outros que são novos: a equipe de governo. Os pronunciamentos ora analisados apresentam a mesma estrutura do de Posse, no que diz respeito à honestidade/ética e democracia/liberdade, cidadania e direitos como fundamentos para construir uma prática articulatória em torno da Reforma do Estado. O mesmo se dá com relação à inflação e estes aspectos serão então retomados e rerepresentados, ressaltando-se e analisando-se as diferenças existentes com relação ao pronunciamento anterior.

Para complementar este estudo, apresenta-se primeiro uma relação das principais medidas adotadas e dos principais fatos do governo, e na seqüência são mostrados os resultados da análise do discurso.

5.1 As principais medidas e fatos⁶⁵

O objetivo inicial do governo Collor de Mello foi a elaboração de um plano econômico com vistas à liberação da economia, e à derrocada da inflação através da redução do déficit público⁶⁶ e da dívida interna. Os caminhos traçados e percorridos para tanto foram a alienação de bens móveis e imóveis, a reforma administrativa, as privatizações e o início da reforma tributária.

Detalhando os objetivos, se pretendeu abaixar a inflação para 5% ao mês num prazo de três meses da posse, sem recorrer ao congelamento de preços e, sim, estabelecendo um pacto entre políticos, empresários e trabalhadores. Outro ponto foi promover uma Reforma Fiscal aumentando o IPI e realinhando as tarifas públicas e, por fim, reduzir em US\$ 4 bilhões os juros pagos ao FMI.

Estes foram os desígnios principais do governo, e assim ele propôs e enviou ao Congresso Nacional uma série de medidas legais, bem como procurou colocá-las para debate com a sociedade.

A 15 de março de 1990, Fernando Collor de Mello substituiu José Sarney na Presidência da República e editou medidas de reforma administrativa, reduzindo de 23 para 12 os ministérios. No dia seguinte foi decretado um feriado bancário, e promulgou-se o Plano Brasil Novo (Plano Collor I), que se caracterizou por dar ao Cruzeiro novamente a condição de moeda nacional, limitar os saques da Caderneta

⁶⁵ Esta cronologia foi elaborada com base nos dados e análises presentes em Conti (1989) e Lattman-Weltman, Carneiro e Ramos (1994) de onde se retirou os dados nela presentes. Quando da referência a documentos legais, para a realização desta tese efetivou-se um estudo pertinente ao período com base no CD-ROM Legislação Brasileira, versão 08/2000 do Senado Federal.

de Poupança, confiscar o dinheiro existente em conta corrente, congelar os preços, e adotar uma taxa de câmbio flutuante, além de acabar com 24 órgãos federais, promover a venda de bens móveis e imóveis da União, restringir as viagens e as cessões de funcionários, reestruturar a Presidência da República⁶⁷ e iniciar mudanças na forma de incidência de impostos⁶⁸.

No dia 09 de abril foi promulgada a Lei 8031 que regulamentou todo o processo de privatizações⁶⁹. No dia 04/05/90, o Decreto 99.233 determinou a

⁶⁶ Ficou célebre durante a campanha a metáfora de que a retirada do Estado da economia seria a "única bala" para exterminar a inflação.

⁶⁷ Esta ficou constituída pela Secretaria-Geral, Gabinete Militar e Gabinete Pessoal do Presidente da República. Também a integram: A – Como órgão de consulta: 1) O Conselho da República; 2) O conselho de Defesa Nacional; B – Como órgãos de assessoramento imediato: 1) O Conselho de Governo; 2) O Alto Comando das Forças Armadas; 3) O Estado-Maior das Forças Armadas; 4) A Consultoria-Geral da República; C – Como órgãos de assistência direta e imediata: 1) A Secretaria da Cultura; 2) A Secretaria da Ciência e Tecnologia; 3) A Secretaria do Meio Ambiente; 4) A secretaria do Desenvolvimento Regional; 5) A Secretaria dos Desportos; 6) A Secretaria de Administração Federal; 7) A Secretaria de Assuntos Estratégicos.

⁶⁸ Ver MPs 158, 160, 161, 162, 167, 171, 282, 283 e 300, as Leis 8167, 8191, 8199, 8200, 8269 e 8402, também os Decretos 99.181, 99.182, 99.435, 420, 542, 624, 632, 655 e 655/92, para verificar em detalhes o conteúdo das modificações promovidas, que via de regra visavam reduzir a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados exportáveis ou que funcionassem como insumos para a economia nacional.

⁶⁹ Um resumo da lei consiste do seguinte: Através de Decretos-Lei, incluiu-se nela uma série de empresas candidatas à privatização. Nos seis itens de seu artigo 1º ficam evidentes todas as suas atribuições que vão da ordenação do Estado na economia até contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais. Todas as empresas que poderiam ser privatizadas foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização, custeado pelo Fundo Nacional de Desestatização (FND), determinou ainda a lei que o pagamento pelas empresas privatizadas seria feito através dos Certificados de Privatização, constantes de títulos nominativos e não negociáveis, sem data de resgate e que dariam a seu possuidor o direito de participar dos leilões de compra de ações em poder da União, de quaisquer empresas... Ao todo, foram privatizadas as seguintes empresas: Foi este o rol das empresas incluídas no programa: Empresas Brasileiras de Aeronáutica (Embraer), Lloyd Brasileiro (Lloydbras); Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Siderúrgica Paulista, Açominas, Companhia Nacional de Álcalis (CNA), Cobra Computadores e Sistemas Brasileiros S/A, Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), Agef Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S/A, Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias. Além disto, um conjunto razoavelmente grande de ações de cerca de 16 companhias foram vendidas. Especificando as companhias temos: Petrocoque S/A, Companhia Química do Recôncavo, Polipropileno S/A, Petroquímica Triunfo S/A, Polisol Petroquímica S/A, PPH – Companhia Industrial de Polipropileno, Acrinor – Acrilonitrila do Nordeste S/A, Ciquine – Companhia Petroquímica, Companhia Brasileira de Poliuretanos, CPC – Companhia Petroquímica de Camaçari, Deten Química S/A, EDN – Estireno do Nordeste S/A, Metanor S/A – Metanol do Nordeste, Nitrocarbono S/A, Nitroclor Produtos químicos S/A, Polialden – Petroquímica S/A, Politeno Industria e Comércio S/A, Pronor – Petroquímica S/A, Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), Industria Carboquímica Catarinense S/A (ICC), Goiás Fertilizantes S/A (Goiásfertil), Mineração Caraíba Ltda. Decretos 480, 522 de 5 e 23 de março. Foram Privatizadas também: Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (Escelsa, a Light Serviços de Eletricidade) S/A; Banco Meridional do Brasil S/A, Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita), Petroquímica União S/A, Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor); Aços Finos Piratini S/A, Companhia Siderúrgica de

incorporação da Cobal (Cia. Brasileira de Abastecimento), da Cibrazem (Cia. Brasileira de Armazéns) e da Companhia de Financiamento da Produção (CFP) ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Este passo foi importante para a fusão das mesmas, que vieram a se transformas na Companhia Nacional de Alimentação (CNA).

Continuando com a implementação do Plano, em 09 de maio, o governo marcou para daí nove dias a demissão de 360 mil funcionários, e deu a este dia o nome de “Dia Fim dos Privilégios”. Ao todo, de acordo com as medidas legais, foram colocados em disponibilidade remunerada ou tiveram seus cargos extintos 24.768 funcionários, em todas as áreas do governo, mas principalmente nas de Saúde e Trabalho (6.388 funcionários), Agricultura e Reforma Agrária (3.057), Educação, Ciência e Tecnologia (2.208) e Autarquias (7.260).

Seguindo na implantação das diretrizes do Plano, em 16 de maio, foi estabelecido o fim da prefixação de preços e salários e a livre negociação entre patrões e empregados foi estabelecida como nova norma vigente. Cinco dias depois, o ministro Bernardo Cabral (Justiça) foi afastado temporariamente por causa de irregularidades no Plano Brasil Novo que foi questionado judicialmente desde seu início⁷⁰. Continuando com as rejeições e contestações, no dia 31 do mesmo mês, o Congresso rejeitou a Medida Provisória (MP) 185, que dava ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) poderes para suspender aumentos salariais.

Tubarão (CST), Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (Usiminas), Usiminas Mecânica S/A (Usimec), Mafersa Sociedade Anônima e Companhia Petroquímica do Sul (Copesul).

⁷⁰ Inúmeras pessoas e empresas procuraram reaver seus ativos financeiros antes do determinado pelo plano, e até mesmo a constitucionalidade deste foi posta em questão.

Durante este ano, o governo diminuiu de 360 para 120 mil o número de funcionários a serem demitidos e, na verdade, mandou embora ou afastou apenas 24.768.

No dia 06 de junho foi publicado o Decreto 99.288 restringindo os gastos com publicidade oficial, e a 22 de junho, o presidente fez um pronunciamento à Nação afirmando que o país começara a mudar com o fim dos privilégios absurdos e da inflação, e foi tomada a primeira atitude oficial que não diz respeito a área econômica propriamente dita, o SOS Rodovias, orçado em US\$ 500 milhões, mas que não foi a cabo ao menos de imediato porque o secretário de Transportes do Ministério da Infra-Estrutura, Marcelo Ribeiro dispensou licitações.

Em 26 de junho, Collor de Mello autorizou a reposição das perdas salariais ocorridas desde o início do seu governo. Houve em julho, um escândalo envolvendo a contratação de duas agências de publicidade para a realização da propaganda oficial⁷¹. Ambas já haviam trabalhado para Collor quando candidato.

Em agosto, o Rio de Janeiro foi anunciado como sede da conferência mundial da ONU sobre o Meio Ambiente, e o Imposto Sindical foi extinto. No mês de outubro, o Planalto foi abalado por uma série de denúncias envolvendo pessoas muito ligadas à família do presidente e a administração da Petrobrás (denúncias de Luís Otávio da Motta Veiga, revelando que sofreu pressões do embaixador Marcos Coimbra, cunhado do presidente, para liberar dinheiro para a privatização da VASP e problemas com a eleição em Alagoas). Neste mesmo mês, Bernardo Cabral deixou definitivamente o ministério da Justiça e Renan Calheiros a liderança do governo na Câmara.

Em novembro, a inflação chegou a 16,64%, a maior média mensal do governo. Foi editado o decreto número 347, que regulamentou a adesão do setor público ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)⁷². Estes programas são importantes novidades apresentadas pelo governo Collor na área administrativa, sendo até hoje (2004) o padrão adotado pelo Governo Federal. A novidade introduzida por estes decretos foi a implementação de um mecanismo de maior controle de gastos e da execução financeira do setor público. Estes reforçaram também a presença de membros da iniciativa privada na administração federal, agora como membros diretos desta, não mais como participantes dos “anéis burocráticos”, como era o padrão no Regime Militar.

Estes foram os principais fatos e realizações do governo durante o ano de 1990, e marcaram a implantação do Projeto de Reconstrução Nacional, e, assim como o significado dado ao governo, à liberdade, à cidadania, à democracia e aos direitos, são também os condicionantes para se constituir um espaço de lutas. São,

⁷¹ Posteriormente seriam descobertos fortes indícios de que foi aí que o Esquema PC (esquema de corrupção envolvendo empresários, políticos, membros do 1º Escalão do governo, a primeira-dama e o próprio presidente que levou ao processo de *Impeachment*) começou a funcionar em escala federal.

⁷² Em seu artigo 3º o decreto que os institui diz o seguinte: “As informações orçamentárias, financeiras, contábeis e de pessoal, constantes dos arquivos do Siafi e do Siape, constituem a base de dados oficiais do Poder Executivo, para todos os efeitos legais” (BRASIL – Senado Federal). Isto foi feito da seguinte forma:

9 Art. 4º A integração dos órgãos e entidades aos sistemas referidos neste decreto será efetivada:

I – quanto ao Siafi:

- a) até 1º de janeiro de 1992, a execução financeira;
- b) até 1º de julho de 1992, as demais operações das entidades de seguridade social;
- c) até 1º de janeiro de 1993, os demais órgãos e entidades.

II – quanto ao Siape:

- a) até janeiro de 1992, a folha de pagamento;
- b) até janeiro de 1993, o cadastro de pessoal.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades que passarem a integrar os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social terão três meses, a partir da data de publicação da lei orçamentária anual, para se integrarem ao Siafi (Brasil – Senado Federal). Dando continuidade a estratégia de Reforma do Estado, no dia 08, a Medida Provisória 261 deu prosseguimento a centralização e fusão de estruturas autorizando o Governo Federal a criar a Fundação Nacional de Saúde, incorporando as demais estruturas que atuavam na área.

portanto estes, os elementos que devem estar presentes nos discursos, e é necessário ver como este os traz juntamente com a gênese da mensagem e dos sujeitos.

5.2 A Reforma do Estado um ano após 15 de março de 1989

O pronunciamento feito em fevereiro de 1991 procurou fixar o sentido de que um ano após o início do Projeto de Reconstrução Nacional, era necessário refletir sobre o que havia sido feito no primeiro ano de governo para que se pudesse planejar o futuro, idéia que vem através da enunciação de uma encruzilhada e que será detalhada quando se mostrar a constituição dos sujeitos.

A democracia foi enunciada como a realidade, a liberdade teve seu sentido mais claramente marcado (ver definição de economia social de livre-mercado e a do governo como democrático, presentes mais à frente), a cidadania foi tida ainda como em fase de resgate. Neste sentido, algumas realizações do governo na área social foram entendidas como o início da implantação da noção de cidadania esboçada no pronunciamento de Posse.

“O meu governo tem implementado políticas de grande envergadura na área social” (MELLO, 1998e). Esta frase, por si só, explica muito pouco, no entanto, ela vem na seqüência de um raciocínio, que será mostrado ao longo deste item, que mostra que a Reforma do Estado envolve a renegociação da dívida externa, as privatizações, o controle inflacionário, a redistribuição de renda, a restrição do poder dos oligopólios, chegando a redefinir um novo modelo de Estado.

Assim, a expressão "tem implementado" indica que as ações do governo estão indo à direção de resgatar a dívida social e implementar o modelo de cidadania proposto dentro do Projeto de Reconstrução Nacional. Isto é o que está colocado no pronunciamento, e por isto, a mensagem que ele contém é que se deve continuar com o processo de Reforma do Estado e de modernização já iniciado.

Assim é que refletir jamais significou retroceder. Em nome do "homem das ruas", do "descamisado", da Nação sujeito vago, discursivamente construído pelo presidente se coloca a idéia de que, embora, as dificuldades do presente sejam muitas, é necessário continuar avançando, ou seja, é necessário romper com as barreiras ainda identificadas para concluir o processo de modernização e atingir a justiça social.

Os significados construídos até aqui, bem como os silenciamentos feitos e a interpelação dos sujeitos, encaminham para que o presidente construa, tal como fez, como extremamente positivas as realizações do governo, e encaminhe então que, na encruzilhada, se deva continuar pelo trilho que já vinha sendo percorrido.

Estas colocações, tendo por base os questionamentos e hipóteses levantados para esta tese encaminham para a seguinte questão: como devem a Reforma do Estado caminhar?

No pronunciamento anterior, a Reforma do Estado foi associada ao fim da inflação e da Imoralidade e estas apareceram associadas à conquista da liberdade, da democracia e da cidadania e a um rompimento com o passado.

Nos pronunciamentos realizados durante o ano de 1991, abrangendo as realizações do ano de 1990, isto tudo será aprofundado, principalmente através do que se entende como sendo as funções do Estado e da uma definição mais clara dos princípios que embasam suas propostas. Neles os signos dados à Reforma do

Estado crescem-se sobretudo da definição do que é entendido por economia social de livre-mercado.

Falando a um grupo de empresários por ocasião do encerramento do 11º Seminário da Semi-Comissão Empresarial de Competitividade de Mercado, o presidente assim se pronunciou:

Parto de quatro premissas que julgo imprescindíveis à consolidação no Brasil, de uma autêntica Economia Social de Livre-mercado.

A primeira consiste em que a economia de livre-mercado é o sistema mais eficiente na geração sustentada de riqueza e **verdadeiro substrato material das liberdades modernas**.

A segunda reconhece que o jogo do mercado, por si só, não é condição suficiente dessas liberdades, e tampouco se tem provado capaz de promover a distribuição de renda indispensável à criação de uma sociedade plenamente desenvolvida.

A terceira afirma que a conciliação adequada da economia de mercado com a ação reguladora do Poder Público exige uma “parceria social”, em que a luta de classes é substituída pela cooperação de classes – será uma cooperação abrangente que une todas as células vivas da sociedade⁷³.

A quarta e última premissa, estabelece que o pluralismo político numa democracia não pode esgotar-se na divergência natural de posições, e deve levar ao surgimento de bases consensuais para um projeto nacional. A liberdade econômica, a distribuição de renda, a dimensão do ideal do Estado, a solidariedade entre as classes e a democracia como fonte do entendimento são, por conseguinte, as características essenciais desse projeto de modernização (MELLO, 1998e)⁷⁴.

A palavra substrato, presente no trecho acima é indicativa de que as liberdades econômicas são a base para a conquista das liberdades civis e políticas, para o que há a necessidade de um “entendimento”. O trecho repete conceitos já colocados no Pronunciamento de Posse, principalmente ao marcar a Reforma do Estado e os demais aspectos que ela envolve como base para a reconstrução

⁷³ Como no próprio pronunciamento o ex-presidente marca, estas idéias estão baseadas em San Tiago Dantas e José Guilherme Merquior. A presença das idéias de “parceria social” e substituição da luta pela “cooperação de classes”, através de um debate com as “células vivas” Da sociedade visa deslegitimar a posição da oposição. Num certo sentido também, o proposto recupera a idéia de “pacto social” de Sarney.

⁷⁴ Grifo meu. A quarta premissa já havia sido tentada por Sarney antes, através da proposta de um “pacto social” contra a inflação, intento que por diversas razões fracassou. A premissa será posteriormente expressa melhor através da proposição de um consenso, conceito analisado no próximo capítulo.

nacional e para a modernização, o que aparece como substrato para as liberdades modernas.

No entanto, a idéia de que o mercado não é o único fiel destas tem maior destaque aqui que no momento da Posse, e há uma associação interessante disto com a “cooperação de classes”, idéia que aparece como justificativa para a anulação da oposição radical por parte da classe trabalhadora⁷⁵ (substituição da luta pela cooperação), em nome do que é proposto um “entendimento” baseado na democracia.

Isto é definir melhor algo que no Pronunciamento de Posse foi apenas tangenciado. Está presente a idéia de que a Reforma do Estado é pressuposto para a justiça social. Lá, no entanto, isto é colocado de uma maneira geral, através da equação Estado Esbanjador = Inflação = Injustiça = imoralidade. Aqui aparece novamente a função do Poder Público como corretor das injustiças, e, como se verá adiante, a redução do gasto público é vista como uma importante ferramenta para que este possa assim atuar.

Ou seja, somente quando da concretização daquilo que o governo está fazendo em nome da sociedade é que a economia social de livre-mercado estará plenamente constituída e se estará num país moderno, reconstruído e este é o princípio norteador das ações do governo, visto que o presidente fala nas premissas desta, e como se verá posteriormente, coloca que o governo lidera a sociedade na realização deste objetivo.

⁷⁵ É interessante marcar novamente que Collor de Mello buscou construir a si mesmo como porta-voz dos trabalhadores através da figura do "descamisado" e da colocação da classe trabalhadora como membro do governo no Pronunciamento de Posse.

A Reforma do Estado tem então seus contornos muito mais bem definidos agora. Aparece para ela a clarificação, a nomenclatura da ideologia⁷⁶ que embasa a definição da função do Estado como moderador da distribuição de riqueza, da recuperação da justiça social, devendo ser este um objetivo a ser conquistado através de sua reforma e de uma política de redistribuição de renda: “não se trata, de modo algum, de ficar a espera de que o bolo cresça para só então dividi-lo” (MELLO, 1998e).

Este trecho marca que novamente a inserção do país na realidade contemporânea (modernização) passa por um rompimento com o passado, já que a idéia de que era necessário "esperar o bolo crescer para então dividi-lo" simbolizou o Regime Militar.

Na seqüência desta definição vem a proposta de um modelo de Estado de bem-estar social: “o Estado de Bem-Estar Social, ou ‘Welfare State’, é o ponto de chegada, e não o ponto de partida, de um processo que pressupõe a ampliação da riqueza e, ao mesmo tempo, sua repartição negociada democraticamente pelos vários segmentos da coletividade” (MELLO, 1998e).

Em sendo assim, as medidas adotadas com relação a Reforma Tributária, a introdução da livre-negociação salarial, e as medidas de Reforma Administrativa foram passos dados neste sentido, pois, segundo Collor de Mello, levam à redistribuição de renda, à moralização e ao resgate da cidadania, tal como expresso no trecho abaixo:

⁷⁶ Em vários de seus artigos escritos após o *Impeachment* Collor de Mello define o que entende por social-liberalismo, chegando a expressar-se assim: “Liberdade econômica e promoção social. Eis a chave para o coroamento da proposta liberal: o compromisso com a solução dos gravíssimos estigmas sociais que angustiam e penalizam grande parte da humanidade” (MELLO, 1998i). Estes trechos foram retirados do artigo A Saída Social Liberal, que se encontra em anexo.

a adoção de mecanismos fiscais mais justos e modernos, que acabem com a sonegação e com o perfil regressivo do sistema atual;

- a elevação da produtividade, base para o aumento real dos salários, pois o trabalhador não deve receber, nem mais nem menos do que produz, estímulo a competitividade, essencial para o progresso tecnológico e para melhoria da qualidade dos produtos;

- a abertura da economia, o que implica o fim de políticas de corte indevidamente protecionistas, como a reserva de mercado, que, na atualidade, entrava o avanço tecnológico, gerando bolsões de ineficiência indesejada;

- a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas, uma forma comprovada de incentivo e produtividade;

- a modernização do Estado e a desregulamentação, a simplificação das regras que comandam o cotidiano dos agentes econômicos e dos cidadãos;

Trata-se, isto sim, de reparti-lo na justa medida em que cresce, sem corporativismos lesivos a maioria, sem concessões artificiais e ilusórias, que não tenham origem no real aumento da produtividade.

Diante do sofrimento humano que existe entre nós, essa repartição, em vários casos, não poderá ficar sempre dependendo do crescimento.

A distribuição da renda é um objetivo legítimo e necessário para a democracia e para o bom funcionamento da economia de mercado (MELLO, 1998e).

O trecho expressa com clareza a ideologia neoliberal. O conceito de um “protecionismo indevido” ou de um “corporativismo lesivo” está bastante presente, conforme diagnosticado por Przeworsky (1994) e Cruz (1998) nas análises do Fundo Monetário Internacional. Como esta colocação vem acoplada a uma proposta de redistribuição de renda, o trecho é rico em críticas à política econômica dos governos anteriores, dadas pela idéia de que não é justo esperar que o bolo cresça para dividi-lo, e de que as políticas fiscal e salarial, estavam equivocadas. Estes conceitos reiteram a idéia de que o passado não promoveu a justiça. Há ainda a presença de outros signos que remetem a qualificações já dadas ao passado. A referencia a um “protecionismo indevido”, a um “corporativismo lesivo”, são também referencias ao governo da elite, ao passado imoral com o qual a sociedade quis romper. Este rompimento vem novamente associado à redefinição do papel estatal.

Conseqüentemente, aqui então, só que com contornos mais bem definidos, permanece a equivalência: Reforma do Estado = justiça = moralidade = fim da inflação = liberdade. Esta idéia fica ainda mais clara quando analisamos o texto abaixo, onde o tema da distribuição de renda é novamente abordado.

Uma política distributiva tem vários pressupostos econômicos, entre os quais ressaltaria:

- o controle inflacionário, pois a inflação sempre foi entre nós um fenômeno altamente concentrador de renda;
- a restrição aos oligopólios que ameaçam a mecânica natural da formação de preços;
- a privatização, que retira o setor público das áreas em que sua presença é dispensável e aumenta sua eficiência em atividades essenciais, como a prestação de assistência aos mais carentes;
- a normalização das relações financeiras com a comunidade internacional, a única forma de atrair a poupança externa indispensável ao desenvolvimento nacional (MELLO, 1998e).

Ao comparar as definições presentes neste trecho com aquelas do capítulo anterior, verifica-se algumas ampliações e permanências. A inflação antes entendida como um ponto unificador que significava tudo o que havia de ruim na situação vivida, a usurpadora do salário do trabalhador, ganha agora também a cor de uma das causas da má-distribuição de renda, problema crônico do país que aqui tem suas causas reveladas: inflação, déficit público e problemas com a comunidade externa.

Continua a inflação, contudo, a ser um inimigo a ser debelado em nome da justiça. A privatização e as medidas de liberalização da economia continuam com os sentidos já dados antes. Isto quer dizer que a inflação não é tida como derrotada. Ela é classificada como “renitente”,⁷⁷ o que significa um inimigo difícil de vencer, mas cujo combate foi iniciado. Assim, confirma-se a idéia já enunciada na posse, de que

⁷⁷ Pronunciamento do dia 18/02/91 (MELLO 1998d).

a luta contra ela não é circunstancial, e esta colocação permite então que, tendo delimitado o início da derrocado do inimigo, se busque novas posições.

A colocação destes pontos como premissas para a economia social de livre-mercado e a frase seguinte permitem concluir que as ações do governo então são passos dados no sentido da concretização da justiça, da liberdade, da cidadania e da Reforma do Estado, da modernização e da reconstrução nacional. “O meu governo lidera a construção de um Brasil realmente moderno, que há de realizar o melhor modelo de Economia Social de Livre-mercado” (MELLO, 1998e)⁷⁸.

É o governo Collor de Mello que está complementando a liberdade política, cuja conquista terminou com o pleito de 89, com a liberdade econômica, tal como no Pronunciamento de Posse este se propôs a fazer.

No Pronunciamento de Posse, caberia ao estado exercer o papel de juiz e fiscal, sem que tivesse dito muito claramente como isto deveria ocorrer, o que é alterado posteriormente. “Esse papel regulador⁷⁹ cabe ao Poder Público, que atuara segundo regras estabelecidas pela própria sociedade” (MELLO, 1998e).

Em sendo assim, parte o presidente para uma definição mais clara, que no momento da posse, de qual seja o papel do Estado:

Na produção de bens e serviços, a participação do estado na economia deve restringir-se aquelas atividades essenciais que, por sua baixa rentabilidade direta ou lentidão de retorno, não consigam atrair o setor privado.

Nos outros campos, inclusive no domínio da infra-estrutura, parece mais vantajoso deixar nas mãos da livre-iniciativa, financiada por capitais nacionais ou estrangeiros a tarefa principal de atender às demandas dirigidas ao mercado (MELLO, 1998e).

⁷⁸ Uma comparação desta frase com a anteriormente citada permite estabelecer a seguinte cadeia de equivalência: modernidade – economia social de livre-mercado = justiça.

Isto não apareceu com esta clareza na proposição do Projeto de Reconstrução Nacional. Ali se enunciou apenas que se entendia que o mercado era melhor produtor de riqueza que o Estado. Aqui, ao falar-se em produtor de infraestrutura, está-se se falando em aço, transporte, tecnologia, telecomunicação, energia. Ou seja, mais uma vez, fica marcado que as privatizações e a quebra de monopólios são passos dados no sentido da modernização e do rompimento com o passado.

O paradigma que baseia as ações governamentais e não só o interesse nacional (vide a construção dos sujeitos), como também a queda do socialismo real (idéia de mundo moderno), e a Crise do Estado. Estas colocações estão lastreadas em concepções da realidade histórica, e em ideologias também.

As economias de comando centralizado demonstraram na prática sua ineficácia.

As burocracias estatais fracassaram na tentativa de substituir o mercado na administração e alocação dos recursos para a atividade produtiva. As sociedades totalmente controladas não sustentam a promessa de uma utopia terrestre: os Estados mastodônticos são espécie em rápida extinção.

A economia de livre-mercado provou sua superioridade não apenas na produção de bens e serviços; provou-se requisito para as liberdades políticas, que nunca vingaram plenamente sob o império do dirigismo econômico (MELLO, 1998e).

O trecho repete o conceito, já presente no Pronunciamento de Posse de que o Estado não é o melhor dirigente da atividade econômica, apontando um fracasso seu nesta área. A palavra fracasso é forte, e passa a noção de que não há mais possibilidade que o Estado volte a planejar a atividade produtiva, assim também é colocado que o controle total da sociedade não leva à justiça, ao bem ("utopia terrestre").

⁷⁹ Das atividades do Mercado.

Por isto, a economia de livre-mercado é tida como superior, ou seja, como algo que está acima, que venceu uma disputa (assim como os atletas o fazem, e Collor de Mello buscou construir assim sua imagem) como algo mais moderno, se se pensar em linearidade histórica, vindo como condição sem a qual não (requisito) para as liberdades políticas.

No capítulo anterior ficou clara a articulação tencionada por Collor de Mello entre as liberdades políticas, a cidadania, a Reforma do Estado, a modernização e a reconstrução nacional. Portanto, repetindo esta articulação é que se coloca que, não há outra opção possível que ir rumo à economia de livre-mercado:

Os países mais adiantados do mundo são aqueles que adotaram sistemas políticos democrático-liberais e, sobretudo, aqueles que souberam fazer do livre-mercado o suporte do bem estar coletivo.
A história indica, com a mesma nitidez, que não existe uma “terceira via” para essa conquista da prosperidade com justiça social e liberdade individual (MELLO, 1998e)⁸⁰.

Estes trechos marcam o conceito de modernização formulado pelo presidente, e observe-se que a história aparece como justificativa, reforçando a idéia de que não há projeto mais adequado, intensificando os vínculos entre isto e Reforma do Estado.

As idéias aí contidas criam também a base para que, a filosofia de otimizar o desempenho do setor público, expressa na frase “a solução está em utilizar melhor os recursos disponíveis; motivar e conscientizar trabalhadores e gerentes; investir na criação de quadros competentes e bem treinados; adotar métodos de gerência modernos, inovadores e eficientes; ter coragem, confiança e otimismo no País” (MELLO, 1998e), seja expressa não somente nos decretos que passam a

regulamentar a administração pública, como também nos pronunciamentos, o que revela que este deve ser agora então o espírito que rege o administrador público. O que vale a pena frisar aqui é a mudança conceitual ocorrida: não só reitera-se que o setor público deve pautar sua atuação pelos padrões de eficiência do setor privado, como já foi frisado anteriormente, como novas noções de direito e cidadania são introduzidas, tendo por base a noção de eficiência.

A noção de cidadania formulada no momento da Posse é a de que esta é o “direito do indivíduo na convivência republicana, na liberdade como justiça e na justiça como respeito mútuo entre as pessoas e os grupos” (MELLO, 1998a) e de que é hora de aproximar governo e povo, ou seja, de instaurar a democracia, e o governo Collor. E aparecem novas noções do que sejam direitos sociais, justificando as mudanças feitas pelo governo nesta área.

Além da tentativa de fixação de um novo conceito de cidadania, há mudanças concretas em coisas que no passado haviam sido cristalizadas como direitos. Exemplo é a introdução da livre-negociação dos salários entre trabalhadores e patrões que foi assim significada: "no Brasil houve intervenção estatal excessiva e distorcida que trouxe pouco benefício para o trabalhador" (MELLO, 1998b).

A idéia de distorção e excesso na atuação estatal nas relações capital x trabalho é uma qualificação negativa de toda a atuação estatal no período precedente. A noção de que isto trouxe pouco benefício ao trabalhador coloca que é a livre-negociação introduzida pelo governo que trará estes benefícios, dentre os quais se destacam o fim da inflação e da corrosão dos salários e o desenvolvimento econômico.

⁸⁰ Collor de Mello faz aqui então o eco de visões de “fim da história”, bastante comuns àquela época.

A indexação somente abre duas alternativas ao País: de um lado uma hiperinflação, que será alcançada num curtíssimo espaço de tempo e de magnitude difícil de ser prevista; de outro lado, a brutal recessão. Temos que evitar uma e outra alternativa. Temos que enfrentar a situação corajosamente, tentando convencer a sociedade de que a corrida do salário atrás do preço, atrás da inflação tem efeito draconiano sobre a renda do trabalhador, porque traz apenas uma ilusão, em função da maior quantidade de moeda que ele tem em mãos no final do mês, de que aquilo dá a ele condições de comprar mais e de melhorar o seu padrão de vida, quando nós sabemos que isto não é verdade (MELLO, 1998b).

Entendida então como estímulo a competitividade, a liberdade de mercado, e como fim da inflação e da injustiça, o tentar alterar posições cristalizadas como direitos ganha novas cores. Aparece não só como a justificativa do novo modo do Estado, já vista também ela é significada como a garantia de novos direitos: a) a uma renda maior, a medida que o discurso coloca a maior competitividade da economia gerará mais emprego e renda; b) a uma nova liberdade, a uma nova cidadania, posto esta sendo processado um rompimento com o passado e também com a propositura e a sedimentação de um futuro, o que vem através não só da redefinição do papel do Estado, mas também através da fixação de novos conceitos de liberdade e cidadania.

Outro ponto colocado para definir melhor a Reforma do Estado é a Reforma Tributária. Collor de Mello entende que o processo tributário é o núcleo das relações entre cidadão e Estado, que é necessário que a arrecadação seja justa (onde todos pagam, fica pouco para cada um), que a arrecadação deve ser “razoável, justa, e simples” (MELLO, 1998f), que a sonegação precisa ser combatida a qualquer custo e em qualquer tempo, que o dinheiro arrecadado deve voltar na forma de bons serviços.

Em seu discurso há uma relação direta entre tributos, democracia, desenvolvimento econômico, modernização e um eficiente desempenho das funções essenciais do Estado:

Se, ainda, o contribuinte não reconhece que o imposto pago se transformarem serviços eficientes prestados pelo Estado, essa relação Estado-Sociedade-Indivíduo, se torna instável; a legitimidade da representação política começa a ser questionada; a Sociedade não progride.

Além disso, o processo tributário é estratégico para a própria natureza e para o bom funcionamento da economia: se o Estado não arrecada na medida certa ou, se faz através de tributação imperfeita, inibe os agentes econômicos, correndo o risco de não cumprir as suas funções essenciais” (MELLO, 1998f).

Para que isto passe a ocorrer no Brasil, segundo Collor de Mello, é necessário que se implante a visão anglo-saxônica de que não há taxaço sem representação.

O Estado moderno é aquele, como diz o preceito anglo-saxônico, em que não há taxaço sem representação.

O Estado democrático é aquele que dispõe de meios para fazer aquilo que a sociedade pede que se faça, com eficiência e participação (MELLO, 1998f).

Os princípios da modernidade e da democracia levam a se fazer urgente uma reforma tributária, e seu governo trabalha nesta direção, razão porque ele diz: “é, com satisfação que, neste momento, encaminho ao Congresso Nacional os Projetos de Lei que dão início ao processo de Reforma Tributária, um dos compromissos que o meu governo assumiu perante a Nação” (MELLO, 1998f).

Com isto, e com as medidas que vão aperfeiçoar a arrecadação, simplificar os procedimentos tributários e estabelecer modalidades jurídicas que tornassem mais efetiva a punição por sonegação, ele formula a idéia que Começa assim a recuperação da capacidade Financeira do setor público nas três esferas de governo e nas entidades da administração indireta; estamos lançando as bases para que o Estado volte a ser um prestador eficiente de serviços públicos e sinônimo efetivo de bem comum. (...) Os efeitos da Reforma não tardarão a aparecer, com a melhoria da

competitividade do sistema produtivo, mais e melhores serviços na área social e a melhoria dos serviços públicos em geral (MELLO, 1998f).

O conceito formulado é de que o governo começou a implementar a Reforma do Estado, e em sendo assim, a modernização e a reconstrução nacional.

A reforma tributária, como anunciei em meu discurso de posse, em março de 1990, juntamente com as reformas administrativa e patrimonial, que já estão em curso avançado, completa a estratégia global de Reforma do Estado, via necessária para concretizarmos uma reorganização definitiva da economia nacional (MELLO, 1998f).

Collor de Mello então diz acreditar que os efeitos benéficos da Reforma Tributária não tardarão a se fazer sentir na vida nacional através da melhoria da competitividade do sistema produtivo e de melhores serviços na área social.

O trecho grifado demonstra que o presidente estabelece uma efetiva correlação entre a Reforma Tributária que o governo vinha fazendo e a melhoria dos serviços públicos, a justiça (bem-comum), e a economia de livre-mercado, portanto, à reconstrução nacional e à modernização, assim, as realizações nesta área são então mais compromissos assumidos quando da posse que estão sendo cumpridos. São mais passos na direção da Reforma do Estado, e em tudo o que ela significa, que estão sendo dados, e o mesmo se pode entender com relação ao resgate da cidadania, as ações do governo foram um sucesso absoluto, o que se depreende pelas expressões “absoluta prioridade” e “justiça”, presentes no trecho abaixo.

As questões da seca, do índio, da criança e do meio-ambiente mereceram absoluta prioridade. Além de atender às mais elementares noções de justiça, o encaminhamento eficaz desses temas serviu para melhorar a imagem do Brasil perante a comunidade das nações. Essas questões, que atingiram limites intoleráveis, estão sendo efetivamente superadas. O Brasil já começou a mudar, pondo termo a impunidade daqueles que agridem a

natureza, violam os direitos humanos e insistem na permanência de privilégios odiosos e mesquinhos (MELLO, 1998d).

É pela implantação destes princípios, que “o Brasil começou a mudar”, a idéia então é que se deve continuar no caminho iniciado em 15 de março de 1990. “O Brasil será um país verdadeiramente desenvolvido quando der condições de vida dignas aos mais frágeis e desassistidos de seus habitantes” (MELLO, 1998d).

Então, o resgate da cidadania está sendo feito, já que as questões da seca, do índio, etc “estão sendo superadas”; são problemas que farão parte do passado, e a “modernidade” em construção passa por sua conclusão, pois disse Collor de Mello ser o Estado de Bem-Estar Social o ponto de chegada do caminho que estava sendo percorrido.

Outro ponto destacado como positivo nas realizações do governo é a idéia de que a realização da reforma financeira foi algo bom, é na verdade a justificativa de que o plano Collor I o foi.

Com esta frase, com este sentido, silencia-se a enorme contestação que o plano sofreu, quer por parte da justiça, da imprensa e da sociedade como um todo.

Além dos passos já colocados acima, rumo à modernidade e a tudo que ela representa, a Reforma do Estado tem mais um novo componente, onde as realizações e propostas do governo também são entendidas como passos importantes: a Reforma Constitucional. “Um ponto central desse processo é o debate aberto e amplo sobre a necessidade do aperfeiçoamento da Constituição, que corresponde ao imperativo de nosso desenvolvimento e às circunstâncias da história contemporânea” (MELLO, 1998e).

Por processo Collor de Mello refere-se à modernização, e à atuação do Legislativo e do Judiciário nele processo, portanto, a necessidade de Reformas Constitucionais é um ponto a mais, idéia dada pelas palavras "desenvolvimento", "circunstâncias da história contemporânea" e "aperfeiçoamento", o que coloca que há empecilhos a esta em nossa Carta Magna, elaborada em períodos precedentes. Coloca-se também neste trecho que o Presidente da República está à frente do processo de modernização, e tudo o que está relacionado a ele.

Estas colocações encerram momentaneamente a exposição sobre a Reforma do Estado, pois com o trecho acima completou-se a composição da mensagem, passando-se agora a discutir os sujeitos.

5.3 A construção dos sujeitos

Optou-se por apresentar os sujeitos anunciados na ordem em que aparecem nos pronunciamentos. Em sendo assim, este item os traz na seguinte ordem: governo, Congresso e demais poderes, sendo estes os principais sujeitos enunciados, à medida que se trata deles, apresenta-se também os novos.

Observe-se que a própria disposição dos sujeitos na estrutura da peça discursiva marca o raciocínio que se quis tecer, bem como a maneira como se quis construir o espaço das lutas políticas: de um lado estão o presidente e seus (identificados como) aliados; de outro, a oposição e aqueles que devem tornar-se aliados.

5.3.1 O governo

Logo no início do ano de 1991 Collor de Mello marca claramente a função e a composição do governo:

O ano de 1991 é decisivo para a consolidação do Projeto de Governo, democraticamente endossado por milhões de brasileiros que pensam, como todos nós, que é possível mudar este país. Hoje, mais do que nunca, a Nação sabe o que quer e demonstra uma vontade férrea e inabalável de conquistar, em definitivo, o bem-estar, a prosperidade e a justiça social. Devemos, como equipe de governo, ser absolutamente fiéis a essa vontade, trabalhando, de forma incansável, para que as aspirações nacionais se realizem (MELLO, 1998d).

Primeiro parágrafo do pronunciamento, este é marcado por duas idéias: a) de que o país encontra-se numa encruzilhada (dada pela palavra decisivo); b) de que é preciso prosseguir com a realização daquilo que a Nação referendou em 1989, “o bem-estar, a prosperidade e a justiça social”, a reconstrução nacional.

Se a Nação é aquela que “sabe o que quer” e “demonstra uma vontade férrea e inabalável de conquistar o bem-estar, a prosperidade e a justiça social”, significa que por trás da proposição de futuro (realização das aspirações), há um processo de reflexão, de busca de informações e de tomada de decisões.

O parágrafo deixa claro contudo, que a Nação é composta por aqueles que querem mudar o país, ou seja, novamente a exemplo da expressão “pessoas de Norte a Sul” usada no Pronunciamento de Posse, sua definição é vaga, e permite fazer a associação governo + nação = agentes da mudança, da Reforma do Estado, da modernização e da reconstrução nacional = base para a luta. A construção extremamente vaga deste aliado permite que todos se encaixem novamente numa cruzada nacional, numa guerra, assim como no Pronunciamento de Posse o brasileiro, os descamisados foram construídos como aliados do governo.

Portanto, a idéia aqui enunciada é que a vivência de uma mudança que se iniciou a 15 de março de 1990 funcionou como uma escola onde a lição aprendida foi a de que o presente é duro, mas o futuro não o será, idéia que é transmitida pelos substantivos “limitações” e “aperfeiçoamento”, presentes na citação em destaque a seguir, identificando um rompimento temporal que deve continuar.

Assim, com base no que se supõe serem as conquistas do ano de 1990, significando tudo o que se viveu como extremamente positivo e obliterando, até este momento, as contestações sofridas se coloca que o que a Nação quer tem agora melhores condições de acontecer, portanto, de que os rompimentos enunciados quando da Posse também o têm⁸¹.

Ressalta-se que um novo sujeito é chamado a colaborar: a equipe de governo, sujeito inexistente no primeiro pronunciamento, que é chamado a atender aos interesses da Nação.

A enunciação da equipe de governo aponta para uma mudança radical não só na estrutura de pensamento, como também na estrutura política. Observe-se que a interpelação deste sujeito é cheia de sentido aqui. Não é mais o presidente, o único porta-voz do futuro. Esta autoridade encontra-se agora diluída num “nós=governo” que significa presidente + ministros e secretários⁸².

Na Posse, o governo era Collor de Mello (EU); agora este passa a ser a equipe (NÓS), ou seja, o presidente passa a dividir a tarefa com as pessoas e os

⁸¹ No capítulo anterior ficou clara, no pronunciamento presidencial, a associação das reformas com o neoliberalismo. Portanto, Collor de Mello aponta para a necessidade da continuidade de seu Projeto de Reconstrução Nacional neste molde.

⁸² É importante destacar a enunciação destes últimos, pois, uma das principais características da Reforma Administrativa no governo Collor de Mello, foi centralizar poder e atribuições nas Secretarias da Presidência da República através da criação e fusão de estruturas.

partidos que o apóiam⁸³. A ruptura com o passado torna-se então, uma tarefa coletiva no que diz respeito ao governo.

No entanto, a continuidade do processo envolve, e inicialmente na reunião o presidente propõe, uma parada estratégica, colocando a necessidade de uma reflexão, com base na história dos países desenvolvidos e nas realizações do governo.

Necessitamos refletir sobre o muito que já foi feito e o que ainda temos de fazer. Sobre o acerto e a eficiência das medidas que temos adotado, suas limitações e a melhor forma de aperfeiçoá-las. A consciência do dever sendo cumprido de forma continuada é inspiração para as imensas tarefas dos próximos meses (MELLO, 1998d).

Para o presidente é o momento de refletir sobre o que foi feito, sobre as medidas que já discutimos no início do capítulo, sobre o teor, a abrangência e o resultado delas. Acrescenta-se contudo, que se deve seguir adiante, o que é dado através da noção de aperfeiçoamento, conseqüentemente as agruras do presente não podem nos fazer desistir da busca de um futuro melhor, pois “foi assim que os países modernos e desenvolvidos construíram sua riqueza e pujança” (MELLO, 1998d). Esta idéia aparece posteriormente em outras sentenças, tais como esta: “com muita dedicação e trabalho. Os milagres em economia não existem: a trilha da prosperidade só se percorre com coragem, disposição para o trabalho, vontade de vencer e com o aprendizado que vem da experiência do cotidiano” (idem).

A história dos países desenvolvidos deve então servir de modelo e a equipe de governo é interpelada a seguir com suas ações, apesar da reflexão. O mesmo se dá com a sociedade, assim é que se colocou que:

⁸³ Muito embora não enuncie que tem apoio do Congresso e dos partidos.

A sociedade brasileira deve convencer-se de uma verdade, que a história recente tornou óbvia: a economia de mercado é o melhor aval para a democracia e o melhor caminho para a superação de nossos gigantescos problemas sociais; O Estado democratizado, por sua vez, é o melhor instrumento de que dispomos para assegurar o bem-estar de todos (MELLO, 1998e).

O uso do verbo convencer indica um processo de reflexão e de entendimento por parte da sociedade brasileira, articulação já feita quando se falou na encruzilhada. O objeto da reflexão são as ações do governo, agora, para o convencimento acrescenta-se uma nova base: momentos de agrura no passado dos países ricos superados pela adoção do liberalismo.

Assim, a saída para a solução de agrura vivida pelo Brasil está neste e na economia de livre-mercado: “os países mais adiantados do mundo são aqueles que adotaram sistemas políticos democrático-liberais e, sobretudo, aqueles que souberam fazer do livre-mercado o suporte do bem-estar coletivo” (MELLO, 1998e).

Fazendo referências a um possível (imaginado) passado de dificuldades dos países ricos, este é enunciado como pano de fundo para justificar as ações do governo, e a modernização (que deve ser referendada, avalizada) tem agora então, mais marcadamente as cores liberais.

Seguindo adiante na encruzilhada e após o exame e aval da realidade vivida e da história dos países ricos, governo e sociedade construirão juntos um futuro melhor, de acordo com uma expressão bastante usada pelo presidente, levarão o Brasil a ser um “país de Primeiro Mundo”, e a frase onde se diz que os milagres em economia não existem, que a trilha da prosperidade deve ser percorrida com coragem e disposição para o trabalho, indica como se deve percorrer o caminho, ao que se complementa: “a prosperidade constrói-se com respeito a lei e ao direito” (MELLO, 1998e).

A este respeito, a eleição de Collor de Mello foi considerada, tal como está presente no pronunciamento de Posse, como um reatamento com o que tínhamos de melhor. A repetição destas palavras mostra então que, somente com este governo e com a Nação será possível percorrê-lo, e mais, partindo de um presente democrático, chegar a um futuro onde a economia de livre-mercado seja a tônica.

É também dito que “a trilha da prosperidade só se percorre com coragem, disposição para o trabalho, vontade de vencer” (MELLO, 1998e), lembrando sacrifícios, mas lembrando também a construção que Collor de Mello fez de si mesmo ao longo da campanha.

O governo foi entendido então como aquele que representava a lei, o direito, a prosperidade, a coragem, a disposição para o trabalho, a experiência, enfim, aquele que é capaz de realizar o que propõe e “essa mudança de direção da sociedade e do governo é a maior conquista desses primeiros meses de meu mandato” (MELLO, 1998d). O governo então é que levará à economia de livre-mercado, que implementará a Reforma do Estado e tudo o que ela representa.

Esta idéia é reforçada quando se diagnostica, através da frase anterior que o presidente vê que muito do que havia por fazer em 15/03/90 é já realidade e conquista lembra vitória, superação de desafios, seguir adiante na encruzilhada, o que requer esforço e capacidade, qualidades positivas, geralmente associadas aos atletas. Usando símbolos de força, mostrando-se jovem, corredor, carateca, arrojado, piloto de aviões de caça, Collor de Mello buscou construir a imagem de que era o oposto de tudo o que se viverá até então, (Sarney era tido como “fraco”), e também um governante capaz de conduzir o processo⁸⁴, um vencedor.

⁸⁴ Neste afã, e com o intuito de aproximar-se das camadas populares, Collor de Mello chega inclusive, nos momentos mais inflamados a usar expressões de baixo calão ou comparações chulas. Ficou

O governo continua também sendo construído como baluarte da retidão, apesar dos inúmeros escândalos. Via de regra, busca-se novos argumentos para edificar esta posição. A idéia do “caçador de marajás” é deixada de lado, ou melhor, dizendo, é sub-repticiamente veiculada quando Collor de Mello adjetiva o comportamento da classe política usando os substantivos demagogia, paternalismo, fisiologismo, fuga e omissão. O governo constrói-se como “não-fisiológico”, “não demagogo” e “não paternalista”, em oposição a um Congresso Nacional que assim o pode ser, e assim repete uma busca de legitimidade já presente no Pronunciamento da Posse.

O entendimento deste argumento ficará mais claro logo abaixo quando se observar como Collor de Mello constrói o Congresso Nacional, como se dão e como se darão suas relações com o este e com as demais lideranças da sociedade (busca de diálogo, entendimento, democracia), e também quando se observar a forma como ele constrói e desconstrói as ações de seus opositores.

É o governo que está operando as transformações que a sociedade havia referendado em 1989:

As medidas econômicas de 10 de fevereiro e o exemplo da coerência e lógica do projeto que defendemos desde os momentos iniciais do governo. Eram necessárias para o aprofundamento do programa original de estabilização da economia, que eliminou a ameaça da hiperinflação e iniciou a reforma estrutural do Estado (MELLO, 1998d).

O estudo do Pronunciamento de Posse mostrou que a inflação foi entendida como um ponto unificador que simbolizava o lado ruim da vida nacional, um inimigo que sofreria um combate intenso e incondicional que “justificaria qualquer

famosa a sua frase dizendo que tinha o saco escrotal roxo, o que é tido como um símbolo de

presidência”. A palavra aprofundamento presente no trecho acima mostra que as medidas econômicas tomadas vão no sentido de liquidá-la, ou seja, de resolver os problemas, acabar com a imoralidade.

A política econômica adotada com o Plano Brasil Novo teve um forte cunho monetarista, ou seja, buscou atacar a inflação reduzindo a quantidade de moeda em circulação.

Como a inflação foi diagnosticada no Pronunciamento de Posse como a falta de liberdade e de cidadania, a presença do verbo defender na 1ª pessoa do plural, no presente do indicativo aponta para o fato de que o governo é construído como sendo o paladino da justiça, da liberdade, da igualdade e da cidadania. Em sendo assim, ele é o agente da mudança, da Reforma do Estado, da modernização e da reconstrução nacional.

A economia de mercado irá sendo conquistada à medida em que os resultados das reformas estruturais que **estamos promovendo**⁸⁵ se fizerem sentir na redução dos custos de produção, no avanço tecnológico do parque produtivo, no aumento de competitividade e na maior integração do Brasil a economia internacional (MELLO, 1998d).

A economia de mercado foi entendida como o complemento da liberdade política no momento da Posse, desta forma, se as ações do governo estão encaminhadas para isso, ele é significado novamente como o redentor, como aquele que está promovendo o surgimento da liberdade e da cidadania, e também, vale dizer, de um Estado com novos moldes.

O meu Governo está promovendo as condições para o surgimento de um **Estado responsável**, libertado das amarras das considerações paroquiais e setoriais, um Estado que lidera porque age em nome da Nação. Ganha o Estado a liberdade de atuar nas tarefas que lhe são próprias, na resposta às demandas mais legítimas da sociedade. Ganha o cidadão a liberdade de relacionar-se com o Estado, não mais como devedor e credor de favores, mas como titular de direitos e deveres inalienáveis (MELLO, 1998c).

Se o Estado é “responsável”, está “libertado das amarras das considerações paroquiais e setoriais”, transmite-se a idéia de que com o governo e com a Reforma do Estado em curso, se rompe e está rompendo com as “elites” e aos poucos vencendo então a guerra anunciada na Posse, contra a inflação e tudo de ruim que existia no passado, principalmente contra o Estado que gastava mal e com todas as conseqüências “perversas” disto para a população.

Como conseqüência destas ações, com as privatizações, as alterações na incidência dos impostos, a reforma administrativa, enfim, com a Reforma do Estado, surgiu o governo da Nação, e com ele a “liberdade de relacionar-se com o Estado, não mais como devedor e credor de favores, mas como titular de direitos e deveres inalienáveis” (MELLO, 1998d).

A noção de direito já havia aparecido assim no momento da Posse. Isto quer dizer que as ações tomadas estão garantindo a liberdade, a cidadania e a democracia tal como lá enunciadas, ou seja, estão consolidando as conquistas da transição democrática eliminando os “vícios” do antigo modelo de Estado, substituindo-os pelas virtudes do novo.

O Poder Judiciário foi construído como aliado do governo:

Na avaliação desses primeiros meses, é imperativo mencionar, ainda, o trabalho exemplar desenvolvido pelo Poder Judiciário. As decisões do Supremo Tribunal Federal tem sido bússola firme na defesa da

⁸⁵ Observe-se o sujeito coletivo **NÓS** (presidente + equipe). As expressões em negrito marcam como se pôde entender que o governo é colocado como o agente de mudança, da Reforma do Estado. Grifo meu.

constitucionalidade. O Tribunal Superior do Trabalho vem contribuindo decisivamente para aproximar empresário e trabalhadores, pois, as sociedades modernas se apóiam nos pontos de harmonia e trabalho comum das classes sociais (MELLO, 1998d).

A presença da palavra constitucionalidade aqui visa deslegitimar as ações daqueles que contestaram o governo na justiça. O argumento é a atuação dos tribunais superiores onde o governo obteve vitórias e por onde guiou seu rumo (bússola).

A atuação do Poder Judiciário pode ser mais bem detalhada com a análise das seguintes frases:

O Legislativo e o Judiciário participam, juntamente com o Executivo, no processo de tomada de decisões.

Isto traz maior estabilidade e previsibilidade ao ordenamento jurídico do País, garantindo integral transparência de meios e fins e uma presença mais ampla da cidadania na construção de nosso futuro (MELLO, 1998e).

Com o conceito de que há participação conjunta dos Três Poderes na tomada de decisões, se busca formar a noção de que há co-responsabilidade entre eles. Neste sentido, são convocados a aliarem-se ao Executivo. Coloca-se com isto que as ações do Executivo têm maior "transparência", ou seja, maior moral, indo portanto ao encontro não só desta em si, mas de tudo o que é colocado que ela representa. As palavras compromisso e transformação, presentes na citação abaixo deixam isto claro, idéia que é reiterada pela presença da Nação, que clama pelas reformas:

É preciso, nessas condições, que os três Poderes tenham um compromisso com a transformação do Brasil; não pode recair apenas sobre o Executivo a responsabilidade de prestar contas e apresentar resultados à Nação (MELLO, 1998e).

O objetivo desta enunciação é claro, e fica explícito nas frases abaixo:

O Legislativo e o Judiciário devem avançar com o País nessa luta pela modernização.

Um ponto central desse processo é o debate aberto e amplo sobre a necessidade do aperfeiçoamento da Constituição, que corresponda ao imperativo de nosso desenvolvimento e às circunstâncias da história contemporânea (idem).

A idéia de “avançar com” identifica um campo de batalha. Equivale a dizer “lutar ombro a ombro”, então, Legislativo e Judiciário devem ser aliados do País. Contudo, a expressão permite uma outra interpretação também: Legislativo e Judiciário devem modernizar-se junto com o País que assim o faz, o que no raciocínio no raciocínio tecido pelo presidente Collor de Mello quer dizer libertarem-se e libertarem o País das falcatruas, do fisiologismo, enfim, do passado.

Qualquer que seja o sentido que se dê a frase, o que ela quer dizer é que é preciso acelerar as reformas, e neste sentido, há a necessidade de se retirar e não criar atravancamentos.

Assim também:

O Parlamento, agora renovado, tem de ser o pilar-mestre na construção da nova realidade. Ele é a síntese de todos os poderes. Numa democracia institucionalizada, o Presidente da República deve ser árbitro e também assumir seu papel constitucional de liderança. Não pode porém ser protagonista isolado. A classe política deve articular-se para compartilhar com o executivo a responsabilidade de mudar o Brasil (MELLO, 1998d).

Se o Parlamento foi antes o fiel da transição para a democracia, deve ser agora peça fundamental na consolidação da modernidade, por isto ele “tem de ser o pilar-mestre na construção da nova realidade”. O verbo ter no imperativo transmite esta idéia.

Ou seja, repetindo enunciações já presentes no Pronunciamento de Posse, o presidente mantém a idéia de tornar o Poder Legislativo Federal, sujeito assujeitado de seu discurso. Aparecem agora também os Governadores de Estado.

Ouçõ com atenção manifestações das novas direções da Câmara e do Senado: dão testemunho da vontade de revigoração da atividade do legislativo, essencial para o avanço do processo de reconstrução. O compromisso de austeridade que tem sido afirmado pelos governadores eleitos é igualmente alentador. Refletem a compreensão de que a racionalização de despesas e saneamento do estado é obra abrangente, que deve viabilizar também os executivos estaduais e municipais (MELLO, 1998d).

Ou seja, posto que “o fisiologismo, a demagogia, o paternalismo, a fuga e a omissão são os piores inimigos da classe política, porque minam sua credibilidade e solapam a estabilidade institucional” (MELLO, 1998d), assim se busca construir a imagem de que o Congresso, e os políticos de maneira geral devem aliar-se ao governo se não quiserem ser confundidos com aquela elite atrasada e apátrida contra a qual o Projeto de Reconstrução Nacional foi lançado, e sobretudo se quiserem recuperar sua legitimidade, idéia que é da pala necessidade de acabar com “preconceitos paralisantes” (ver citação mais abaixo), expressão que lembra lentidão, morosidade, atraso, passado, acelerando e aprofundando as transformações institucionais que a Nação quer.

O Congresso Nacional deve refletir sobre esses fatos⁸⁶ e ajudar-nos, sem preconceitos paralisantes, a acelerar e aprofundar as transformações institucionais que a nação pede. Não é hora de enfrentamentos. A gravidade do momento exige grandeza cívica, diálogo permanente, abnegação e maturidade política (MELLO, 1998d).

⁸⁶ Medidas propostas e em tramitação e também, sobre as idéias colocadas pelo governo.

O verbo ouvir, presente num dos trechos acima, indica que se quis construir a idéia que o discurso estava encontrando eco, fazendo vitoriosa a idéia de Reconstrução Nacional, e de Reforma do Estado.

A presença dos termos “grandeza cívica” e “diálogo” remete a um raciocínio já feito em momentos anteriores, o da abnegação, e observe-se que esta sugestão vem em nome dos interesses daquela que o governo diz representar: a Nação. Collor de Mello foi veementemente criticado por usar reiteradas vezes as Medidas Provisórias (MPs), e assim inibir a ação legislativa do Congresso Nacional. Respondeu as críticas colocando que:

As propostas do Poder Executivo na área legislativa não tencionam de nenhuma forma inibir as ações do Congresso Nacional. Elas respondem ao clamor público por mudanças urgentes e inadiáveis; elas visam garantir a governabilidade e a preservação do equilíbrio institucional. Essa foi a clara mensagem expressa na constituição de 1988 que consagrou o dispositivo da medida provisória. Sua utilização tem-se balizado por critérios estritos e legítimos. Alguns queixam-se da utilização reiterada deste argumento legal, mas se esquecem de mencionar as conquistas, inúmeras e irreversíveis e as profundas reformas alcançadas por intermédio das medidas provisórias editadas (MELLO, 1998d).

Mais ainda:

O controle da inflação, a Reforma do Estado, as transformações estruturais que o país reclama, exigiam ações decisivas e tempestivas. A hiperinflação, o desperdício abusivo dos recursos escassos do setor público, a manutenção de privilégios odiosos que beneficiavam certos segmentos, a luta contra a miséria demandavam determinação e pulso da parte do governo⁸⁷. Para o trabalhador, que via minguar a cada dia seu poder aquisitivo, que via faltar a mesa o alimento para a sua família, as soluções não podiam tardar. Ele desejava respostas urgentes para seus problemas, e tinha o direito de pleiteá-las (MELLO, 1998d).

⁸⁷ Grifo meu.

Controle da inflação, Reforma do Estado e transformações estruturais foram tidos como os alvos centrais do Projeto de Reconstrução Nacional no Pronunciamento de Posse, então sua colocação aqui como um direito do trabalhador é bastante reveladora de uma estratégia. Permanece a idéia lá presente de que o governo Collor vem para ampliar os direitos da classe trabalhadora, de que ele, e não a oposição é que representa os interesses desta. Este raciocínio repete então a ruptura já feita pelo presidente durante a campanha e no Pronunciamento de Posse, onde este procurou constituir-se como representante dos trabalhadores. Assim, a afirmação de que o trabalhador exigia que o governo fizesse o que estava fazendo não só reitera a busca desta posição social e discursiva, como também justifica o uso das Medidas Provisórias.

O que é enérgico pode ser arbitrário, truculento também. Mas o que é autoritário na visão da oposição é convertido em pulso (ou seja, em determinação, vontade férrea, ou numa benéfica e firme correção de rumo) na visão de Collor de Mello, pois esta idéia traz à cena signos já dados pelo presidente a si mesmo: corajoso, determinado, viril. Esta significação, que já serviu para marcar uma oposição a Sarney, é usada agora para justificar o uso das Medidas Provisórias em nome dos interesses da maioria. Em sendo assim, é bom, e a vitória se fez em nome dos interesses do trabalhador, conceito que silencia ou tenta passar uma idéia contrária da extrema oposição que os sindicatos lhe faziam, e visa tirar destes o papel de emissor de um discurso que contenha os interesses da categoria.

Outras estratégias foram utilizadas com o mesmo fim no Pronunciamento de Posse, assim, constituir-se enquanto porta-voz e representante dos trabalhadores e daqueles que demandavam direitos foi uma estratégia utilizada por Collor de Mello para constituir-se enquanto agente social e discursivo.

Durante a campanha fundamentalmente esta estratégia esteve vinculada a tentativa de fixação do conceito de Collor de Mello como outsider da política e feroz combatente da imoralidade, e por suas qualidades pessoais, o único candidato capaz de resolver os problemas do país. No momento da posse esta estratégia foi ampliada buscando os significados positivos de seu passado, da colocação deste (Collor de Mello) como representante da democracia, da cidadania, dos direitos, da liberdade, do novo, dos trabalhadores, do povo, da Nação, em oposição às “elites”, ao atrasado, anti-patriótico e imoral. O governo também é assim construído.

Está presente nos pronunciamentos a idéia de que o pleito de 89, o final da transição para a democracia legitimam isto. A análise dos pronunciamentos presentes neste capítulo revela a permanência de tudo isto. A maneira como Collor de Mello constituiu os apoiadores e opositores, exemplifica tal afirmação. Aparecem então as equivalências: ações do governo = interesse da sociedade / ações do Congresso que barram ou diminuem a velocidade das ações do governo ≠ dos interesses da sociedade. Observa-se tendo por base as considerações de Sola (1993) que a base parlamentar do governo Collor pouco colaborou para que as reformas fossem aprovadas rapidamente, no entanto, o presidente tenta fazer com que isto ocorra.

Entende-se então que:

A modernização é obra de todos.
Equivale a erguer uma ponte que nos permitirá trilhar o caminho que nos leva de um passado que já não serve mais, ao futuro, que queremos, mas que ainda não existe. Antes de atravessá-la, é necessário que, em mutirão, nos empenhemos em sua construção.
Há de ser trabalho de todos, porque servirá a todos: aos que criticam o Governo e aos que o apóiam; aos que agem por interesses e aos que se movem por ideais.
Sabemos, porém, que o tempo de construção dependerá essencialmente de nós (MELLO, 1998e).

Este trecho é uma metáfora da transição que o presidente quer colocar que seu governo representa.

Tendo demonstrado a forma como o lado dos que propõem e operacionalizam as medidas foi construído, como é edificado o lado dos que se opõem a elas? A próxima tarefa é mostrar a construção dos opositores, ou seja, da oposição em si, e do Congresso nacional, que é tido como um possível opositor ou aliado.

5.3.2 *A construção da oposição*

A oposição foi construída de uma forma extremamente vaga. Se no início do mandato era necessário buscar autoridade no frisar características positivas (e silenciar as negativas) do passado político pessoal e familiar criar rompimentos com a história mundial e do país; portanto em mostrar-se com moral e autoridade para propor um Projeto de Reconstrução Nacional, modernização e Reforma do Estado, o momento presente é marcado por uma busca de autoridade na instauração de tudo isto. Portanto, a idéia que o presidente quis passar é que o projeto é vitorioso, que as oposições estão caladas, que o que ainda se ouve de sua voz são os últimos balbucios.

A intenção então é construir o conceito de que não ocorreram manifestações contrárias às privatizações, à Reforma Administrativa, à política econômica, a como as políticas sociais foram conduzidas por seu governo, à implementação da Reforma do Estado e da reconstrução nacional.

Desta forma, ele busca deslegitimar as ações de quem esta contestando o governo, quer seja apelando à justiça (que já foi considerada como aliada), quer seja

fazendo passeatas contra as privatizações, ou de qualquer outra forma. A frase “nos dias de hoje, pregar ações de violência, e avalizar atos ilegais, soa absurdo. São insólitos ecos de um tempo ultrapassado, no Brasil e no mundo” (MELLO, 1998d), demonstra isto claramente ao construir e tentar fixar o sentido de que as manifestações são então, ainda ecos do projeto “**doentio**”⁸⁸, “**estranho**”, “**insólito**”⁸⁹, das elites ao qual o **povo** se opõe. “A cidadania prefere o caminho da paz” (idem).

Se o caminho da paz é preferido pela cidadania e foi referendado no pleito de 1989, e está sendo implementado pelo governo, em nome dos interesses da Nação, a oposição é o contrário de tudo o que o governo significa, e é sobretudo apátrida, ultrapassada e vinculada ao passado:

Infelizmente, em setores que, por sua posição social ou econômica, têm a obrigação da perspectiva de longo prazo, encontro a defesa inaceitável de interesses paroquiais e imediatistas, que atentam contra o bem público. Na economia, aproveitam-se das distorções de certos segmentos do mercado, ainda oligopolizados, para fazer valer absurdas vantagens. Na política, imaginam que, ainda hoje, a vantagem efêmera da popularidade se alcança com soluções fáceis e falsas para os problemas sociais. Fogem, assim, a responsabilidade de fortalecer o entendimento nacional, de consolidar as instituições; fogem a cooperação, que é a exigência do momento.

O exercício da crítica, num regime democrático, é essencial e desejável. Respeitá-lo é o dever de todo governante. A crítica, porém, não deve limitar-se a prática de censurar, sem acrescentar alternativas. Não pode confundir-se com o preconceito, com a oposição sistemática e incosequente. A crítica construtiva e patriótica⁹⁰ ultrapassa a defesa mesquinha dos interesses de determinados grupos. É fundamental oferecer propostas que visem ao bem comum da nação (MELLO, 1998d).

⁸⁸ Qualificação presente no Pronunciamento de Posse.

⁸⁹ Grifos meus para marcar algumas expressões que denotam a colocação da oposição como atrasada, ligada ao passado e pouco afeita aos interesses da Pátria. A frase foi retirada do pronunciamento do dia 18/02/91 (MELLO, 1998d).

⁹⁰ Idem.

Portanto, a oposição é diferente de: exigência do momento, cooperação, democracia e solidez institucional. Ela é inconseqüente e não tem um projeto de ou para modernizar o País. Sua crítica (portanto seu discurso) é vã e não-patriótica.

Sua posição é tida também como imoral, na medida em que a defesa do paroquialismo e do imediatismo que se diz que ela representa foi tida como "inaceitável", ao mesmo tempo em que se coloca que ela se aproveita de "distorções", ou seja, de corrupções, de vícios presentes em setores onde a economia de livre-mercado ainda não é realidade.

Ela é também anti-democrática e não sabe fazer política. "insisto: fazer política é buscar unir e não dividir" (MELLO, 1998d), portanto, é buscar o entendimento, o consenso. Em sendo assim, "a classe política deve articular-se para compartilhar com o Executivo a responsabilidade de mudar o Brasil" (idem), onde o verbo compartilhar dá a idéia de que esta deve aliar-se ao Projeto de Reconstrução Nacional, deve fazer política de acordo com o que o governo entende que isto seja. Por isto, ela deve ser diferente do fisiologismo, demagogia, paternalismo, da imoralidade. Ao contrário disto, deve possuir "objetividade e visão pragmática" (idem), tal como o governo, contribuindo não só com este, mas sobretudo com a democracia e o entendimento nacional.

Esta construção obriga o presidente a fazer duas outras: uma a de que seu governo marca um rompimento com o passado corrupto, mas também, que não só é arauto da democracia, como estava presente no Pronunciamento de Posse, como vem contribuindo, através de suas ações para que esta efetivamente implemente-se, o que contribui para colocar que a oposição não representa a sociedade:

O governo jamais pretendeu ser infalível. O governo nada pode sem o apoio firme e convicto dos cidadãos. Governar num regime democrático, não é um ato solitário, mas sim a busca renovada do entendimento e do consenso. Independentemente de coloração ideológica ou afinidades pessoais, o diálogo com os **setores representativos da sociedade**⁹¹ tem sido permanente e aberto: pessoalmente ou por intermédio dos integrantes de minha equipe, tenho procurado colher reações quanto aos rumos traçados e metas conquistadas, no Processo de Reconstrução Nacional. A disposição do governo para o entendimento se sustenta na convicção de que um futuro melhor para o país só se forja com participação ampla e construtiva de todos os brasileiros (MELLO, 1998d).

A menção aos “setores representativos da sociedade” passa a idéia de que a oposição é minoria, que não é representativa do todo social, e principalmente, é não-democrática, ou seja, contrária às conquistas da Transição, pois não quer a discussão, o “consenso” que são “uma exigência”. O que se quer contribuir aqui é a idéia de que o processo como o governo Collor está sendo conduzido é democrático, ou seja, está consolidando uma das principais exigências da Transição Democrática.

Assim, os aliados são os que querem “participar desta nova fase que se inicia para o Brasil, a partir da posse do novo Governo” (MELLO, 1998d), e têm o dever, o direito e a possibilidade de serem membros atuantes no Projeto de Reconstrução Nacional; a oposição tem o mesmo direito, mas não quer assim proceder.

Tendo discorrido sobre a construção da oposição de maneira geral, cabe agora, dentro desta parte destacar a composição do Congresso Nacional.

Além disto, não era consensual na sociedade a posição favorável às reformas propostas, e o Congresso Nacional, como Collor de Mello mesmo reconhece⁹² é um locus legítimo da expressão de posições conflitantes. Desta forma, coagi-lo

⁹¹ Grifo meu.

⁹² Collor de Mello faz isto estabelecendo uma oposição Congresso nacional X Equipe Governo. Se na primeira, conforme já observamos, prevalece o comando coordenado e centralizado das ações, no segundo: “o conflito de interesses e a defesa de posições conflitantes encontra no poder legislativo o seu canal natural de expressão” (Pronunciamento na reunião de 18/02/91).

novamente a atuar em prol da Pátria, tendo ainda mais agora sobre si a pressão das Medidas Provisórias, é uma estratégia para anulá-lo como oposição e tentar fazer dele um aliado.

Também a maneira como Collor de Mello tratou a oposição, é reveladora de que no sentido de deslegitimá-la como proponente de um projeto político, e conseqüentemente de um projeto de Estado, esta é tida como não-representante da sociedade. Assim, é que esta é tratada como um setor não significativo deste, como violenta e atrasada.

Repete-se aqui, então a oposição Antigo X Novo, presente no Pronunciamento de Posse. No entanto, lá esta posição veio para fundar o Novo; aqui ela vem para justificar a permanência de sua implantação, ou seja, o ir em frente na encruzilhada, o referendar as ações do governo, já que é colocado social e discursivamente como o representante de uma sociedade que quer novas concepções de Estado, justiça, liberdade, cidadania, democracia e direitos.

A análise feita até aqui revela como o presidente construiu e procurou passar sua visão da construção do campo político, o que é também tentar construí-lo. A análise revela a maneira como foi armada a base para seu discurso, o que é também o sustentáculo para sua construção enquanto sujeito social e político, proponente de uma Reforma do Estado.

Tendo então interpelado os sujeitos da maneira como interpelou, e assim buscado uma posição social e discursiva que lhe permitisse colocar novos conteúdos para a Reforma do Estado, e tendo com este objetivo também avaliado como positivas as ações do governo no sentido de implementá-la, é proposta a continuidade do processo de transformação das estruturas estatais e a busca de

uma nova forma de assentamento deste na sociedade nos moldes que já vinham sendo indicados. Observe-se como a citação abaixo exemplifica isto:

Nunca o Brasil esteve tão motivado e consciente para a Reforma de seu aparelho de Estado. O combate ao gigantismo estatal, o fim das mordomias e a desregulamentação da economia eram uma das mais importantes reivindicações da sociedade brasileira. Os avanços nessa área foram significativos. Muito ainda resta por fazer. Nós estamos prontos. Vamos realiza-los (MELLO, 1998d).

A idéia de que o Brasil está motivado para a continuidade da Reforma do Estado nos coloca que, em nome da pátria e da sociedade que está apta, esta deve avançar. Por outro lado, “o combate ao gigantismo estatal, o fim das mordomias e a desregulamentação de economia eram uma das mais importantes reivindicações da sociedade brasileira” (idem), ou seja, não são mais porque o governo deu importantes passos na concretização do que a sociedade desejava.

Então, com base no significado dado às realizações e à Reforma do Estado, o presidente no discurso propõe que o governo continue seguindo sua linha mestra, a frase “vamos⁹³ realizá-los”, presente na citação abaixo indica isto. No entanto, o que o governo pretende realizar?

Vamos atacar com firmeza os problemas conjunturais e debelar definitivamente o vício de uma inflação renitente; negociações da dívida externa continuarão a ser conduzidas consoante os melhores interesses nacionais; a Reforma do Estado avançará e, a cada dia, a máquina estatal será mais leve, mais ágil, menos onerosa, de forma a prestar melhores serviços aos cidadãos; educação, saúde, ciência e tecnologia são pilares de uma sociedade moderna justa. Continuarão a merecer atenção prioritária do governo; no campo social, o governo intensificará esforços para a solução definitiva dos problemas das nossas crianças; os programas de atualização das forças armadas terão prosseguimento; no plano internacional, a agenda é ampla: vamos continuar o caminho da inserção competitiva na economia internacional. Continuaremos a dar a prioridade

⁹³ O verbo está na primeira pessoa do plural, o que indica que é o sujeito coletivo NÓS (presidente+equipe de governo+povo) que irá realizar a tarefa.

necessária às relações com nossos vizinhos, entre as quais avulta o processo de integração no cone sul a paz, a cooperação e o dialogo serão a marca de nossa atuação no sistema internacional (MELLO, 1998d).

Ou seja, embora se identifique a necessidade da reflexão, há um sucesso nas reformas motivo pelo qual se silencia a oposição e seu discurso, o que aponta para a necessidade de sua continuidade e aprofundamento:

Todas essas são metas que dão continuidade ao processo de reconstrução iniciado a 15 de março. Por isso mesmo são necessariamente ambiciosas. Sei que os caminhos de que nos levam aos nossos objetivos e propósitos são árduos. Encontraremos obstáculos, dificuldade inesperadas. Nada, porém, nos abaterá, porque a realização dessas metas é absolutamente necessária para a modernização do país. Temos que continuar avançando. A confiança do povo brasileiro na vitória é nossa maior arma. A história obriga-nos a desenhar grandes objetivos para uma grande nação. Não existe outra rota para a justiça social. Temos um futuro promissor e uma enorme tarefa a realizar. Vamos a ele. Deus continuara a nos ajudar (MELLO, 1998d).

Em sendo assim, o presente é colocado como o tempo da consolidação das conquistas que culminaram nos pleitos de 1989 e na Posse a 15 de março de 1990. Como consolidá-las (e não se) é a encruzilhada que se coloca.

A presença freqüente de verbos na primeira pessoa do plural indica que o governo (presidente e equipe de governo) deve continuar seguindo sua linha, implementando o Projeto de Reconstrução Nacional, fazendo o que se entende ser os interesses da Nação.

O capitão do navio aponta então o caminho em meio ao denso nevoeiro enunciado que está cristalizando um a um os marcos fincados em 1989. As principais pilastras a se constituírem como parte do alicerce, quer do governo, quer do discurso são: a autoridade moral, a liberdade, a democracia, a cidadania e a

Reforma do Estado o que já foi enunciado no passado, e ganham ao longo do ano de 1991 novas cores e contrastes.

5.4 Algumas considerações

Os pronunciamentos acima analisados mostram que houve uma tendência por parte do presidente em continuar colocando com sinal negativo as características do Estado anterior.

Repete-se aqui também uma enunciação já feita na Posse, a da Reconstrução Nacional e da Reforma do Estado como parte desta, o que é uma noção basilar. Observou-se ao final do capítulo que a proposta de Estado, dentro do projeto e do discurso de Collor de Mello, ao contrário dos períodos anteriores (30-70), prescindia da atuação do Estado, ao menos como produtor direto de bens e serviços, tendência que é ampliada nos pronunciamentos feitos ao longo de 1991, através do melhor detalhamento do conteúdo dado a Reforma do Estado e da idéia passada sobre as medidas adotadas pelo governo.

Coloca-se que tudo isto novamente como um pressuposto da modernização, do rompimento com o passado e com o imoral, e agora com o estar adentrando numa nova realidade, indo rumo à justiça social, à economia de livre-mercado e a um novo modelo de Estado.

Assim, as características atribuídas ao Estado anterior quando da Posse foram reiteradas nos pronunciamentos vistos, e fez-se novamente menção ao fisiologismo, ao privilégio absurdo, a injustiça. Neles também novamente a redenção disto aparece associada à democracia e à economia de livre-mercado, assim vem a

proposição de que esta é triunfante no mundo e de que não há melhor forma de alcançar a justiça social.

Por esta razão Collor de Mello volta a propor uma série de rompimentos com o passado e a se projetar como bastião da moralidade, do futuro, da justiça social, do “País de Primeiro Mundo”, da democracia e de um Estado renovado e adequado a tudo isto.

Observou-se no capítulo anterior que isto foi feito lidando, construindo uma prática articulatória com todos os aspectos da transição democrática. O que a análise destes pronunciamentos revela é que, se a 15 de março de 1989 era necessário instaurar estas práticas, mostrar que se rompia com o velho e se propor a inaugurar o novo, cerca de um ano depois o desafio é cristalizar duas posições.

Uma delas é discursiva, continuar mostrando-se como porta-voz do novo, do melhor. A outra é constituir-se não apenas como agente discursivo, mas como agente social e político das mudanças. Elas não estão separadas e por isto se faz um contínuo descredenciar das oposições e a continuidade da tentativa de assujeitar o Congresso Nacional e demais atores políticos de peso, como os governadores, chegando a apontar para uma vitória neste sentido. Por isto há o enaltecer das ações do governo e há o sublimar de seu lado negativo, construindo-o como agente da mudança e acresce-se às idéias de “crítica construtiva” e abnegação no Pronunciamento de Posse a idéia de cooperação, sobretudo de “cooperação de classes” como princípio fundamental da democracia.

Como não há distinção entre o real significado no e através do discurso, e o real, assim se construiu e pavimentou o caminho que, na visão de Collor de Mello, levaria ao sucesso, à implantação efetiva de uma proposta de Reforma do Estado.

A construção dos sujeitos e da mensagem é reveladora de como o presidente constituiu o campo político e também de como buscou com isto criar condições mais favoráveis que as que tinha para a implementação do neoliberalismo, avançando (ou buscando avançar) na solução do caso de *muddling through*, de transição dual.

O retrabalhar dos conceitos de democracia, liberdade, justiça, direito e cidadania, a construção dos sujeitos e da mensagem, num tempo futuro, mostrando a posicionalidade buscada pelo presidente, a maneira como este conceituou a oposição e também como o fez com a Reforma do Estado. Tudo isto deve agora, então, merecer uma análise num tempo futuro para que, à semelhança do que foi feito quando se comparou os resultados da análise presentes neste capítulo com a do Pronunciamento de Posse, se tenha em mãos um retrato preciso de como Collor de Mello montou suas práticas articulatórias em torno da questão da Reforma do Estado.

Entretanto, ressalte-se que as análises presentes neste capítulo encaminham para a confirmação das hipóteses. Foi colocando as características do Estado anterior com sinal negativo e relacionando-as com os problemas vividos durante a transição democrática, que a Reforma do Estado apareceu nos pronunciamentos de Collor de Mello. Em sua proposta veio implícita também uma remoralização do Estado, e isto foi a base para que ele colocasse sua proposta de Reforma do Estado, como boa, como mecanismo para a modernização.

A maneira como lidou com os sujeitos e com a mensagem revelou a forma como Collor de Mello buscou constituir-se como agente social, procurando dar o significado do governo, do Estado, da liberdade, da cidadania, dos direitos e da inflação, da modernização e da reconstrução nacional. O material analisado,

contudo, ainda não abrange a totalidade do período, o que demonstra a necessidade da continuidade do estudo.

CAPÍTULO VI – UMA “AGENDA PARA O CONSENSO”: A REFORMA DO ESTADO NO APAGAR DAS LUZES DO GOVERNO COLLOR

No capítulo anterior colocamos que o discurso do governo durante o início ano de 1991 procurou fixar a idéia de que nos encontrávamos numa encruzilhada e que era necessário seguir adiante, aprofundar as reformas para que, estando já estabelecida transição para a democracia, se avançasse na consolidação da liberdade, de novas formas de cidadania e direito, o que teria como pressuposto a continuidade e a ampliação da Reforma do Estado.

Mostrou-se que a estratégia discursiva adotada foi inserir-se sub-repticiamente nos pronunciamentos já feitos, continuando a fala do Pronunciamento de Posse, mostrando em sua visão o que estava já materializado e o que estava por materializar, e como isto deveria ser feito.

À semelhança do pronunciamento referido, o governo continuou sendo construído como baluarte da retidão e como operador daquilo que a Nação desejava e havia referendado (processo de reformas/modernidade). Esta fora, até aquele momento, a forma como este buscou construir-se social e discursivamente. Neste mesmo sentido a oposição foi sendo colocada como anacrônica, apátrida e antidemocrática, ou seja, como o oposto do que a Nação desejava.

Para construir o raciocínio sobre a Reforma do Estado colocou-se as características do Estado nos períodos precedentes com um sinal negativo e relacionando-as com os problemas vividos durante a transição democrática, o que permitiu que o presidente não só construísse um discurso sobre a Reforma do Estado, mas também que com ele fosse colocando o seu projeto de modernização e de reconstrução nacional.

Se o Pronunciamento de Posse é o momento em que se lança o Projeto de Reconstrução Nacional, se ao longo do ano de 1991 se colocam realizações e desafios, enfim, se define uma encruzilhada e se coloca que se deve ir adiante e como fazê-lo, tendo em vista o objetivo de verificar como o discurso sobre a Reforma do Estado estruturou um campo de disputas em torno desta, e também as hipóteses de que a Reforma do Estado apareceu nos pronunciamentos de Collor de Mello desqualificando o Estado precedente, relacionando-as com os principais problemas enfrentados durante a transição; que apareceu também colocando a necessidade de resolver estes problemas através do fim da corrupção, da implementação de uma nova matriz de Estado (neoliberal) para que se possa chegar a um futuro de justiça social, associando as reformas com o desenvolvimento e a modernização; e que também se encontraria nos pronunciamentos também a deslegitimação das visões contrárias. Ficam questões a serem mais bem definidas: a) que perspectivas se colocavam para o ano de 1992 e como os fatos deste foram significados? b) seguiu-se realmente adiante? Se sim, quem conduziu o processo? Como este e os atores envolvidos foram significados? Buscar respostas a estas questões é o que se faz neste capítulo através da análise de pronunciamentos que conceituaram fatos do ano de 1991 e colocaram projeções para o de 1992.

Um primeiro estudo das peças discursivas produzidas pelo presidente Collor de Mello revelou que há um pronunciamento que coloca com clareza perspectivas para o ano de 1992, que traz as realizações do governo relacionando-as com o passado, o presente e o futuro. É um pronunciamento introdutório a uma reunião ministerial em 23 de dezembro de 1991 que possui o significativo título de “Agenda Para O Consenso”.

Por esta razão este foi escolhido para análise, e o olhar lançado sobre ele teve as mesmas características do lançado sobre os precedentes: mostrar quais foram as práticas articulatórias feitas em torno da questão da Reforma do Estado. Respeitou-se a mesma estrutura dos capítulos anteriores, mostrando-se primeiramente a construção da mensagem e depois a dos sujeitos.

Além deste pronunciamento foi analisado para a composição deste capítulo um artigo escrito por Collor de Mello intitulado “A Visão de Quem Viveu o Fato” que traz sua perspectiva sobre os acontecimentos específicos do Impeachment. Por tratar-se de um artigo escrito após a saída dele da Presidência da República, sua análise complementa e oferece um contraponto interessante às análises já feitas. A análise dos pronunciamentos foi complementada novamente com o relacionar das principais medidas e fatos.

6.1 Os acontecimentos dos anos de 1991 e 1992

No que tange às medidas, verificou-se que as diretrizes iniciais do governo não foram alteradas. Ao contrário, nos dois anos subsequentes à Posse se verá o aprofundamento destas. Assim, durante o ano de 1991, temos que:

Entrou em vigor (no dia 31 de janeiro) o Plano Collor II com a desindexação da economia e o fim da correção monetária e do BTN⁹⁴. Em fevereiro apareceram novas denúncias envolvendo a primeira dama Rosane Collor e a compra superfaturada de cestas básicas pela Legião Brasileira de Assistência. Após um ano

⁹⁴ Bônus do Tesouro Nacional.

de governo, o PIB caiu 4,6%, segundo o IBGE, e houve a terceira troca de ministros: Sérgio Paulo Rouannet assumiu a pasta da Cultura, substituindo Ipojuca Pontes.

Às vésperas de completar um ano de governo, foi apresentado pelo presidente, o Pacto da Reconstrução Nacional, e em abril, o Ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri foi denunciado por possuir dois empregos.

A 8 de maio, Zélia Cardoso de Mello (ministra da Economia) pediu demissão. Ela, e quase toda a equipe econômica, à exceção de João Santana (que virou ministro da Infra-Estrutura), foram substituídos por Marcílio Marques Moreira⁹⁵ e sua equipe. No dia 21, o governo lançou os CIACs⁹⁶ e o Projeto Minha Gente.

No mês seguinte, o fato de destaque foi que o Banco do Brasil pagou parte de uma dívida de US\$ 85,9 milhões contraídas por usineiros de Alagoas junto a um banco inglês⁹⁷.

Em agosto ocorreram novas denúncias de corrupção e alguns atritos com o Fundo Monetário Internacional. As denúncias envolveram diretamente a primeira-dama, Rosane Malta Collor e sua família, sendo a primeira-dama acusada de promover uma festa de aniversário para Eunícia Guimarães, sua secretária particular, com dinheiro público⁹⁸. A família Malta foi indiciada por desviar verbas relativas à distribuição de água em Alagoas.

Com relação ao FMI, as declarações de um funcionário deste, José Fajgenbaum, apontando a necessidade de reformas constitucionais para aprofundar

⁹⁵ Marcílio Marques Moreira ocupava o cargo de embaixador em Washington. Segundo Conti (1999), este é um fiel discípulo de San Tiago Dantas. Sua nomeação é, portanto a demonstração clara da diretriz que o governo pretendia dar à economia e às reformas.

⁹⁶ Centro Integrado de Atendimento à Criança.

⁹⁷ O fato causou revolta, em especial pela crise vivida pelo setor sucro-alcooleiro e pela economia em geral, sendo entendido como o privilegiamento dos empresários nordestinos do setor em detrimento dos demais. O pagamento desta dívida foi um compromisso assumido perante estes empresários por Collor de Mello enquanto candidato.

o ajuste estrutural provocaram mal-estar e um estremecimento nas relações com o Fundo⁹⁹. Em agosto, o ministro Carlos Chiarelli (Educação) foi substituído por José Goldemberg.

Durante os meses de setembro, outubro e novembro, o Exército e o Ministério da Saúde foram envolvidos em denúncias de compras superfaturadas de uniformes militares, bicicletas e mochilas para os agentes de saúde.

Apesar de estar sofrendo uma série de denúncias de irregularidades, o governo conseguiu sucessos, dentre os quais cabe destacar: aprovar a Lei de Informática, que acabou com a reserva de mercado a partir de 1992, inaugurar o primeiro CIAC, privatizar (no dia 24/10), depois de um extenso embate com o Congresso e a sociedade, a Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) e suspender, na Justiça, o pagamento do reajuste de 147% nos vencimentos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O líder do Partido da Reconstrução Nacional¹⁰⁰ na Câmara dos Deputados, Cleto Falcão, admitiu receber a ajuda de “amigos” para manter seu nível de vida.

Ao final do ano, como sua área ainda estava sendo castigada devido à volta de epidemias e endemias, em especial de febre amarela e cólera, o Ministro da Saúde (Alceni Guerra) pediu demissão, e foi substituído por Adib Jatene¹⁰¹. O Exército foi inocentado da compra superfaturada por uma investigação da Polícia Federal.

⁹⁸ Segundo dados presentes em Lattman-Weltmann, Carneiro e Ramos (1994), o montante gasto foi de Cr\$ 5,3 milhões (em valores de 1991).

⁹⁹ A imprensa, principalmente o jornal O Estado de São Paulo, chegou a comentar ostensivamente o fato, afirmando tratar-se de uma agressão à soberania nacional. Ver Alves (1997) para detalhes. O País suspendeu as negociações com o Fundo no dia 22, e Fajgenbaum foi substituído por Sterie Beza.

¹⁰⁰ PRN, ao qual o presidente Collor de Mello pertencia.

¹⁰¹ No dia 29/01/92, o ex-ministro Alceni Guerra foi inocentado das acusações pelo Tribunal de Contas da União, mas já havia pedido demissão dias antes. Adib Jatene possuía já à época

Contudo, o principal fato do final do ano é que Pedro Collor afirmou que não permitiria que Paulo César Farias montasse um jornal na capital alagoana, e em sendo assim, produziu um vídeo em formato U-Matic¹⁰², depois convertido para VHS (Vídeo Home System) para a possibilidade de leitura pela equipe editorial da Revista Veja¹⁰³, com pesadas denúncias contra o irmão e contra o esquema PC¹⁰⁴ que entregou à Revista Veja, à qual deu uma entrevista confirmando e relatando o funcionamento do esquema PC.

6.1.1 *O ano de 1992: denúncias de corrupção, alterações no ministério e o processo de Impeachment*

O último ano da Era Collor começou com alterações na equipe ministerial. Além da saída de Alceni Guerra (Saúde) no final do ano anterior, Antonio Rogério Magri (Trabalho) e Margarida Procópio (Ação Social) foram substituídos por, Reinhold Stephanes e Ricardo Fiúza. Também foi trazido à equipe governamental o senador catarinense Jorge Bornhausen que, como novo secretário de governo ficou responsável pela articulação política deste com o Congresso. Além destes, Collor de Mello nomeou ministros também a Hélio Jaguaribe e Celso Laffer do PSDB, e também assumiram pastas antigos colaboradores de José Sarney (Afonso Camargo), de Jânio Quadros (João Mellão) e da ditadura militar (Ângelo Calmon de Sá e Marcos Vinícius Pratini de Moraes)¹⁰⁵.

renomada carreira médica e científica e havia iniciado na política durante o governo Paulo Maluf (PDS) em São Paulo como secretário da Saúde.

¹⁰² Formato antigo de vídeo-cassete e sistema de edição, anterior ao VHS.

¹⁰³ Para detalhes de como a gravação foi feita e acertada, ver Collor de Mello (1993), e Conti (1999).

¹⁰⁴ Utiliza-se nesta tese PC ou PC Farias para fazer referência ao empresário alagoano Paulo César Cavalcanti Farias, pois assim este ficou conhecido nacionalmente à época.

¹⁰⁵ Afonso Camargo está atualmente (2004) no PSDB do PR, Reinhold Sthepanes é Secretário da Previdência deste mesmo estado e Marcos Vinícius Pratini de Moraes ocupou a pasta da Agricultura no governo Fernando Henrique Cardoso. Angelo Calmon de Sá é falecido e antigo proprietário do

O ministério ganhou então uma face marcadamente conservadora e com essas nomeações, o presidente objetivou reforçar sua base parlamentar e um melhor diálogo com o Congresso, já que Bornhausen e Fiúza faziam parte dos quadros do PFL, partido com uma bancada significativa e uma marcada tradição governista, e que Hélio Jaguaribe e Celso Lafer faziam parte do PSDB, que havia apoiado Lula no 2º turno das eleições de 1989, mas que fazia uma oposição moderada ao governo.

À exceção dos ministros Jatene, Jaguaribe e Laffer, e do porta-voz, os demais ministros e componentes do 1º Escalão do governo, se constituirão na “tropa de choque”¹⁰⁶ que tentará barrar o *Impeachment*.

Continuando com as mudanças na equipe, Cláudio Humberto Rosa e Silva, aliado de muito tempo do presidente¹⁰⁷, deixa o cargo de porta-voz da Presidência da República, sendo substituído por Pedro Luiz Rodrigues.

Pelo lado econômico, no mês de janeiro, o País conseguiu a aprovação de um acordo *stand by* com o FMI, o que significou um progresso nas negociações da dívida externa, e uma carta de confiança da instituição ao Ministro Marcílio Marques Moreira.

O mês de fevereiro trouxe duas novas denúncias de corrupção, uma envolvendo a Aeronáutica¹⁰⁸, e a outra, o ex-ministro Magri (ter recebido propina

Banco Econômico cuja compra por um banco espanhol foi motivo de questionamento. Celso Laffer ocupou a pasta das Relações Exteriores no governo Fernando Henrique Cardoso.

¹⁰⁶ Foi esta a expressão que se usou à época para fazer referência aos membros da equipe de governo e também a alguns parlamentares que tentaram barrar ou protelar o *Impeachment*.

¹⁰⁷ Cláudio Humberto, à semelhança de Renan Calheiros, outro esteio do governo, é um ex-militante comunista e tinha sido colunista em jornais contrários à família de Arnon de Mello em Alagoas. Foi contratado por eles. Seu relacionamento com Fernando Collor de Mello fez com que este ocupasse o cargo de porta-voz do governo de Alagoas quando Collor de Mello foi governador, e a defesa intransigente, e por vezes agressiva do presidente fez com que seu estilo ficasse conhecido como “bateu-levou”.

¹⁰⁸ O então ministro da área, brigadeiro Sócrates Monteiro foi acusado de gastar sem licitação Cr\$ 22 milhões, em valores da época, na reforma de sua residência.

para facilitar o parcelamento de dívidas de empresas com o INSS). Concomitantemente, correram boatos de que o presidente não estava bem de saúde que tiveram que ser desmentidos oficialmente.

Nem bem estes problemas haviam passado, novos surgiram: o ministro Fiúza admitiu ter recebido um *jet ski* de presente de uma construtora, e dinheiro de bancos para sua campanha. Além disso, o ex-ministro Magri continuou a ser bombardeado por críticas e denúncias, e o presidente foi obrigado a readmitir 28 mil servidores públicos colocados em disponibilidade.

Ocorreram também novas trocas na equipe governamental, com a demissão dos secretários José Lutzemberger (Meio-Ambiente) e do presidente do IBAMA, Eduardo Martins.

As denúncias de corrupção envolvendo diretamente membros do governo no esquema PC fizeram com que toda a equipe ministerial, à exceção de Adib Jatene, José Goldemberg, Marcílio M. Moreira, e dos ministros militares pedisse demissão. Collor aceitou, conseguindo manter também os ministros Bornhausen, Antônio Cabrera (Agricultura) e Stephanes.

Em maio, começaram as investigações que levariam ao Impeachment do Presidente. Recuperam-se os pontos principais:

No dia 09 de maio saiu uma edição da Revista Veja com o dossiê de Pedro Collor sobre as empresas de Paulo César Cavalcanti Farias e Collor de Mello. No dia 11 foram oficialmente feitas as denúncias, e no dia seguinte, Collor de Mello ordena que elas sejam investigadas.

O processo causou espanto e indignação nacional, e também um abalo profundo na família do presidente. Tentando desacreditar o filho denunciante, D.

Leda Collor, mãe de ambos, disse duvidar das faculdades mentais de Pedro Collor de Mello. Em sendo assim, em 21/05, este se submeteu a exames de sanidade mental, e foi aprovado, rebatendo o argumento da mãe, Leda, de que ele estaria com problemas.

Como conseqüência disto, daí a dois dias saiu outra edição da Revista Veja, cujo título da capa foi “Pedro Collor conta tudo”, onde o irmão afirma que Paulo César Farias era testa-de-ferro de Collor de Mello. As denúncias levaram a que no dia 26 fosse instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

No mês de junho, no dia 2 foi aberta a Rio 92 e no dia 16, Takeshi Imai, empresário do ramo de medicamentos, depôs nesta mostrando a existência de um esquema chefiado por Paulo César Farias para a compra de medicamentos para o ministério da Saúde.

As denúncias contra Collor de Mello ganharam volume neste mês através da entrevista de Eriberto França, motorista, à revista Isto É relatando como as despesas da Casa da Dinda, que era usada como residência oficial, já que Collor de Mello havia afirmado em campanha que assim o faria para combater o esbanjar do dinheiro público, eram pagas com cheques de “fantasmas”¹⁰⁹ por Paulo César Farias.

O presidente fez, no dia 3 de junho um pronunciamento à Nação procurando desmentir Eriberto França, e assim se pronunciou, conforme relata Conti:

Chegaram ao cúmulo de dizer que as contas de minha casa, casa que pertence à minha família há 25 anos, não são pagas por min, e sim pelo senhor Paulo César Farias (...). Não mantenho com o senhor Paulo César

¹⁰⁹ Ficaram assim conhecidos os depositantes nominais dos cheques do esquema PC, visto serem pessoas que já haviam falecido ou que nunca existiram.

Farias ligações empresariais ou de qualquer outra natureza que possam beneficiar a mim ou a minha família (1999, p. 617)¹¹⁰.

Há uma contradição aqui, pois em outros pronunciamentos e entrevistas, o presidente confirmou sua relação com PC, mas procurou dar um tom honesto a elas e às atitudes de Paulo César Farias.

Continuando com as denúncias e com as apurações, em entrevista à Revista Veja que saiu no dia 28, e também em depoimento à CPI no dia seguinte, o ex-presidente da Petrobrás, Luís Otávio Motta Veiga, confirmou haver recebido pressões de PC Farias e de Marcos Coimbra (embaixador e cunhado de Collor de Mello que havia sido Secretário-Geral da Presidência) para liberar o empréstimo para a privatização da VASP¹¹¹.

O governo procurou se defender mostrando uma carta da secretária pessoal do presidente, Ana Acioli onde esta afirmou solicitar recursos apenas ao Senhor Cláudio Vieira para custear as despesas pessoais do presidente. Esta versão ruiu na mesma semana, pois a CPI conseguiu provas de que a carta havia sido assinada em branco e também documentos de que automóveis usados pelos filhos de Fernando Collor de Mello no Rio de Janeiro pertenciam a empresas de Paulo César Farias que depositavam cheques na conta de Ana Acioli.

Neste mês, o governo sofreu também alguns revezes jurídicos, pois o Supremo Tribunal Federal impediu a utilização da Taxa Referencial (TR) como indexador do saldo devedor e das prestações dos imóveis financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação e garantiu também o reajuste de 147% aos aposentados.

¹¹⁰ Conforme descrito em Collor de Mello (1993) e amplamente divulgado na imprensa, as relações entre Fernando Collor de Mello e Paulo César Farias eram antigas e profundas, tendo estes laços de amizade e sociedade e tendo sido este último o tesoureiro da campanha de Collor de Mello à Presidência da República.

¹¹¹ A companhia havia sido comprada do governo paulista em 04/09/90 por Wagner Canhedo, presidente dos grupos Itapemirim e Voe-Canhedo.

Em julho a Comissão Parlamentar de Inquérito descobriu que Paulo César Cavalcanti Farias também financiava as despesas pessoais da primeira dama, de Cláudio Vieira, secretário particular de Collor, de Cláudio Humberto, antigo porta-voz da Presidência, e de assessores da ex-ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello.

A partir daí, sob a inspiração de políticos aliados, Collor de Mello começou a veicular a idéia de um “sindicato do golpe”. No dia 4 deste mês foram revelados documentos ligando Collor e PC. Defendendo-se das acusações, o primeiro começou a dizer que existiam “forças ocultas” e uma “Central Única dos Golpistas”, empenhados em alijá-lo da Presidência da República. Cinco dias depois o País conseguiu fechar um acordo com o FMI renegociando parte da dívida externa.

Em agosto o governo procurou forjar um mecanismo para justificar os depósitos feitos por Paulo César Farias beneficiando Collor de Mello, sua família e pessoas do 1º Escalão do Governo. Tratou-se da “Operação Uruguai”, encenada em depoimento de Cláudio Vieira à CPI, procurando mostrar que os rendimentos auferidos eram fruto de transações com o exterior.

A operação, conforme relata Conti (1999) foi orquestrada numa reunião entre Cláudio Vieira, Lafayette Coutinho, Marcos Coimbra e Alcides Diniz. Em seu depoimento à CPI, Vieira alegou ter tomado emprestado US\$ 5 milhões no Uruguai da empresa Alfa Tradding, contrato avalizado por Collor de Mello e pelos empresários Paulo Octávio e Luiz Estevão para o início da campanha de 89, operação que estava irregular, pois não havia sido registrada a entrada dos dólares no País, mas em abril de 1989 foram sacados 3,7 milhões de dólares que foram entregues ao doleiro Najun Turner para que os convertesse em ouro (cerca de 300

kg), possibilitando que o dinheiro fosse usado através de depósitos na conta de Ana Acioli.

Vieira alegou estar transtornado ao saber que os depósitos haviam sido feitos por “fantasmas”. O depoimento foi interrompido para que ele pudesse apresentar provas.

Na sede da empresa ASD, de Alcides Diniz, empresário e amigo do presidente, com quem este havia passado o *reveillon*, que havia dado cobertura jurídica à operação, a interrupção do depoimento foi tomada como uma vitória, sob a alegação de que a idéia da operação forjada havia obtido sucesso. No entanto, Sandra Fernandes, a secretária da empresa ouviu tudo e denunciou a farsa à CPI.

Paralelamente apurou-se que não havia nenhum documento legal comprobatório da “operação Uruguai” e com a investigação das denúncias da secretária, esta operação fracassou e a CPI comprovou que um Fiat Elba comprado pelo presidente foi pago com cheque de “fantasmas”, que a reforma da Casa da Dinda foi paga por PC, e que Ana Acioli, secretária de Collor de Mello e diversas empresas de Paulo César Farias escaparam ao bloqueio dos Cruzados Novos em 1990.

O fracasso nas tentativas de justificação e o progresso nas investigações da CPI e da Polícia Federal levam à conclusão que Collor “recebeu vantagens econômicas indevidas” além de ter se omitido no dever de zelar pela moralidade pública, o que configurou ilícito penal passível de processo por crime de responsabilidade, o que dá abertura ao processo de cassação de mandato.

Reagindo a isto, mais um ministro, José Goldemberg (Educação) pediu demissão e foi substituído por Eraldo Tinoco (PFL-BA) e no dia 13 de agosto Collor

procurou mobilizar o País pedindo à população que, no domingo dia 16, saísse às ruas de verde e amarelo em sinal de apoio ao governo.

Collor de Mello procurou também reagir através de pronunciamentos. Num deles, para dois mil taxistas no Palácio do Planalto, abordando a redução de impostos para a atualização da frota¹¹², assim se pronunciou: “vamos mostrar a esta minoria que intranqüiliza diariamente o país que já é hora de dar um basta a tudo isso” (MELLO, apud CONTI, 1999, p. 648-649).

No dia 15, sábado, os últimos Cruzados Novos bloqueados quando da edição do Plano Brasil Novo foram liberados, mas, se dias antes já haviam se iniciado, no dia 16 ocorreram manifestações de desagravo ao governo por todo o País, tendo sido intensa a manifestação popular nestes dias. Mais de 500.000 pessoas, tomando-se por base apenas os números de Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e São Paulo participaram de manifestações usando panos negros, faixas, bonecos, pinturas no rosto, carros de som, buzinas de automóveis, etc.

Durante o mês de setembro, a primeira-dama foi também indiciada pelas irregularidades cometidas quando à frente da Legião Brasileira de Assistência e Fernando Collor foi incriminado em vários delitos, motivo que levou o secretário Bornhausen a propor a renúncia ao presidente.

Collor de Mello veementemente negou-a, dizendo ser covardia abandonar uma luta no meio da batalha. Diante da recusa do presidente, Jorge Bornhausen saiu do governo e os ministros ditos “éticos” (Antônio Cabrera e Adib Jatene, principalmente) anunciaram também o fariam tão logo o Impeachment fosse votado, qualquer que fosse o resultado da votação. No entanto, o restante da equipe de

¹¹² Um dos atos da Reforma Tributária já comentados.

ministros e secretários permaneceu fiel ao presidente: ao mesmo tempo em que o relatório da CPI foi lido, eles divulgaram um comunicado à Nação dizendo-se seguros da honradez e ilibação de Collor de Mello.

Este também elaborou um pronunciamento televisivo onde procurou responder ao relatório da CPI e a seus desdobramentos. Conforme descreve Conti (1999), o pronunciamento foi escrito no Palácio do Planalto numa reunião onde estiveram Carlos Augusto Montenegro, presidente do IBOPE, Lafaiete Coutinho e diversos ministros, na qual predominou um clima de desânimo e apatia, contendo o pronunciamento feito diversas inverdades, não conseguindo responder às acusações.

Ainda no início deste mês, mais precisamente no dia 01, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) pediram o *Impeachment*, e Collor continuou firme na idéia de não renunciar, reiterando perante a imprensa e perante a classe política que não sairia do poder¹¹³.

No dia 02 Paulo César Farias, Cláudio Vieira e Roberto Carlos Maciel (motorista de uma empresa de PC, a Brasil Jet, que ficou famosa por levar membros do governo em seus aviões e por depositar cheques em contas dos beneficiários do esquema PC) tiveram sua prisão preventiva pedida pela Polícia Federal, que fez investigações paralelas às da CPI. Outro fato de destaque foi que no dia 07 de setembro, quando da comemoração da Independência, Collor de Mello foi vaiado por aqueles que assistiam aos desfiles.

¹¹³ Esta idéia foi repetida diversas vezes em pronunciamentos à Nação e em reuniões formais e informais com a classe política. O presidente procurava fixar a idéia de que se levantava contra ele um mar de lama, de sujeira, mas que o melhor era deixar os porcos chafurdarem sozinhos nele, já que nada encontrariam que o desabonasse, e que portanto, a renúncia não faria sentido e seria um sinal de fraqueza e derrota.

No dia 10 foi dado ao presidente um prazo de 10 (dez) sessões legislativas para que apresentasse sua defesa, mas no dia 11 a Procuradoria Geral da República manteve suas denúncias contra Collor de Mello e logo a seguir a Polícia Federal indiciou Marta Vasconcelos, secretária da Brasil Jet por formação de quadrilha e falso testemunho.

No dia 17, D. Leda Collor de Mello sofreu três paradas cardíacas e foi internada no Rio de Janeiro. No dia seguinte, Lafaiete Coutinho, presidente da Fundação Banco do Brasil, e um dos pilares de sustentação do governo foi afastado da presidência desta pela Justiça.

Continuando com sua atuação, no dia 23 o Supremo Tribunal Federal referendou, por oito votos a um, decisão da Câmara dos Deputados de fazer a votação do *Impeachment* a descoberto e com voto nominal, aceitando também os prazos estipulados pela casa para a realização das votações. Foram também descobertas dívidas no valor de US\$ 90 a 100 milhões de PC Farias para com a Receita Federal.

No dia 25, Paulo César Farias foi indiciado por coação, corrupção de testemunhas, formação de quadrilha, falsidade ideológica, exploração de prestígio e corrupção ativa e passiva. Nestes mesmos dias, pesquisas do Instituto Gallup revelaram que apenas 5,1% dos brasileiros acreditava em Collor de Mello.

No dia 25, o Relatório Final da CPI sugeriu quatro tipos de punição para o presidente. Este também indiciou Paulo César Farias e seis de seus funcionários por sete crimes, cuja condenação máxima individual atingiria 59 anos, e os empresários que financiaram o esquema de corrupção montado poderiam ser indiciados no crime de corrupção ativa.

No dia 26 o relatório foi aprovado pelo Congresso Nacional e com base nele, uma comissão de 18 juristas redigiu o pedido de afastamento de Collor de Mello da Presidência da República e o início do processo contra ele por crime de responsabilidade. No dia 28 Rosane Collor foi obrigada a devolver à União o dinheiro gasto na festa de Eunícia Guimarães.

No dia 29 de setembro o *Impeachment* foi aprovado pela Câmara dos Deputados e seguiu para a votação do Senado, o que levou a que em outubro, o vice de Collor de Mello, Itamar Franco assumisse interinamente a Presidência da República.

Exatamente três meses depois, a 29 de dezembro, o governo Collor de Mello foi interrompido. Vinte minutos após o início da sessão que julgava o *Impeachment*, um advogado leu a carta-renúncia de Fernando Collor de Mello, pondo termo a seu governo¹¹⁴ e a partir de então, assumiu o vice-presidente Itamar Franco. Apesar disto, no dia seguinte o Senado Federal considerou Collor de Mello culpado de crime de responsabilidade e o impediu de exercer qualquer cargo ou função pública por oito anos.

Muito embora os fatos políticos tenham dominado a cena no ano de 1992, a economia também foi importante, e cabe destacar que já no início da gestão de Marcílio Marques Moreira, iniciou-se uma política de contenção de gastos, de austeridade fiscal e monetária, que gerou conseguiu alguns resultados razoáveis, principalmente porque levou pelo menos à estabilização de um quadro ruim, o que fez com que o FMI renegociasse a dívida externa em condições favoráveis ao país, alongando o prazo de pagamento e reduzindo os juros incidentes.

Dando continuidade ao processo de Reforma do Estado, no dia 18/08 o governo editou um pacote de decretos regulamentando a adesão das empresas públicas ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP). Para a efetivação dessa ordenação, um novo decreto, ainda no mesmo mês e ano, determinou que a empresa pública quer fosse ela fundacional, autônoma ou direta, deveria criar, em seu âmbito, uma comissão, composta de 8 membros internos e 4 externos¹¹⁵, indicados pelo dirigente máximo da entidade.

São estes os principais fatos que marcam o governo Collor de Mello entre os anos de 1991 e 1992. Contudo, a continuidade do estudo proposto requer que se detalhe agora como estes apareceram nos pronunciamentos, e principalmente como a partir daí se estruturou um raciocínio sobre a Reforma do Estado, o que é feito mostrando a composição dos sujeitos e da mensagem discursiva diagnosticando não só como estes aspectos apareceram, mas sobretudo as continuidades e rupturas com os pronunciamentos anteriores.

Se Collor de Mello continua a fala do Pronunciamento de Posse nos analisados no capítulo anterior, o mesmo se dá aqui: há uma continuação da fala. Assim, os pronunciamentos analisados para a composição deste capítulo revelam que eles possuem a mesma estrutura dos anteriores: via-de-regra são enunciados os mesmos sujeitos: governo ou equipe de governo, Nação, povo ou sociedade, Congresso Nacional e oposição. Também a mensagem apresenta características semelhantes: em todos eles está presente a Reforma do Estado (no caso do artigo, mais os fatos relativos ao *Impeachment*). É contudo necessário determinar se não

¹¹⁴ O texto da carta foi o seguinte: “levo ao conhecimento de Vossa Excelência que, nesta data e por este instrumento, renuncio ao mandato de presidente da República, para o qual fui eleito nos pleitos de 15 de novembro e 17 de dezembro de 1989”.

¹¹⁵ Isto, sem dúvida, é uma novidade importante!

ocorreram alterações na forma como os sujeitos foram significados, nem no conteúdo da mensagem para que se possa verificar com precisão maior a confirmação ou não das hipóteses.

Optou-se por dar a este capítulo a mesma estrutura dos anteriores, ou seja, apresentar a mensagem principal, enfatizando o conteúdo da Reforma do Estado e finalizar com os sujeitos na mesma ordem que aparecem.

6.2 *Em torno do que se deve consensar: a Reforma do Estado*

No capítulo anterior mostrou-se que Collor de Mello primeiro enuncia uma encruzilhada, e depois define melhor a Reforma do Estado, propondo seguir adiante no caminho já iniciado.

À semelhança dos pronunciamentos anteriormente vistos, o discurso estabelecido no que está em foco neste capítulo também retoma, de maneira aprofundada, pontos tocados nos anteriores acrescentando aspectos novos. O raciocínio estabelecido no pronunciamento em estudo mais uma vez coloca que a Reforma do Estado é uma necessidade imperiosa dos novos tempos, portanto, da modernização, e vinda com a Crise do Estado:

Há muitos anos se diz que vivemos em crise econômica; ela talvez remonte ao primeiro grande aumento dos preços internacionais do petróleo, em 1973, a partir do qual passamos a encontrar maiores dificuldades para crescer de maneira regular e sustentada. Os estudiosos da história brasileira consideram que essa crise econômica nasce do esgotamento do modelo de desenvolvimento que foi adotado, sobretudo na segunda metade deste século.

Com o passar do tempo, no entanto, fomos verificando que, tão grave quanto esse esgotamento do modelo, vinha sendo a incapacidade de escolher uma alternativa para substituí-lo.

O modelo seguido nas últimas décadas deixou-nos uma ampla infraestrutura e uma forte indústria de bens, uma agropecuária dinâmica e um amplo setor de serviços.

Mas, como todos sabem, legou-nos também profundas desigualdades sócio-econômicas, sérias distorções no papel do setor público, e muitas empresas que não se adaptaram aos padrões de competição internacional. As razões para isso são conhecidas: o velho modelo estava voltado para apenas uma das dimensões da construção da modernidade e desprezou o desenvolvimento social a educação, a pesquisa em ciência e tecnologia, a necessidade de consolidar nossa agropecuária, o imperativo da preservação do meio ambiente e da proteção de nossas comunidades indígenas.

Assim, os desafios de agora são distintos daqueles que a geração de nossos pais enfrentou.

Precisamos de uma economia eficiente e competitiva, apta a retomar a trilha do crescimento e a gerar bem-estar, de maneira equilibrada, para o conjunto da população, uma economia que progrida em harmonia com a natureza (MELLO, 1998g).

Com relação à modernização, este trecho repete coisas já colocadas em momentos anteriores, mas a origem da crise do Estado que originou a necessidade da Reforma é agora então marcadamente colocada como a crise fiscal da década de 80, trecho que repete um diagnóstico já feito, e novamente¹¹⁶ se busca embasamento em estudos da realidade brasileira para diagnosticar problemas e propor soluções.

O modelo de desenvolvimento aparece então uma vez mais como problema a ser superado, mas reconhecem-se algumas qualidades do anterior, principalmente algumas de suas realizações, tais como o desenvolvimento da pecuária e do setor de serviços. No entanto, se coloca também a desadaptação deste ao que o Collor de Mello entende serem as necessidades do momento, à competição, à modernidade.

Vem então a necessidade de colocar um novo modelo de desenvolvimento que contemple “o desenvolvimento social, a ecologia, a proteção das comunidades

indígenas e o desenvolvimento de uma economia competitiva” (MELLO, 1998g), portanto, um modelo que seja aquilo que Collor de Mello e sua geração¹¹⁷ propõem, e que reitere a concepção de uma economia social de livre-mercado.

A referência à perspectiva geracional aqui é indicativa de onde o presidente vai buscar autoridade para propor o consenso: nos rompimentos com o passado, no significado do governo, no que entende que as ações deste consolidaram e nos aliados que tem.

Que consenso deve ser buscado então? A democracia e a cidadania, mostramos no capítulo anterior como são construídas como consolidadas ou em fase de consolidação; o desafio é transformar em consenso e aprofundada realidade os seguintes fundamentos:

É imperativo, porém, e perfeitamente possível definir algumas medidas e decisões prioritárias em torno das quais poderíamos construir uma base de apoio consensual da sociedade.

Consideramos que devem estar presentes nessa Agenda para o Consenso os instrumentos que permitirão dar ao Brasil uma economia social de mercado, com estabilidade de preços, forte crescimento econômico, buscando sempre a justiça social numa nação coesa em torno de seus propósitos e de sua identidade.

Os fundamentos da agenda são conhecidos e estão incorporados nos objetivos seguintes, já ratificados por nossa sociedade:

- o controle da inflação, com uma moeda estável sem o que não retomaremos o crescimento, com prejuízos também para a imagem externa do País e para a própria auto-estima do povo brasileiro;

- o saneamento das finanças públicas, por meio de um ajuste fiscal vigoroso, sem o que nem o controle da inflação será obtido, nem haverá a recuperação do crédito público, necessária para ampliar os investimentos em infra-estrutura e serviços públicos, os governos estaduais têm particular responsabilidade nesse processo: é muito importante que o alívio resultante da rolagem de suas dívidas não se transforme, em função do calendário eleitoral ou por qualquer outro motivo, em prejuízo para o esforço de ajuste;

- a reestruturação e o redimensionamento do Estado, com a desestatização, as reformas fiscal, administrativa e patrimonial, a renegociação da dívida externa e o fim às inibições legais ao ingresso do capital externo, sem o que o saneamento das finanças públicas não será realizado;

¹¹⁶ No Pronunciamento de Posse isto já está presente.

¹¹⁷ Isto apareceu como proposta e preocupação dela no Pronunciamento de Posse.

- a reorientação do Estado para as suas tarefas típicas como a educação, a saúde, o saneamento básico, a habitação popular, a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural a justiça, a segurança pública e nacional sem o que a harmonia social não será conquistada, comprometendo a qualidade do desenvolvimento econômico;
- a modernização da economia, com uma crescente produtividade gerada pelo aprimoramento da educação e da formação profissional do trabalhador brasileiro, pelo avanço tecnológico e pelo estímulo à competitividade em mercado preservado dos abusos do poder econômico e do excesso de regulamentação;
- a qualidade do trabalho, a eficiência produtiva e o aprimoramento dos mercados devem estender-se a todos os setores, em particular à agricultura e à reforma agrária, sem o que a alimentação e outras necessidades básicas do nosso povo ficarão prejudicadas – precisamos, também, dispor de excedentes para comercializar com outras nações (MELLO, 1998g).

Este trecho repete os tópicos da agenda do início do ano de 1991, que o pronunciamento do dia 18 de fevereiro de 1991, coloca como sendo: aprofundar as reformas estruturais e debelar a inflação, renegociar a dívida externa, aprofundar a reforma do Estado (principalmente através da moralização e do saneamento das contas públicas), equacionar a dívida social, e buscar uma melhor inserção na economia internacional. Tudo isto está então em vias de implantação, e a Reforma do Estado é o objeto do consenso proposto com base em seu respaldo (ratificação) na sociedade, para o qual se chamou o Congresso Nacional e a oposição, da implementação da agenda tal como Collor de Mello a propõe. No entanto, se há a necessidade de estabelecer um consenso, mas não há a implementação total deste. Quais são então as barreiras?

O trecho todo é uma memória discursiva com o que já havia sido definido antes como Reforma do Estado, com os conceitos de modernidade, que foram traçados nos pronunciamentos precedentes, o mesmo acontecendo com os de liberdade, democracia, cidadania e moral. Então, para a solução dos problemas fiscais e para a implementação efetiva da reforma do Estado e que é necessário o consenso proposto.

Em sendo assim,

Necessitamos, ao mesmo tempo, de um aparelho de Estado – nos níveis federal, estadual e municipal – capaz de oferecer aos brasileiros as condições de educação, saúde, moradia e segurança, indispensáveis à vida digna a que todos têm direito (MELLO, 1998g).

A idéia de reforma do Estado aqui presente reforça, portanto, a justiça, a democracia, etc. que o governo diz representar.

Por este motivo se deve perseguir “o saneamento das finanças públicas”, o ajuste fiscal rigoroso, “a reestruturação e o redimensionamento do Estado, com a desestatização, as reformas fiscal, administrativa e patrimonial a renegociação da dívida externa e o fim às inibições legais ao ingresso do capital externo, sem o que o saneamento das finanças públicas não será realizado” (MELLO, 1998g).

Assim também se propõe a “reorientação do papel do Estado”. O fato de permanecer a partícula *re* é indicativo dos limites a que se chegou. A necessidade de reorientar é sinônimo de que há ainda uma reconstrução por terminar. Esta (re) construção é o próprio sentido de modernidade, é o processo de refazer, reconstruir, remoralizar a Nação, alvo tencionado desde o início do governo e do qual a reforma do Estado é parte integrante. Tal é o significado das frases do trecho citado acima onde se fala da modernização da economia, do aprimoramento do trabalhador, do estímulo à competitividade, do fim das reservas de mercado e da justiça social.

Colocando isto como uma realidade em construção é que se coloca a necessidade de seguir adiante na encruzilhada através do estabelecimento de um consenso para que se opere a Reforma do Estado e uma das formas que se tem de obtê-lo é mobilizar a classe política e a sociedade através do discurso (ver a construção dos sujeitos logo a seguir).

Embora então muito se tenha evoluído com as ações do governo, a Reforma do Estado e a liberação econômica são os últimos patamares a serem conquistados. De tudo aquilo que foi proposto em 1989, que teve seu início em 15 de março de 1990 e que se encontrava numa encruzilhada no início do ano de 1991, são processos em implantação e as bases para isto estão dadas pelas próprias ações do governo, pelas privatizações, pelas Reformas Administrativa, Tributária e Constitucional, e pela quebra de monopólios e reserva de mercado.

Outro ponto que contribui para mostrar a posição do governo e conceituar melhor Reforma do Estado é a questão da cidadania, que é tida como uma das conquistas fundamentais do governo:

É preciso que se acabe de uma vez por todas com os preconceitos que alguns têm em relação aos seus governantes e representantes.

Esse preconceito vem de outros tempos, do tempo em que se justificava o questionamento da legitimidade dos homens públicos e das instituições.

Hoje, isso não existe mais: o Presidente, os Governadores, os Prefeitos, os Senadores, Deputados e Vereadores são escolha livre e soberana do povo; estão em seus postos para cumprir os mandatos que receberam desse mesmo povo.

Em outras palavras, não procede essa separação entre Governo e sociedade, entre político e cidadão.

Os cidadãos devem confiar nos líderes políticos que elegeram e, principalmente, deixar claro a esses líderes o que deles esperam: uma prática política que demonstre ser esta uma atividade nobre e não uma profissão vil.

Até porque um mandato político não é cheque em branco dado pelo eleitor; como diz o próprio nome, é um instrumento de delegação de poderes que vincula ambas as partes.

É preciso cobrar resultados e ações, manifestar aprovação e discordância. Mas também é preciso respeitar o político, pela legitimidade de seu mandato (MELLO, 1998g).

A colocação de que os políticos são uma escolha “soberana” do povo mostra que estes estão (ou ao menos deveriam estar) “próximos” deste no sentido que se define que dever ser esta proximidade no Pronunciamento de Posse, este extenso trecho é rico em referências ao passado, a idéia da política como atividade nobre

está presente no Pronunciamento de Posse para referendar o mandato presidencial, e portanto, o governo que se iniciava. A idéia de que “o mandato político não é um cheque em branco” referencia as conquistas democráticas, a de que “não deve haver separação entre governo e sociedade, entre político e cidadão”, inclusive com a possibilidade de cobranças, é uma memória da noção de direitos, tal como expressa nos capítulos anteriores.

A cidadania foi tida como sendo algo a que as ações do governo estavam levando, não só pela solidificação da democracia e dos direitos, mas também pelo resgate da dívida social que o governo dizia estar promovendo. Em sendo isto uma conquista, os governantes estão em seus postos para cumprirem os mandatos que receberam do povo, e estes mandatos devem ser dignificados porque são legítimos porque houve um acordo entre ambas as partes “o mandato político não é um cheque em branco” (MELLO, 1998g).

A modernização continua tendo os mesmos signos antes a ela atribuídos: “a modernização econômica, alcançada de acordo com a vontade democrática do conjunto da Nação, vai trazer o progresso social e a universalização das oportunidades de realização individual” (idem).

No entanto, a idéia de que existe a necessidade de criar um consenso mostra que, embora silenciada discursivamente, a oposição estava ativa, ou seja, existiam discursos e posições contrárias na sociedade.

Esta não é a visão presente no pronunciamento, ao contrário, este enfatiza vitória na fixação de sentido (veja-se como exemplo a frase que inicia a próxima citação) e coloca que os obstáculos são de ordem fiscal e democrática, “mas os recursos são limitados e exigem o estabelecimento de prioridades, e a escolha dos instrumentos devem ser definidos democraticamente. A sociedade brasileira deve

decidir o que quer, como quer e quando quer, dentro das limitações impostas pela realidade” (MELLO, 1998g).

Ou seja, é a questão fiscal, é a solvência do Estado e a ausência de um consenso em torno de quais medidas adotar, e não no sentido destas, que emperram o adentrar na modernidade. Estes são agora então os últimos obstáculos.

Ao final do governo o que é dito sobre a Reforma do Estado apresenta as mesmas características do que já fora colocado anteriormente sobre o tema, e a idéia de propor um consenso é indicativa de que há posições consolidadas, e de que as ações do governo são as responsáveis por isto, de que se deve seguir na trilha proposta, implementando a Reforma do Estado lidando com as posições consolidadas em contrário.

Neste sentido, aparece no pronunciamento a idéia que se está caminhando para a vitória:

A realidade começa a provar que a via do ajuste fiscal, das transformações estruturais e da modernização, abrangente e profunda, da economia, leva à estabilização e permitirá a superação das dificuldades presentes, com a volta do crescimento, mais empregos, melhores salários e empresas mais competitivas.

Ultimamente, verifica-se uma desaceleração significativa e consistente no aumento dos preços: vários índices, de conhecimento público, demonstram claramente essa tendência.

Os progressos estão sendo alcançados sem artifícios, choques ou congelamentos: é a vitória das regras estáveis, dos instrumentos conhecidos e consagrados.

Veja-se, por exemplo, a medida do Governo para a desqualificação dos preços dos combustíveis, que resultou numa redução inédita desses preços (MELLO, 1998g).

Aqui a palavra realidade tem um significado importante: há provas irrefutáveis de que o caminho seguido está correto, e esta permitindo a superação das

dificuldades do momento, a volta do crescimento, mais empregos, melhores salários e empresas mais competitivas.

A realidade é a base do consenso proposto, pois a idéia vem através da seguinte afirmação: “o nosso povo sabe agora quais são os requisitos para uma economia eficiente, capaz de promover o desenvolvimento, de prover as necessidades de progresso social e de competir nos mercados externos” (MELLO, 1998g).

Esta frase encerra a exposição sobre a Reforma do Estado, devendo agora se marcar os sujeitos convocados a participar do consenso.

6.3 O governo, equipe de governo e nação no discurso ao final de 1991

À semelhança do pronunciamento do dia 18 de fevereiro, este também começa enunciando a equipe de governo, e repete a idéia da reflexão:

Hoje, às vésperas do Natal e Ano Novo, estamos reunidos para fazer uma avaliação de 1991 e lançar as vistas para 1992. Normalmente, estas ocasiões prestam-se para um balanço do que se fez, e para reafirmar esperanças diante do ano que se inicia. Mas estas oportunidades servem, igualmente, para conversas e reflexões que, atentas ao passado e ao presente, preparam a conquista de um futuro melhor (MELLO, 1998g).

Conforme se observou no item 6.1, esta equipe não é a mesma do pronunciamento de 18 de fevereiro. Ao contrário, está substancialmente alterada com as trocas ocorridas nas pastas da Economia¹¹⁸ e da Saúde, e será, logo a

¹¹⁸ A saída da ministra Zélia Cardoso de Mello deu-se em virtude do desgaste sofrido por esta ao não conseguir vencer a inflação e por embates internos da equipe econômica. Por outro lado, Antônio Rogério Magri e Alcení Guerra estavam passando por denúncias de corrupção, e também, por um desgaste profundo, dada a situação social do país, e até mesmo a contestação legal de medidas

seguir, alterada mais ainda com as mudanças na Secretaria-Geral da Presidência da República na Previdência e na Ação Social, no Meio-Ambiente, na Educação e também as relações entre o presidente e a equipe serão bastante abaladas com as ameaças de demissão coletiva por parte do ministério.

Estas modificações deram à equipe um tom conservador bastante acentuado. A identificação partidária da equipe é silenciada, o que indica que se está continuamente buscando constituir-se como *outsider* da política¹¹⁹.

A expressão “futuro melhor” assemelha-se a “aperfeiçoamento” no pronunciamento do início do ano. Cumpre a primeira expressão, portanto, a mesma função que a segunda cumpriu lá: passar a idéia de que embora o presente possa não ser tão bom quanto desejado, o futuro o será. Além disto, ela está associada a “conversas e reflexões” sobre o presente e o passado, desenvolvendo também a noção de que estes funcionam como um período de aprendizado.

Se no início do ano de 1991 se propôs ir em frente, o mesmo se dá aqui. Disto dão provas a expressão “preparar um futuro melhor”, presente na citação anterior e também o trecho abaixo:

Senhoras e Senhores,
No último dia 16 de dezembro, falei **à Nação** sobre a confiança que devemos ter em nossa capacidade de mudar o Brasil, de buscar caminhos que nos levem a superar as dificuldades atuais¹²⁰ para sempre.

adotadas, como por exemplo, o governo negar-se a pagar o reajuste de 147% nas aposentadorias e pensões do INSS.

¹¹⁹ Moritz (1997 e 1998) diagnosticou que durante a campanha esta estratégia revelou-se através do escamoteamento da fraca base partidária que o candidato possuía e do estabelecimento de um discurso popular e de ruptura. Passado o momento da eleição, com as alterações nesta característica que foram apontadas no capítulo II e transcorridos quase dois anos de governo, a característica de ser um discurso popular e de ruptura aparece agora na edificação da equipe de governo e na idéia presente no discurso do dia 23/12/91, bastante semelhante àquela contida no primeiro parágrafo no discurso do dia 18/02/91: o momento é de parada e reflexão, com o objetivo de preparar um futuro melhor.

¹²⁰ O Produto Interno Bruto caíra aproximadamente 4 pontos percentuais desde 1990, que a inflação estava num patamar superior a 20% ao mês, que o confisco da poupança tumultuara a vida da população sem o competente reflexo no dinamismo da atividade econômica, em resumo, que o

Falei, também, sobre as realizações do Governo nestes vinte e um meses, mostrando que estamos na direção correta, perseverando na luta para reconstruir o País (MELLO, 1998g).

Nela, a presença do pronome “*nossa*” qualificando a capacidade de mudar o Brasil, repete uma idéia já presente no pronunciamento anterior: o governo e a Nação têm capacidade de mudar o Brasil, de “superar as dificuldades atuais para sempre” (MELLO, 1998g), ou seja, a falta de apoio do governo, os casos de corrupção, a instabilidade na tratativa com o FMI, a persistência da inflação, nenhum dos insucessos são, ou não deverão ser, empecilhos para a implementação do Projeto de Reconstrução Nacional.

Ao contrário, as privatizações, os CIACS, o Projeto Minha Gente e as demais realizações do governo estão “na direção correta”, ou seja, “perseverando na luta para a reconstrução do país” (MELLO, 1998g) para implementar o que a Nação desejava e já havia referendado, e também a ruptura social e discursiva tencionada desde o momento da Posse.

Conclui-se que os fatos vividos e realizados são então novamente tidos como a base para as conquistas. Observem-se aqui duas construções interessantes. Perseverar é “conservar-se firme e constante. Continuar a ser ou ficar, Perdurar, Persistir, Permanecer sem mudar ou variar de intento”¹²¹, ou seja, o verbo marca uma referência ao trabalho do atleta, a quem é firme, decidido, tem convicção e pulso, qualidades que o presidente atribuiu a si¹²². Portanto, a noção que se quer construir é a de que equipe de governo e Nação assim o são, reforçando vínculos

projeto modernizador tencionado e implementado por Collor de Mello apresentava até agora, resultados pífios ou negativos.

¹²¹ Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa.

¹²² Ver análise do Pronunciamento de Posse.

entre ambos, e também a idéia de que são os implementadores da Reforma do Estado e da reconstrução nacional.

Entretanto, e principalmente no momento da Posse, a história mundial foi tida como a base para as propostas. No pronunciamento do dia 18/02/91 e nos demais vistos no capítulo anterior, isto esmaece um pouco, sendo a base dividida com as ações do governo, fator preponderante agora.

Nos pronunciamentos vistos nos capítulos anteriores, a história, em especial a dos países desenvolvidos que estavam adotando políticas neoliberais, deveria servir de base para as ações do governo, para as reflexões, e conseqüentemente, para o seguir em frente na encruzilhada. Diagnostica-se agora que como as atitudes do governo são praticamente a única base, vão neste sentido, estão colocando o país no rumo da modernidade, em direção àquilo que a Nação referendou e deseja.

Assim é que a Nação aparece novamente. Quem é ela, no entanto? Novamente, é algo vago, veja-se a seguinte construção como exemplo: “o nosso povo sabe agora quais são os requisitos para uma economia eficiente, capaz de promover o desenvolvimento, de prover as necessidades de progresso social e de competir nos mercados externos” (MELLO, 1998g). Todos fazem parte do povo, ou seja, a Nação é aquela que “sabe o que quer”, tal como definido no capítulo anterior, e referenda os passos do governo, pois este e o povo estão na direção correta, perseverando, ou seja, a braços com dificuldades, mas sem desistir, da luta pela implantação do Projeto de Reconstrução Nacional.

Isto leva à conclusão que se busca aqui reforçar a seguinte posição: as ações do governo estão em compasso com o desejo do povo que referendou democraticamente o Projeto de Reconstrução Nacional.

Se à época do Pronunciamento de Posse esta ação envolvia resgatar a cidadania, a maneira como os direitos sociais eram vistos e implementados e reformar o Estado, como as ações do governo são colocadas como caminhando neste sentido, cabe à Nação e ao governo cooperarem entre si.

O objetivo do 1º pronunciamento é aqui também recolocado, pois A Nação continua sendo o objeto do resgate que o governo quer proceder: “tenho afirmado com freqüência que nenhum Governo, por si só, pode salvar uma Nação. As nações salvam-se a si mesmas” (MELLO, 1998g). A presença da expressão “por si só” isto indica que o governo está enfrentando dificuldades no sentido de concretizar seu principal objetivo, e repete algo que já estava presente anteriormente: que a modernização é uma obra coletiva, mas que a Nação é composta por aqueles que querem realiza-la e mudar o país, construção já feita no início do ano.

Assim, é mister superar as dificuldades que, conforme os trechos abaixo comprovam, o presidente entende como sendo da ordem de formar um consenso, uma “vontade coletiva”:

Numa democracia, é essencial reconhecer que há limites para a ação do Governo, e partir do pressuposto de que as grandes soluções são definidas coletivamente.

Eis a resposta para estes momentos de dificuldade: formar uma "vontade coletiva" (MELLO, 1998g).

Governo e Nação devem então objetivar salvar a esta última, mas como o governo, na figura de seu mais alto funcionário fala a esta sobre a confiança que ambos devem ter em vencer as dificuldades em trilhar o caminho correto, o da Reconstrução Nacional que é proposto em nome da Nação, diagnostica-se conseqüentemente que o governo é renovadamente posicionado como pautador da

agenda da transformação e as dificuldades na implementação desta são de ordem externa a ele, ou seja, se quer articular que as trocas ministeriais (que são um reflexo das forças políticas que o apóiam), os malogros econômicos, os casos de corrupção, as derrotas jurídicas, etc., em nada influem no insucesso da implementação desta.

Por outro lado, o governo é novamente situado como democrático, pois se postula ser necessário reconhecer os limites da democracia para a ação governamental. Então, ele é entendido como não-arbitrário, portanto, que atua dentro da lei e respeitando os direitos sociais, conseqüentemente, ao contrário, do que colocava a oposição. Desta forma, reitera-se que a democracia é uma conquista e um pilar do governo Collor de Mello, e mais na visão passada, é concomitantemente também a barreira e o mote para se atingir o consenso.

Vem daí a proposta fundamental de formá-lo, o que está em processo:

Estamos realmente convencidos de que a sociedade brasileira está unida em torno desses grandes objetivos, conforme o demonstram o próprio apoio que recebemos ao defender essas idéias durante a campanha eleitoral, as pesquisas específicas de opinião pública e as notícias e artigos veiculados por órgãos especializados (MELLO, 1998g).

Observe-se que a palavra “unida” visa construir o conceito de que não há oposição. Este adjetivo e também a presença do verbo estar na primeira pessoa do plural indicam que se quis articular a noção de que o governo, a equipe está convencida de que conseguiu passar ao restante da sociedade sua visão, e justifica este convencimento em pesquisas, artigos e na campanha eleitoral, o que legitima a busca do consenso.

A referência ao pleito aqui é significativa, pois, a idéia que se quer construir é que então a sociedade está persuadida que o governo é o representante da democracia, dos direitos, da liberdade e da cidadania, e que suas ações são boas, que a democracia está firme, consolidada, o que é repetir a forma como o sujeito governo foi constituído anteriormente. A ideologia que se procura formar e passar é a de que o governo é o grande responsável pela realização destas mudanças, daí se vir a falar em apoio, fundamentando-se em pesquisas de opinião e artigos da imprensa¹²³.

Do apoio às propostas governamentais vem a “confiança”, presente na primeira citação, substantivo que também mostra que a idéia que se quis passar foi a de que o que foi feito foi bom, de que portanto, o processo de reconstrução nacional está em andamento, e que não há resultados negativos a serem mencionados. Por isto a busca do consenso e a confiança devem ser do governo e da Nação, o que quer dizer que ambos devem seguir juntos a trilha já iniciada.

Além de colocar esta posição desta forma, as frases abaixo expressam que se entende o governo como fiel da liberdade, sobretudo da liberdade como uma busca de diálogo e união e que o coloca como aquele que sabe fazer política: “este Governo não veio para dividir, veio para unir” (MELLO, 1998g), construção que repete uma semelhante à do pronunciamento do dia 18/02/91 e que desqualifica a oposição, colocando-a como antidemocrática.

O meu Governo busca realizar dois propósitos essenciais: por um lado, desempenhar o papel que cabe aos Governos nos regimes democráticos,

¹²³ “Estamos realmente convencidos de que a sociedade brasileira está unida em torno desses grandes objetivos, conforme o demonstram o próprio apoio que recebemos ao defender essas idéias durante a campanha eleitoral, as pesquisas específicas de opinião pública e as notícias e artigos veiculados por órgãos especializados” (MELLO, 1998). Pronunciamento do dia 23/12/91.

e, por outro, liderar a sociedade na execução do programa de modernização que ela própria ratificou nas urnas. Esse programa começou a ser cumprido desde a primeira hora. De lá para cá, pode-se verificar o surgimento de um respaldo cada vez mais amplo ao processo de moderação; é o caso da privatização, apoiada agora pela vasta maioria da opinião pública (MELLO, 1998g).

Democracia e modernidade são entendidas como os pilares da ação do governo. Como estas já foram expressas como conquistas que vieram com o governo Collor de Mello e como a base das ações deste depreende-se que evoluíram para diálogo e liderança baseados no respaldo, no apoio que se coloca que o governo encontra.

Este respaldo vem da democracia e da proposta de modernidade, constituindo a ambos como a base para buscar o consenso e continuar o processo de Reconstrução Nacional. A citação abaixo coloca também outros princípios deste:

A última vez em que os brasileiros se pronunciaram coletivamente sobre os destinos do Brasil como um todo foi nas eleições de 1989. Naquela ocasião, ao eleger-me Presidente da República, a maioria dos brasileiros aprovou a proposta de modernização do País, mediante o saneamento e a estabilização da economia, a reforma do Estado, maior produtividade e competitividade, a abertura de nosso mercado à concorrência externa, a valorização da iniciativa privada e a adequação do setor público ao desempenho de sua missão básica na área social (MELLO, 1998g).

Ou seja, o respaldo se dá pela democracia, pelo significado do governo e pela proposta de Reforma do Estado. De acordo com a articulação presente acima, a origem do respaldo permanece associada às expressões “produtividade e competitividade”, “saneamento e estabilização” e “adequação do setor público ao desempenho de sua missão básica na área social” que repetem construções já feitas veiculando a ideologia neoliberal, em especial nos pronunciamentos vistos no

capítulo anterior, quando Collor de Mello define o que entende ser economia social de livre-mercado.

A presença destas expressões traz à cena esta definição e sua presença num parágrafo onde se referencia o governo como democrático, mostra novamente a seguinte associação: o caminho que vinha sendo percorrido é bom porque foi referendado pela democracia como destino coletivo da Nação e nela encontra lastro.

Foi então reiterando posições já colocadas a respeito do significado do governo, das suas ações e da ideologia que as embasou que se veio a conclamar a sociedade a refletir sobre as ações do passado e a pensar no futuro.

O meu Governo¹²⁴ tem uma posição singular – com a força nascida das eleições diretas, sem alianças ou compromissos que nos impusessem condições, trouxemos para o Brasil uma nova realidade política.

De certa maneira, incomodamos aqueles que se haviam habituado às velhas práticas, às antigas fórmulas de conciliar interesses, ao fisiologismo e ao clientelismo.

Por esse motivo, o advento deste Governo produziu reações de expectativa, apreensão, desconfiança e até de retaliação, por parte daqueles que se sentiram ameaçados ou atingidos pela mudança (MELLO, 1998g).

A posição do governo é não só estar lastreado na democracia e no que quer a Nação para ser reconstruída, como também é, romper com o velho (incomodar as elites, causar apreensão, expectativa e desconfiança), o que é colocado quando este diz que seu advento incomodou àqueles que haviam se habituado a antigas formas de conciliar interesses, o que é reforçar sua posição como defensor dos interesses da classe trabalhadora e dos que demandavam direitos e cidadania, repetindo as características de um discurso de ruptura já mostradas anteriormente.

¹²⁴ Pequena volta ao personalismo.

Isto vem aqui com o seguinte propósito: “conclamo a sociedade brasileira – suas lideranças, organizações e partidos – a iniciar imediatamente esse debate para tomada das grandes decisões nacionais” (MELLO, 1998g).

Nos pronunciamentos anteriores isto já havia sido feito, chegando-se inclusive, por diversas vezes, a apelar-se para a abnegação de seus interesses próprios e de posições ideológicas a partidos, grupos da sociedade civil e ao Congresso Nacional, em nome da democracia, e sobretudo em nome do interesse pátrio.

Esta construção é bastante semelhante àquela presente no capítulo anterior, quando o Congresso Nacional foi abordado, que colocava que o momento não era para enfrentamentos, e sim de concordância com o governo.

A intenção em chamar em conjunto a sociedade brasileira a debater o que o governo propõe é fazer a sociedade brasileira também, à semelhança de como quando se constrói a Nação, mas, sobretudo, visa convocar todos a debaterem a agenda que o governo colocava e para dizer que os temas que este colocava em pauta eram as questões e os interesses nacionais, em nome dos quais, conforme está presente nos capítulos anteriores, se deve abnegar de posições pessoais, políticas, partidárias e ideológicas, permitindo que o governo seja o único pautador da agenda.

Há uma outra expressão que reforça a busca por esta posição, a expressão “trouxemos para o Brasil uma nova realidade política” (MELLO, 1998g). O verbo trazer repete a concepção de que o governo é o portador do novo, por outro lado, o fato dele estar na primeira pessoa do plural, leva ao diagnóstico de que quem traz é a equipe que, e como o verbo está no passado, constrói-se o conceito que inicialmente significava como símbolo de uma era de transformações e resgate, o

governo passou a ser entendido como o operador destas transformações, assim é que seu advento foi entendido como algo que chocou e afrontou os interesses da elite.

Disto dá prova a concepção que aparece neste pronunciamento de que o advento do governo Collor de Mello “produziu reações de expectativa, apreensão, desconfiança e até de retaliação, por parte daqueles que se sentiram ameaçados ou atingidos pela mudança” (MELLO, 1998g). Se as ações do governo confrontam os interesses da elite, reforça-se a concepção de que eles são diferentes. Por outro lado, por elas terem sido tomadas em favor do que pensa e quer a Nação, é que a sociedade foi conclamada a refletir sobre as medidas propostas ao longo dos anos de 1990 e 1991 e apoiá-las e ao governo, já que sabe o que quer.

Com estas edificações se visa não apenas conquistar o apoio da nova equipe de governo, fundamental no período conturbado que o País e o governo atravessavam, mas sobretudo, como já havia falado à Nação das conquistas, torna-la também uma força do arco de apoio ao governo.

Assim, há a repetição da ruptura governo – sociedade X elites que é colocada agora de uma outra forma: é necessário buscar um consenso em torno das atitudes do governo, que, tendo sido significadas como tomadas na defesa do interesse do trabalhador que via seu salário minguar diante da inflação, das pessoas de Norte a Sul, nas cidades e nos campos que se indignavam com os privilégios absurdos do funcionalismo público, tal como os capítulos anteriores deixaram claro, encontram agora respaldo na sociedade como um todo.

É por entender então que a postura do governo encontra respaldo, que o processo deve continuar agora na busca de um consenso, proposta que vem da seguinte forma: “esse respaldo deve renovar-se a cada dia: todas as grandes

decisões, todas as medidas mais importantes que mudam a vida dos cidadãos devem ter apoio da maioria, devem expressar o consenso” (MELLO, 1998g).

Consenso que é dever de todos buscar:

Se queremos soluções verdadeiras, o caminho passa necessariamente pelo consenso, compartilhando responsabilidades para vencer as dificuldades.

Caso contrário, elas não sairão do papel por mais bem intencionadas que sejam.

Deve-se fazer uma distinção entre o consenso amplo que ora proponho e os acordos táticos restritos do passado (MELLO, 1998g).

A expressão “restritos do passado” é, provavelmente, uma referência velada e crítica ao pacto social tencionado por Sarney, o que reitera colocações já feitas sobre este assunto, e que também reforça um rompimento com a antiga forma de fazer política e repete uma designação que já se buscou construir que o governo tinha, a de que este é diferente do passado.

Com o intuito de reforçar sua posição, o governo também aparece no pronunciamento como bastião da moralidade. Tendo aparecido como um dos pilares do discurso e nele aparecendo desde a campanha eleitoral¹²⁵ como um dos sustentáculos do governo, a moral não poderia deixar de estar presente também nesta peça discursiva.

A maneira como ela aparece é através de uma memória com o que já foi dito, memória esta que visa marcar uma posição perante os fatos do presente.

Reafirmo¹²⁶ (ou seja, afirmo novamente, confirmo)¹²⁷ o meu compromisso rigoroso com a transparência e a probidade administrativa.

¹²⁵ Ver Moritz (1996 e 1998) a este respeito.

¹²⁶ Destaque meu.

¹²⁷ Parêntesis meu.

Recomendo aos Ministros de Estado e aos Secretários de Governo redobrada atenção nas suas áreas de atribuição; ao delegarem autoridade, cobrem a correspondente responsabilidade. Na Administração pública, talvez mais do que em qualquer outro terreno, a conduta dos homens públicos deve ser impecável, absolutamente exemplar (MELLO, 1998g).

Ao reafirmar seu compromisso, Collor de Mello traz à tona o que falou na campanha eleitoral, na posse e em todo o seu governo, com um objetivo muito claro: fixar a idéia de que, apesar das inúmeras denúncias de corrupção, seu governo estava agindo corretamente.

Esta reafirmação pareceu surtir efeito na equipe ministerial, pois o presidente conseguiu pospor uma renúncia coletiva do gabinete, conseguiu também que os ministros chamados “éticos” continuassem no governo até a votação do *Impeachment*, mas, conseguiu, sobretudo formar em torno de si uma “tropa de choque” de ministros e membros do 1º Escalão do governo, e parlamentares do PFL e de outros partidos que protelou enquanto pode as investigações de corrupção e sua conclusão.

Com relação à população, parece que o efeito desejado não foi obtido, tanto é que, no ano de 1992, ao conclamar a população a sair às ruas usando as cores verde e amarela, em sinal de apoio ao governo, o que o presidente conseguiu foi catalisar a explosão de um sentimento de indignação que culminou numa série de passeatas e numa enorme pressão popular e de organismos da sociedade civil para que o Congresso Nacional aprovasse o *Impeachment*.

O desfecho de todo este processo foi a abertura do processo de cassação do mandato, a renúncia do presidente ao seu final, e os desdobramentos de ordem pessoal, jurídica e política daí decorrentes¹²⁸.

6.4 Opositores e aliados

Colocando o governo como colocou e chamando a sociedade a um respaldado consenso, Collor de Mello visou deslegitimar aqueles que o chamavam de corrupto e antidemocrático, sobretudo visou atacar a imprensa, que é por onde se publicizaram as denúncias. Objetivou também deslegitimar todos que estavam contra seu projeto de modernização e que colocavam que seu governo era ilegítimo.

Se nos outros pronunciamentos a oposição é, ainda que pouco definida, neste quase, à exceção das críticas à atuação da imprensa, não aparece uma definição. No entanto, através da demarcação do governo como democrático, representante da sociedade e dono de um mandato legítimo e arauto da modernidade, da cidadania, da liberdade e dos direitos, que tomou ações respaldadas pode-se depreender que a construção que o presidente novamente quis fazer é a de que a oposição não é nem representativa da sociedade, nem democrática e que não encontra apoio político ou moral:

Um exemplo muito claro dessa minha disposição [de diálogo e busca de consenso] foi o lançamento do Projeto de Reconstrução Nacional, o

¹²⁸ Pedro Collor de Mello faleceu em 1994, em decorrência de um câncer cerebral. Neste mesmo ano, Fernando Collor de Mello foi absolvido do crime de corrupção passiva pelo Supremo Tribunal Federal. D. Leda faleceu em 1995, ano em que Paulo César C. Farias foi posto em liberdade condicional após ter sido preso em Bangcoc. Em 1996, este foi encontrado morto em sua casa na praia de Guaxuma (AL). Em 1998, aos cinquenta anos, Fernando Collor de Mello disse que pretendia concorrer à Prefeitura de São Paulo, fato que não se concretizou, mas vem desde então fazendo tentativas de voltar à vida pública.

chamado "Projetão", com o qual, aproveitando a experiência do primeiro ano de Governo, propus que a coletividade discutisse o que vínhamos fazendo e, acima de tudo, que decidisse sobre os caminhos seguidos (MELLO, 1998g).

O governo tem disposição para o diálogo, e este se dará em torno do Projeto de Reconstrução Nacional, lançado em 1991 e com a coletividade. O que permite identificar a articulação de que a oposição é não-representativa da sociedade e antidemocrática, e portanto, sem base social ou política. É a palavra "coletividade", que se refere a construções passadas, tais como "células vivas da sociedade" presente em pronunciamentos analisados em capítulos anteriores, com as quais o governo vinha buscando um debate do qual a oposição não fazia parte por não desejar. Ela é então, novamente entendida como presa ao passado, sendo portanto constituída de alguns setores da sociedade brasileira que ainda resistiam "à opção pelo modelo proposto" (MELLO, 1998g), portanto, não representante também nem da cidadania, nem dos direitos.

Aqui se coloca também que a oposição é contrária ao consenso, conseqüentemente, ela é contrária ao diálogo, intransigente em suas posições, inimiga do projeto do governo e do interesse nacional.

Há, no entanto, dentro da maneira como a oposição foi construída, neste pronunciamento, dadas as circunstâncias do *Impeachment*, um aspecto que merece destaque: trata-se da maneira como as denúncias que a imprensa vinha publicando, em especial as de seu irmão Pedro Collor foram vistos:

“A imprensa tem-se valido da absoluta liberdade de informação, conquistada com a democracia¹²⁹, para fazer críticas e denúncias de todo tipo” (MELLO, 1998g). Com isto então, ela é tributária das conquistas do governo Collor, e em sendo assim,

É indispensável que a imprensa continue a desempenhar o papel de fiscalizar a atuação dos órgãos e das pessoas que integram o setor público, porém com muita atenção para fazê-lo com isenção e responsabilidade, sem confundir o exercício democrático da crítica, com campanha de cunho pessoal que possa, eventualmente, ser entendida como decorrência de interesses contrariados. Essa vigília permanente, estabelecida em padrões de convivência civilizada, é um dos principais instrumentos dos cidadãos para o fortalecimento da democracia” (MELLO, 1998g).

A “vigília” da imprensa deve estar “estabelecida em padrões de convivência civilizada”. Esta idéia expressa nos pronunciamentos é a de respeito à lei e à ordem, portanto, mais uma vez, de conquistas que vieram com o advento do governo.

Este vigiar constante, como quem perde o sono, ou como o soldado que guarda o acampamento das surpresas do inimigo deve estender-se ao fiscalizar atentamente os homens públicos, sendo a imprensa um instrumento do cidadão para o fortalecimento da democracia, o que foi colocado como um dos objetivos e conquistas do governo, portanto, a imprensa deve continuar a ser uma aliada deste, e por isto, conseqüentemente, não deve servir a interesses particulares, sendo isenta, e comportando-se de maneira cívica, civilizada, portanto. Essa afirmação, dentro do contexto do *Impeachment*, é uma referência direta às investigações que a imprensa em geral, em especial a escrita estava iniciando e faria das denúncias de Pedro Collor.

A primeira articulação tencionada por Collor de Mello é a de que seu irmão Pedro estava movido apenas por interesses particulares. No entanto, quais foram os

¹²⁹ Grifo meu.

interesses contrariados? Os interesses pessoais e profissionais de Pedro Collor, o que o levou a fazer as denúncias? Não só, como o presidente havia captado desde quando candidato e colocou em seus pronunciamentos, a Nação clamava por moral, daí o fato da segunda ter sido construída como um dos pilares do governo. Era portanto necessário continuar com esta construção.

Discursivamente o que foi feito foi desconstruir, deslegitimar a visão de quem o significava como corrupto, daí não apenas o reafirmar do compromisso com a moralidade, como também o construir a idéia de que a prova desta reafirmação se dá e com a punição dos culpados, e com a ampliação dos mecanismos de controle.

As denúncias dirigidas contra o Governo Federal têm sido apuradas com rigor e, uma vez comprovadas, resultam na punição dos responsáveis e nas medidas administrativas cabíveis.

Mais do que isto, enviamos ao Congresso Nacional projetos de lei que tratam:

- das punições para os casos de enriquecimento ilícito de ocupantes de funções públicas;
- das fraudes cometidas em licitações e contratações do setor público; e
- das novas normas gerais para essas licitações e contratações.

Enquanto esses projetos seguem sua tramitação, estamos implantando na Administração Federal, medidas ainda mais rigorosas que a legislação em vigor, sobre licitações e contratos.

Entre elas, vale mencionar que estamos criando o Catálogo Unificado de Materiais e Serviços e os Sistemas Integrados de Registro de Preços e de Cadastro de Fornecedores.

Quero ressaltar, ainda, o projeto de lei que encaminhei ao Congresso, criando a Secretaria Especial de Controle Interno do Poder Executivo, com os seguintes objetivos principais:

- apurar denúncias de irregularidades ou ilegalidades praticadas na Administração Pública Federal;
- atuar como corregedor dos órgãos do Sistema de Controle Interno; e,
- manter o Presidente da República informado com relatórios periódicos sobre as atividades da Secretaria (MELLO, 1998g).

Este raciocínio objetiva construir a noção de que as medidas tomadas quando da implementação da Reforma Administrativa, em especial o controle dos gastos publicitários, das viagens, o cuidado com a relotação de funcionários, a sua

colocação em disponibilidade e sobretudo o SIAFI e o SIAPE¹³⁰ e suas ampliações, é que são a prova da moralidade do governo.

Construindo estas articulações o que é composto é que atos isolados de membros do Poder Executivo, inclusive de membros da equipe de governo, e do líder do partido do presidente na Câmara, e até mesmo da primeira-dama e de sua família, não podem ser confundidos com as ações do governo em si e são passíveis de punição. Tanto esta formulação quanto às de que as denúncias seriam apuradas a qualquer custo¹³¹, bem como a de que seu irmão havia agido movido por interesses e rancores pessoais são a forma como o presidente procurou deslegitimar as posições contrárias e fazer com que a moral continuasse sendo vista como um dos esteios de seu governo.

Esta ideologia apareceu não só nos pronunciamentos perante a equipe ministerial, mas também numa série de entrevistas e pronunciamentos na TV. Busca Collor de Mello portanto interpelar não apenas ao ministério, à imprensa e ao Congresso, mas angariar apoio em toda a sociedade.

Neste sentido, não só esta e a imprensa foram chamadas a participar do debate. Também o Congresso o foi. Além da idéia já contida no trecho anterior de que caberia agora a este discutir (e aprovar) as medidas que o Executivo havia enviado, deveria colaborar ou continuar colaborando, com a implementação do Projeto de Reconstrução Nacional:

Mais recentemente, como desdobramento das idéias contidas no programa de Governo¹³² e ampliadas no "Projetão", enviei ao Congresso Nacional

¹³⁰ Respectivamente, Sistema Integrado de Administração Financeira e Sistema Integrado de Administração de Pessoal, medidas tomadas no ano de 1990.

¹³¹ Assim seguidas vezes o presidente se pronunciou.

¹³² Objeto do Pronunciamento de Posse, analisado no capítulo IV.

propostas de emendas à Constituição¹³³ que, em meu entender, são imprescindíveis à modernização do Brasil.

Julgo fundamental que a apreciação dessas propostas ocorra já no primeiro semestre de 1992, quando também a segunda fase da reforma tributária deverá estar sendo considerada.

A necessidade de buscar respostas urgentes aos problemas que nos afligem deve motivar a discussão coletiva das questões nacionais (MELLO, 1998g).

O adjetivo “urgentes” aqui presente, traz à tona as construções já feitas sobre o Congresso Nacional de que é lento, de que é moroso, e de que deve pautar suas ações pelo interesse da Pátria, em resolver os problemas que afligem a Nação. Há, portanto, neste pronunciamento, à semelhança dos anteriormente vistos, a idéia de fazer do Congresso Nacional um aliado, o que é operado colocando ou ameaçando colocar em cheque a sua legitimidade caso não coadune com as propostas do governo.

Como conseqüência disto, como a idéia geral deste pronunciamento é a de buscar um consenso e dentro deste processo, o Congresso Nacional é agora também o responsável pelas mudanças constitucionais, e o lócus onde este se produzirá:

Colher essas vontades e articulá-las na forma de uma vontade coletiva é um processo complexo e cada grupo terá contribuições próprias a dar.

É um processo que começa das raízes, das bases, para culminar no Congresso Nacional.

No diálogo entre o Governo e o Congresso, ambos respaldados pela legitimidade do mandato popular, chega-se a uma síntese dessa "vontade coletiva" (MELLO, 1998g).

O Congresso tem agora então um papel destacado, mas ainda assim, governo e Congresso devem atuar juntos em prol do interesse nacional, de fazer o que povo quer e referendou, reconstruir a Nação através de um diálogo, da

¹³³ Conforme visto no item 4.1, este foi um ponto de polêmica com o FMI. O governo coloca portanto pontos presentes na agenda do Fundo para o Congresso e a sociedade.

democracia da qual ambos são representantes, pois têm mandato respaldado pelo povo.

A maneira como o Congresso Nacional aparece indica que tendo ele servido de base para referendar o mandato presidencial, tal como aparece no Pronunciamento de Posse, e sendo um local onde há eco das propostas governamentais, tal como está no capítulo anterior, deve-o ser agora o lócus do consenso.

Esta articulação permite compreender então que perpassa todos os pronunciamentos a idéia de fazer o Congresso Nacional aliado do governo. Esta articulação que aparece na idéia de que este é o fiel da democracia, de que é o espelho da opinião, de que deve agir em prol dos interesses nacionais, e de que deve ser o local onde se produzirá o consenso, visa deslegitimar, ou ao menos atenuar, a oposição parlamentar, buscando tornar o caminho da tramitação e da implementação das medidas do governo o mais suave e curto possível.

A construção dos sujeitos feita neste pronunciamento é bastante semelhante à presente nos anteriores. Mantém-se a característica da ruptura, ou seja, a estrutura diagnosticada por Pinto (1994) e Moritz (1997 e 1998) permanece com pequenas alterações nos termos da composição desta equação básica.

Assim, governo (presidente + equipe, ou apenas o presidente) e a Nação (povo, ou sociedade, ou o “homem das ruas”, o “trabalhador”, o “descamisado”), são construídos como aliados, proponentes e executores do Projeto de Reconstrução Nacional. Do outro lado está a oposição, estão as “elites”, os que são contrários à modernização, no caso específico deste pronunciamento está também a imprensa, e o Congresso Nacional deve ser sempre um aliado do governo e do povo.

Esta conclusão finaliza a apresentação dos resultados obtidos através da análise do pronunciamento Agenda para o Consenso. Passa-se agora à finalização do material selecionado para estudo com a análise do artigo *A visão de quem viveu o fato*.

6.5 Os fatos do ano de 1992: a Reforma do Estado, os sujeitos, e o *impeachment* “a visão de quem viveu o fato”

Este item traz uma análise do material sobre o último ano do governo Collor de Mello abordando sobretudo os fatos que cercaram o *Impeachment*, mostrando não só a visão do autor do artigo sobre eles, mas sobretudo a relação que este buscou construir entre o *Impeachment* e o processo de mudanças, dentre os quais o de Reforma do Estado, iniciado. Recorreu-se principalmente ao artigo que nomeia o item e, dentro do necessário, nos valem também do material presente na obra de Mário Sérgio Conti “*Notícias do Planalto: A Imprensa e Fernando Collor*” (CONTI, 1999).

Há nesta última um relato de como Collor de Mello viu os fatos do dia 29 de setembro de 1992 que é bastante significativo:

Durante alguns minutos, talvez trinta, quarenta, rendi-me às recordações de minha infância, da adolescência no Colégio São José, no Rio de Janeiro, dos conselhos de meu pai (“no exercício da política, meu filho, é fundamental ter três coisas – paciência, paciência, muita paciência”, dizia-me), das lutas em Alagoas, do processo arrebataador que me levou ao Planalto, da agonia de minha mãe no leito do hospital, da expressão assustada de meus filhos, das decisões que tomei naquele gabinete, finalmente deserto, escuro, silencioso. Inerte, à janela, contemplando o nada, tentava ouvir o silêncio. Mas o que ouvi, de repente, foi um ruído surdo, um rumor de multidão, que saía do plenário da Câmara dos Deputados, chegava aos manifestantes e logo se espalhava, misturando-se a buzinas de automóveis. Percebi naquele momento que o *Impeachment* havia sido aprovado. Continuei em pé, imóvel. Era o fim (MELLO, *apud* CONTI, 1999, p. 667-668).

Este trecho marca o significado do *Impeachment* para o presidente: a memória de seu pai, a idéia de paciência, o recordar da campanha e de todo o processo vivido até então são metáforas do governo. A expressão “era o fim”, assim como posteriormente a lacônica carta-renúncia (vide nota de rodapé nº 22, presente à página 17 deste capítulo) denotam então que, em sua visão, o governo, e conseqüentemente tudo o que este representava, chegara a termo.

Conclui-se que o processo de *Impeachment* é entendido e passado como uma reversão de tudo o que se vivera até então. A frase que inicia o artigo *A Visão de Quem Viveu o Fato* coloca isto bem: “quem me arrancou da Presidência foram aqueles setores que se viram contrariados pela minha ação de governo” (MELLO, 1998h). Esta fora também a opinião da base aliada ao governo no Congresso, pois, assim se pronunciou o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL- BA) falando como defensor do presidente na sessão da Câmara dos Deputados no dia 29 de setembro de 1992: “o presidente da República está sendo vítima também de seus acertos” (CONTI, 1999, p. 667).

O presidente, parte da equipe ministerial¹³⁴ e sua base político-partidária procuraram então construir esta idéia no momento da votação da licença para o impedimento e também após a renúncia, assim é que arrancar significa extrair algo que está firmemente enraizado, preso ao solo, a um tecido ou a algum outro corpo, portanto, Collor de Mello é colocado como estando preso à Presidência da República, ao governo e à tudo o que ele representava, e de lá fora extraído, o que, na visão passada, é uma violência, um eco do passado.

Assim é que as investigações promovidas pelo Poder Legislativo e pela Polícia Federal, bem como as manifestações da sociedade civil e do Poder Judiciário foram classificadas como um “golpe” que resultou “por destruir uma Presidência legítima”.

Na verdade, os opositores receberam qualificações muito mais deletérias. Inicialmente o presidente os adjectivou de “minoría” pronunciando-se perante motoristas de táxi quando da assinatura de atos da Reforma Tributária que isentavam de impostos os veículos destinados à renovação da frota, como comentado no item 6.1.

Posteriormente fala de uma “Central Única dos Golpistas”, uma referência a quem lhe fazia oposição. A idéia de fazer tal articulação é veicular o conceito de que o *Impeachment* estava sendo tramado pelos setores mais radicais da esquerda, que enfrentavam forte oposição da sociedade¹³⁵, buscando criar o conceito de que aqueles que tencionavam tirá-lo da Presidência da República eram agitadores favoráveis à instabilidade política, institucional e social, à reversão da ordem estabelecida.

Além disto, conforme relata Conti:

Na noite de quarta-feira, 16 de setembro, o presidente jantou em Brasília, na casa do deputado Onaireves Moura, do PTB paranaense, cujo nome significa “Severiano”¹³⁶ lido de trás para frente. Compareceram cerca de sessenta deputados e quatro senadores. Collor só tomou um copo de cerveja, mas, pelo que disse, parecia um torcedor bêbado, e não um Getúlio redivivo. No seu **discurso**, ele chamou Ulysses Guimarães de “esclerosado”, “senil” e “decrépito”. José Sarney, de “ladrao da história”. Ibsen Pinheiro, o presidente da Câmara de “canalha”, “golpista” e “bundamole”. Os deputados do PMDB de “cagões” e “bundões”. Sobre Roseana

¹³⁴ Os ministros que compunham a “tropa de choque” disseram-se certos da ilibação do presidente, tal como está no item 6.1.

¹³⁵ Lembre-se Mário Garnero, presidente da FIESP à época, havia dito que 300.000 empresários deixariam o país caso Lula ganhasse as eleições.

¹³⁶ Nome do pai do deputado.

Samuel e Jorge Murad, ele disse: “a musa do *Impeachment* e seu ex-marido não resistem a uma investigação de dez minutos da Receita Federal”. Os jornalistas também foram mencionados pelo presidente: “vou desmascarar esses caluniadores. Imprensa de merda. Vão engolir pela boca e por outros lugares o que disseram de mim. Imprensa marrom, imprensa de merda, canalha (1998, p. 662-663).

Quem denunciava e apurava as denúncias de imoralidade é tido então como passível de descrédito porque está caluniando, ou é decrépito, ou fraco (“cagão”, “bundão”), ou preso ao passado, ou também é corrupto, ou ainda praticante de canalhices. Nesta visão, portanto, o espectro da imoralidade sorrateiramente projetava sua sombra sobre a Nação.

Objetivando reforçar a idéia de golpe, dias antes, a equipe de governo, em especial a “tropa de choque” e o empresário Luiz Estevão pensaram em forjar uma semelhança entre as circunstâncias que cercaram o suicídio de Getúlio Vargas¹³⁷ e o provável *Impeachment* nestes termos:

Getúlio implantou as bases do processo de industrialização nacional, por isso feriu de morte interesses dos grupos que em 1954 articularam contra ele uma intensa campanha de desmoralização. Acusado pelo irmão Protásio Vargas, atacado pela oposição, que pediu o seu *Impeachment*, e caluniado pela imprensa, Getúlio suicidou-se. Novamente, orquestram a derrubada de um presidente. Acorda, Brasil! (CONTI, 1999, p. 62).

A última frase deste trecho, que seria lido em *off* na campanha televisiva, é indicativa de que a Nação, o país, sujeito a quem o presidente buscou constantemente interpelar e constituir, que é composto por aqueles que sabem o que querem (neoliberalismo/modernidade, reconstrução nacional e tudo o que ela implicava), que são democráticos, que estavam tendo seus anseios atendidos pelas

¹³⁷ Daí o comentário de que Collor de Mello parecia um torcedor bêbado e não um novo Vargas.

ações do governo, e que são os trabalhadores, o povo, as pessoas de Sul a Norte que clamavam pela moralidade no uso dos recursos públicos, devem então despertar, postarem-se alertas e prontos para o combate à ameaça do espectro.

Com o objetivo de reforçar a mensagem, a campanha usaria também imagens de Lindolfo Collor e de Getúlio Vargas. Para ela o empresário Luiz Estevão já havia arrecadado US\$ 1 milhão em doações¹³⁸. Esta arrecadação é prova de que ainda havia setores da sociedade que apoiavam, mesmo que veladamente, o governo, e a articulação tencionada era então novamente coloca-lo na posição que anteriormente se visou estabelecer que este tinha de baluarte da moral e de representante e implementador dos interesses nacionais.

É com este intuito que se busca a interpelação dos mesmos sujeitos e a recuperação da posição de defensor dos direitos da classe trabalhadora, já que Vargas, na cultura nacional é um ícone disto, com o objetivo de veicular a noção de que a imprensa e todos os demais manifestantes *pró-Impeachment*, não o eram.

A associação com Vargas é feita também através da idéia de que tanto ele como Collor de Mello contrariaram os poderosos interesses da “elite”, iniciando processos de remodelação da Nação e de adaptação desta às exigências contemporâneas e de que as elites então arquitetavam um golpe. No início do processo de *Impeachment*, se busca então colocar ainda mais uma vez que a oposição não era representativa do todo da sociedade, nem da Nação. Alega-se também que esta visava o estabelecimento de um governo ilegítimo.

Um dos mecanismos utilizados por Collor de Mello para constituir-se enquanto representante nacional foi o uso dos símbolos, assim é que o duplo “L” de seu nome tinha as cores verde e amarela em todo o material da campanha de 89, que ao final

do Pronunciamento de Posse aparece uma significativa referência à Bandeira Nacional¹³⁹, e que *a menudo* ele fala em Pátria, patriotismo, civismo, Nação, etc. e relaciona tudo isto com o projeto de modernização, tal como as análises presentes nos capítulos anteriores e neste permitem concluir.

Adquirem importância então algumas frases nas manifestações pró-*Impeachment*: os riscos verde e amarelos dos caras-pintadas e uma série de locuções demandando que o presidente devolvesse (com dois eles, um verde e outro amarelo) as cores do país que se sentia ultrajado por seu governo, o que permite então concluir que maioria da sociedade, já que apenas 5,1% da população apoiava Collor de Mello queria estabelecer a seguinte diferença: Collor de Mello (Governo) ≠ Nação, colocando portanto que o governo não mais ocupava a posição social e discursiva que tencionava.

No intuito de recuperar e reforçar sua posição, o presidente fala em um “golpe”, em “forças ocultas”, o que é uma memória cheia de sentido, pois tanto lembra o fim de um governo identificado com os anseios da classe trabalhadora quanto lembra ditadura, lembra o passado do País, ao qual, ao longo dos discursos, colocou-se que a oposição estava presa, e que era responsável pelas agruras do presente o que é repetido aqui, pois a continuidade da frase “quem me arrancou da Presidência foram aqueles setores que se viram contrariados pela minha ação de governo” (MELLO, 1998h), e “mais especificamente, aqueles altamente corporativos,

¹³⁸ Segundo dados de Conti (1999).

¹³⁹ “Não tem faltado, entre nós, a prédica da modernização. O que tem faltado, quase sempre – no nível do Estado – é uma prática coerente com aquela. Meu governo se propõe precisamente eliminar esse hiato entre discurso e prática modernizantes. Nesse propósito é que trago à soberana consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional meu programa de governo. Ao fazê-lo, volto o pensamento para nossa bandeira, símbolo da Pátria. Nela vemos retratados a dimensão territorial, os recursos naturais, a multiplicidade de regiões e o apreço do povo brasileiro pelo progresso e pela paz. Meu compromisso na Presidência da República é realizar um governo

de direita e de esquerda, do empresariado e do setor público” (idem), construção que visa também reforçar a posicionalidade já buscada pelo presidente, pois nela o governo é o representante do novo, dos interesses do povo e da Nação, e a oposição é representante do velho, do passado, do ruim, do antidemocrático e do antipatriótico e imoral, e o *Impeachment* é então tido como o fim do consenso, a interrupção da implementação da agenda.

As idéias veiculadas nestes trechos ganham aspectos ainda mais fortes no artigo quando Collor de Mello faz referências positivas a seu governo, afirmando o seguinte:

Eram, portanto, poderosos os interesses que contrariei. Faltava, no entanto, a esses dois setores¹⁴⁰, algo em torno do que se articular. Ficaria difícil atacar-me naquele momento, sem abrir a guarda do real objetivo da torpe conspiração.

Ansiavam por um mote que tivesse apelo popular. Tão logo puderam encontrá-lo nas denúncias contra o meu governo, com o aplauso decisivo de quase toda a mídia nacional, saíram para uma campanha difamatória sem precedentes na história de nosso país.

A ação foi travestida: os adversários políticos, liderados por Ibsen Pinheiro, levantaram a bandeira da Ética. Os "caras-pintadas", manipulados na sua inocência, cumpriram a tarefa plástico-estética do golpe. Finalmente, criações jurídicas, plantadas na emoção da repulsa encomendada, resultaram por destruir uma Presidência legítima.

O acordo que reuniu quase todas as correntes políticas com representação no Congresso, salvo uns poucos leais e corajosos companheiros, estabelecia além da autorização da Câmara para que eu fosse processado (setembro/92), o julgamento político do Senado antes do final do ano (dezembro/92) e posse provisória do vice-presidente. Este renunciaria, para que numa eleição indireta (já havia eu concluído mais de metade do meu mandato), fosse escolhido Ulisses, fator de convergência dessas correntes que urdiram a queda do Presidente, o que somente não ocorreu em razão de sua morte em outubro de 1992 (MELLO, 1998h).

digno das melhores qualidades da nação, um governo capaz de erguer o Brasil à altura do valor de sua gente, e do lugar que merece no concerto das nações” (MELLO, 1998a).

¹⁴⁰ Elites da esquerda e da direita.

Contrariar aqui quer dizer que as ações do governo estavam indo ao encontro do que a Nação desejava (modernidade e dentro dela a Reforma do Estado) e de encontro ao que as elites o faziam.

Por outro lado, a idéia de que as denúncias contra o governo levaram a uma conspiração que serviu de mote para as elites, visa recuperar a posição de que o governo possuía moralidade porque estava apurando as denúncias, o que permite a Collor de Mello construir a oposição como golpista e referir-se a ela da maneira pouco elogiosa como fez.

Ou seja, por ter contrariado os interesses de certos setores sociais (“elite”), presos ao atraso, ao passado, ao ruim, ao Estado esbanjador, à política fisiológica e de clientelas é que Collor de Mello foi destituído do poder por uma “campanha difamatória” organizada dentro do Congresso Nacional e com o apoio da mídia, que se serviu de “criações jurídicas” para impedir a continuidade do mandato.

Este trecho recoloca posições anteriores a respeito dos sujeitos, e evidencia que estes não estão de acordo com a visão do governo, o que então, de acordo com a idéia que se objetiva construir, não estão correspondendo aos interesses da Nação.

O Congresso Nacional “salvo uns poucos leais e corajosos companheiros” (MELLO, 1998h), é tido então como aliado da oposição. O adjetivo “difamatória” visa construir a campanha que levou ao *Impeachment* como imoral, dizendo que colocou inverdades. Neste trecho de seu artigo, o presidente reitera a posição que vinha buscando construir antes: de que o governo é ético, limpo, de que não há provas de sua imoralidade, e de que, portanto, tudo o que foi apurado era falso, e de que todo o processo jurídico e investigativo daí decorrente não passava de uma falcatura.

Há na mensagem composta um silenciamento importante. Conforme diagnosticado por Pinto (1994), Moritz (1997 e 1998) e também conforme presente nos capítulos desta Tese, um dos eixos da construção de Collor de Mello enquanto candidato e presidente, portanto, enquanto sujeito social, discursivo e político foi a seguinte equivalência: EU/GOVERNO = MORAL.

As denúncias e investigações que levaram ao *Impeachment* fizeram com que este eixo de sustentação do governo ruísse. Discursivamente ele foi construído através da exploração do combate aos “marajás”, ao governo Sarney, à inflação, ao Estado Esbanjador e à toda a injustiça que este representava.

As investigações que levaram ao *Impeachment* permitem construir a seguinte equivalência: COLLOR DE MELLO = GOVERNO = IMORALIDADE. Portanto, = INJUSTIÇA = PASSADO. Esta equivalência e também aquela onde se coloca que governo e Nação são diferentes permite diagnosticar que este havia perdido sua posicionalidade.

Em sendo assim, a colocação de que tudo não passava e não passou de uma “campanha difamatória” feita pela elite contrariada é a tentativa de reconstruí-la.

O que a articulação feita em torno do *Impeachment* silencia é exatamente o rompimento dos pilares discursivos e sociais de sustentação do governo e da construção dos sujeitos tencionada por este. Por isto silencia, sobretudo que o movimento que levou ao processo de impedimento que culminou na renúncia de Collor de Mello foi da sociedade como um todo, do sujeito que o governo buscou construir e assujeitar, ou seja, oblitera o rompimento da ruptura que este buscou estabelecer.

6.6 Algumas considerações

A palavra “consenso” presente já no título do pronunciamento é indicativa de que o impasse que definiu a encruzilhada no começo do ano, e referindo-se às realizações do ano de 1990 e perspectivas para 1991 deve ser agora resolvido. A primeira tarefa então é redefini-la.

A interpelação dos sujeitos deixa claro que governo e sociedade sabem o que querem e estão empenhados em conquistar seus desejos, e que o Congresso deve apressar-se em promover um consenso em torno das propostas do governo, formando a “vontade coletiva”.

Vontade esta que deve referendar o que o governo vinha fazendo, ou seja, a implementação da economia social de livre-mercado e dos aspectos da Reforma do Estado a ela correlatos, que estão presentes nos capítulos IV e V e também neste.

A idéia então é que se tenha “conversas e reflexões” para preparar “a conquista de um futuro melhor”, ou seja, se continue o rompimento com o passado e a construção do porvir.

Contudo, esta deve agora se dar em bases diferentes daquelas propostas no início do ano, pois as medidas de reforma tributária e constitucional não são mais entendidas como uma promessa de campanha ou de futuro; devem fazer parte do presente e do futuro, complementando as medidas já tomadas.

Em sendo assim, a análise do pronunciamento do dia 23 de dezembro de 1991 revela que continuou, ao longo deste ano, o lidar com os signos e com as características da Transição democrática. O que se procurou com ele foi reforçar os sentidos já produzidos anteriormente, com o objetivo de contribuir para uma melhor interpelação dos sujeitos e penetração da ideologia.

Assim é que tendo inicialmente concebido o ano de 1991 como o momento da construção daquilo que era “profissão de fé” em 15 de março de 1990, ao seu final, o que se propõe é a continuidade desta construção, o que aparece através da substituição da idéia de “desafio” ou de encruzilhada pela de consenso.

Neste sentido, a Nação, equipe de governo, Congresso Nacional e aqueles que compõem a oposição foram interpelados, construídos e constituiu-se a mensagem.

Na edificação deste caminho procurou-se construir o conceito de que as mudanças estavam sendo feitas em nome da Nação para mostrar-lhe que há a capacidade de superar as dificuldades atuais para sempre, ou seja, em fixar o rompimento com o passado, o que é, à semelhança do que está presente nos capítulos anteriores, entendido como um processo de edificação, ou salvação, de resgate nacional.

Neste, sentido, vem a proposição da continuidade deste processo ao longo do ano de 1992, ou seja, o tempo presente continuava sendo o da consolidação do Projeto de Reconstrução Nacional enquanto sentido e enquanto prática e em sendo assim, são as inconcretudes do processo de transição e a dificuldade em assujeitar os sujeitos que estão levando a que o Projeto de Reconstrução Nacional seja lento.

O que é colocado é que, cumprindo as promessas de campanha se está chegando a ela, se deve obter o consenso. A idéia é que não só o governo cumpre o papel que lhe cabe nos regimes democráticos, como também lidera a sociedade na condução do que foi referendado nas urnas, motivo pelo qual se deve prosseguir com as reformas, dentre elas a do Estado.

Como à semelhança dos pronunciamentos anteriores, também naquele pronunciado às vésperas do Natal de 1991 se conclama a equipe de governo a agir em nome dos interesses da Nação e a continuar discutindo com esta e guiando-a no caminho que, segundo o presidente, esta havia referendado no pleito de 1989: o Projeto de Reconstrução Nacional. Assim também o Congresso Nacional é conclamado a atuar.

No início do ano de 1991 apontou-se para a necessidade da melhor fixação do sentido do que fosse a liberdade, principalmente a liberdade de mercado. A ausência deste tema no pronunciamento final poderia ser indicativa de que isto está consolidado. No entanto, ao se comparar a citação “parto de quatro premissas...”, com aquela que define como deve continuar a Reforma do Estado, observa-se que isto não é verdade, o que quer dizer que permanece a necessidade de se fixar os propósitos da economia de mercado como sendo o sentido que deve ser dado à economia. Em sendo assim, isto é entendido como um caminho ainda em construção.

Conseqüentemente, a fixação do papel do Estado apenas como agente regulador, ou como produtor de bens e serviços apenas onde não há possibilidade de extrair lucro, também está incompleta. Há, portanto, posições contrárias na sociedade, mas isto não é enunciado, ou melhor, a oposição continua sendo entendida como presa ao passado.

Isto apareceu quando as oposições foram edificadas, e também quando se mostrou ter consolidado a transição para novas formas de cidadania, através não só da constituição de cidadãos que são credores de direitos e também portadores de deveres, tal como está nos capítulos anteriores, mas também, porque se ganhou um governo democrático, pautado pelo diálogo, que apesar dos entraves está

promovendo avanços significativos no que diz respeito à implementação de uma reforma do Estado, pois haviam se iniciado as privatizações, e também a fusão e a criação de estruturas e a Reforma Administrativa; a Reforma do Estado passou a envolver também aspectos tributários e constitucionais, devendo-se como consequência, buscar um consenso em torno do que este propunha através de um debate, cujo tom eram as próprias ações do governo, em outras palavras, a modernidade.

Em termos de lidar com os aspectos da transição democrática, o que isto quer dizer é que o resgate da dívida social estava sendo feito, o que fez com que a democracia tivesse se tornado uma conquista, uma realidade cotidiana.

O alvo é pavimentar o caminho a ser seguido mostrando o governante como o timoneiro mais hábil, o que melhor conhece o percurso, o que está tão seguro das decisões que toma, que, mesmo nos momentos de encruzilhada sugere que se siga adiante, para que se vá fixando os sentidos da liberdade, da cidadania, da democracia e da Reforma do Estado.

O pronunciamento do dia 23 de dezembro de 1991 confirma então as hipóteses da pesquisa: a reforma do Estado apareceu nos pronunciamentos de Collor de Mello colocando com sinal negativo as características do Estado precedente e relacionando-as com os problemas vividos durante a transição democrática.

Esta característica revela que Collor de Mello buscou uma posição discursiva onde procurou se constituir como porta-voz do novo, do moral, do ético, do legítimo, do cidadão, do justo, do direito, da sociedade, da Nação, podendo-se construir uma imensa cadeia de equivalência onde estes termos aparecem com sinal de igualdade.

Entendendo que as ações do governo vão no sentido de implementar o que a Nação referendou e deseja, este termo deve ser acrescido à cadeia. Como o advento deste é entendido como um rompimento com o passado, que suas ações, dentre as quais se incluem as medidas tomadas com relação à Reforma do Estado, vêm a estar sedimentando, a cadeia diagnosticada no parágrafo anterior deve ser entendida como diferente do passado, do governo das elites, do imoral, do injusto.

Desta forma, o momento do *Impeachment* aparece como um novo rompimento, na verdade, como uma reversão. Isto é o que indicam os signos dados a ele, e o presidente ansia, recompor os momentos e posições passados.

O que se conclui ao analisar as construções feitas quando da análise do artigo “*A Versão de Quem Viveu o Fato*”. Nele a maneira como Collor de Mello constrói o processo de impedimento, conceituando a mídia como manipulada e manipuladora, a juventude como inocente, o Congresso, a justiça e a sociedade civil como golpistas e as elites como vitoriosas mostra que este buscou novamente a posicionalidade de representante do novo, do ético e do democrático, em outros termos, a posicionalidade de quem diz que culminou a transição democrática em si, quer no que diz respeito ao aspecto econômico, quer no que diz respeito ao político.

A posicionalidade intencionada por ele é a de ser o único representante do novo, daquele que vem para romper com o passado e completar a transição dual e a de mostrar que seu governo está assim procedendo. Enxerga o presidente para isto um único caminho, a reconstrução nacional nos moldes propostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta Tese objetivou-se, a partir de pronunciamentos e de um artigo produzidos pelo presidente Fernando Collor de Mello reconstruir o discurso deste sobre a Reforma do Estado, com o objetivo de diagnosticar como um campo de disputas em torno desta foi estruturado.

Foram feitos os seguintes questionamentos: Como o contexto histórico no qual se deu a Reforma neoliberal do Estado aparece no discurso? E as realizações? Como se justificou a implementação das medidas? Que papel o Estado teve e deveria passar a ter? Quais foram os aliados e opositores deste projeto e em nome de quem e de que ele deve ser implementado? Através de que estratégias discursivas isto foi passado para a população? Que relações tudo isto guarda com o Estado precedente?

Levantaram-se como hipóteses que a Reforma do Estado estaria presente nos pronunciamentos do ex-presidente Collor de Mello desqualificando o Estado precedente, relacionando-as com os principais problemas enfrentados durante a transição. Também que apareceu colocando a necessidade de resolver estes problemas através do fim da corrupção, da implementação de uma nova matriz de Estado (neoliberal) para que se possa chegar a um futuro de justiça social, associando as reformas com o desenvolvimento e a modernização.

As análises feitas sobre o material selecionado levaram à confirmação das hipóteses levantadas: Collor de Mello articula em seus pronunciamentos um discurso sobre a Reforma do Estado colocando com sinal negativo as características do Estado precedente, relacionando-as com os problemas enfrentados durante a

Transição Democrática, propondo a implantação do modelo neoliberal de Estado para se alcançar um futuro de paz e justiça social, propostas estas que vieram atreladas a uma idéia de moralização.

Os períodos anteriores ao governo, em especial o governo Sarney, apareceram como principal condição extra-discursiva para a composição do discurso sobre a Reforma do Estado. Disto dão prova a maneira como foram qualificados e os rompimentos que se quis estabelecer com os períodos precedentes.

Outro ponto que confirma as hipóteses levantadas é a maneira como as ações do governo foram significadas, e também a forma como os demais sujeitos apareceram, pois, tanto a Reforma do Estado proposta e iniciada, como as demais ações do governo, foram entendidas como o início de um processo de resgate de Reconstrução Nacional, idéia que passou a simbolizar a resolução de todos os problemas dos períodos precedentes e a chegada a um futuro promissor, um país moderno, com uma economia dinâmica e desinflationada, ajustada ao mercado internacional; e também, um país com justiça social.

Este país moderno deveria ter sobretudo um Estado que, no campo das atividades econômicas primasse suas ações pela não-intervenção nos setores produtivos onde a iniciativa privada pudesse atuar, que tivesse seus gastos e sua arrecadação rigidamente controlados para que não haja imoralidade, inflação e injustiça.

Por outro lado, o embasamento deste Estado na sociedade deveria se dar não só pelo respeito a estes princípios, mas também pela estrita observância dos direitos, da democracia e da cidadania, tal como estes aparecem nos pronunciamentos.

Foi entendendo que este processo, da maneira como proposto era democrático e justo porque estava referendado pela recente conquista da democracia (que, segundo está nos pronunciamentos, havia culminado nos pleitos de 1989) e promovendo a ampliação e a implantação de novas formas de direito, liberdade e cidadania, portanto, de que as ações do governo estavam não somente resgatando a dívida social, como implementando novas formas de relação entre Estado e Sociedade melhores e adequadas às necessidades do momento, ou seja, complementando o processo que havia sido iniciado durante o Regime Militar, que progredira durante a Constituinte, e que chegara a seu ápice com as eleições de 1989, implementando não só a transição política para a democracia, como visando complementá-la com a transição econômica, com o fim da inflação, e com a instauração de um governo forte, legítimo, ético, e de novas formas de direito e de cidadania, redefinindo as bases das relações entre Estado e Sociedade, e redefinindo também as funções deste último dentro do que foi chamado de economia social de livre-mercado, que o emissor construiu a si mesmo, a seu governo, interpelou os sujeitos e formulou a mensagem. Esta proposta foi passada de maneira gradual, e sempre se estabelecendo relações entre a realidade não-discursiva e o que o governo propôs e implementou.

Assim é que o momento da Posse foi entendido como um marco-zero na instauração desta nova realidade. Ali foi marcado o significado do advento do governo tendo em vista os fatos vividos até então. Foram também apresentadas as credenciais dele através da significação dada ao passado, da visão dada aos pleitos e da construção dos sujeitos.

Instaurado o governo foi necessário delimitar quais seriam seus aliados e opositores. Estas características mostram a perenidade de dois componentes do discurso de Collor de Mello: ser um discurso popular e ser um discurso de ruptura.

Dentro dela, o governo foi colocado como democrático em oposição aos regimes ditatoriais do passado, é entendido também como o porta-voz da classe trabalhadora, também daqueles que em 1989 tinham por volta de quarenta anos (geração de Collor de Mello). Desta forma, se objetivou mostrar que as regras democráticas eram estáveis, estavam garantidas.

O Pronunciamento de Posse traz também uma visão sobre o papel que fora desempenhado pelo Congresso Nacional durante a transição democrática (fiel da transição) e o que este deverá ter (apoiador do governo), e define também quem são as oposições (elites contrárias ao projeto modernizante).

A Reforma do Estado foi lá entendida como um mecanismo para a derrocada da inflação, através da eliminação do déficit público, do gasto imoral dos recursos do Estado. Ela também foi tida como um instrumento para a retomada do desenvolvimento econômico através da possibilidade do aporte de recursos financeiros, e do fim da desmoralização representada pela inflação e pelo gasto público excessivo e mal-versado, aparecendo desta forma como um ponto unificador e um pressuposto para o desenvolvimento, a modernização e do assentamento da Nação em novas bases (reconstrução nacional).

Assim ela deverá ser também um mecanismo de justiça social, não só através do aporte e da garantia dos direitos, da liberdade e da cidadania, como também através do redirecionamento do gasto público para atender às demandas dos mais necessitados.

Decorrido um ano se propôs a continuidade não só da Reforma do Estado, como também dos processos de modernização e de reconstrução nacional do qual esta fazia parte, da definição de uma encruzilhada, propondo-se a reflexão sobre o que o governo já havia feito e sugerindo que se vá adiante, visto que as ações do governo são entendidas como tendo caminhado na direção daquilo que a sociedade queria e havia referendado.

A idéia é que se deveria seguir rumo ao aperfeiçoamento do que fora iniciado a 15 de março de 1990, conceito que veio através da significação positiva dada às ações do governo, e de uma definição mais clara do sentido da Reforma do Estado, a instauração da economia social de livre-mercado, entendendo que esta envolvia não somente a consolidação dos aspectos já relatados acima da Reforma do Estado, como uma distribuição de renda mais justa.

A idéia de seguir adiante continuou no momento seguinte, o do final do segundo ano de mandato e a projeção de perspectivas para o terceiro, vindo então a proposta de um consenso em torno de quais deveriam ser as ações prioritárias a serem empreendidas.

O passado foi tido como imoral, como o período onde o Estado era esbanjador, onde a imoralidade era reinante, onde não havia nem democracia, nem cidadania, nem direitos. Argumentou-se ser necessário romper com isto e a posição buscada por Collor de Mello foi a de ser um dos agentes deste rompimento, portanto, de estar tomando uma série de medidas neste sentido, dentre elas, implementando uma Reforma do Estado.

O passado, a Reforma do Estado, dentro delas a necessidade da Reforma do Estado, o significado e as ações do governo e dos demais atores envolvidos foram os principais sentidos em disputa, delimitando portanto os espaços onde se travaram

as lutas, sendo também os temas presentes nos pronunciamentos em torno dos quais se buscou tecer significados com os quais o emissor buscou sua posição social e discursiva.

A busca de uma posição social e discursiva conforme está colocado na introdução, é a busca por uma posição hegemônica dentro da sociedade, onde se reconstrói posições e sujeitos. Neste sentido, a mensagem foi composta, e também o governo foi estruturado, no entanto, foi necessário também desqualificar as visões em contrário. Conforme observado, Collor de Mello buscou esta posição estabelecendo uma série de rupturas, sendo esta uma característica perene de seu discurso.

Esta foi inicialmente marcada por Pinto (1994) e por Moritz (1996 e 1998). A segunda autora diagnosticou que durante a campanha o desenvolvimento delas se deu buscando estabelecer-se como o porta-voz dos humildes, dos fracos, dos que queriam a moralização, dos que eram espoliados pela inflação, enfim, dos que eram como ele, contrários ao governo Sarney. A oposição básica ali feita foi a seguinte: Collor X Sarney.

Coloca esta autora também que, a idéia que o candidato procurou fixar foi a de que somente ele, por suas características pessoais, coragem e bravura, seria capaz de resolver os problemas da Nação.

Com a necessidade de instaurar e legitimar o governo dentro do contexto da transição democrática e justificar a implementação das medidas por este propostas dentro deste mesmo contexto mudam as oposições tecidas, mas a característica de ruptura continua a mesma, passando a constar basicamente da seguinte equação: governo + Nação X Elites.

Um primeiro passo na instauração desta foi marcar a posição do governo Collor de Mello na história recente do país, significando este inicialmente como o arauto do novo, do ético, do democrático, do justo, do cidadão. Outro passo foi marcar quem era a Nação. Esta aparece sobretudo como sendo aquela que demanda moralidade e a realização das reformas que implementava, referendando-as. O governo é entendido portanto como o arauto das transformações que a transição dupla exigia.

O passo seguinte foi marcar a composição da oposição. Esta foi discursivamente construída como sendo composta por setores não-representativos da sociedade, não-democráticos e não-patrióticos, desfavoráveis ao Projeto de Reconstrução Nacional proposto pelo governo, portanto, presa ao passado.

A composição do campo fica completa com as denominações dadas aos demais poderes e à imprensa, e com a construção da mensagem, com os signos dados à proposta neoliberal de Reforma do Estado e ao Estado precedente.

Dentro destas ressaltam-se as características negativas do segundo, principalmente o fato deste não ter contemplado o desenvolvimento nacional no que diz respeito ao que o emissor entende por modernidade (economia competitiva, justiça social, liberdade, direitos, cidadania e preservação do meio-ambiente).

A proposta feita é colocada com um sinal contrário ao do Estado precedente. Sua implementação portanto, é o adentrar na modernidade, é o rompimento definitivo com o passado, é a finalização do processo de reconstrução nacional.

Conforme o emissor frisa: “a modernização é obra de todos” (MELLO, 1998e)¹⁴¹, ou seja, a sociedade deve construí-la coletivamente. Através da análise

¹⁴¹ Pronunciamento por ocasião do encerramento do 11º Seminário.

da construção dos sujeitos, conclui-se que este coletivamente quer dizer Governo + Nação.

Por esta razão, no decorrer do governo, Collor de Mello articula também a ambos como democráticos e implementadores e demandantes de formas de cidadania, liberdade e direitos calcados no modelo neoliberal. Governo e Nação estão em posição contrária às Elites, que aparecem como antipatrióticas, presas aos vícios do passado, e antidemocráticas.

Esta articulação se fez através de uma série de equivalências e diferenças, o que permite o diagnóstico de que se compõe o espaço de lutas desta forma:

QUADRO 3 – A COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO DE LUTAS

GOVERNO – SOCIEDADE – NAÇÃO	X	ELITES	FOCO DA DISPUTA: O MODELO DE ESTADO E SUAS FORMAS DE ATUAÇÃO NA SOCIEDADE
CONGRESSO NACIONAL IMPrensa E PODER JUDICIÁRIO DEVEM ALIAR-SE AOS PRIMEIROS			

A articulação feita é que governo e sociedade são os porta-vozes do novo, do bom, do justo, do moral, do moderno, tudo isto articulado numa proposta de Reforma do Estado. A elite é o contrário disto, e representa a manutenção do passado.

Por isto, se articula também que a partir da instauração do governo se tem um processo de ruptura com todo o passado e da instauração de um futuro melhor.

As bases desta instauração foram tidas como sendo, num plano mais geral, a história e a economia mundial e o que elas colocavam como horizonte teórico e

econômico. No plano local, são as ações do governo e os rompimentos que este buscou instaurar.

O Congresso Nacional e o Poder Judiciário foram entendidos como atores fundamentais para a realização do processo de transição para a democracia, e nos pronunciamentos feitos ao longo dos anos de 1990 e 1991, se procurou construí-los como aliados, ou como poderes que deveriam se tornar aliados do Executivo e da Nação. Assim é que as ações do Judiciário foram tidas como norteadoras das do Executivo, com os silenciamentos que isto envolve, e o Legislativo foi sempre chamado a examinar e aprovar com presteza aquilo que o Executivo propunha. A argumentação é uma só: o Executivo propõe em nome da Nação, assim, qualquer proposta ou ação que venha a protelar ou impedir qualquer ação deste é nociva ao interesse nacional, à democracia, ao que os pleitos de 89 haviam referendado, à modernização proposta.

As conclusões presentes até aqui são reforçadas quando se observa as considerações que o emissor teceu sobre o impeachment.

A frase “era o fim” e as memórias feitas no trecho no qual ela está presente, revelaram que para Collor de Mello, o que chegara ao final fora o governo e tudo o que este representava.

Assim é que todo o processo de investigação e de julgamento foi descrito como um “golpe” (o que é o oposto de democracia) orquestrado pelas elites que haviam sido contrariadas pela ação modernizadora do governo. Assim é também que se buscou reconstruir o governo como paladino da moral, eixo de sustentação social e discursiva que havia ruído durante o processo de investigação e julgamento das denúncias de corrupção.

Construindo os sujeitos e a mensagem como construiu, o presidente buscou para si também o papel de finalizador da transição democrática. Fez isto procurando não apenas colocar como encerrando em si e no advento de seu governo a realização de todas as demandas do período da transição dual, colocando que, tendo finalizado a transição política com os pleitos de 1989, caberia então iniciar e concluir a transição econômica, o que as ações do governo estavam fazendo, através da implantação do que fora definido como economia social de livre-mercado, e também, buscando legitimar a democracia, mas principalmente colocando o advento do Impeachment como uma reversão de tudo o que fora conquistado.

As análises feitas nos capítulos anteriores levaram à conclusão de que, procurando fixar estas rupturas e também o conteúdo da mensagem, Collor de Mello buscou para si e para o governo o papel de pautador de um processo de modernização e rompimento com o passado. Objetivando atingir este papel social e discursivo, compôs um discurso sobre a Reforma do Estado onde articula o governo e a Nação como aliados, propositores e implementadores de um Projeto de Reconstrução Nacional.

Os períodos anteriores aparecem então como a base histórica, a condição não-discursiva, para a proposição da Reforma do Estado, da modernização e da reconstrução nacional, e a maneira como os sujeitos foram construídos e interpelados é a perspectiva estratégica de como atuar nesta história.

Collor de Mello tenta então, sempre se colocar como o timoneiro mais hábil, indo de uma proposta de reformas radical, tal como proposto no Pronunciamento de Posse a uma gradual, dada pela idéia de consenso no último pronunciamento oficial analisado, e tenta com ele levar a Nação e convencer a oposição a não provocar

insubordinações, motins ou inverter o rumo da nau, a não contrariar o que este entende e significa como sendo o interesse pátrio.

Para este consenso, assim como na implementação da agenda como um todo, governo e sociedade e os demais poderes devem atuar juntos. Isto, e mais a centralização administrativa ocorrida no âmbito da Presidência da República, mostrada no capítulo IV, denotam como Collor de Mello buscou concentrar recursos de poder decisório e financeiro para conseguir implementar o programa que tencionava.

A construção dos sujeitos e da mensagem é indicativa também de como este procurou edificar um campo ideológico favorável às reformas. A construção e a interpelação dos sujeitos, a edificação da mensagem, a proposição de uma estratégia de mudanças que vai de radical a gradual, bem como as medidas tomadas mostram que Collor de Mello buscou resolver o caso de “muddling trough”, objetivando implementar de forma acelerada uma Reforma do Estado bastante próxima das “receitas” neoliberais.

As ações tomadas vão no sentido de implementar uma Reforma do Estado de sentido neoliberal e a maneira como foram significadas é a forma de construir em torno delas um campo ideológico favorável que as justifique. O presidente procurou formar este campo relacionando sua proposta de Reforma do Estado com os problemas vividos durante a transição dual da forma como fez, articulando-a com propostas de modernização e de reconstrução nacional.

A tentativa de estruturação deste campo e a interpelação dos sujeitos da forma como foram feitas revelam a maneira como o presidente buscou boas condições de governabilidade, essenciais à época, objetivando desta forma construir uma base de apoio parlamentar e social sólida, através da reorganização de

recursos políticos e intelectuais, já que tinha, através da Reforma Administrativa feita alguns dos decisórios, e que através da interpelação do Poder Judiciário e do Poder Legislativo e da imprensa, e também através do uso das Medidas Provisórias, buscou obter os demais.

Desta forma, o presidente tentou conseguir constituir-se (ser visto pela maioria da população) como emissor legítimo de um discurso sobre o Estado, e como aquele que possuíam a melhor proposta e a maior capacidade para implementação de um processo de rompimento com o passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. B. **Jornais de São Paulo: A Crise das Políticas Públicas no Brasil Vista Por Seus Editoriais (1989-1993)**. 1997. 180 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Unesp, Araraquara, São Paulo, 1997.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARTURI, C. S. As eleições no processo de transição à democracia no Brasil. In: BAQUERO, M. (Org.) **Brasil, Transição, Eleições e Opinião Pública**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

AZEVEDO, S. Reforma do Estado e mudanças institucionais no Brasil: variáveis exógenas e endógenas. In: MELO, M. A. (Org). **Reforma do Estado e Mudança Institucional no Brasil**, Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, p. 111-142, 1999a.

_____. A Política Recente da Reforma Tributária no Brasil: realidades e mitos. **Revista Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v.4, p. 247–273, outubro de 1999b.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1995**. Washington, USA, 1995.

BAQUERO, M. Apresentação. In: BAQUERO, M. (Org.) **Brasil, Transição, Eleições e Opinião Pública**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

BELLAMY, R. **Liberalismo e Sociedade Moderna**. São Paulo: UNESP, 1994.

BENEVIDES, M. V. M **O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política: 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BRASIL. Decreto 93211 de 03 de setembro de 1986. Cria a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, extingue o Departamento Administrativo do Serviço Público e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 99177 de 15 de março de 1990 Dispõe sobre regimento de acumulação de cargos e empregos e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto-lei 492 de 9 de abril de 1992. Dispõe sobre a administração pública federal. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto-lei 99178 de 15 de março de 1990. Dispõe sobre contenção de despesas na administração pública federal e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto-lei 99180 de 15 de março de 1990. Dispõe sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Medida Provisória nº 302 de 10 de abril de 1992. Dispõe sobre a organização de Ministérios e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto-lei 99181 de 15 de março de 1990. Dispõe sobre a legislação do Imposto Sobre Produtos Industrializados e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 99182 de 15 de março de 1990. Dispõe sobre a legislação do Imposto Sobre Produtos industrializados. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 99183 de 15 de março de 1990. Dispõe sobre a legislação relativa a contenção de despesas na administração pública federal e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 99188 de 17 de março de 1990. Dispõe sobre contenção de despesas na administração pública federal e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 99233 de 3 de maio de 1990. Dispõe sobre procedimentos preparatórios ao processo de fusão da Companhia Brasileira de Alimentos, da Companhia Brasileira de Armazenamento e da Companhia de Financiamento da Produção para Constituição da Companhia Nacional de Abastecimento. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 99235 de 4 de maio de 1990. Dispõe sobre critérios e diretrizes para elaboração de proposta de quadro-tabela de lotação ideal dos órgãos da presidência da república, ministérios civis, autarquias e fundações e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 99288 de 06 de junho de 1990 – Transfere atribuições de competências do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool e de seus órgãos para a Secretaria do Desenvolvimento Regional e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 99300 de 15 de junho de 1990. Dispões sobre os proventos dos servidores postos em disponibilidade e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 99944 de 26 de dezembro de 1990. Aprova o Estatuto da Companhia Nacional de Abastecimento - CNA. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8029 de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 101 de 17 de abril de 1991. Regulamenta a lei 8.167 de 16 de janeiro de 1991, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda relativa a incentivos fiscais, estabelece novas condições operacionais dos fundos de investimentos regionais e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 102 de 19 de abril de 1991. Altera o artigo 315, inciso IV do regulamento aduaneiro, aprovado pelo decreto 91030 de 5 de março de 1985. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 151 de 25 de junho de 1991. Brasília: Senado Federal.

_____. Decreto 153 de 25 de junho de 1991. Altera o decreto 101, de 17 de abril de 1991 que regulamenta a lei 8.167, de 16 de janeiro de 1991, que altera a legislação do Imposto Sobre a Renda Relativa a incentivos fiscais, estabelece novas condições operacionais dos fundos de investimentos regionais e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 192 de 20 de agosto de 1991. Regulamenta a lei 8.199 de 28 de junho de 1991, que concede isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis para utilização no transporte individual de passageiros (táxi). **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 207 de 06 de setembro de 1991. Altera Alíquotas do Imposto Sobre Produtos Industrializados incidente sobre veículos automotores que enumera. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 221. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 205 de 5 de setembro de 1991. Dispõe sobre a apresentação de guias de importação ou documento de efeito equivalente na Zona Franca de Manaus, suspende a fixação de limites máximos globais anuais e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 321 de 01 de novembro de 1991. Dispõe sobre o intercâmbio de informações entre o Departamento da Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social INSS e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 328 de 01 de novembro de 1991. Altera alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre os cigarros. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 329 de 01 de janeiro de 1991. Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários – IOF de que trata o artigo 18 da lei 8088 de 31 de outubro de 1990. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 324 de 01 de novembro de 1991. Define bens de pequeno valor para efeito da não-incidência do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza sobre ganhos de capital e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 332 de 04 de novembro de 1991. Dispõe sobre a correção monetária das demonstrações financeiras. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 340 de 13 de novembro de 1991. Altera alíquotas do Imposto Sobre Produtos Industrializados. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 347 de 21 de novembro de 1991. Determina a utilização dos sistemas SIAFI e SIAPE no âmbito do poder executivo federal. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 349 de 21 de novembro de 1991. Altera o decreto 5, de 14 de janeiro de 1991, que dispõe sobre o Programa de Alimentação do Trabalhador. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 420 de 13 de janeiro de 1992. Altera as alíquotas do Imposto Sobre Produtos Industrializados. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 474 de 10 de março de 1992. Dispõe sobre o aproveitamento de servidores em disponibilidade. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 451 de 17 de fevereiro de 1992. Altera o anexo do Decreto 243, de 28 de outubro de 1991. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 517 de 8 de maio de 1992. Regulamenta o artigo 11 da lei 8.387 de 30 de dezembro de 1991 e regula a área de livre-comércio de Macapá e Santana ALCMS. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 542 de 26 de maio de 1992. Define bens de pequeno valor, para efeito de não-incidência do Imposto de Renda sobre ganhos de capital e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 624 de 4 de agosto de 1992. Altera as alíquotas do Imposto Sobre Produtos Industrializados incidentes sobre os produtos que enumera. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 632 de 18 de agosto de 1992. Altera as alíquotas do Imposto Sobre Produtos Industrializados incidentes sobre os produtos que especifica. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 655 de 22 de setembro de 1992. Altera o Regulamento do Imposto Sobre Produtos Industrializados (RIPI). **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Decreto 665 de 01 de outubro de 1992. Altera as alíquotas do Imposto Sobre Produtos Industrializados incidentes sobre os produtos que enumera. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 7.739 de 16 de março de 1989. Dispões sobre a organização da presidência da república e dos ministérios e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.012 de 04 de abril de 1990. Dispõe sobre o pagamento de tributos de competência da União. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.031 de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.116 de 13 de dezembro de 1990. Transforma funções do grupo direção assistência intermediárias em funções de direção intermediárias e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.147 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a alíquota do Finsocial. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.155 de 28 de dezembro de 1990. Institui a Taxa de Conservação Rodoviária e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.181 de 11 de junho de 1991. Institui isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e depreciação acelerada para máquinas, equipamentos e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.199 de 28 de junho de 1991. Concede isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.200 de 28 de junho de 1991. Dispõe sobre a correção monetária das demonstrações financeiras para efeitos fiscais e societários. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.210 de 19 de julho de 1991. Cria a Área de Livre-Comércio de Guajará-Mirim no Estado de Rondônia e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.218 de 29 de agosto de 1991. Dispõe sobre Impostos de Contribuições Federais, disciplina a utilização de Cruzados Novos e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.250 de 24 de outubro de 1991. Dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.269 de 16 de dezembro de 1991. Reajusta valores da Tabela Progressiva para Cálculo de Imposto de Renda. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.402. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.270 de 17 de dezembro de 1991. Dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.383 de 30 de dezembro de 1991. Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.387 de 30 de dezembro de 1991. Dá nova redação ao parágrafo 1 do artigo 3 aos artigos 7 e 9 do decreto-lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, ao *caput* do artigo 37 do decreto-lei 1455, de 7 de abril de 1976 e ao artigo 10 da lei 2.145, de 29 de dezembro de 1953 e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Lei 8.392 de 30 de dezembro de 1991. Prorroga o prazo a que se refere o artigo 11 das leis 8.056, de 28 de junho de 1990, 8.127, de 20 de dezembro de 1990 e 8.201 de 29 de junho de 1991. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Medida Provisória 158 de 15 de março de 1990. Dispõe sobre a isenção ou redução de imposto de importação e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Medida Provisória 159 de 15 de março de 1990. Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Medida Provisória 160 de 15 de março de 1990. Altera a legislação do Imposto Sobre Operações Financeiras instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Medida Provisória 161 de 15 de março de 1990. Altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Medida Provisória 162 de 15 de março de 1990. Dispõe sobre a tributação, pelo Imposto de Renda dos ganhos líquidos obtidos em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Medida Provisória 164 de 15 de março de 1990. Dispõe sobre o pagamento de tributos de competência da União. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Medida Provisória 165 de 15 de março de 1990. Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Medida Provisória 167 de 15 de março de 1990. Altera a legislação do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Medida Provisória 171 de 17 de março de 1990. Altera a Medida Provisória 160, de 15 de março de 1990, que trata do Imposto Sobre Operações Financeiras e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Medida Provisória 282 de 14 de dezembro de 1990. Altera a lei 7798, de 10 de julho de 1989 e dá outras providências. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Medida Provisória 261 de 8 de novembro de 1990. Dá nova redação ao artigo 11 da lei 8029, de 12 de abril de 1990. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Medida Provisória 300 de 5 de dezembro de 1991. Reajusta valores da Tabela Progressiva para cálculo do Imposto de Renda. **CD-ROM Legislação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1999.

BRESSER PEREIRA, L. C. **A Crise do Estado**: Ensaio Sobre Economia Brasileira. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. Reformas econômicas em tempos anormais. **Revista USP**, São Paulo, USP, n.17, 1993.

_____. A reforma do Estado nos anos 90: Lógica e mecanismos de controle **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, CEDEC, n. 45, 1998a.

_____. **Reforma do Estado para a Cidadania: A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional.** São Paulo: 34; Brasília: ENAP, 1998b.

BRUNNHOFF, S. **A Hora do Mercado.** São Paulo: UNESP, 1991.

CARDOSO, E. A – **A Economia Brasileira ao Alcance de Todos.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

CONTI, M. S. **Notícias do Planalto: A Imprensa e Fernando Collor.** São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

CORRUPÇÃO. In: **Mini Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** São Paulo: Nova Fronteira, 1997, p. 115.

CRUZ, S. C. V. Alguns Argumentos sobre Reformas para o Mercado. **Lua Nova: Revista de Cultura Política,** São Paulo, CEDEC, n.450, 1998.

CUNNIL GRAU, N. Situando algumas condições de um novo contrato social: a ruptura de mitos para a reconstrução e desenvolvimento de seus negociadores In: BRESSER PEREIRA, L. C; WILHEIM, J. E; SOLA, L. (Orgs.) **Sociedade e Estado em Transformação.** São Paulo: EDUNESP; Brasília: ENAP, 1999.

DINIZ, E. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil 1930, 1945.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Uma perspectiva analítica para a reforma do Estado. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política,** São Paulo, CEDEC, n.45, 1998.

DRAIBE, S. M. **Rumos e Metamorfoses.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista USP,** São Paulo: EDUSP, n.17, 1993.

FIORI, J. L. Sobre a Crise do Estado Brasileiro. **Revista de Economia e Política,** v.9, n.3, p. 103-114, jul./set./1998.

_____. Para Repensar o Papel do Estado sem ser um Neoliberal. **Revista de Economia e Política,** v.12, n.1, p. 77-89, jan./mar./1992.

_____. **Os Moedeiros Falsos.** Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, ROUANET, ESCOBAR, LECOURT "O Homem e o Discurso". **Revista Comunicação**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, n.3, 1971.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO. Editorial do mês de março de 1990.

FRIEDMANN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Nacional, 1992.

HAYEK, F. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

KUNTZ, R. O Neoliberalismo é um untegrismo. **Revista USP**, São Paulo, USP, n.17, p. 54-62, março, abril, maio de 1993.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. Beyond The Positivity of The Social Antagonism and Hegemony. In: **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. Londres: Versus, 1985.

LACLAU, E. **Nuevas Reflexiones Sobre la Revolucion de Nuestro Tiempo**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1990.

LAMOUNIER, B. **Depois da Transição: Democracia e Eleições no Governo Collor**. São Paulo: IDESP-Loyola, 1991.

_____. **De Geisel a Collor: o Balanço da Transição**. São Paulo: Sumaré, 1990.

LATTMAN-WELTMAN, F.; CARNEIRO, J. A. D.; RAMOS, P. A. **A Imprensa faz e desfaz um Presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do "fenômeno" Collor**. Rio de Janeiro: Fronteira, 1994.

LIMA JÚNIOR, O. B. de. **Democracia e Instituições Políticas No Brasil dos Anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.

LIMA, M. *Petróleo, Energia Elétrica e Siderurgia: A Luta pela Emancipação (Um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a Política de Vargas)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARTINS, L. **Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Crise de Poder, Governabilidade e Governança In: REIS VELLOSO, J. P.; ALBUQUERQUE, R. C. (Coord.) **Governabilidade e Reformas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

MELLO, F. C. de. Pronunciamento de Posse (15/03/1990). In: **Discursos Durante a Presidência** (www.collor.com) 1998a.

_____. Pronunciamento No Tribunal Superior do Trabalho por ocasião do Dia do Trabalhador (01/05/90). In: **Discursos Durante a Presidência** (www.collor.com) 1998b.

_____. Palestra na Universidade de Yale (28/09/90). In: **Discursos Durante a Presidência** (www.collor.com) 1998c.

_____. Pronunciamento para reunião ministerial do dia 18/02/91. In: **Discursos Durante a Presidência** (www.collor.com) 1998d.

_____. Pronunciamento no encerramento do 11º Seminário da Semi-Comissão Empresarial de Competitividade de Mercado (03/07/91). In: **Discursos Durante a Presidência** (www.collor.com) 1998e.

_____. Pronunciamento por ocasião da assinatura de Atos da Reforma Tributária (12/11/91). In: **Discursos Durante a Presidência** (www.collor.com) 1998f.

_____. Pronunciamento para reunião ministerial do dia 23/12/91. In: **Discursos Durante a Presidência** (www.collor.com) 1998g.

_____. Artigo A Visão De Quem Viveu O Fato. In: **Discursos Durante a Presidência** (www.collor.com) 1998h.

_____. Artigo A Saída Social-Liberal. In: **Discursos Durante a Presidência** (www.collor.com) 1998i.

MELLO, P. **Passando A Limpo – A Trajetória De Um Farsante**: Rio de Janeiro, Record: 1993

MODERNIZAÇÃO. In: **Mini Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1997, p. 413.

MORITZ, M. L. R. de F. **A Nação Moralizada: a Promessa Eleitoral dos Presidenciais em 1989**. 1996. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

_____. O Político Moralizado no Discurso de Collor e Lula na Campanha Presidencial. In: **Cadernos de Ciência Política**, Porto Alegre, PPGPOL, n.2, 1998.

MOURA, A. R. Rumo À Entropia: a Política Econômica de Geisel a Collor In: LAMOUNIER, B. (Org.) **De Geisel a Collor: O Balanço da Transição**. São Paulo: Sumaré, 1990.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Editorial do dia 03 de setembro de 1991.

OLIVEIRA, F. **A Economia Brasileira: Crítica da Razão Dualista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

_____. A economia política da social democracia. **Revista USP**, São Paulo, EDUSP, n.17, 1993.

_____. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **Crise, Desordem e Reforma do Sistema Tributário Nacional**. Campinas: UNICAMP, 1995.

PINTO, C. R. J. **Com A Palavra o Sr. Presidente José Sarney**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. Tendências do Discurso Brasileiro Atual: os Limites dos Discursos das Soluções Milagrosas. In: BAQUERO, M. (Org.) **Cultura Política e Democracia: os Desafios das Sociedades Contemporâneas**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

PRZEWORSKY, A.; WALLERSTEIN, M. O Capitalismo Democrático na Encruzilhada. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo: Cebrap, n.22, 1988.

PRZEWORSKY, A. **Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

REIS, F. W. Governabilidade, Instituições e Partidos. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, CEPRAP, n.41, 1995, p. 40-61.

ROCCA, C. A. O impasse do setor público no Brasil e a retomada do desenvolvimento econômico. In: VELLOSO, J. P. R. (Coord.) **Crise do Estado e Retomada do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

SAES, D. **Estado e Democracia**: Ensaios Teóricos. Campinas: IFCH, 1995.

SALAMA, P.; FERNANDES, L. Comentário à exposição de Goran Therborn. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, M. H. C. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, CEDEC, v.40, n.3, p. 335-376, 1997.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. **Paradoxos do Liberalismo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SCHULZ, R. M. **O Discurso da Verdade**. 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SOLA, L. Estado, Mercado, e Democracia. **Revista USP**, São Paulo, EDUSP, n.17, Março, Abril, Maio, 1993.

_____. Estado, Reforma, Fiscal e Governabilidade Democrática: Qual Estado? **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, CEBRAP, n.38, p. 189-205, 1994.

_____. Estado, Regime Fiscal e Ordem Monetária: Qual Estado? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, n.27, 1995.

SORMAN, G. **O Estado Mínimo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.

TAVARES, M. da C.; MEIN, L. E. Pós-Escrito 1997: A Reafirmação da Hegemonia Norte-Americana. In: TAVARES, M. da C.; FIORI, V. L. (Orgs.) **Poder e Dinheiro**. Petrópolis: Vozes, 1997.

TAVARES, M. da C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____.A Retomada da Hegemonia Norte-Americana. In: TAVARES, M. da C.; FIORI, V. L. (Orgs.) **Poder e Dinheiro**. Petrópolis: Vozes, 1997.

TO MUDDLE. In: **Novo Dicionário Folha Webster's**. São Paulo: PubliFolha, 1996, p. 203.

ANEXO A – DISCURSOS PRESIDENCIAIS

**Discurso Pronunciado por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil, na Cerimônia de Posse no
Congresso Nacional**

PROJETO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

Brasília, em 15 de março de 1990.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional;

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República;

Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros;

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados;

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal;

Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras;

Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa;

Excelentíssimos Senhores Senadores,

Excelentíssimos Senhores Deputados,

Altas Autoridades da República;

Senhoras e Senhores,

Volto a esta Casa, onde vivi período de intenso aprendizado político, para receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar: a presidência do Brasil por delegação do povo. Venho trazer ao Poder Legislativo, ante o qual, seguindo o preceito da Constituição, acabo de assumir a Presidência da República, meu apreço e minha homenagem. Creio firmemente, Senhores Senadores, Senhores Deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República, o Legislativo e o Judiciário, tradicionais, autônomos e indispensáveis para a harmonia da política e o bem da nação brasileira. Orgulho-me de ter pertencido à Câmara dos

Deputados, onde meu avô, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada. Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal. Não saberia governar sem a colaboração permanente do Congresso, berço da lei e espelho da opinião, cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia. A transição democrática brasileira, que culminou nas eleições presidenciais do fim do ano passado, teria sido inconcebível sem a vitalidade do Congresso, logo convertido em Assembléia Constituinte, por todos conduzida com vigor cívico, e que, graças ao trabalho diligente do relator, trouxe-nos texto fecundo e inspirador. Teria sido inconcebível, também, sem a severa vigilância do Judiciário, que através do Tribunal Superior Eleitoral, exemplarmente presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, organizou de modo tão correto e transparente o pleito que restituiu ao povo brasileiro o direito de escolher seu governante. Nem poderia ela, a transição democrática, chegar a termo sem tropeços institucionais se não houvesse firme vontade nacional.

Meu respeito, e minha consideração, a todos os setores organizados da sociedade que souberam lutar e trabalhar pela vitória da democracia.

Meu apreço, e meu louvor, a cada um de meus compatriotas, que, por não terem perdido a esperança, o equilíbrio e o espírito cívico, fizeram com que a transição pudesse ocorrer em paz, sem violência, apesar de grandes dificuldades econômicas ao longo do percurso.

Minha eleição retrata e confirma as liberdades cívicas. Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público. Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto preciso da crítica que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponha. Tenho certeza de que o apoio e a crítica serão balizados

sempre pela determinação patriótica de colaborar na construção coletiva de nosso futuro. Assim é nas grandes democracias. Assim há de ser no Brasil. Que a competição eleitoral não seja uma fábrica de cisões e rancores insuperáveis. A própria idéia da legitimidade do processo induz não apenas ao acatamento legal do resultado, mas também à apreensão íntima, pelos cidadãos e, em especial, pelas lideranças políticas, de que as eleições não podem terminar com a celebração dos vencedores e o desânimo dos vencidos, mas com a renovação da confiança de todos, irmanados pela vontade de construir um País melhor, mais justo e mais feliz.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

É meu dever apresentar-lhes, resumindo minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente eleito, as diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional. Procurarei cingir-me a tópicos essenciais, para que tenham diante de si, com nitidez, os grandes temas de meu programa, consagrados pelos votos majoritários de novembro e dezembro de 1989. São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo.

Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia. Ao restaurá-la no Brasil, reatamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça. Mas procurando, a partir de agora, não só mantê-la como aprimorá-la, não só honrá-la como enriquecê-la, estaremos colocando o Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita. Pois o que estamos vivendo, neste fim do século XX, é uma era de democratização. Um a um, vão ruindo os autoritarismos; em toda parte, vão assomando as liberdades. O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, não pode senão figurar à frente desse movimento universal de libertação da

humanidade e de generalização da inestimável prática do autogoverno, do estado de direito e da estrita observância dos direitos humanos.

Hoje, mais do que nunca, o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania. Assistimos ao triunfo da idéia republicana em pleno ocaso da política de tipo messiânico. Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado. O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária. Mas a idéia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas. Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade cívica, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa a confundir o conflito social legítimo - inevitável na sociedade moderna, heterogênea e complexa como é - com o caos predatório das ambições sem grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo.

A cidadania é o direito do indivíduo na convivência republicana, na liberdade como diálogo e na justiça como respeito mútuo entre as pessoas e os grupos. Por isso me esforçarei por governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão. Entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o Estado. É hora de exercê-lo para fortalecer a nação, como coletivo da cidadania. Não basta governar para o povo - é preciso aproximar o governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da nação. É um compromisso sagrado de minha parte.

Certo é, porém, que a virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõem determinado clima moral. Requerem determinado capital de confiança e de estabilidade. Essa confiança, essa estabilidade, inexistem na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos.

A cultura da inflação se nutre do egoísmo, do individualismo vicioso, do imediatismo descarado. É uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo. Estimula a ganância ao mesmo tempo em que desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva.

A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou seja, à maioria da nossa gente. Pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se dela recorrendo a outras moedas. A inflação é, além disso, um enorme fator da desmoralização. Desmoralização interna, pelo aviltamento do salário e o despudor da especulação desbragada. Desmoralização externa, pelo contínuo desgaste da imagem internacional do Brasil. Um país que admite conviver para sempre com a ciranda inflacionária pode ser respeitado pelo seu tamanho e potencial, nunca por seu desempenho efetivo. Nada repugna mais ao espírito de cidadania que a corrupção, a prevaricação e o empreguismo. Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha. E assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada, com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar.

Farei realizar rigoroso levantamento e racionalização do setor público, como prova do meu respeito e homenagem aos verdadeiros servidores, aos que se

dedicam zelosa e meritoriamente às tarefas do Estado, e que não devem jamais ser confundidos com os que se locupletam de cargos miríficos e salários mirabolantes, sem nenhuma contrapartida social. Conduzirei um governo que fará da austeridade, ao lado da eficiência, a marca constante da atuação do Estado e um motivo de orgulho do funcionalismo federal.

O propósito imediato de meu, governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la. Concentrarei todas as energias do Executivo, pedirei todo o apoio do Congresso para erradicar definitivamente da economia brasileira a erva daninha da inflação, nossa velha indulgência com a fúria emissionista e o déficit público. Minha presidência jogará tudo na vitória contra esse câncer social, esse obstáculo intolerável à retomada decisiva do nosso desenvolvimento econômico e humano. Farei da estabilização monetária e financeira a prioridade absoluta de todos os primeiros passos deste governo. Outros já se propuseram lutar contra a inflação, mas fizeram desse combate um objetivo condicional. Comigo não será assim. A guerra contra a inflação será uma luta incondicional, porque, justamente, se trata de um combate condicionante de tudo mais: da retomada do investimento, da consolidação do crescimento, da conquista de melhores níveis sociais, do fortalecimento da democracia. Durante a campanha, no combate da campanha, pude perceber a fundo até que ponto o povo brasileiro deseja eliminar o carnaval dos gastos, das emissões e dos preços. Sei que, para elimina-lo, terei de contrariar vários interesses poderosos. Mas não transigirei na perseguição desse fim, que sozinho justificaria, por seu significado histórico e seu sentido social, qualquer governo e qualquer presidência. Vencerei ou falharei na medida em que esse desafio for enfrentado, sem demora e sem trégua. Mas tenho certeza de que, com o apoio resolutivo do povo

e do Congresso, ainda este ano haveremos de ferir de morte, de destruir na fonte, a inflação no Brasil.

Conheçam Vossas Excelências a agenda de medidas básicas com que encetarei nossa estratégia de extermínio da praga inflacionária. Não poderemos edificar a estabilização financeira sem sanear, antes de tudo, as finanças do Estado. É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado. No momento em que lograrmos esse equilíbrio - o que ocorrerá com certeza - teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública.

Tudo isso, Senhores Congressistas, possui como premissa maior uma estratégia global de reforma do Estado. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa. A dura verdade é que, no Brasil dos anos oitenta, o Estado não só comprometeu suas atribuições, mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor complementar. O Estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais grave, por seu comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro.

Essa perversão das funções estatais - agravada por singular recuo na capacidade extrativa do Estado - exige que se redefina, com toda a urgência, o papel do aparelho estatal entre nós. Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre iniciativa - não ao Estado - criar riqueza e

dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades - pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos.

Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas, além de oferecerem bom nível de vida aos seus cidadãos, com melhor distribuição de renda. Não abrigamos, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o capital estrangeiro. Ao contrário: tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele, embora, é claro, sem privilegiá-lo. Não nos anima a idéia de discriminar nem contra nem a favor dos capitais externos, mas esperamos que não falte seu concurso para a diversificação da indústria, a ampliação do emprego e a transferência de tecnologia em proveito do Brasil.

Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica.

A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit

governamental, sustentando melhor a luta antiinflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição.

Permanece válido, ainda hoje, o adágio medieval: o Estado é uma entidade que pune todas as injustiças, exceto as que ele mesmo comete.

Na realidade, diviso, como um dos limites fundamentais ao livre desenvolvimento das forças produtivas, à pujança e expansão do mercado: o imperativo ecológico. O cuidado com o meio ambiente, o alarme ante o drama ecológico do planeta, não é para nós uma celeuma artificial. Pertencço à geração que lançou um grito de alerta contra um modelo de crescimento que caminhava às cegas para o extermínio da vida sobre a Terra. A urgência que meu governo dará a essa questão reflete um sentimento cada vez mais vivo na sociedade, e particularmente na juventude brasileira, que por isso mesmo converti numa das pedras angulares de minha campanha presidencial.

Em recente viagem ao exterior, como presidente eleito, ressalttei que a questão ambiental não pode ser tratada entre governos com tom recriminatório, como se os países se dividissem entre inocentes e culpados nessa grave matéria. Indiquei que somente o volume dos gastos militares das nações do Norte já seria suficiente para realizar a mais ampla limpeza da Terra.

Mas observei que, fora do simplismo de acusações unilaterais, o Brasil estará sempre disposto ao diálogo e à cooperação internacionais sobre o drama ecológico. Nas Nações Unidas e nos demais foros, passaremos a formar entre os países que melhor sustentam o esforço de encontrar soluções objetivas e inteligentes para harmonizar o desenvolvimento - único meio de resgatar nossa gente da pobreza - com a preservação do ambiente. Saberemos conciliar sem complexos a defesa de nossa soberania com uma atitude positiva e conseqüente, não apenas defensiva,

frente a um problema cuja dimensão afeta, como sabemos, o destino do gênero humano em seu conjunto.

Marquei a sinceridade de nossos propósitos precisando que, no caso brasileiro, não só a Amazônia, mas também o Pantanal e a Mata Atlântica, nossos rios e bosques, integram um território conservacionista, norteado pela deliberação de desenvolver sem depredar. Finalmente, para vincar a nova importância que o Brasil confere ao problema ecológico, relancei minha proposta de um Imposto Internacional sobre poluição e convidei pessoalmente os Chefes de Estado e de Governo com que me avistei a comparecerem à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que o Brasil sediará em 1992.

Duas considerações qualificam atualmente nosso impulso de retomada irreversível do desenvolvimento. O cuidado ecológico é uma delas. A outra, Senhores Congressistas, é o empenho de justiça social, a decisão - que incorporei às prioridades absolutas de meu governo - de criar condições para o resgate de nossa gritante e vergonhosa dívida social. Tanto a ética quanto o interesse nacional reclamam uma completa mudança de mentalidade nesse terreno.

Até aqui, nossa atitude básica frente às carências sociais brasileiras consistiu essencialmente em manter, por parte do governo e das elites, um comportamento paternalista. Esse paternalismo, a seu turno, engendrava alternativamente dois tipos de conduta prática frente ao problema. Ou relegávamos a questão para um plano secundário, na ingênua crença de que a melhoria do padrão de vida das massas deriva automaticamente do crescimento econômico; ou procurávamos enfrentar a pobreza com políticas distributivistas irresponsáveis, porque baseadas num populismo primário, incapaz de reconhecer que o verdadeiro bem estar coletivo, o

progresso social duradouro só ocorrem quando se assegura e se mantém um nível elevado de desempenho econômico e, por conseguinte, de prosperidade geral.

Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade. Não concebemos a modernidade sem sua componente de justiça, nem o progresso sem que todos possam beneficiar-se de seus frutos. A finalidade maior de meu governo é libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça. Mas como sou um democrata moderno e não um demagogo populista, tenho consciência de que, aqui também, impõe-se a estabilização financeira para que o Investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo. Impõe-se também que o Estado recupere sua capacidade de executar políticas públicas. Só assim geraremos a renda e o emprego que, ao lado de boa política social, arrancarão nossa gente marginalizada das garras da carência e da miséria.

Que esta posição fique clara: não deixarei o problema da pobreza à mercê do automatismo do mercado. O mercado, excelente e insubstituível como produtor de riqueza, nem sempre é satisfatório como seu distribuidor. Mas tampouco recairemos na facilidade do social sem amanhã, do alívio efêmero, do redistributivismo incoseqüente em prejuízo do esforço produtivo. Sabemos que contamos para isso não só com a compreensão, mas com o pleno apoio das lideranças sindicais esclarecidas deste país. Do binômio de Juscelino -- democracia e desenvolvimento - queremos passar ao trinômio do Brasil moderno: democracia, desenvolvimento e justiça Social.

Uma das dimensões mais arcaicas da nossa realidade atual é o descalabro da educação. Meu governo terá maior empenho não só em combater o

analfabetismo, cuja dimensão permanece incompatível com o estágio econômico e tecnológico a que chegamos, mas também em enfrentar com determinação os problemas da educação de base e da qualidade do ensino superior.

Neste terreno, o Brasil precisa de nada menos que uma revolução educacional, que transforme prioridades constantemente reconhecidas numa reorientação concreta e drástica da atuação do poder público. Não são recursos que têm faltado, mas vontade de aplicá-los melhor, caminhando em marcha batida para a redenção educacional dos mais pobres e para a conquista duradoura de padrões de excelência na educação superior e na pesquisa universitária. Minha presidência acrescenta a seus compromissos principais essa revolução educacional, componente Indispensável de nosso futuro próximo.

Senhores Congressistas,

Direi agora algumas palavras sobre a situação do Brasil no mundo contemporâneo.

Antes de tudo, é preciso registrar impressionante mudança no cenário internacional. O perfil de uma nova Europa Oriental faz ver como encerrada uma fase na história das relações internacionais, dominada pelo confronto ideológico Leste-Oeste. Fica definitivamente sepultada a guerra fria. Repensam-se alianças. Cancelam-se alinhamentos. Enquanto isso, novas áreas se preparam para adotar as leis da economia de mercado, com democracia, respeito pelos direitos humanos e cultura da liberdade, que são hoje tendências universais. Em toda parte o poder monolítico, as estruturas dirigistas e os resíduos autoritários estão na defensiva.

Nesse quadro dinâmico, tão diferente daquele de apenas dez anos atrás, propendem a emergir grandes espaços econômicos. Não se trata necessariamente

de blocos fechados, mas de novas configurações econômicas e políticas, as quais terão de ajustar -se o potencial competitivo de cada país.

Diante dessas transformações que aceleram o tempo histórico, é preciso buscar fórmulas novas de inserção do país no mundo.

A riqueza e a complexidade do momento não são motivo para timidez e recuo; ao contrário, requerem sensibilidade nova, propostas de ação que sejam claras, que tornem a política externa sintonizada com os objetivos de reconstrução nacional.

Como exige a democracia, a política externa há de responder ao momento de afirmação da vontade popular, que quer - e com urgência - a modernização do Brasil. As opções que teremos que fazer pedem muito mais do que a elaboração de pautas diplomáticas bem formuladas. Pedem, na realidade, o concurso da vontade nacional, constituída com orientação segura.

Uma das tônicas do Brasil moderno há de ser a participação ativa nas grandes decisões Internacionais. Não por pretensão de hegemonia ou por vontade de poder, que a tradição brasileira repele. Mas porque, hoje, a interdependência exige que todo ato de governo seja uma permanente combinação de variáveis internas e externas. Para um país de nossas dimensões, com nossa determinação de desenvolvimento, não há opção melhor que a de ter parte ativa nas decisões internacionais.

São essas as premissas sobre as quais definirei a política externa brasileira.

Levarei em conta que vivemos um momento raro na história da humanidade, em que se prenuncia a efetiva construção da paz e da segurança. A paz parece estar ao alcance de nossas mãos, embora falte ainda muito para que desapareçam definitivamente as causas de conflito. Com base em suas tradições, o Brasil tem um

papel a desempenhar. Insistirei na idéia de que não se construirá a paz permanente senão sobre regras sólidas de boa convivência, como o respeito à soberania, a não intervenção, a auto-determinação, a solução pacífica de conflitos, o cumprimento fiel dos tratados, o respeito integral dos direitos humanos.

Insistirei também em que os alicerces deste mundo de paz só serão sólidos se apoiados na justiça, no esforço comum para reduzir desigualdades no Planeta. De fato, o dinamismo das novas configurações econômicas convive ainda com a miséria e a estagnação, raízes de tensão e conflito. Se caminhos trilhados decepcionaram, não há que desistir de caminhar. Os anseios de justiça, no plano nacional, devem ter contrapartida na ação da política externa.

Não podem ser abandonados porque alguns proclamam que já não condizem com o momento histórico. Os anseios de justiça são permanentes e, de certa forma, retratam a própria história.

O Brasil estará aberto ao mundo.

Queremos integração, crescente e competitiva. A diplomacia atuará, de forma intensa, no plano bilateral e coletivo, buscando a cada momento formas novas de cooperação, seja no campo da economia, seja em ciência e tecnologia, seja no diálogo político. O momento é único na história do País e do mundo, e o papel da ação diplomática é estratégico para aproximar a nação dos tempos novos em que vivemos.

A impressionante dinâmica das mudanças ora em curso no cenário internacional torna mais grave o risco de cairmos numa situação de confinamento e marginalização. A esse espectro devemos contrapor a clareza de nosso projeto e de nosso desempenho. É imperioso abdicar do discurso estéril e irrealista, do pseudo-nacionalismo que induz ao isolamento, da desconfiança, da ilusão míope de auto-

suficiência. Temos, ao contrário, que demonstrar com fatos o potencial e a pujança do Brasil. É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil, e que possamos acreditar na conveniência de nos abirmos ao mundo.

Essa disposição de abertura, associada ao combate eficaz à inflação e à superação da crise econômica no País, virá acompanhada de regras claras, que garantam a quantos desejem investir no Brasil um padrão de estabilidade e confiança.

A política externa de meu governo há de incorporar as melhores vocações diplomáticas brasileiras. A contribuição para a paz e a justiça será permanente. A luta pelo desenvolvimento orientará a todo tempo a ação externa da República.

Assinalo, a propósito, minha satisfação pessoal, como governante e como homem atento às transformações da ordem internacional, por ter prestado, em escala modesta, quando de recente viagem ao exterior, alguma contribuição ao bom diálogo entre os Estados Unidos e a União Soviética. A dissensão é um dos processos maiores da nova ordem internacional e a orientação permanente de meu governo será no sentido de trabalhar para que cheguemos a um estágio irreversível na construção da paz.

Para o Brasil, o grande espaço imediato é a América Latina, com seu epicentro econômico no Cone Sul. A tradição de amizade, de esforço pela paz regional, de cooperação e diálogo, serão reforçadas. Daí a crescente importância do processo de Integração latino americana, que pretendo aprofundar sistematicamente em meu governo. Penso que a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias e, portanto, condição para que a América Latina possa juntar-se aos protagonistas deste momento de mudança do cenário mundial. A integração

latino-americana vai deixando de ser um sonho para se tornar realidade tão concreta quanto fecunda.

O desenvolvimento econômico e social de toda a região há de aproximar ainda mais nossos povos irmãos, fortalecendo o regime democrático por eles escolhido.

Pretendo exercer, no relacionamento bilateral com os Estados Unidos, a melhor disposição para o diálogo e o entendimento.

Na convivência entre duas democracias, deve prevalecer o reconhecimento das suas características próprias, o respeito por opiniões distintas ou mesmo divergentes.

Tenho certeza de que diferenças de interesse e percepção, naturais em intercâmbio denso como o nosso, serão tratadas de forma construtiva, para benefício mútuo. O Brasil deseja sincera e fortemente que as relações com os Estados Unidos tenham sentido positivo. Entre parceiros de tão longa data, com afinidades passadas e presentes, são as coincidências e não as discrepâncias que devem dar o tom do diálogo.

Continuarei exortando as lideranças dos países da Europa a reconhecerem na América Latina aquela parte do mundo em desenvolvimento onde as próprias raízes são também européias. Confio em que a unificação comunitária prevista para 1992 não tenha um perfil excludente. De nossa parte, como disse a vários governantes europeus em meu périplo de presidente eleito, trataremos de explorar todas as potencialidades que a nova dinâmica da Comunidade possa trazer em termos de comércio, capitais e tecnologia. Senti essa disposição de arrojo e abertura por parte do Brasil muito bem acolhida na Alemanha, França, Inglaterra e Itália.

Na Europa, Portugal será necessariamente o interlocutor mais próximo do Brasil. Esse é um fato que dispensa explicações. Afinal, da ação histórica dos irmãos portugueses deriva nossa própria existência como nação e como Estado. A Espanha, por sua vez, não deixará de ser vista pelo Brasil, tal como por nossos vizinhos, como parceiro bilateral e ator destacado no diálogo entre a América Latina e a Europa. Espero de ambos os governos o apoio para o necessário fortalecimento dos laços do Brasil com a Comunidade Européia.

O Japão ocupará posição de especial realce na política externa do Novo Brasil. Nossas realizações comuns já constituem uma história de êxitos. Temos bases suficientemente, sólidas para nos lançarmos a uma nova e mais ambiciosa etapa da cooperação brasileiro-japonesa no plano dos investimentos, da tecnologia, do comércio e do diálogo político.

A súbita, inesperada e positiva evolução do Leste Europeu, que aplaudimos com toda nossa sinceridade de democratas, representa um fator a mais para que nos capacitemos da absoluta necessidade de uma integração competitiva do Brasil na economia mundial. País de posse de um parque industrial já completo e integrado, pode o Brasil marchar tranqüilo para a experiência da abertura de sua economia.

Meu governo acompanhará com atenção redobrada o curso da transformação do Leste Europeu: o Itamaraty terá instruções específicas para dar prioridade ao exame e interpretação dos temas daquela área. Essa diretriz justifica-se não só pelo fato de se estar abrindo uma nova era na universalização da democracia, mas também porque se trata de um processo que terá grandes conseqüências nas relações internacionais.

Meu desejo é que as mudanças ocorram em paz e na forma a que aspiram os povos europeus. Darei ênfase especial à modernização do relacionamento com a União Soviética, tanto no plano do diálogo político como no do intercâmbio econômico, científico, tecnológico e cultural.

Com os países da África deveremos trabalhar para restituir dinamismo ao nosso relacionamento, muito afetado nos últimos anos pelas dificuldades que se abateram, de modo geral, sobre os países em desenvolvimento. É Imprescindível a identificação de possibilidades concretas de cooperação que dêem, o quanto antes, impulso a esse esforço. Acentuaremos nossas identidades, aprofundando uma noção de comunidade cultural e histórica, e condenando o racismo, particularmente o regime de "apartheid" na África do Sul, que esperamos esteja em sua etapa terminal.

O Brasil buscará aproveitar ao máximo o potencial de diálogo e colaboração existente no seio da comunidade de expressão portuguesa, à qual estamos ligados por estreitos laços, cujas origens remontam a quase cinco séculos. No período seguinte ao processo de descolonização dos anos setenta, o Brasil e seus irmãos de além mar souberam demonstrar que, longe de se limitarem à fraternidade retórica, são capazes de ajudar-se mutuamente na construção do progresso e do bem estar.

Aos países do Oriente Médio, o Brasil está ligado por antigos laços de amizade e por importantes interesses comuns, decorrentes de um intercâmbio rico e dinâmico. Aproximados pela presença de milhões de brasileiros com origens naquela parte do mundo, sofremos ao assistir ao espetáculo diário da guerra e da violência. Desejamos que se chegue à paz firme e duradoura naquela região. Sustentamos que naquela área do globo é urgente e clara a necessidade de que se observem estritamente os princípios essenciais do convívio internacional: o direito

dos povos à autodeterminação; a negação da conquista pela força; a observância do direito internacional, particularmente os elementos incorporados nas resoluções do Conselho de Segurança. A moldura das decisões das Nações Unidas é a melhor base para a solução do problema, que exige diálogo amplo, sem discriminações, entre os povos envolvidos. Não há caminho para a paz se não houver aceitação mútua dos direitos legitimamente definidos pela comunidade Internacional.

Com a República Popular da China e com a Índia, dois grandes atores do cenário Internacional, o Brasil tratará de ampliar e multiplicar as vias de entendimento e cooperação. Temos consciência plena do peso desses Estados, de suas semelhanças conosco -- em termos de dimensão, estágio de desenvolvimento e potencial -- e, sobretudo, da necessidade de que tais semelhanças sirvam de base ao maior benefício de nossos povos.

O mesmo ânimo valerá também para os demais países em desenvolvimento da Ásia e do Pacífico, que se encontram agora inseridos num dos espaços de maior dinamismo econômico do planeta. O Brasil não deixará de enriquecer-se com o exemplo dessas experiências e cuidará de abrir com essas nações novas frentes de cooperação. Considero decisiva a ação dos organismos multilaterais, políticos e econômicos. Cabe a eles, de fato, através do diálogo e da cooperação, permitir que as transformações extraordinárias que vivemos sejam retratadas em instituições e regras estáveis. Por isto, darei atenção especial ao novo papel das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, como instrumentos de paz e segurança, e também aos organismos econômicos, como o GATT e a ALADI, que procuram estabelecer formas novas de convivência entre as nações.

Com os países credores, tratarei de reequacionar o problema da dívida externa. Nossa proposta de renegociação da dívida tem um parâmetro fundamental:

não se trata, para nós, de saber quanto poderemos crescer depois de servir à dívida, mas sim de quanto poderemos pagar depois de garantido nosso crescimento econômico em níveis consentâneos com sua taxa histórica e com o projeto de desenvolvimento e justiça que norteará nosso futuro.

Ao longo de todo um século, até a década de oitenta, o Brasil foi, na opinião de historiadores econômicos abalizados, o país que mais cresceu. Os terríveis anos oitenta trouxeram trágica interrupção a esse processo de crescimento que, apesar de vigoroso, era, como sabemos, eivado de distorções e fragilidades. Temos de lutar para que os anos noventa restaurem e acentuem a trajetória de crescimento, fazendo as opções necessárias - e muitas serão extremamente penosas a curto prazo - para desentravar as energias econômicas do nosso país. Um dos maiores obstáculos a isso é sem dúvida o serviço da dívida, nos níveis em que se encontra. No marco do parâmetro que defini, estarei aberto a uma negociação franca e leal com os credores. Não quero confrontação. Não quero impor fórmulas. Mas não aceitarei contratos de adesão que determinem unilateralmente caminhos e soluções. Negociar significa aceitar a diversidade de interesses e, ao mesmo tempo, admitir que existe um interesse maior: a chegada ao ponto de encontro que sirva a todas as partes. As perspectivas de aproximação são claras e tenho certeza de que, ao esforço brasileiro de sanear as finanças públicas, de modernizar a economia, corresponderá necessariamente uma atitude positiva da comunidade financeira internacional.

A palavra de ordem do meu governo, no plano internacional, é só uma: o Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial. O único caminho apontado pelo interesse nacional é a integração gradual, mas constante e

segura, a plenitude do processo econômico. Essa é a realidade dos países mais desenvolvidos do planeta. Essa é a real vocação do Brasil.

Senhores Congressistas,

Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver da política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração. É esse, também, o apelo que faço à nossa classe política e à sua máxima assembléia, o Congresso Nacional. Há no Brasil, como sabemos, dois tipos de elite. Há elites responsáveis, modernas e criadoras, legitimadas pela eficiência e pela qualificação. E há elites anacrônicas, atrasadas, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro particularismo.

Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil. E foi nessa mesma intenção que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder. Meu avô, Lindolfo Collor, foi o autor da primeira Carta de direitos sociais do Brasil, como fundador e primeiro titular do Ministério do Trabalho. Coube a mim estender aos assalariados, aos trabalhadores, o convite à participação política, no próprio nível de governo. Sei que, ao proceder assim, contei com a mais viva simpatia da sociedade e, particularmente, da juventude brasileira, sensibilizada como é para o esforço de integração social do país.

Aí têm os Senhores Congressistas, em linhas gerais, meu projeto de reconstrução nacional. Creio sinceramente que ele encerra uma firme resposta de minha geração ao desafio do Brasil na modernidade. O Congresso receberá a partir de amanhã, 16 de março de 1990, as primeiras propostas específicas corporificando essa visão e essa estratégia de modernização do Brasil, de reforma do Estado, de recriação das bases do nosso desenvolvimento econômico e social.

Cada uma dessas propostas, estou seguro, receberá aqui toda atenção e apoio, pois bem sabem que lhes apresento todas elas com a chancela das urnas, após uma vitória eleitoral expressiva, resultado da opção popular por nosso programa de governo e de renovação.

Não tem faltado, entre nós, a prédica da modernização. O que tem faltado, quase sempre -- no nível do Estado -- é uma prática coerente com aquela. Meu governo se propõe precisamente eliminar esse hiato entre discurso e prática modernizantes. Nesse propósito é que trago à soberana consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional meu programa de governo.

Ao fazê-lo, volto o pensamento para nossa bandeira, símbolo da Pátria. Nela vemos retratados a dimensão territorial, os recursos naturais, a multiplicidade de regiões e o apreço do povo brasileiro pelo progresso e pela paz. Meu compromisso na Presidência da República é realizar um governo digno das melhores qualidades da nação, um governo capaz de erguer o Brasil à altura do valor de sua gente, e do lugar que merece no concerto das nações.

PRONUNCIAMENTO ALUSIVO AO PRIMEIRO ANO DE GOVERNO:
DISCURSO PARA A REUNIÃO MINISTERIAL DE 18 DE FEVEREIRO DE 1991

Senhores Ministros

Senhores Secretários

O ano de 1991 é decisivo para a consolidação do Projeto de Governo, democraticamente endossado por milhões de brasileiros que pensam, como todos nós, que é possível mudar este país. Hoje, mais do que nunca, a nação sabe o que quer e demonstra uma vontade férrea e inabalável de conquistar, em definitivo, o bem-estar, a prosperidade e a justiça social.

Devemos, como equipe de governo, ser absolutamente fiéis a essa vontade, trabalhando, de forma incansável, para que as aspirações nacionais se realizem.

Nesta Primeira Reunião Ministerial do ano, necessitamos refletir sobre o muito que já foi feito e o que ainda temos de fazer. Sobre o acerto e a eficiência das medidas que temos adotado, suas limitações e a melhor forma de aperfeiçoá-las. A consciência do dever sendo cumprido de forma continuada é inspiração para as imensas tarefas dos próximos meses.

Partimos de um projeto de modernização que constitui uma opção séria, consistente e legítima. O homem das ruas sabia, desde o primeiro momento, que o Projeto de Reconstrução Nacional não prometia milagres, mas apresentava um plano de trabalho que exigia sacrifícios e esforços de todos e de cada um porque essa

sempre foi a fórmula para o êxito em qualquer empreendimento humano. Foi assim que os países modernos e desenvolvidos construíram a sua riqueza e pujança.

Com muita dedicação e trabalho. Os milagres em economia não existem: a trilha da prosperidade só se percorre com coragem, disposição para o trabalho, vontade de vencer e com o aprendizado que vem da experiência do cotidiano. Sabemos também que a prosperidade constrói-se com respeito à lei e ao direito. Nos dias de hoje, pregar ações de violência, e avalizar atos ilegais, soa absurdo. São insólitos ecos de um tempo ultrapassado, no Brasil e no mundo. A cidadania prefere o caminho da paz.

O brasileiro está disposto a conhecer os problemas como eles são, sem escamoteá-los, sem aceitar soluções simplistas, que só adiam as crises e perpetuam o dramático quadro social, que penaliza milhões de adultos e crianças indefesas, que não poderiam continuar a viver sem que uma ação imediata fosse desencadeada. Temos um projeto e sabemos, todos, como realizá-lo: essa mudança de direção da sociedade e do governo é a maior conquista desses primeiros meses de meu mandato.

Senhores Ministros

Senhores Secretários

O governo jamais pretendeu ser infalível. O governo nada pode sem o apoio firme e convicto dos cidadãos. Governar num regime democrático, não é um ato solitário, mas sim a busca renovada do entendimento e do consenso. Independentemente de coloração ideológica ou afinidades pessoais, o diálogo com os setores representativos da sociedade tem sido permanente e aberto: Pessoalmente ou por intermédio dos integrantes de minha equipe, tenho procurado colher reações quanto aos rumos traçados e metas conquistadas, no Processo de Reconstrução Nacional.

A disposição do governo para o entendimento se sustenta na convicção de que um futuro melhor para o país só se forja com participação ampla e construtiva de todos os brasileiros.

A causa é o Brasil, sua gente, seus sonhos. As reações a esse chamamento têm sido, em regra, positivas. Em minhas viagens pelo Brasil, visitando regiões pobres e carentes, é gratificante verificar que a esperança continua viva. Associações civis, lideranças sindicais e empresariais, políticos representativos atendem ao diálogo, e se mostram dispostos a cooperar, porque sabem que esse é o caminho necessário da transformação. Infelizmente, em setores que, por sua posição social ou econômica, têm a obrigação da perspectiva de longo prazo, encontro a defesa inaceitável de interesses paroquiais e imediatistas, que atentam contra o bem público. Na economia, aproveitam-se das distorções de certos segmentos do mercado, ainda oligopolizados, para fazer valer absurdas vantagens. Na política, imaginam que, ainda hoje, a vantagem efêmera da popularidade se alcança com soluções fáceis e falsas para os problemas sociais. Fogem, assim, à responsabilidade de fortalecer o entendimento nacional, de consolidar as instituições; fogem à cooperação, que é a exigência do momento.

O exercício da crítica, num regime democrático, é essencial e desejável. Respeitá-lo é o dever de todo governante. A crítica, porém, não deve limitar-se à prática de censurar, sem apresentar alternativas. Não pode confundir-se com o preconceito, com a oposição sistemática e inseqüente. A crítica construtiva e patriótica ultrapassa a defesa mesquinha dos interesses de determinados grupos. É fundamental oferecer propostas que visem ao bem comum da nação.

Senhores Ministros

Senhores Secretários

A reflexão a que convido a sociedade brasileira tem contornos e propósitos essencialmente políticos. A análise objetiva e equilibrada do quadro vigente revela que a estabilização econômica e a consolidação institucional dependem tanto da dimensão política como da psicológica, além da eficiência das ações de governo. Tornou-se imprescindível alcançar um entendimento sobre o sentido da modernização, bem como das tarefas prioritárias do estado. Fazer política, agora, não poderá ser mera luta por poder e influência, desvinculada de objetivos mais amplos e permanentes. Insisto: fazer política é buscar unir e não dividir.

As medidas econômicas de 10 de fevereiro são o fruto e o exemplo da coerência e lógica do projeto que defendemos desde os momentos iniciais do governo. Eram necessárias para o aprofundamento do programa original de estabilização da economia, que eliminou a ameaça da hiperinflação e iniciou a reforma estrutural do estado. A gravidade decorrente das incertezas geradas pela crise do Golfo Pérsico, pela perspectiva de uma safra agrícola de resultados ainda não conhecidos e pela intolerância de certos agentes econômicos, inconformados com a perda de seus privilégios, exigia ações decididas e urgentes.

Os setores produtivos da economia devem aceitar uma trégua de preços agora. Ela certamente envolve sacrifícios no curto prazo, mas trará benefícios coletivos no médio e longo prazos. Em seu conjunto, as medidas são a garantia para a plena vigência futura da economia de mercado. O Brasil tem fragilidades estruturais que aos poucos vão sendo superadas. A economia de mercado irá sendo conquistada à medida em que os resultados das reformas estruturais que estamos promovendo se fizerem sentir na redução dos custos de produção, no avanço tecnológico do parque produtivo, no aumento de competitividade e na maior integração do Brasil à economia internacional.

Senhores Ministros

Senhores Secretários

O Parlamento, agora renovado, tem de ser o pilar-mestre na construção da nova realidade. Ele é a síntese de todos os poderes. Numa democracia institucionalizada, o Presidente da República deve ser árbitro e também assumir seu papel constitucional de liderança. Não pode porém ser protagonista isolado. A classe política deve articular-se para compartilhar com o executivo a responsabilidade de mudar o Brasil.

Sem organizações partidárias sólidas não se dá consistência à ação de governar num regime presidencialista, nem se viabiliza a eventual instauração do parlamentarismo. A questão partidária não pode todavia prescindir do exame objetivo de ações que a realidade impõe. O fisiologismo, a demagogia, o paternalismo, a fuga e a omissão são os piores inimigos da classe política, porque minam sua credibilidade e solapam a estabilidade institucional.

Os encontros que venho mantendo com governadores, senadores, deputados e outras lideranças demonstram que não é somente a ideologia partidária que determina a avaliação de cada um desses políticos da atuação governamental muitos deles concordam integralmente com o sentido das mudanças que vimos promovendo. Muitos deles, ademais, têm contribuído com críticas e sugestões pertinentes, que estão sendo acatadas, na medida em que aperfeiçoem o projeto de modernização. Objetividade e visão pragmática não são incompatíveis com as ideologias partidárias. Ao contrário, são o seu mais precioso alimento.

As propostas do Poder Executivo na área legislativa não tencionam de nenhuma forma inibir as ações do Congresso Nacional. Elas respondem ao clamor público por mudanças urgentes e inadiáveis; elas visam garantir a governabilidade e a

preservação do equilíbrio institucional. Essa foi a clara mensagem expressa na constituição de 1988 que consagrou o dispositivo da medida provisória. Sua utilização tem-se balizado por critérios estritos e legítimos. Alguns queixam-se da utilização reiterada desse instrumento legal, mas se esquecem de mencionar as conquistas, inúmeras e irreversíveis e as profundas reformas alcançadas por intermédio das medidas provisórias editadas.

O controle da inflação, a reforma do estado, as transformações estruturais que o país reclama exigiam ações decisivas e tempestivas. A hiperinflação, o desperdício abusivo dos recursos escassos do setor público, a manutenção de privilégios odiosos que beneficiavam certos segmentos, a luta contra a miséria demandavam determinação e pulso da parte do governo. Para o trabalhador, que via minguar a cada dia seu poder aquisitivo, que via faltar à mesa o alimento para sua família, as soluções não podiam tardar. Ele desejava respostas urgentes para seus problemas, e tinha o direito de pleiteá-las.

O Congresso Nacional deve refletir sobre esses fatos e ajudar-nos, sem preconceitos paralizantes, a acelerar e aprofundar as transformações institucionais que a nação pede. Não é hora de enfrentamentos. A gravidade do momento exige grandeza cívica, diálogo permanente, abnegação e maturidade política.

Ouçõ com atenção manifestações das novas direções da Câmara e do Senado: dão testemunho da vontade de revigoramento da atividade do legislativo, essencial para o avanço do processo de reconstrução.

O compromisso de austeridade que têm sido afirmado pelos governadores eleitos é igualmente alentador. Refletem a compreensão de que a racionalização de despesas e saneamento do estado é obra abrangente, que deve mobilizar também os executivos estaduais e municipais.

Na avaliação desses primeiros meses, é imperativo mencionar, ainda, o trabalho exemplar desenvolvido pelo Poder Judiciário. As decisões do Supremo Tribunal Federal têm sido bússola firme na defesa da constitucionalidade. O Tribunal Superior do Trabalho vem contribuindo decisivamente para aproximar empresários e trabalhadores, pois, as sociedades modernas se apóiam nos pontos de harmonia e trabalho comum das classes sociais.

Senhores Ministros

Senhores Secretários

A conjuntura internacional é condicionante central de nossos esforços. Com decisões expressivas para a liberalização comercial, estamos definindo um novo perfil de integração do país à economia internacional. Por meio de programas adequados de incentivo empresarial, estamos criando condições de efetiva competitividade para a economia brasileira.

No momento, e por diversas razões, preocupa-nos a crise do golfo. Nossas posições diplomáticas são bem conhecidas e se traduzem no firme e imediato apoio às resoluções da ONU. Não podemos admitir quaisquer violações ao direito internacional. Essas transgressões sempre têm conseqüências negativas para todo o delicado tecido da ordem internacional tais violações devem ser superadas. Não podem subsistir.

De outro ângulo, o conflito trouxe imediatas repercussões de ordem econômica, as quais nos obrigaram a adotar ações preventivas que visam proteger, no curto prazo, nossa situação energética. A população brasileira compreendeu o sentido das medidas e as tem apoiado. Não podemos saber se a crise terá outras repercussões ainda de maior profundidade no nível da comunidade econômica mundial, com efeitos recessivos, como já vem ocorrendo.

Uma questão grave foi a falta de conclusão da "Rodada Uruguaí do Gatt, o que gera preocupação sobre o futuro dos fluxos internacionais de comércio. Se persistirem os impasses, poderá ocorrer a formação de mega espaços plurinacionais, de índole protecionista, com conseqüências amplamente negativas. Temos que nos empenhar em alterar o quadro negociador para que se alcance consenso equilibrado, que sirva efetivamente à intensificação do comércio mundial.

Continuamos a empreender esforços para superar as dificuldades que o país vem enfrentando na questão da dívida externa. Propostas sérias e factíveis foram levadas à mesa de negociação. A dívida brasileira não pode continuar a ser vista como mero problema bancário. Trata-se do futuro de uma das maiores e mais importantes economias do mundo. Os credores do Brasil devem aceitar o fato de que o crescimento econômico é um imperativo para o país. Espero que isto ocorra e um acordo, bom para os dois lados, seja brevemente alcançado. A disposição negociadora do Brasil é permanente.

Senhores Ministros

Senhores Secretários

A severidade dos desafios conjunturais não desviou a atenção do governo para os problemas sociais mais urgentes deste país. As questões da seca, do índio, da criança e do meio-ambiente mereceram absoluta prioridade.

Além de atender às mais elementares noções de justiça, o encaminhamento eficaz desses temas serviu para melhorar a imagem do Brasil perante a comunidade das nações. Essas questões, que atingiram limites intoleráveis, estão sendo efetivamente superadas. O Brasil já começou a mudar, pondo termo à impunidade daqueles que agredem a natureza, violam os direitos humanos e insistem na permanência de privilégios odiosos e mesquinhos. De todos esses problemas, o que

nos mobilizou com mais forças foi o da criança. O governo aceitou a obrigação moral de alterar a situação da criança brasileira e medidas decisivas já tomadas prometem resultados significativos a curto e médio prazos.

O Brasil será um país verdadeiramente desenvolvido quando der condições de vida dignas aos mais frágeis e desassistidos de seus habitantes.

Senhores Ministros

Senhores Secretários

Nesta reunião, cumpre-me elogiar a coerência e lealdade da equipe de governo ao Presidente da República e ao país. Ela soube ser eficaz e objetiva. Soube, também, compreender que o esforço de modernização envolve, necessariamente, a modificação da face social do país. A união da equipe é um dos principais trunfos para ações consistentes de governo. A unidade de comando é da essência do poder executivo. O conflito de interesses e a defesa de posições conflitantes encontra no poder legislativo o seu canal natural de expressão. O mesmo não ocorre no âmbito do executivo: aqui prevalece o comando coordenado e firme de ações.

Nunca o Brasil esteve tão motivado e consciente para a reforma de seu aparelho de Estado. O combate ao gigantismo estatal, o fim das mordomias e a desregulamentação da economia eram uma das mais importantes reivindicações da sociedade brasileira. Os avanços nessa área foram significativos. Muito ainda resta por fazer. Nós estamos prontos. Vamos realizá-los.

Senhores Ministros

Senhores Secretários

Podemos ter orgulho do que realizamos nesses primeiros onze meses de governo. As tarefas pela frente são imensas, mas não maiores do que a certeza de que as realizações virão. Nossa maior conquista exprime-se pela confiança do povo, que

acredita que o país desenvolvido, moderno e justo, que todos queremos, está ao alcance de nossas mãos.

1991 é o ano da consolidação das conquistas. Os temas e as metas estão definidos e cada um de nós conhece a sua parte no trabalho: o diálogo político será ampliado, na busca permanente de entendimento, base necessária para a construção de um Brasil moderno. As relações com o Congresso Nacional serão mais profundas e densas, forjando a solidariedade entre legislativo e executivo, fundamental para a consolidação democrática.

O processo de modernização da economia dará decisivos passos adiante, e sempre na direção da liberdade empresarial, da fiscalização dos oligopólios, da plena vigência das regras de mercado.

Vamos atacar com firmeza os problemas conjunturais e debelar definitivamente o vício de uma inflação reincidente; negociações da dívida externa continuarão a ser conduzidas consoante os melhores interesses nacionais; a reforma do estado avançará e, a cada dia, a máquina estatal será mais leve, mais ágil, menos onerosa, de forma a prestar melhores serviços aos cidadãos; educação, saúde, ciência e tecnologia são pilares de uma sociedade moderna e justa. Continuarão a merecer atenção prioritária do governo; no campo social, o governo intensificará esforços para a solução definitiva dos problemas das nossas crianças; os programas de atualização das forças armadas terão prosseguimento; no plano internacional, a agenda é ampla: vamos continuar o caminho da inserção competitiva na economia internacional. Continuaremos a dar a prioridade necessária às relações com nossos vizinhos, entre as quais avulta o processo de integração no cone sul a paz, a cooperação e o diálogo serão a marca de nossa atuação no sistema internacional.

Senhores Ministros

Senhores Secretários

Todas essas são metas que dão continuidade ao processo de reconstrução iniciado a 15 de março. Por isso mesmo são necessariamente ambiciosas. Sei que os caminhos de que nos levam aos nossos objetivos e propósitos são árduos. Encontraremos obstáculos, dificuldades inesperadas. Nada, porém, nos abaterá, porque a realização dessas metas é absolutamente necessária para a modernização do país. Temos que continuar avançando. A confiança do povo brasileiro na vitória é nossa maior arma. A história obriga-nos a desenhar grandes objetivos para uma grande nação. Não existe outra rota para a justiça social.

Temos um futuro promissor e uma enorme tarefa a realizar. Vamos à ele. Deus continuará a nos ajudar.

**DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO ENCERRAMENTO
DO II SEMINÁRIO DA SEMI-COMISSÃO EMPRESARIAL DE COMPETITIVIDADE
DE MERCADO.**

Brasília, 3 de julho de 1991.

É com satisfação muito especial que compareço ao 11º Seminário da Comissão Empresarial de Competitividade, cuja realização podemos creditar ao empenho da Gazeta Mercantil e de seus dirigentes.

Todos sabem, no Brasil e no exterior, a importância que meu governo atribui à melhoria da produtividade e ao aumento da nossa capacidade de competir com eficácia e êxito nos mercados internacionais.

Os esforços que temos realizado nesse sentido são conhecidos e foram amplamente tratados ao longo desta jornada de debates.

Gostaria de aproveitar a presença de expressivas lideranças políticas e empresariais neste encontro para expor algumas idéias sobre o projeto nacional de transformação e modernização do Brasil, aprovado nas urnas em 1989.

Senhoras e Senhores,

A história demonstra com absoluta clareza que o progresso não se faz apenas com o crescimento econômico; faz-se também, necessariamente, com justiça social.

Os países mais adiantados do mundo são aqueles que adotaram sistemas políticos democrático-liberais e, sobretudo, aqueles que souberam fazer do livre-mercado o suporte do bem-estar coletivo.

A história indica, com a mesma nitidez, que não existe uma "terceira via" para essa conquista da prosperidade com justiça social e liberdade individual.

Os caminhos que dão certo já foram trilhados por outras nações, em cujo exemplo nos devemos mirar.

É evidente que teremos de encontrar soluções próprias, adequadas à nossa realidade, e compatíveis com a adoção de um modelo de desenvolvimento que tenha como parâmetros o respeito à dignidade e integridade da pessoa humana e o convívio harmônico com o meio ambiente.

Parto de quatro premissas que julgo imprescindíveis à consolidação no Brasil, de uma autêntica Economia Social de Livre-Mercado.

A primeira consiste em que a economia de livre-mercado é o sistema mais eficiente na geração sustentada de riqueza e verdadeiro substrato material das liberdades modernas.

A segunda reconhece que o jogo do mercado, por si só, não é condição suficiente dessas liberdades, e tampouco se tem provado capaz de promover a distribuição de renda indispensável à criação de uma sociedade plenamente desenvolvida.

A terceira afirma que a conciliação adequada da economia de mercado com a ação reguladora do Poder Público exige uma "parceira social", em que a luta de classes é substituída pela cooperação de classes - Será uma cooperação abrangente que une todas as células vivas da sociedade.

A quarta e última premissa estabelece que o pluralismo político numa democracia não pode esgotar-se na divergência natural de posições, e deve levar ao surgimento de bases consensuais para um projeto nacional.

A liberdade econômica, a distribuição de renda, a dimensão ideal do Estado, a solidariedade entre as classes e a democracia como fonte do entendimento são, por conseguinte, as características essenciais desse projeto de modernização.

Senhoras e Senhores,

As economias de comando centralizado demonstraram na prática sua ineficácia.

As burocracias estatais fracassaram na tentativa de substituir o mercado na administração e alocação dos recursos para a atividade produtiva.

As sociedades totalmente controladas não sustentaram a promessa de uma utopia terrestre: os Estados mastodônticos são espécie em rápida extinção.

A economia de livre-mercado provou sua superioridade não apenas na produção de bens e serviços; provou-se requisito para as liberdades políticas, que nunca vingaram plenamente sob o império do dirigismo econômico.

Mas não podemos cair numa mística do mercado: nas palavras do pensador José Guilherme Merquior, recentemente falecido, "(...) nós sabemos que o mercado, conquanto seja instrumento indubitavelmente necessário da criação de riqueza e do desenvolvimento econômico intensivo, nem por isso constitui uma condição suficiente da liberdade moderna, porque não é capaz de gerar, por si só, toda uma série de requisitos e oportunidades para o exercício mais pleno e mais significativo da individualidade de muitos."

Suprimir o mercado é ferir de morte o substrato material das liberdades modernas - conclui Merquior - deixar tudo entregue ao seu império é restringir significativamente o livre gozo dessas mesmas liberdades a minorias - e a minorias compostas de privilegiados pelo berço, e não só pelo mérito.

Em outros termos, o livre-mercado é extremamente eficiente como sistema produtivo, mas nem sempre justo como sistema distributivo: o mercado tem de operar balizado por normas de interesse social.

Esse papel regulador cabe ao Poder Público, que atuará segundo regras estabelecidas pela própria sociedade.

No Estado democrático, Executivo, Legislativo e Judiciário devem não somente conciliar as vontades conflitantes de forma autônoma e equilibrada, como também assegurar a estabilidade do jogo de mercado, cujos princípios são o respeito à propriedade privada, a inviolabilidade dos contratos e a liberdade de iniciativa.

O Poder Público deve ainda buscar a medida ideal de mecanismos jurídicos que estimulem as virtudes do mercado mas previnam distorções da livre-economia na área social.

Na produção de bens e serviços, a participação do estado na economia deve restringir-se àquelas atividades essenciais que, por sua baixa rentabilidade direta ou lentidão de retorno, não consigam atrair o setor privado.

Nos outros campos, inclusive no domínio da infra-estrutura, parece mais vantajoso deixar nas mãos da livre-iniciativa, financiada por capitais nacionais ou estrangeiros, a tarefa principal de atender às demandas dirigidas ao mercado.

Senhoras e Senhores,

A consolidação da democracia permitiu que se pusesse plenamente em prática o princípio constitucional do equilíbrio e independência entre os Poderes.

O Legislativo e o Judiciário participam, juntamente com o Executivo, no processo de tomada de decisões.

Isso traz maior estabilidade e previsibilidade ao ordenamento jurídico do País, garantindo integral transparência de meios e fins e uma presença mais ampla da cidadania na construção de nosso futuro.

É preciso, nessas condições, que os três Poderes tenham um compromisso com a transformação do Brasil; não pode recair apenas sobre o Executivo a responsabilidade de prestar contas e apresentar resultados à Nação.

Os problemas brasileiros exigem soluções urgentes e complexas e é imperativo que essa urgência seja respondida, como está sendo, pelo trabalho do governo, mas também por uma maior agilidade do Congresso Nacional e do Poder Judiciário.

O meu governo deu passos largos para adaptar o aparelho do Estado aos desafios da modernidade e às necessidades da população; o esforço de enxugamento,

racionalização e moralização que empreendemos, não tem precedente na história nacional.

O Legislativo e o Judiciário devem avançar com o País nessa luta pela modernização.

Um ponto central desse processo é o debate aberto e amplo sobre a necessidade do aperfeiçoamento da Constituição, que corresponda ao imperativo de nosso desenvolvimento e às circunstâncias da história contemporânea.

O Presidente da República não haverá de fugir ao dever de lançar a semente nessa discussão.

Senhoras e Senhores,

Já em 1963, o estadista San Tiago Dantas afirmava que "a sobrevivência da democracia e da liberdade, no mundo moderno, depende de nossa capacidade de estender a todo o povo, e não de forma potencial, mas efetiva, os benefícios, hoje reservados a uma classe dominante, dessa liberdade e da própria civilização."

Para ele, se nem a Fidelidade aos princípios jurídicos, nem o crescimento da riqueza bastam para preservar e adaptar a democracia ao mundo moderno, devemos reconhecer a necessidade de somar a esses dois fatores um terceiro: a reforma social.

Essa reforma teria de ser debatida e filtrada nas bases sociais; teria de contemplar a questão da segurança econômica do indivíduo na sociedade, tanto dos empresários como dos trabalhadores; teria ainda de produzir, a curto prazo e sem violência, uma redistribuição da renda social, através do salário, dos serviços coletivos, e do investimento nos setores públicos e privados, multiplicando-se as oportunidades e elevando-se o padrão de vida.

O Estado de Bem-Estar Social, ou "Welfare State", é o ponto de chegada, e não o ponto de partida, de um processo que pressupõe a ampliação da riqueza e, ao mesmo tempo, sua repartição negociada democraticamente pelos vários segmentos da coletividade.

Não se trata, de modo algum, de ficar à espera de que o "bolo cresça" para só então dividi-lo.

- a adoção de mecanismos fiscais mais justos e modernos, que acabem com a sonegação e com o perfil regressivo do sistema atual;

- a elevação da produtividade, base para o aumento real dos salários, pois o trabalhador não deve receber, nem mais nem menos do que produz, estímulo à competitividade, essencial para o progresso tecnológico e para melhoria da qualidade dos produtos,

- a abertura da economia, o que implica o fim de políticas de corte indevidamente protecionista, como a reserva de mercado, que, na atualidade, entrava o avanço tecnológico, gerando bolsões de ineficiência indesejada;

- a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas, uma forma comprovada de incentivo e produtividade;

A modernização do Estado e a desregulamentação, a simplificação das regras que comandam o cotidiano dos agentes econômicos e dos cidadãos;

Trata-se, isto sim, de reparti-lo na justa medida em que cresce, sem corporativismos lesivos à maioria, sem concessões artificiais e ilusórias, que não tenham origem no real aumento da produtividade.

Diante do sofrimento humano que existe entre nós, essa repartição, em vários casos, não poderá ficar sempre dependente do crescimento.

A distribuição da renda é um objetivo legítimo e necessário para a democracia e para o bom funcionamento da economia de mercado.

É preciso ter presente que o Poder Público não distribui renda; ele é, no entanto, um dos instrumentos de que a sociedade dispõe para fazê-lo.

Uma política distributiva tem vários pressupostos econômicos, entre os quais ressaltaria:

- o controle inflacionário, pois a inflação sempre foi entre nós um fenômeno altamente concentrador de renda;
- a restrição aos oligopólios que ameaçam a mecânica natural da formação de preços;
- a privatização, que retira o setor público das áreas em que sua presença é dispensável e aumenta sua eficiência em atividades essenciais, como a prestação de assistência aos mais carentes;
- a normalização das relações financeiras com a comunidade internacional, a única forma de atrair a poupança externa indispensável ao desenvolvimento nacional.

Além de trabalhar pela realização desses pressupostos, o meu governo tem implementado políticas de grande envergadura na área social, tais como o Projeto Minha Gente, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania e a universalização, na prática, do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Os países que conseguiram encontrar fórmulas socialmente equilibradas, adequando livre mercado e presença estatal na economia, foram aqueles que maior êxito alcançaram no processo de reestruturação desencadeado pelos choques de petróleo e pelos novos padrões de competição internacional.

Aqueles que, ao contrário, apostaram no "Estado-Mínimo", no dismantelamento das conquistas do "Welfare State", acabaram descobrindo que o progresso e o

crescimento ordenado não derivam, automaticamente, de uma soma desarticulada de iniciativas individuais.

O Brasil deve buscar inspiração nos países que foram capazes de modernizar-se de maneira profunda e eficaz, e que souberam estabelecer uma dimensão ótima para o Estado.

Sabemos, desde já, que teremos de criar entre nós brasileiros, um sentido de parceria social.

O Estado, por sua vez, não pode ser encarado nem por trabalhadores, nem por empresários, como um adversário ou como uma entidade onipotente, a quem todos dirigem suas demandas e de quem todos esperam a solução de seus problemas.

Essa sobrecarga de expectativas e de queixas torna inevitável certa frustração diante do Poder Público, uma frustração que poderia transformar-se em desencanto com a democracia.

Tenho dito, e insisto uma vez mais, nenhum governo pode salvar uma nação: as nações salvam-se a si mesmas!

A sociedade brasileira deve convencer-se de uma verdade, que a história recente tornou óbvia: a economia de mercado é o melhor aval para a democracia e o melhor caminho para a superação de nossos gigantescos problemas sociais; o Estado democratizado, por sua vez, é o melhor instrumento de que dispomos para assegurar o bem-estar de todos.

No marco do esforço de modernização consagrado nas urnas, cabe a todos nós, livremente, selecionar prioridades na forma de um projeto nacional realista, em que as reivindicações setoriais estejam subordinadas à realização de metas consensuais de médio e longo prazos.

O fortalecimento da sociedade civil e a distribuição de riqueza não se fazem contra o Estado, fazem-se com o Estado.

Senhoras e Senhores,

O meu governo lidera a construção de um Brasil realmente moderno, que há de realizar o melhor modelo de Economia Social de Livre-Mercado.

Esse desafio exige a formação de uma nova ética social, uma ética baseada no respeito ao próximo, no sentido de justiça, na aspiração do progresso para todos, no desejo de pôr fim à pobreza em que vive grande parte de nossa gente.

Eis o propósito que nos leva a tratar com inteira transparência de questões como a violação dos direitos humanos, a pesquisa nuclear e a agressão ao meio ambiente.

Tal transparência, aliada à determinação com que lutamos diariamente pela modernização do País, tem-nos assegurado a confirmação do respaldo popular e a ampliação do reconhecimento internacional.

A maioria do povo brasileiro e os principais líderes no cenário mundial vêm demonstrando sua confiança nos caminhos que temos escolhido.

com governantes estrangeiros, verifico que a realidade contemporânea, interna e externa, não permite falsas ilusões.

A vitória brasileira terá de ser avançada com o nosso esforço, mediante uma combinação de objetividade e otimismo e com uma correta visão de futuro.

Vamos encarar o Brasil e o mundo como eles efetivamente são, não como gostaríamos que fossem.

É a partir dessa atitude que haveremos de realizar as nossas aspirações de progresso e bem-estar.

Senhoras e Senhores,

A modernização é obra de todos.

Equivale a erguer uma ponte que nos permitirá trilhar o caminho que nos leva de um passado que já não serve mais, ao futuro, que queremos, mas que ainda não existe. Antes de atravessá-la, é necessário que, em mutirão, nos empenhemos em sua construção.

Há de ser trabalho de todos, porque servirá a todos: aos que criticam o Governo e aos que o apóiam; aos que agem por interesses e aos que se movem por ideais.

Sabemos, porém, que o tempo de construção dependerá essencialmente de nós.

Não estamos diante de tarefas simples.

O trabalho é duro, pede que repudiemos as miragens das soluções imediatas, a ilusão dos milagres.

Se tivermos capacidade de nos unir em torno de ideais, de metas comuns que suscitem nossa ação solidária, a obra será rápida, os sacrifícios menores, a recompensa mais imediata.

A mudança não se fará se não tivermos a coragem de enfrentar o desafio da modernização das relações políticas, a essência mesma do processo de transformação da realidade nacional.

Não podemos conviver mais com base em interesses menores, numa partidarização míope do debate sobre os grandes temas nacionais.

Os problemas que enfrentamos exigem que o diálogo político abandone o atraso das soluções fisiológicas, das absurdas trocas de favores, que não podem entorpecer a vontade de transformação nacional. A política, hoje, deve estar inspirada por ideais, fortalecida por uma visão generosa do destino do País e modelada por objetivos capazes de definir ações comuns.

Somente assim realizaremos a nossa vocação democrática.

Cheguei à Presidência da República porque mostrei ao povo a realidade, e porque propus a esse mesmo povo um projeto para transformá-la.

Pouco mais de um ano de governo se passou: minha vontade de acertar e de prosseguir na luta é mais forte do que nunca, minha obstinação em servir aos brasileiros continua a levar-me para adiante.

Uma coisa eu prometi e mantenho: até o final de meu mandato, o Brasil, que já mudou muito, vai mudar muito mais, e mudar para melhor.

Sei que conto com todas as minhas forças, com o apoio majoritário dos brasileiros e com a fé que tenho em que Deus haverá de nos ajudar!

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM REUNIÃO

MINISTERIAL

AGENDA PARA O CONSENSO

Brasília, 23 de dezembro de 1991.

Hoje, às vésperas do Natal e Ano Novo, estamos reunidos para fazer uma avaliação de 1991 e lançar as vistas para 1992.

Normalmente, estas ocasiões prestam-se para um balanço do que se fez, e para reafirmar esperanças diante do ano que se inicia.

Mas estas oportunidades servem, igualmente, para conversas e reflexões que, atentas ao passado e ao presente, preparam a conquista de um futuro melhor.

Senhoras e Senhores,

No último dia 16 de dezembro, falei à Nação sobre a confiança que devemos ter em nossa capacidade de mudar o Brasil, de buscar caminhos que nos levem a superar as dificuldades atuais para sempre.

Falei, também, sobre as realizações do Governo nestes vinte e um meses, mostrando que estamos na direção correta, perseverando na luta para reconstruir o País.

Há muitos anos se diz que vivemos em crise econômica; ela talvez remonte ao primeiro grande aumento dos preços internacionais do petróleo, em 1973, a partir do qual passamos a encontrar maiores dificuldades para crescer de maneira regular e sustentada.

Os estudiosos da história brasileira **consideram** que essa crise econômica nasce do esgotamento do modelo de desenvolvimento que foi adotado, sobretudo na segunda metade deste século.

Com o passar do tempo, no entanto, fomos verificando que, tão grave quanto esse esgotamento do modelo, vinha sendo a incapacidade de escolher uma alternativa para substituí-lo.

O modelo seguido nas últimas décadas deixou-nos uma ampla infra-estrutura e uma forte indústria de bens, uma agropecuária dinâmica e um amplo setor de serviços.

Mas, como todos sabem, legou-nos também profundas desigualdades sócio-econômicas, sérias distorções no papel do setor público, e muitas empresas que não se adaptaram aos padrões de competição internacional.

As razões para isso são conhecidas: o velho modelo estava voltado para apenas uma das dimensões da construção da modernidade e desprezou o desenvolvimento social a educação, a pesquisa em ciência e tecnologia, a necessidade de consolidar nossa agropecuária, o imperativo da preservação do meio ambiente e da proteção de nossas comunidades indígenas.

Assim, os desafios de agora são distintos daqueles que a geração de nossos pais enfrentou.

Precisamos de uma economia eficiente e competitiva, apta a retomar a trilha do crescimento e a gerar bem-estar, de maneira equilibrada, para o conjunto da população, uma economia que progrida em harmonia com a natureza.

Necessitamos, ao mesmo tempo, de um aparelho de Estado - nos níveis federal, estadual e municipal - capaz de oferecer aos brasileiros as condições de educação, saúde, moradia e segurança, indispensáveis à vida digna a que todos têm direito.

E por que não se foi capaz de definir esse novo modelo?

Por que se demorou tanto a fazê-lo?

Essas são as perguntas que cada um de nós deve tentar responder.

Estaremos, assim, lidando com a própria essência do processo político, cujo objetivo é combinar vontades para a realização de objetivos nacionais.

A última vez em que os brasileiros se pronunciaram coletivamente sobre os destinos do Brasil como um todo foi nas eleições de 1989.

Naquela ocasião, ao eleger-me Presidente da República, a maioria dos brasileiros aprovou a proposta de modernização do País, mediante o saneamento e a estabilização da economia, a reforma do Estado, maior produtividade e competitividade, a abertura de nosso mercado à concorrência externa, a valorização da iniciativa privada e a adequação do setor público ao desempenho de sua missão básica na área social.

Embora esse programa tenha conquistado nas urnas a legitimidade necessária para sua implementação, jamais o tratei como se fosse um documento fechado, completo.

Muito pelo contrário, desde o princípio tenho dirigido constantes apelos à sociedade para que se faça um amplo debate sobre os temas mais importantes e urgentes.

Cito uma passagem de meu discurso de posse:

Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público. Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto preciso da crítica que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponha. Tenho certeza de que o apoio e a crítica serão banzados sempre pela determinação patriótica de colaborar na construção coletiva de nosso futuro. Assim é nas grandes democracias." (fim da citação)

Um exemplo muito claro dessa minha disposição foi o lançamento do Projeto de Reconstrução Nacional, o chamado "Projetão", com o qual, aproveitando a experiência do primeiro ano de Governo, propus que a coletividade discutisse o que vínhamos fazendo e, acima de tudo, que decidisse sobre os caminhos seguidos.

Mais recentemente, como desdobramento das ideias contidas no programa de Governo e ampliadas no "Projetão", enviei ao Congresso Nacional propostas de emendas à Constituição que, em meu entender, são imprescindíveis à modernização do Brasil.

Julgo fundamental que a apreciação dessas propostas ocorra já no primeiro semestre de 1992, quando também a segunda fase da reforma tributária deverá estar sendo considerada.

A necessidade de buscar respostas urgentes aos problemas que nos afligem deve motivar a discussão coletiva das questões nacionais.

Afinal é do futuro de nossa gente que estamos tratando.

A propósito, caberia uma palavra sobre o papel essencial dos meios de comunicação na história recente do Brasil.

A imprensa tem-se valido da absoluta liberdade de informação, conquistada com a democracia, para fazer críticas e denúncias de todo tipo.

As denúncias dirigidas contra o Governo Federal têm sido apuradas com rigor e, uma vez comprovadas, resultam na punição dos responsáveis e nas medidas administrativas cabíveis.

Mais do que isto, enviamos ao Congresso Nacional projetos de lei que tratam:

- das punições para os casos de enriquecimento ilícito de ocupantes de funções públicas;
- das fraudes cometidas em licitações e contratações do setor público; e
- das novas normas gerais para essas licitações e contratações.

Enquanto esses projetos seguem sua tramitação, estamos implantando na Administração Federal medidas ainda mais rigorosas que a legislação em vigor, sobre licitações e contratos.

Entre elas, vale mencionar que estamos criando o Catálogo Unificado de Materiais e Serviços e os Sistemas Integrados de Registro de Preços e de Cadastro de Fornecedores.

Quero ressaltar, ainda, o projeto de lei que encaminhei ao Congresso, criando a Secretaria Especial de Controle Interno do Poder Executivo, com os seguintes objetivos principais:

- apurar denúncias de irregularidades ou ilegalidades praticadas na Administração Pública Federal;
- atuar como corregedor dos órgãos do Sistema de Controle Interno; e
- manter o Presidente da República informado com relatórios periódicos sobre as atividades da Secretaria.

Senhoras e Senhores,

Reafirmo o meu compromisso rigoroso com a transparência e a probidade administrativa.

Recomendo aos Ministros de Estado e aos Secretários de Governo redobrada atenção nas suas áreas de atribuição; ao delegarem autoridade, cobrem a correspondente responsabilidade.

Na Administração pública, talvez mais do que em qualquer outro terreno, a conduta dos homens públicos deve ser impecável, absolutamente exemplar.

É indispensável que a imprensa continue a desempenhar o papel de fiscalizar a atuação dos órgãos e das pessoas que integram o setor público, porém com muita atenção para fazê-lo com isenção e responsabilidade, sem confundir o exercício democrático da crítica, com campanha de cunho pessoal que possa, eventualmente, ser entendida como decorrência de interesses contrariados.

Essa vigília permanente, estabelecida em padrões de convivência civilizada, é um dos principais instrumentos dos cidadãos para o fortalecimento da democracia.

Mas os meios de comunicação devem ir além.

É igualmente fundamental que, assim como as lideranças políticas e sociais, tomem parte e estimulem a discussão coletiva das questões nacionais, sugerindo prioridades reais e estratégias para a solução dos problemas, baseadas na percepção correta e madura das limitações existentes.

Estou convencido de que o planejamento é crucial não mais como uma imposição de metas decididas em gabinetes fechados, mas como expressão das prioridades e aspirações da coletividade.

A reconstrução nacional não se pode fazer apenas em função de realidades conjunturais e desafios de curto prazo.

Ao contrario, esse processo deve incorporar uma visão mais ampla de nossa realidade passada e presente, para que se definam com consistência as grandes linhas de nosso futuro.

Pensar no futuro não pode ser confundido, como já aconteceu muitas vezes em nossa história recente, com o adiamento constante da solução dos problemas mais sérios.

Persistir nessa postura significa optar conscientemente por continuar em dificuldades, e este não é o desejo dos brasileiros.

Tenho afirmado com freqüência que nenhum Governo, por si só, pode salvar uma Nação.

Numa democracia, é essencial reconhecer que há limites para a ação do Governo, e partir do pressuposto de que as grandes soluções são definidas coletivamente.

Eis a resposta para estes momentos de dificuldade: formar uma "vontade coletiva".

E como se forma essa "vontade coletiva"?

Forma-se pela mobilização das pessoas, em casa, no bairro, na cidade, no sindicato, no partido, nos meios de comunicação; em suma, em todos os lugares em que as pessoas trocam informações e expressam pontos de vista sobre seu cotidiano e sobre o futuro.

Colher essas vontades e articulá-las na forma de uma vontade coletiva é um processo complexo e cada grupo terá contribuições próprias a dar.

É um processo que começa das raízes, das bases, para culminar no Congresso Nacional.

No diálogo entre o Governo e o Congresso, ambos respaldados pela legitimidade do mandato popular, chega-se a uma síntese dessa "vontade coletiva".

Senhoras e Senhores,

Apesar de persistirem sintomas de uma crise do antigo modelo econômico, e embora setores da sociedade brasileira ainda resistam à opção pelo novo modelo

proposto, as instituições continuam a operar plenamente, os poderes constituídos funcionam dentro da mais perfeita normalidade democrática.

A democracia torna-se cada vez mais uma realidade do cotidiano brasileiro -- o modo de ser e de viver de todos.

Já dispomos, portanto, de uma base sólida para a solução de nossos problemas, principalmente para a dívida social que nos aflige.

O meu Governo busca realizar dois propósitos essenciais: por um lado, desempenhar o papel que cabe aos Governos nos regimes democráticos, e, por outro, liderar a sociedade na execução do programa de modernização que ela própria ratificou nas urnas.

Esse programa começou a ser cumprido desde a primeira hora.

De lá para cá, pode-se verificar o surgimento de um respaldo cada vez mais amplo ao processo de moderação; é o caso da privatização, apoiada agora pela vasta maioria da opinião pública.

Esse respaldo deve renovar-se a cada dia: todas as grandes decisões, todas as medidas mais importantes que mudam a vida dos cidadãos devem ter apoio da maioria, devem expressar o consenso.

Se queremos soluções verdadeiras, o caminho passa necessariamente pelo consenso, compartilhando responsabilidades para vencer as dificuldades.

Caso contrário, elas não sairão do papel por mais bem intencionadas que sejam.

Deve-se fazer uma distinção entre o consenso amplo que ora proponho e os acordos táticos restritos do passado.

O meu Governo tem uma posição singular-. com a força nascida das eleições diretas, sem alianças ou compromissos que nos impusessem condições, trouxemos para o Brasil uma nova realidade política.

De certa maneira, incomodamos aqueles que se haviam habituado às velhas práticas, às antigas fórmulas de conciliar interesses, ao fisiologismo e ao clientelismo.

Por esse motivo, o advento deste Governo produziu reações de expectativa, apreensão, desconfiança e até de retaliação, por parte daqueles que se sentiram ameaçados ou atingidos pela mudança.

Nossa determinação em cumprir o desejo da sociedade de ver instaurado um novo modo de fazer política -- determinação que mantemos integralmente -- talvez tenha confundido o entendimento de algo que sempre reiteramos: este Governo não veio para dividir, veio para unir.

Sabemos perfeitamente como é difícil alcançar a harmonia num país complexo e de grandes contrastes como o Brasil.

Vemos claramente as pressões que se fazem sobre o Executivo e o Legislativo nas demandas por soluções imediatas de problemas e interesses específicos.

O grande desafio para o Brasil de hoje talvez seja justamente o de conseguir situar num contexto mais amplo esses problemas e interesses específicos legítimos, inclusive para evitar as distorções gritantes em favor de alguns grupos que se aproveitam de sua posição, ou das circunstâncias, para alcançar ganhos exagerados.

A democracia existe para que essas vontades específicas se manifestem e se conciliem numa vontade coletiva mais abrangente.

O Brasil precisa, portanto, mais do que nunca, de uma agenda para o Consenso".

Seria irrealista imaginar que nos pudéssemos pôr de acordo sobre todos os aspectos da vida nacional.

É imperativo, porém, e perfeitamente possível definir algumas medidas e decisões prioritárias em torno das quais poderíamos construir uma base de apoio consensual da sociedade.

Consideramos que devem estar presentes nessa Agenda para o Consenso os instrumentos que permitirão dar ao Brasil uma economia social de mercado, com estabilidade de preços, forte crescimento econômico, buscando sempre a justiça social numa nação coesa em torno de seus propósitos e de sua identidade.

Os fundamentos da agenda são conhecidos e estão incorporados nos objetivos seguintes, já ratificados por nossa sociedade:

- o controle da inflação, com uma moeda estável sem o que não retomaremos o crescimento, com prejuízos também para a imagem externa do País e para a própria auto-estima do povo brasileiro;
- o saneamento das finanças públicas, por meio de um ajuste fiscal vigoroso, sem o que nem o controle da inflação será obtido, nem haverá a recuperação do crédito público, necessária para ampliar os investimentos em infra-estrutura e serviços públicos os governos estaduais têm particular responsabilidade nesse processo: é muito importante que o alívio resultante da rolagem de suas dívidas não se transforme, em função do calendário eleitoral ou por qualquer outro motivo, em prejuízo para o esforço de ajuste;
- a reestruturação e o redimensionamento do Estado, com a desestatização, as reformas fiscal, administrativa e patrimonial a renegociação da dívida externa e o fim às inibições legais ao ingresso do capital externo, sem o que o saneamento das finanças públicas não será realizado;
- a reorientação do Estado para as suas tarefas típicas como a educação, a saúde, o saneamento básico, a habitação popular, a preservação do meio ambiente e do

patrimônio cultural a justiça, a segurança pública e nacional sem o que a harmonia social não será conquistada, comprometendo a qualidade do desenvolvimento econômico;

-a modernização da economia, com uma crescente produtividade gerada pelo aprimoramento da educação e da formação profissional do trabalhador brasileiro, pelo avanço tecnológico e pelo estímulo à competitividade em mercado preservado dos abusos do poder econômico e do excesso de regulamentação;

- a qualidade do trabalho, a eficiência produtiva e o aprimoramento dos mercados devem estender-se a todos os setores, em particular à agricultura e à reforma agrária, sem o que a alimentação e outras necessidades básicas do nosso povo ficarão prejudicadas -- precisamos, também, dispor de excedentes para comercializar com outras nações.

Esses são os caminhos que devemos buscar para a concretização do maior propósito de nossos esforços, que é o de dar aos brasileiros melhores condições de vida.

A modernização econômica, alcançada de acordo com a vontade democrática do conjunto da Nação, vai trazer o progresso social e a universalização das oportunidades de realização individual.

Mas, desde já, é preciso adotar decisões e medidas imediatas para garantir um cotidiano digno a todos os cidadãos, em especial às nossas crianças, que devem ser protegidas, educadas, alimentadas e preparadas para cumprir o seu papel no futuro do País: essa é a prioridade nacional número um. Para hoje, para já! Amanhã será tarde demais!

Estamos realmente convencidos de que a sociedade brasileira está unida em torno desses grandes objetivos, conforme o demonstram o próprio apoio que recebemos

ao defender essas idéias durante a campanha eleitoral, as pesquisas específicas de opinião pública e as notícias e artigos veiculados por órgãos especializados. Mas os recursos são limitados e exigem o estabelecimento de prioridades, e a escolha dos instrumentos devem ser definidos democraticamente.

A sociedade brasileira deve decidir o que quer, como quer e quando quer, dentro das limitações impostas pela realidade.

E aí várias perguntas são fundamentais: qual a medida do sacrifício que caberá a cada grupo; que questões devem ser abordadas em primeiro lugar; qual o melhor caminho para resgatarmos, de forma organizada e eficaz, a nossa enorme dívida social; como mobilizar a classe política para a aprovação das emendas constitucionais necessárias para acelerar a modernização do País?

Precisamos encontrar respostas comuns para essas, e para outras indagações.

As lideranças políticas e sociais devem estar sempre receptivas às demandas da cidadania, compreender o elevado sentido de seus mandatos, ir além da defesa do específico e do particular, buscando soluções em que todos sejam beneficiados.

Tenho consciência de que isso não é fácil, mas tenho certeza de que deve ser tentado e alcançado.

A realidade começa a provar que a via do ajuste fiscal, das transformações estruturais e da modernização, abrangente e profunda, da economia, leva à estabilização e permitirá a superação das dificuldades presentes, com a volta do crescimento, mais empregos, melhores salários e empresas mais competitivas.

Ultimamente, verifica-se uma desaceleração significativa e consistente no aumento dos preços: vários índices, de conhecimento público, demonstram claramente essa tendência.

Os progressos estão sendo alcançados sem artifícios, choques ou congelamentos: é a vitória das regras estáveis, dos instrumentos conhecidos e consagrados.

Veja-se, por exemplo, a medida do Governo para a desqualificação dos preços dos combustíveis, que resultou numa redução inédita desses preços.

O nosso povo sabe agora quais são os requisitos para uma economia eficiente, capaz de promover o desenvolvimento, de prover as necessidades de progresso social e de competir nos mercados externos.

Porém, para realizá-los, o debate deve continuar e ganhar intensidade, pois somente a avaliação permanente do consenso em torno dos objetivos abrirá as portas para o entendimento sobre como alcançá-los.

Senhoras e Senhores,

Não podemos esperar mais.

Conclamo a sociedade brasileira -- suas lideranças, organizações e partidos -- a iniciar imediatamente esse debate para tomada das grandes decisões nacionais.

O meu Governo, como tem feito até agora, continuará a trabalhar normalmente, na linha das diretas gerais aprovadas pelo eleitorado em 1989.

Não obstante, pretendemos participar ativamente desse debate, sempre dispostos a fazer os ajustes necessários.

É preciso que se acabe de uma vez por todas com os preconceitos que alguns têm em relação aos seus governantes e representantes.

Esse preconceito vem de outros tempos, do tempo em que se justificava o questionamento da legitimidade dos homens públicos e das instituições.

Hoje, isso não existe mais: o Presidente, os Governadores, os Prefeitos, os Senadores, Deputados e Vereadores são escolha livre e soberana do povo; estão em seus postos para cumprir os mandatos que receberam desse mesmo povo.

Em outras palavras, não procede essa separação entre Governo e sociedade, entre político e cidadão.

Os cidadãos devem confiar nos líderes políticos que elegeram e, principalmente, deixar claro a esses líderes o que deles esperam: uma prática política que demonstre ser esta uma atividade nobre e não uma profissão vil.

Até porque um mandato político não é cheque em branco dado pelo eleitor; como diz o próprio nome, é um instrumento de delegação de poderes que vincula ambas as partes.

É preciso cobrar resultados e ações, manifestar aprovação e discordância.

Mas também é preciso respeitar o político, pela legitimidade de seu mandato.

Senhoras e Senhores,

Que 1992 seja o ano do início de nossa vitória definitiva sobre as dificuldades econômicas.

Que 1992 seja o ano em que todos os cidadãos, organizações sociais, lideranças políticas e Governo se mobilizem para a discussão conseqüente a respeito das grandes questões do hoje e do amanhã.

Vamos construir para o futuro.

Vamos, enfim, construir o nosso futuro!

Que em 1992 a democracia brasileira continue a se fortalecer, com a participação de cada cidadão no cotidiano das decisões locais e nacionais, claramente reconhecido, pela comunidade

Que em 1992 o Brasil seja ainda mais internacional como um país caminhando a passos firmes para a modernidade e para a integração com nações amigas; lutando, interna e externamente, pelo respeito aos direitos humanos e pela preservação do meio ambiente e da integridade física e cultural dos povos indígenas; e trabalhando

ativamente pela construção de um mundo menos desigual, de um futuro em que a estabilidade e a paz sejam conquistas realmente definitivas.

Aos Senhores líderes no Congresso Nacional, a todos os integrantes de minha equipe de Governo, e a toda a gente brasileira, os meus votos de feliz Natal e a minha confiança em que o Ano Novo poderá talvez não ser o mais fácil mas poderá, seguramente, ser um dos mais importantes da história deste grande povo, deste grande país.

Deus haverá de nos ajudar!

Fernando Collor

DISCURSOS DURANTE A PRESIDÊNCIA

1991

**DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA NA CERIMÔNIA DE
ASSINATURA DE ATOS SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA.**

BRASÍLIA, 12 DE NOVEMBRO DE 1991.

Hoje, mais um passo decisivo é dado para a modernização do Brasil.

É, com satisfação que, neste momento, encaminho ao Congresso Nacional os Projetos de Lei que dão início ao processo de Reforma Tributária, um dos compromissos que o meu Governo assumiu perante a Nação.

Estou adotando, também, providências, para o aperfeiçoamento da máquina de arrecadação, a simplificação dos procedimentos tributários e o estabelecimento de modalidades jurídicas que tornem mais efetiva a punição por crimes fiscais.

Começa assim a recuperação da capacidade Financeira do setor público nas três esferas de governo e nas entidades da administração indireta; estamos lançando as bases para que o Estado volte a ser um prestador eficiente de serviços públicos e sinônimo efetivo de bem comum.

A Reforma Tributária, como anunciei em meu discurso de posse, em março de 1990, juntamente com as reformas administrativa e patrimonial, que já estão em curso avançado, completa a estratégia global de Reforma do Estado, via necessária para concretizarmos uma reorganização definitiva da economia nacional.

Encaro o recente processo de privatização da USIMINAS como um divisor de águas de nossa história econômica contemporânea.

Representou um marco definitivo da vontade de a sociedade brasileira criar um novo tipo de relação entre o Estado e a economia.

Vivemos um momento decisivo de nossa história: quem acompanha as profundas transformações que estão ocorrendo no mundo, e, em particular, na América Latina,

sabe que os países com visão de futuro estão promovendo sérios ajustes econômicos internos, para enfrentar os desvarios da modernidade.

Em sistema internacional dinâmico e competitivo, ninguém pode ficar parado, de braços cruzados, porque será ultrapassado pelos acontecimentos.

Temos de mudar e estamos mudando, apesar dos obstáculos que se colocam diante de nós: lutamos contra estruturas cartoriais, contra o corporativismo que, infelizmente, permeia muitas das instituições nacionais, contra interesses estabelecidos de uma minoria que se faz passar pela voz da maioria.

Lutamos para reverter situações de profunda desigualdade, que chocam nossos corações, a cada dia, no campo e nas cidades brasileiras, porque afetam os mais frágeis, as crianças e os adolescentes.

Senhoras e Senhores,

Acostumamo-nos à adoção de projetos utópicos de salvação, que prometiam a redenção de todos os males, com um mínimo de sacrifício e um máximo de vantagens, que jamais se materializaram.

Com as frustrações e erros, aprendemos que isso não é possível, que não existem atalhos mágicos para as soluções construtivas de que o Brasil precisa.

Hoje, temos a mais clara consciência, no Governo e na sociedade, de que não há mais pacote ou qualquer outra forma de mágica econômica.

A razão e o bom senso apontam para outro rumo: o do trabalho árduo, do entendimento, de projeto nacional que seja fruto do consenso amplo da sociedade.

O único choque que a sociedade brasileira acolhe, hoje, com boa disposição, é o choque da verdade.

O ajuste definitivo de nossa economia implica, assim, sacrifício, austeridade, coragem, determinação e fé.

Senhoras e Senhores,

Precisamos de crescimento econômico, de mais emprego, mais prosperidade.

Não um crescimento qualquer, que se evapora diante do primeiro obstáculo ou acidente; mas sim um crescimento sadio e sustentável, lastreado em moeda estável e crédito público reconquistado.

Os ajustes que estamos empreendendo são o único meio para alcançar essa forma de crescimento, e sua duração será tanto menor, seus resultados serão tanto melhores, quanto maior for o grau de responsabilidade, maturidade e racionalidade dos agentes econômicos.

O Governo tem feito a sua parte, e em muitos campos, são visíveis as mudanças que estão ocorrendo no País: reformou-se o Estado, liberalizou-se a economia, criaram-se novas condições de competitividade para a indústria, medidas abrangentes de defesa do meio ambiente foram tomadas, lançou-se um programa social de alcance revolucionário, como são os CIACs.

Outras conquistas merecem também ser sublinhadas: o fim da reserva de informática, o avanço na renegociação da dívida, a maior abertura aos investimentos externos, a arrancada no processo de privatização e a tramitação no Congresso Nacional dos projetos de lei de propriedade industrial, de desregulamentação dos portos, entre tantos outros.

Problemas existem, é claro, para serem resolvidos!

Observem quantos obstáculos já foram vencidos para atendermos à vontade da maioria e realizarmos os melhores interesses da nação.

O universo democrático é o universo da crítica e do debate.

O diálogo sobre as iniciativas do Governo é sempre bem-vindo: os interesses da cidadania e o bem comum são patrimônio de todos os brasileiros.

Nas democracias, a crítica construtiva, apresentada com ponderação e espírito público, enriquece o debate e contribui para a melhor decisão.

A arte da liderança democrática reside exatamente em conciliar contrários, na defesa do interesse da maioria.

Por isto, a filosofia de meu Governo foi sempre a da busca sincera do diálogo.

Sei, de outro lado, que a transformação de um país complexo, como o Brasil não é tarefa simples e exige capacidade de iniciativa da Chefia do Executivo e dos membros do governo.

Portanto, durante o meu mandato - e por exigência deste - não deixarei de liderar o projeto de reconstrução para e pelo qual fui eleito pela maioria dos brasileiros.

Senhoras e Senhores,

O processo tributário é o próprio núcleo das relações entre o Estado e a Sociedade, entre o Estado e o Indivíduo: o tributo é o cordão umbilical que une o Governo ao povo.

Se o processo tributário não é transparente; se a arrecadação não é considerada pela sociedade como razoável, justa e simples; se, ainda, o contribuinte não reconhece que o imposto pago se transforma em serviços eficientes prestados pelo Estado, essa relação Estado-Sociedade-Indivíduo se torna instável; a legitimidade da representação política começa a ser questionada; a Sociedade não progride.

Além disso, o processo tributário é estratégico para a própria natureza e para o bom funcionamento da economia: se o Estado não arrecada na medida certa ou, se o faz através de tributação imperfeita, inibe os agentes econômicos, correndo o risco de não cumprir as suas funções essenciais.

O Estado moderno é aquele, como diz o preceito anglo-saxônico, em que não há taxaçoão sem representação.

O Estado democrático é aquele que dispõe de meios para fazer aquilo que a sociedade pede que se faça, com eficiência e participação.

O brasileiro deve entender que os impostos são essenciais para a realização do bem coletivo, e, portanto, deve não somente cumprir com suas obrigações fiscais, mas também exigir que os outros o façam.

A sonegação é mais do que um ato de rebeldia ou de desobediência civil contra o Estado: é um crime contra a cidadania, e como tal deve ser punido com total rigor da lei.

A filosofia básica da tributação justa e equilibrada é a seguinte: quando todos pagam, todos pagam menos.

Para que o tributo, no Brasil, cumprisse corretamente sua função social, era inadiável modernizar o processo fiscal, atendendo a requisitos estruturais e conjunturais, mediante uma profunda reforma fiscal.

O primeiro passo dessa reforma, passo este crucial está consubstanciado nas propostas de emendas à Constituição já em exame pelo Congresso Nacional.

A reforma tributária agora proposta é o segundo passo, igualmente crucial, que objetiva recuperar a capacidade de o setor público ajustar-se e, a partir desse ajuste, vir a financiar a demanda crescente por serviços, sobretudo nas áreas social e de infra-estrutura econômica, elevando os níveis de eficiência, equidade e operacionalidade do sistema.

Na verdade, a reforma tributária já deu passos preliminares no campo, com a supressão da cobrança do FUNRURAL, do FINSOCIAL e do IPI nas atividades agrícolas, com o fim do imposto sobre as exportações do suco de laranja e com o envio ao Congresso de projeto de lei que elimina o PIS/PASEP das operações de crédito rural.

São medidas que revelam claramente a disposição do Governo de reduzir os custos da produção de alimentos, e que têm, portanto, impacto social imediato.

Ganham os mais pobres, que arcam hoje com os impostos que incidem sobre os produtos da cesta básica.

Senhoras e Senhores,

Os princípios básicos que norteiam a proposta de reforma fiscal são os de:

- simplificar o sistema tributário, com a extinção de 27 taxas e contribuições, o que representa redução de 40% do número de tributos, eliminar formulários e reduzir o número de informações obrigatórias;
- promover maior justiça fiscal aliviando a carga tributária dos contribuintes de baixa renda e evitando que imperfeições legais possibilitem ao contribuinte de alta renda pagar menos impostos;
- incorporar o setor informal da economia, incentivando a integração de toda a sociedade no sistema produtivo, estimulando a conscientização do cidadão como contribuinte, e, ainda, ampliando a base de contribuição;
- combater a sonegação, aperfeiçoando os mecanismos de contribuição fiscal aumentando a ação fiscalizadora e tornando a sonegação conduta de alto risco; e
- reduzir os impostos sobre a produção, valorizando o trabalho e estimulando a produção, o investimento.

Quero sublinhar, entre as propostas hoje enviadas ao Congresso, o projeto sobre o Imposto Territorial Rural, que, se aprovado, induzirá a formas de utilização moderna do campo, penalizando a propriedade improdutiva e estimulando o bom agricultor, o que cultiva com sentido econômico e social a sua terra.

De amplo alcance social são as decisões no campo do imposto de renda: de isentar, em determinadas circunstâncias, os aposentados de sua declaração; de reintroduzir

as deduções com despesas escolares; e ainda de elevar o teto de isenção, o que exonerará cerca de dois milhões e meio de trabalhadores do pagamento do imposto. Determinei ao Ministro da Economia que prepare um projeto de lei para eliminar a cunha fiscal - representada pelo IOF, FINSOCIA4 e PIS/PASEP - que onera, desproporcionalmente, as operações de crédito para as atividades produtivas de mais longo alcance, constringendo, assim, as próprias fontes da prosperidade nacional.

Uma das funções essenciais do sistema tributário é buscar atenuar as situações de desequilíbrio regional e, justamente com esse propósito, e preocupado com a situação dos 450 mil empregos trabalhadores da agroindústria canavieira nordestina, estou propondo mecanismos para o aperfeiçoamento dos procedimentos de equalização dos custos dessa indústria.

Atendo, assim, a mandamento da Constituição, a imperativo da saúde econômica regional e a inarredável dever de justiça.

Senhores e Senhoras,

A Reforma Tributária é resultado de um trabalho sério e de estudos aprofundados, que envolveram a consulta e a participação de vários setores do Governo e da sociedade.

Buscou-se inspiração no que de melhor se tem feito no mundo nesse campo.

Os efeitos da Reforma não tardarão a aparecer, com a melhoria da competitividade do sistema produtivo, mais e melhores serviços na área social e a melhoria dos serviços públicos em geral.

Antes de mais nada é preciso que o Estado brasileiro concentre seus esforços menos nas intervenções econômicas e mais no incentivo à produção.

Afinal, como demonstra nosso esforço de levar adiante o Programa Nacional de Desestatização, acredito na iniciativa privada e na capacidade daqueles empresários com sentimento patriótico e espírito de colaboração.

Senhoras e Senhores,

As melhores armas para vencermos as dificuldades atuais são o trabalho e a confiança.

Sem isso, não haverá progresso, não haverá justiça social, não haverá solidariedade.

Sei que a confiança não se cria no vazio: é preciso que medidas concretas sejam tomadas para gerar credibilidade.

As medidas aí estão para provar que estamos avançando.

Não é com pessimismo, com boatos, com ânimo especulativo, e com derrotismo que venceremos a crise.

Temos de recuperar a confiança e, sobretudo, fortalecer os fundamentos éticos de uma solidariedade necessária à reconstrução nacional.

A resposta à crise somos todos nós, que estamos comprometidos com a modernização do País, e que lutamos, sociedade e Governo, pela realização de um Brasil próspero e socialmente justo, tendo fé no futuro e trabalhando, com entusiasmo, no presente.

Com a ajuda de Deus haveremos de alcançar esse ideal!